



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DA AMAZÔNIA

SILVIO FERREIRA RODRIGUES

**ESCULÁPIOS TROPICAIS:**  
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO PARÁ, 1889-1919

Belém  
2008

SILVIO FERREIRA RODRIGUES

**ESCULÁPIOS TROPICAIS:**

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO PARÁ, 1889-1919

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (DEHIS/UFPA).

Belém  
2008

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Rodrigues, Silvio Ferreira

Esculápios tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919 / Silvio Ferreira Rodrigues ; orientador, Aldrin Moura de Figueiredo. - Belém, 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

1. Pará - História, 1889-1919. 2. Medicina - Pará - História. 3. República. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

SILVIO FERREIRA RODRIGUES

**ESCULÁPIOS TROPICAIS:**  
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO PARÁ, 1889-1919

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (orientador)

---

Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)

---

Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges (UFPA)

---

Profa. Dra. Magda Ricci (suplente)

Em memória de minha avó Deusuíta dos Reis Andrade.

## AGRADECIMENTOS

Finalmente cheguei ao término de mais esta jornada, que certamente não será a última. Eu poderia dizer aqui que o percurso que me levou da gestão deste trabalho até à sua forma final foi uma tarefa árdua e difícil. Mas assim estaria mentindo para mim mesmo. Em se tratando da pesquisa histórica, não consigo fazer grandes distinções entre o trabalho e o prazer. Na minha cabeça, os dois caminham em abraços tão íntimos que, por vezes, não sei quando estou participando de um ou de outro. Que privilégio o meu! Faço o que é exigido de um historiador iniciante e ainda assim me divirto muito com isso. Entretanto, tamanha satisfação também se configura na confissão de uma dívida que contraí com todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a minha constituição como indivíduo e historiador. É bem certo que essa dívida é impagável, por isso recorro, como um devedor eterno, à velha fórmula da gratidão.

Sou grato à minha família, especialmente à minha mãe e às minhas irmãs. Não sei o que seria de mim sem essas mulheres. Agradeço também à companhia do meu irmão Shirley Rodrigues, que cuidou de quase tudo para mim, enquanto eu me comprazia em meio a velhos manuscritos. Aos colegas da minha turma do Mestrado, fica aqui um abraço e a saudade das nossas conversas. Pela força e amizade, particularmente no tempo em que construía esta dissertação, sou muito grato a Dawson Cangussu, Caroline Fernandez, Glauce Lêdo e Alvina Michele. Aos funcionários dos arquivos onde pesquisei – Arquivo Público do Pará, Museu da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e Biblioteca Pública Arthur Vianna – deixo também meus agradecimentos. À Ana Alice Vilhena, secretária da pós-graduação, meu reconhecimento pela dedicação e preocupação que demonstrou no desempenho de sua função em relação a mim e a todos os meus colegas. Também não poderia deixar de agradecer à CAPES pela bolsa de pesquisa, que me ajudou bastante.

Embora eu acredite que já possa chamar meus mestres de “colegas de profissão”, jamais esquecerei o esforço e a consideração daqueles que me ajudaram a dar os primeiros passos. Alguns me acompanham desde a graduação, enquanto outros eu tive a oportunidade de conhecer melhor durante o curso de Mestrado. Rafael Chambouleyron, Magda Ricci, Maria de Nazaré Sarges, Leila Mourão e Serge Gruzinski, muito obrigado por me darem a chance de aprender o ofício de historiador com vocês. Estou certo de que tudo que me ensinaram continuará a fazer eco em pesquisas futuras. Estendo esses agradecimentos também à professora Jane Beltrão, que ao lado da professora Maria de Nazaré Sarges, deu uma importante contribuição para a construção desta dissertação durante o processo de

qualificação. Pelos seus trabalhos inspiradores e pela sua participação na minha banca examinadora, sou muito grato também à professora Gabriela dos Reis Sampaio.

Por fim, registro aqui um agradecimento especial ao meu orientador Aldrin Moura de Figueiredo. Em primeiro lugar, por ter depositado confiança em mim como aprendiz de historiador e despertado, pouco a pouco, a minha ambição de corresponder a essa expectativa. E muito mais. Pela amizade e pelo presente que me deu quando me incentivou a enveredar por novos e largos caminhos, mostrando-me como fazer uma pesquisa histórica aliada ao rigor e embalada pelo gosto da descoberta. Digo ainda que por conta de sua paciência, atenção e erudição, posso orgulhar-me do orientador que tive desde a graduação. Nunca aprendi tanto. Espero ter sido digno desse presente. Mais uma vez, professor, muito obrigado por tudo!

## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>09</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>10</b>
<b>Lista de fotografias.....</b>	<b>11</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>1. O espelho da magia: Medicina e República no Pará.....</b>	<b>18</b>
1.1. Zombando da ciência: epidemias, instituições de saúde e política sanitária no Pará republicano.....	22
1.1.1. A política sanitária e suas contradições.....	22
1.1.2. Epidemias na República: lepra ou febre amarela, o que se deve combater?.....	28
1.1.3. Hospitais e instituições de assistência à saúde pública.....	39
1.2. A magia da ciência e a ciência mágica: curandeiros, parteiras e outras artes de curar no cotidiano amazônico.....	50
1.2.1. Medicina popular em tempos republicanos.....	50
1.2.2. Remédios para tudo: os vários caminhos da cura.....	55
1.2.3. República da medicina, governo dos curandeiros.....	66
1.2.4. Fechando o cerco contra a medicina popular.....	83
<b>2. Medicina de um recanto longínquo: a construção de uma identidade médica no extremo norte do Brasil.....</b>	<b>93</b>
2.1. A República das contendas: querelas médicas na varada do século XIX para o século XX.....	95
2.1.1. Médicos, atores sem papel: percepções sobre a figura do profissional médico na sociedade paraense.....	95
2.1.2. Sociedade Médico-Pharmaceutica: o primeiro ensaio de uma identidade médica no Pará.....	106
2.1.3. Doutores em pé de guerra: a difícil relação entre classe médica paraense.....	115
2.2. Do regime das “igrejinhas” à catedral da ciência: a constituição da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará e a formação de uma ética profissional.....	124
2.2.1. A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e os esculápios de vanguarda.....	124
2.2.2. Separando o joio do trigo: o nascimento do médico moderno e a invenção do charlatão diplomado.....	134
<b>Epílogo: Clio asséptica: o olhar retrospectivo da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará.....</b>	<b>149</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>155</b>
<b>Referências.....</b>	<b>158</b>

## RESUMO

Esta dissertação insere-se dentro de uma proposta que pretende recompor a história social da medicina no Pará sob uma nova perspectiva. Analisar a construção do poder e prestígio da medicina científica e dos médicos na sociedade paraense da virada do século XIX para o século XX é o principal objetivo deste trabalho. A intenção é mostrar que, longe de gozar de uma hegemonia no universo da cura e dispor de um poder imanente capaz de modelar a sociedade da época, os médicos ainda enfrentavam enormes dificuldades para legitimar sua ciência entre as mais diversas categorias sociais. Enquanto as autoridades republicanas, em nome da “Civilização” nos trópicos, seguiam com sua política de higienização do espaço urbano e combate às epidemias, a população paraense persistia na busca de alívio de suas mazelas nas tradicionais artes de curar. No entanto, se a medicina popular constituiu-se em um dos maiores empecilhos para a afirmação dos médicos acadêmicos como senhores da cura, a desunião, a falta de ética e consenso no interior da classe médica não deixaram de ser alguns dos fatores marcantes do descrédito que pairava sobre a figura dos representantes da medicina oficial em plena República brasileira. Para enfrentar tantos problemas, os médicos, pouco a pouco, procuram superar suas diferenças e criaram regras e laços de solidariedade capazes de uni-los em torno de objetivos em comum, consolidando uma identidade de grupo que fortaleceu sua corporação e lutou pelo prestígio e poder que eles tanto almejavam.

Palavras-chave: República, Medicina, Identidade.

## ABSTRACT

This thesis fits into a proposal to revive the social history of medicine in Pará in a new perspective. Analyse the construction of the power and prestige of medicine and medical science in society paraense in the turn of the nineteenth century to the twentieth century is the main objective of this work. The intention is to show that, far from enjoying a hegemony in the world of healing and have an inherent power capable of shaping the society of the time, the doctors still faced enormous difficulties to legitimize their science among the most diverse social categories. While the republican authorities, in the name of "civilization" in the tropics, followed with its policy of hygiene of urban space and fight against epidemics, the paraense population still in search of relief from their problems in the traditional arts of healing. However, if the medicine is popular up in one of the biggest obstacles to the affirmation of medical academics as masters of healing, the disunity, lack of ethics and consensus within the medical profession not ceased to be some of the significant factors of discrediting that hung over the figure of official representatives of medicine in full Brazilian Republic. To address many problems, doctors, little by little, trying overcome their differences and created rules and ties of solidarity able to unite them around the common goals, consolidating identity of a group which strengthened its corporate and fought for power and prestige they both aim.

Key-words: Republic, Medicine, Identity.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Hospital Domingos Freire (Belém).....	35
Fotografia 2 – Fachada do Hospital da Caridade (Belém).....	43
Fotografia 3 – Membros do Corpo Administrativo da Santa Casa para os anos de 1921 e 1922.....	44
Fotografia 4 – Uma das enfermarias do Hospital da Caridade.....	45
Fotografia 5 – Corpo Clínico efetivo do Hospital da Caridade.....	46
Fotografia 6 – Propaganda da Drogaria Beirão.....	56
Fotografia 7 – Propaganda da Drogaria Internacional.....	57
Fotografia 8 – Farmácia do Hospital da Caridade.....	61
Fotografia 9 – Interior da Farmácia e Drogaria Beirão (Belém).....	64
Fotografia 10 – Sala de grandes operações do Hospital D. Luiz I – Sociedade Portuguesa Beneficente (Belém).....	98
Fotografia 11 – Gabinete de Raio X (aparelhagem Victor).....	99
Fotografia 12 – Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – Sua 1º Diretoria (1914 -1915).....	126
Fotografia 13 – Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – Diretoria (192-1923).....	127
Fotografia 14 – Instituto de Higiene, Seção de Bacteriologia.....	131
Fotografia 15 – Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Belém) – Consultório do Dispensário.....	132
Fotografia 16 – Faculdade de Medicina do Pará. Corpo Docente.....	146
Fotografia 17 – Faculdade de Medicina do Pará. Um grupo de alunos de diversas séries (1922).....	148
Fotografia 18 – Inauguração do Posto Médico “Oswaldo Cruz” .....	148

## INTRODUÇÃO

A Medicina Científica, se não quiser ser rebaixada ao plano de ofício, deve ocupar-se de sua história e cuidar dos velhos monumentos que foram legados pelos tempos passados.  
(Emillie Lettré – 1829)<sup>1</sup>.

Não é nenhuma novidade para o historiador de hoje em dia que a história escreve-se do presente para o passado, e não ao contrário. Ou melhor, é uma projeção no passado de certos aspectos da consciência presente que busca nos tempos antigos alguns diálogos com sua própria imagem. Para abusar das analogias, diria que é um grande baile de máscaras onde seus construtores incorporam diversos personagens e deparam-se consigo mesmos, vestidos em trajes de época. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que a história está sujeita aos novos questionamentos surgidos no tempo presente, os quais remodelam o passado segundo as necessidades de quem se debruça sobre ele. Nesse processo nunca acabado, de construção e reconstrução, certos traços do passado considerados inoportunos podem ser apagados, ao mesmo tempo em que outros, que até em tão não eram levados em consideração pelas versões anteriores, podem ser reabilitados e ganhar novos significados. Com isso, o historiador não deve ser tão ingênuo a ponto de pensar que história é o espaço apenas da verdade material e objetiva.

Quem viveu o início do século XX em Belém do Pará deve ter presenciado as acirradas disputas em torno da versão da história da região que deveria figurar como oficial, em meio a tantas interpretações divergentes que eram veiculadas na imprensa diária, nos livros didáticos ou nas obras de arte<sup>2</sup>. Não que os atores dessas contendas discordassem do valor pedagógico que se deveria atribuir a um passado revisto e corrigido, mas sim quanto ao peso e à importância que caberia a cada fato, instituição ou memória de supostos heróis

---

<sup>1</sup>Apud. MEIRA, Clóvis. *Médicos de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1989.

<sup>2</sup> Um dos mais calorosos debates que ocorreu nesse período foi o que envolveu a versão que o pintor Theodoro Braga deu à fundação de Belém. Em 1908, Theodoro Braga, ao expor sua obra-prima, retratando a *Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, causou uma série de polêmicas entre os letrados da época. A primeira delas, travada com a maior parte dos historiadores contemporâneos, evocava o tipo de construção utilizada no Forte do Presépio, ainda em 1616. Theodoro Braga realizou uma verdadeira proeza na interpretação dos documentos e narrativas dos primeiros anos de conquistas, para tentar provar que a edificação havia sido feita em pedra e não em madeira. O alvo principal dessa disputa foi o historiador Arthur Vianna, figura central na organização da documentação colonial existente no Arquivo Público do Pará, durante a sua gestão como diretor, na virada do século XIX. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A gênese do Progresso: Theodoro Braga e a Pintura da fundação de Belém*. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.126.

republicanos dentro do imaginário coletivo da época. Fabricar heróis pátrios e momentos gloriosos da história nacional e amazônica, constituiu-se em uma das principais tarefas das rodas intelectuais, políticas e artísticas do Pará, principalmente na segunda e terceira década do século XX. Muitos dos personagens dessa “nova história” ganharam projeção pública nas festas cívicas de então<sup>3</sup>. O aniversário do tricentenário da fundação de Belém (1916), o centenário da independência do Brasil (1922) e o centenário de adesão do Pará a esse evento histórico (1923), dominaram o cenário urbano da capital paraense como as mais festejadas efemérides pátria realizadas em solo amazônico.

Por essa época, a cidade virou um verdadeiro templo do culto cívico – o ar festivo tomou conta das ruas; as repartições públicas foram decoradas e tiveram suas fachadas iluminadas; bandas de músicas tocaram hinos patrióticos; discursos inflamados foram proferidos em praça pública, aos pés dos monumentos; e assim por diante. Em 15 de agosto de 1923, o jornal “Folha do Norte” dedicou todo o espaço da edição desse dia à comemoração da adesão do Pará à independência do país. Esse foi mais um dos vários momentos em que os letrados procuraram cultivar o sentimento de nacionalidade por meio de exemplos de devoção e heroísmo que tomavam forma nas suas escritas e nas imagens estampadas nas páginas do periódico. Um olhar de relance revelava à vista do leitor a reprodução do discurso proferido por Felipe Patroni perante as cortes de Lisboa, em 5 de abril de 1821. Ainda na primeira página, centralizado na parte de cima da folha, vinha estampado um retrato de D. Pedro I, muito louvado como proclamador da independência. Logo abaixo, colocados estrategicamente, quase ladeando o retrato do Imperador, figuravam os retratos dos médicos Souza Castro, governador do Estado em 1923, e Cypriano Santos, intendente municipal de Belém no mesmo período. Na parte inferior da página, uma bela gravura, representando a cidade de Belém, em 1823, vendo-se fundeado na baía do Guajará o brigue de guerra “Maranhão”, do comandante inglês John Pascoe Grenfell<sup>4</sup>.

Em meio a outros retratos e gravuras, vários artigos foram publicados, com destaque para o texto do velho engenheiro e historiador Ignácio Moura, que se intitulava “Tradições Inéditas” e evocava as lições historiográficas de Taine. Em uma das colunas da segunda página escrevia o crítico de arte João Afonso do Nascimento, sob o pseudônimo “Joafnas”,

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre as festas cívicas do início do século XX, particularmente o aniversário de trezentos anos de Belém, ver RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Efemérides paraenses: o tricentenário e a nova história da Amazônia*. 2005. 163 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, 2005. Em relação ao uso da história na construção de mitos pátrios, vale a pena consultar HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>4</sup> Folha do Norte, Belém, 23 de agosto de 1923, p.1.

debruçando-se sobre a produção artística. Enquanto isso, o polemista José Carvalho empunhava a pena para escrever um artigo intitulado “Grenfell”, cujo objetivo era combater a opinião contrária de quem “mal ajuizava” sobre a personalidade do comandante inglês. Finalmente, entre outros textos, sobressaía o artigo do médico Oscar Carvalho, versando sobre “Um século de medicina paraense”. O médico, que na época era o orador oficial da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, associação que abrigava os médicos da capital desde 1914, abriu seu artigo se referindo à tarefa que consistia em “Resumir em poucas linhas este largo período de nossa história médica [...]”, aproveitando para agradecer ao diário que “tão carinhosamente sempre nos acolhe”. Assim, acrescentou Oscar Carvalho: “não podíamos e nem deveríamos, nesta data máxima, deixarmos de contribuir com a nossa colaboração modesta como humilde homenagem ao país”<sup>5</sup>. No entanto, a publicação desse artigo e outras obras com esse teor eram bem mais do que simples alusões à efeméride pátria. Como sugere Aldrin Figueiredo, tratava-se de aproveitar a data cívica para recompor a história e a memória da confraria médica, circunscrevendo o passado dos esculápios paraenses na própria história dos sucessos da nação<sup>6</sup>. Dentro dessa empreitada, construía-se uma história da medicina científica a partir da ótica dos próprios médicos, ao mesmo tempo em que os doutores forjavam uma identidade de sua profissão e procuravam estreitar os laços de solidariedade entre os membros da categoria profissional a que pertenciam.

Ora, estes sujeitos que se revestiam de salvadores da pátria, construtores da nação, verdadeiros heróis da cura, necessitavam de um passado que justificasse esse estatuto. Não bastava demonstrar sua proficiência técnica, sua posição de mando dentro das instituições de saúde, as últimas descobertas da terapêutica médica, ou suas vitórias sobre epidemias. Ainda era preciso contar como isso se deu. Todavia, olhar para o passado de sua profissão de maneira inadvertida poderia trazer à memória momentos pouco gloriosos, infrutíferos, além de personagens indesejáveis, que se queria esquecer naqueles idos. Era preciso, então, entregar essa tarefa aos próprios representantes da profissão, os quais fariam uma filtragem prévia dos fatos, personagens e instituições que deveriam ir a público como a verdadeira história da medicina nos rincões amazônicos. Se os médicos do período já haviam ganho várias batalhas no processo de legitimação de sua profissão, ainda era preciso forjar uma tradição gloriosa dos seus feitos. Daí a importância de obras que inseriam a atuação dos

---

<sup>5</sup> Idem, pp.1-2.

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. In: *Documentos Culturais*, n 7. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 2006, p.47.

esculápios na linha do tempo<sup>7</sup>. Depurar o passado, eliminar tudo que fosse indesejável, ou melhor, fazer uma assepsia da história, ecoou como palavra de ordem na confraria dos esculápios científicos. Por meio de uma história evolutiva e linear, os médicos e sua ciência deveriam aparecer como fortes e poderosos, detentores, havia muito, do prestígio e da consideração pública – visão que ainda permeia boa parte da produção historiográfica contemporânea que trata do tema. Existiriam então razões inquestionáveis para tamanha euforia. A mais evocadas dentre elas baseava-se na suposição de que no passado já estaria inscrita a trajetória de uma medicina científica predestinada a vencer: inovações nas técnicas científicas; grandes descobertas médicas capazes de mudar os rumos da humanidade; surgimento de ilustres representantes da profissão que, com suas contribuições, elevariam a ciência médica ao mais alto grau de perfeição. Enfim, para os esculápios da época a história da medicina, mais do que nunca, poderia ser explicada simplesmente através do progresso inexorável da ciência.

Este trabalho insere-se dentro de uma proposta que pretende recompor essa questão sob uma nova perspectiva. Analisar a construção do poder e prestígio da medicina científica e dos médicos na sociedade paraense da virada do século XIX para o século XX será o principal objetivo desta empreitada. A intenção é mostrar que, longe de gozar de uma hegemonia no universo da cura e dispor de um poder imanente capaz de “medicalizar” a sociedade da época, os médicos enfrentavam enormes dificuldade para legitimar sua ciência entre as mais diversas categorias sociais. Enquanto as autoridades republicanas, em nome da “civilização” nos trópicos, seguiam com sua política de higienização do espaço urbano e combate às epidemias, a população paraense, para desdouro dos esculápios científicos, persistia na busca da cura de suas mazelas nas tradicionais artes de curar, as quais evoluíam os mais diferentes sujeitos, além de uma grande diversidade de princípios terapêuticos. No entanto, se a medicina popular, por ser uma forte concorrente da medicina acadêmica, constituía-se em um dos maiores empecilho para a afirmação dos doutores como senhores da cura, a desunião, a falta de “ética” e consenso no interior da “classe médica” não deixavam de ser alguns dos fatores marcantes do descrédito que pairava sobre a figura dos esculápios científicos em pleno regime republicano. Para enfrentar tantos problemas, os médicos, pouco a pouco, procuram superar

---

<sup>7</sup> As principais obras que são herdeiras dessa tradição historiográfica no Pará são as que foram produzidas pelo memorialista Clóvis Meira. Ver, MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*. 2 ed. Belém-Pará: Grafisa, 1989. MEIRA, Clóvis. *Médicos de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1986. Dentro dessa mesma perspectiva muitos outros trabalhos foram publicados, sendo que alguns são considerados clássicos, como, por exemplo, SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991, v.2; NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial; Londrina: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro, 2003.

suas diferenças e criar laços de solidariedade capazes de uni-los em torno da luta por interesses em comum, consolidando uma identidade de grupo que fortaleceria sua corporação e pugnaria pelo prestígio e o poder que eles tanto almejavam. Assim, vindo por este ângulo, não surpreende que categorias como as de “ética” e “classe médica”<sup>8</sup>, mencionadas aqui, passassem a fazer parte do exercício político dessa geração de médicos que militavam na arena local. Entre outras questões envolvendo os esculápios, o que estava em jogo nesse tempo era a própria constituição da ciência médica como a única a dispor do monopólio da cura.

A história que contarei tem como recorte temporal o período circunscrito entre os anos de 1889 e 1919. A escolha aqui não é gratuita. O início corresponde ao advento do regime republicano, quando uma série de mudanças, principalmente às que estavam relacionadas às políticas de saúde e higiene pública, começaram a ficar mais evidentes. Já a data que marca o final do caminho percorrido por esta dissertação simboliza o momento em que os médicos finalmente se consolidaram como grupo coeso, com força para implantar seus projetos, como foi o caso da fundação da Faculdade de Medicina do Pará. Neste trabalho, não entrarei em detalhes sobre a implantação dessa instituição acadêmica, mas não custa nada dizer que essa é uma história a espera de ser escrita, ou reescrita, uma vez que o que existe a respeito do assunto pertence à memória laudatória produzida pelos médicos que fundaram a Faculdade ou que nela estudaram<sup>9</sup>.

A documentação que fiz uso é bastante variada, consistindo em relatórios e mensagens de governo, ofícios e correspondências do serviço sanitário do Estado, autos de processos-crimes, anais do senado e do congresso dos deputados estaduais, legislações estaduais, álbuns e livros comemorativos, relatórios da repartição sanitária e de instituições de saúde, jornais e outros. Também fazem parte dessa documentação as publicações e revistas médicas, além de obras memorialistas e científicas referentes à época analisada. A dissertação está organizada em dois capítulos que, por sua vez, estão divididos em dois tópicos principais. O primeiro capítulo, num primeiro momento, trata um pouco da política oficial de saúde, do combate às

---

<sup>8</sup> Sobre a invenção da categoria “ética médica”, ver PORTER, Dorothy, & PORTER, Roy (eds). *The Codification of medical morality: historical and philosophical studies of the formalization of Western medical morality in the nineteenth centuries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995; MCCULLOUGH, Laurence B. *John Gregory and the invention of professional medical ethics and the profession of medicine*. Boston: Kluwer Academic, 1998. Para uma reflexão sobre a categoria “classe médica” dentro dos estudos relacionados à história social da medicina, ver PORTER, Roy e Wear, Andrew (eds). *Problem and methods in the history of medicine*. Nova Iorque: Croom Helm, 1987.

<sup>9</sup> Sobre a história da fundação da Faculdade de Medicina do Pará escrita a partir da perspectiva dos próprios médicos, Cf. *Pará-Médico: Arquivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*. v.8, n.10. Belém, 1922, pp.362-365; MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*. 2 ed. Belém-Pará: Grafisa, 1989, pp. 15-20.

epidemias e da criação de instituições sanitárias, higiênicas e hospitalares, não perdendo de vista as dificuldades e contradições encontradas pelas autoridades republicanas quando procuraram colocar em prática sua perspectiva higienista. Logo em seguida, a discussão gerará em torno das artes de curar populares e seus representantes, que embora muito perseguidos nos tempos republicanos, gozavam de enorme polaridade e compunham o diversificado universo da cura que permeava o cotidiano da sociedade paraense da virada do século XIX para o século XX. O segundo capítulo tratará especificamente da construção de uma identidade médica no extremo norte do país. Inicialmente, procurarei mostrar o quanto os médicos ainda se encontravam divididos nas primeiras décadas republicanas, sem forças para fazer valer seus interesses como corporação. As disputas e diferenças no interior de sua categoria profissional faziam com que os esculápios fossem vítimas constantes do desrespeito e do descrédito, seja da parte de um paciente em particular, seja das próprias autoridades governamentais a que serviam. A questão será superada apenas na terceira década republicana, quando um grupo de médicos, reunidos sob o teto da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, buscará unificar os representantes da medicina científica, criando valores e regras de condutas que deveriam nortear sua profissão e identificar o verdadeiro médico científico em contraposição aos curandeiros e “charlatãos diplomados”.

## CAPÍTULO I

### O ESPELHO DA MAGIA: MEDICINA E REPÚBLICA NO PARÁ

No momento em que tratamos da organização, na hora presente que devemos solidificar o alicerce da nossa grandeza, da nossa autonomia, é justo e necessário que façamos convergir para esta terra as vistas do país e do mundo civilizado, mostrando a abundância de elementos que temos para a nossa prosperidade [...] <sup>10</sup>.

Atrair a atenção do país e do “mundo civilizado” para a “longínqua” terra amazônica seria um dos objetivos mais perseguidos pelas elites intelectuais e políticos do Pará republicano. Em 11 de novembro de 1891, as palavras do senador paraense Fulgêncio Simões procuravam traduzir as ansiedades de uma parcela da sociedade que se queria “moderna”, vivendo em uma região viável à conformação de um pretenso projeto civilizatório. Em meio ao acentuado processo de transformações que ocorria no Brasil, seja na sua organização política, seja na implantação de novas relações de trabalho atribuídas ao fim da escravidão, o que se via entre as elites nacionais era um forte desejo de se atingir o mesmo patamar de “civilização” de alguns países da Europa Ocidental, tidos como exemplo de desenvolvimento e progresso alcançados no final do século XIX, como era o caso da França, Inglaterra e Alemanha, só para mencionar alguns dos mais citados. Concepções filosóficas e políticas ligadas ao positivismo e ao evolucionismo, que seguiam fazendo escola no Velho Mundo, foram lidas e assimiladas de diversas maneiras por boa parte da intelectualidade brasileira apegada ao ideário republicano, tornando-se fundamentais para solapar as bases ideológicas que sustentavam o regime monárquico no país. O binômio civilização/progresso passou a tomar conta dos discursos das autoridades e governantes do período. Por essa época, o discurso científico também serviu para configurar uma nova forma de dominação, até porque foi justamente nesse momento que os tradicionais pilares de sustentação das elites senhorias – o trabalho escravo, a inviolabilidade da vontade dos senhores de terra, a reprodução de dependência pessoal – sofreu um profundo abalo <sup>11</sup>.

Contudo, não se deve atribuir uma força tão hiperbólica ao cientificismo do momento. Embora as obras e falas da intelectualidade e das autoridades públicas da época estivessem saturadas desse discurso, isso não quer dizer que ele tivesse um poder intrínseco de refletir ou modelar o cotidiano da sociedade de cima para baixo. Nas décadas de 1980 e 1990,

---

<sup>10</sup> Annaes do Senado. v. 1. Estado do Pará: Imprensa Official, 1891, p.26.

<sup>11</sup> Sobre a transformação nas ideologias de sustentação do poder das elites brasileiras no período de crise da sociedade escravista, ver CHALHOUN, Sidney. Pra que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.19-55.

desenvolveram-se análises historiográficas que enfatizavam o cientificismo como uma marca distintiva da república em relação à monarquia. Dentro dessa perspectiva, a república seria o período de triunfo de médicos, engenheiros, urbanista, pedagogos e outros profissionais capazes de imprimir um olhar técnico sobre os conflitos, despolitizar a gestão e, em nome da ciência, aparecer como legítima expressão de interesses gerais. Como sugere Maria Clementina Pereira da Cunha, tal evocação inscrita nos saberes, vista com uma inflexão nitidamente foucaultiana, dominou a maior parte dessas interpretações, para as quais tal forma de domínio raramente pode ser enfrentada com sucesso: disseminado por todos os poros da sociedade, sem um lugar preciso de emanção, marcado pelo peso da verdade e da persuasão, o saber constituiria um modo específico (e aparentemente definitivo) de poder<sup>12</sup>.

Essa perspectiva foi marcada por uma forte recusa do reconhecimento da presença ativa dos atores anônimos da história, não muito distante da versão que os médicos deram para o passado de sua profissão, como vimos na introdução deste trabalho. Na ótica de Pereira da Cunha, embora os elementos e intenções dessa historiografia de tradição dita foucaultiana fossem radicalmente diferentes, ela resultou em uma interpretação que tendeu sempre a ignorar a política, esvaziar o sujeito e fazer com que os estudos se voltassem prioritariamente aos enunciados dos saberes ou suas “matrizes” nos diferentes ramos da ciência ou da norma. A autora aqui citada não considera esse aspecto irrelevante. Por outro lado, como antiga participante desse movimento, reconhece que essa perspectiva historiográfica acabou “gerando uma história desencanada, na qual os conflitos não têm espaço para manifestar-se, subsumido pela onipresença surda dos saberes, da disciplina, da norma ou dos dispositivos do poder”<sup>13</sup>.

Convém ressaltar ainda que, de acordo com essa interpretação, a medicina aprece como uma entidade, ou seja, um saber-poder capaz de disciplinar e modelar comportamentos da sociedade. “Medicalização” é um termo bastante comum na produção historiográfica que abraçou essa perspectiva, atribuindo um poder praticamente absoluto ao saber dos doutores<sup>14</sup>. Quase ao meso tempo, dentro de uma perspectiva reducionista, por volta da década de 1970 surgiu também uma outra interpretação ligada a uma certa tradição marxista, a qual identificava a constituição de um aparato da medicina institucional à consolidação do

---

<sup>12</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. Os Bacamartes da República: saberes e poderes no Brasil da virada do século. In: SILVA, Fernando Teixeira da et. al. (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, p.121.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> Essa perspectiva historiográfica pode ser encontrada, principalmente, nas seguintes obras: MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; FREIRE, Jurandir Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

capitalismo no Brasil, sendo que a primeira ficaria reduzida simplesmente a um “aparelho de estado” da segunda<sup>15</sup>. Tais interpretações, apesar de bastante críticas em relação à versão laudatória escrita pelos médicos e seus pares, acabaram também caíram no engodo de pensar uma medicina homogênea e poderosa. Não vou entrar nos detalhes dessa discussão, ela já foi bastante debatida pelos autores que, em boa medida, inspiraram as inquietações que me levaram a escrever este trabalho<sup>16</sup>. Mas ficam aqui essas indicações para que o leitor saiba por quais caminhos estou enveredando ao tentar fazer uma nova abordagem da história social da medicina nas paragens amazônicas.

O senador Fulgêncio Simões e toda uma gama de intelectuais e políticos do início do regime republicano bem que queriam que o Pará seguisse a trilha do “progresso”, o qual obedeceria aos comandos emanados daquilo que eles definiam como “civilização”. Fazer reformas profundas na sociedade que atraíssem “as vistas do mundo civilizado”, mas que mantivessem os privilégios e poderes de uma elite enriquecida nos tempos da borracha, fazia parte dos planos desses senhores. Mas acontece que a sociedade é feita de homens e mulheres, e estes não seguem idéias fixas e pré-definidas. Suas experiências de vida, seus horizontes culturais, seus medos e incertezas, crenças e paixões podem dar outros contornos àquilo que se tinha planejado de antemão. Desde os primeiros anos do regime republicano, tanto no congresso como no senado ou no noticiário do dia, ouvia-se e lia-se sobre a necessidade urgente de tornar a Amazônia uma terra salubre, para se atrair investimentos e imigrantes europeus, em quem se acreditava estar o germe da civilização. Nessa época, os trópicos, e particularmente a Amazônia, eram vistos como terras das epidemias e de toda sorte de doenças infecto-contagiosas, derivadas, em grande parte, do clima “tórrido” da região. Um esforço para higienizar o Pará deveria contar com a colaboração dos médicos higienistas. Contudo, seria um enorme equívoco acreditar que a “classe” médica já havia conquistado um grande poder e prestígio nesse período, fazendo com que a sociedade caminhasse segundo os desígnios ditados por sua ciência. Embora houvesse esse tipo de pretensão por parte de

---

<sup>15</sup> Além de outros, alguns dos autores que adotam essa visão são: SINGER, Paul et. al. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde pública*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981; LUZ, Mendel. *Medicina e ordem política brasileira: política e instituições em saúde, 1850-1930*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; MERHY, Emerson Elias. *O capitalismo e a saúde pública*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1997.

<sup>16</sup> Para uma crítica historiográfica às abordagens referidas acima, ver EDLER, Flávio Coelho. *A reforma do ensino médico e a profissionalização da Medicina na corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Bauru: EDUSC, 1999; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. Para uma discussão historiográfica mais ampla a respeito dos problemas e métodos relacionados à história da medicina, ver PORTER, Roy e Wear, Andrew (eds). *Problem and methods in the history of medicine*. Nova Iorque: Croom Helm, 1987.

alguns, seria mais prudente dizer que, mais do que seguir as orientações dos doutores ou ser modelada pelas teorias do “racionalismo científico” em voga, a população da Amazônia parecia ainda estar mergulhada no “domínio do maravilhoso”. Ou melhor, antigas práticas de cura e visões diversificadas sobre o que poderia ser interpretado como saúde ou doenças continuavam a ser uma das características marcantes da sociedade da época. E, contrariando as pretensões dos arautos do cientificismo, não há como negar que experiências e tradições dessa gente também influíram profundamente na construção da sociedade em que viviam, relativizando a constituição da medicina acadêmica como poder no extremo norte do país.

Este capítulo tratará de dois tópicos que servirão para esclarecer alguns dos pontos relevante desta dissertação. Primeiramente, falarei um pouco sobre as políticas públicas de saúde desenvolvida no Pará nas primeiras décadas republicanas. De braços dados com a perspectiva higienista, os governantes republicanos tentaram barrar as invasões epidêmicas que ameaçavam a saúde pública. Construções de hospitais e instituições de saúde, reformas sanitárias, ênfase na salubridade urbana e prevenção das doenças epidêmicas ganharam uma importância jamais vista antes. Entretanto, essa política foi bastante seletiva, privilegiando o combate a doenças que atingiam determinado grupo social ou certas regiões do Estado. No desenrolar desse processo, médicos e governantes viram-se em meio a serias dificuldades para impor seu projeto, seja por desconhecimento da origem e forma de propagação das doenças que colocaram em xeque seu saber, seja pelo descrédito e desconfiança de grande parte da população que não via nada de grande valor nos esforços dos “homens de ciência”. Por mais que o novo regime pregasse incessantemente os ideais de salubridade e alguns grupos de médicos ganhassem cada vez mais espaço nas instituições oficiais de saúde que surgiam, a população não deixou de recorrer às tradicionais artes de curar arraigada havia muito em seu cotidiano. Esse será tema do segundo tópico. Enquanto médicos, políticos e intelectuais levantavam a bandeira da “civilização” no norte do país, curandeiros, partiras e outras artes de curar seguiram curando as mazelas da população. A crença e a preferência das mais diversas categorias sociais pela medicina popular deixaram muitas vezes os doutores e sua medicina em maus lençóis. Clamava-se então pela ação da polícia e da Junta de Higiene para que reprimissem os concorrentes da medicina acadêmica, mas esquecia-se que até estes poderiam mostrar-se sem força diante do “domínio do maravilhoso”.

## **1.1. Zombando da ciência: epidemias, instituições de saúde e política sanitária no Pará republicano**

### **1.1.1. A política sanitária e suas contradições**

Vista à distância, a República deu um expressivo impulso às medidas higiênicas que já vinham sendo realizadas durante o Império, além de criar novos serviços que até então não existiam no antigo regime. Em muitas das principais cidades do país houve uma verdadeira “modernização” de suas áreas centrais, com construções de palacetes luxuosos, largas avenidas, praças, arborização, sistema de esgoto, água potável e transporte, assim como se aplicou uma política rigorosa de limpeza urbana, que procurou afastar os indesejáveis e suas moradias dos espaços embelezados da cidade. Os exemplos desse tipo de intervenção multiplicaram-se por todo o território nacional na virada século XIX para o século XX. Rio de Janeiro e São Paulo foram algumas das cidades que se empenharam nessa tarefa no Sudeste do Brasil, sendo que Belém e Manaus são encaradas como a contrapartida amazônica dentro desse processo<sup>17</sup>. Livrar a cidade das enfermidades e do que chamavam de atraso colonial, revela uma das facetas assumidas pelas políticas higienistas que eram levadas a termo na época. No Rio, desde 1850 a Junta Central de Higiene Pública, órgão criado pelo governo para ser o consultor sobre saúde pública, já procurava dar conta das questões relacionadas à salubridade urbana<sup>18</sup>. Contudo, somente com o início do regime republicano é que os médicos higienistas puderam vislumbrar um maior espaço de articulação de sua ciência, uma vez que o governo Imperial era acusado pelos escúliptos de ter lhes negado a capacidade de intervir adequadamente sobre o organismo social<sup>19</sup>.

Se na Corte Imperial e depois Capital da República as diretrizes dos médicos higienistas e seu anseio de poder ainda careciam de crédito e respeito por parte das autoridades públicas, pior ainda se mostrou nas regiões do país distantes do centro das decisões políticas. Os médicos do Rio de Janeiro, principalmente os doutores da Academia Imperial de Medicina, podem até ter louvado o advento da República, já os do Rio Grande do Sul viram um verdadeiro balde de água fria ser derramado sobre suas cabeças. Em uma atitude bastante peculiar, o Rio Grande do Sul foi o único Estado no Brasil a adotar uma

---

<sup>17</sup> Sobre as reformas urbanas que ocorreram no final do século XIX e início do século XX em Belém e Manaus, ver SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque, 1870 -1911*. Belém: Paka-Tatu, 2000; DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Velar, 1999.

<sup>18</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Op. cit., p.111.

<sup>19</sup> CUNHA, Clementina Pereira Cunha. Op. cit. 119

perspectiva inteiramente positivista após o golpe de estado que deu início à República (1889), consolidada na Constituição Estadual de 1891. Com isso, a leitura que os governantes gaúchos fizeram do positivismo marcou profundamente a concepção de saúde que orientou suas políticas higiênicas. Dentro dessa perspectiva, a ênfase na liberdade profissional e religiosa permitiu que se instalassem diversas práticas de cura no Estado durante as quatro primeiras décadas da República. E para complicar ainda mais a vida dos doutores, os governos gaúchos condenavam como despótica a intervenção dos médicos nos assuntos que consideravam, acima de tudo, decisão individual. Isso limitou o poder de intervenção dos esculápios na sociedade e constituiu-se em um dos principais problemas para a consolidação dessa categoria profissional na região<sup>20</sup>.

Os exemplos aqui citados servem para acentuar as diferenças. A afirmação das políticas higienistas e a construção de uma imagem de prestígio dos doutores e de sua ciência ganharam diferentes feições nas diversas regiões do território nacional, ou mesmo da América Latina. Entretanto, algumas comparações são necessárias para entendermos melhor esse processo e percebermos em que pé estavam as ciências médicas e as práticas higienistas no Pará republicano. Não tenho dúvidas de que todos os governadores republicanos do Pará da Primeira República deram a sua contribuição para institucionalização da medicina na região. Durante todo esse período, as autoridades públicas procuraram aparelhar as instituições que cuidavam da higiene pública e da saúde da população dentro de um sistema de atendimento que prestasse socorro em épocas epidêmicas. Por outro lado, isso não quer dizer que a constituição de um aparato oficial de vigilância sanitária, sistema hospitalar e higiênico tenha se configurado em uma verdadeira máquina capaz de disciplinar corpos e mentes. As reformas e remodelagem pelos quais passam os serviços sanitários do Estado (1891, 1896, 1898, 1904, 1914) refletem em parte as novas atribuições e força que a higiene pública e alguns doutores ganharam após a proclamação da República, mas também desvelam os seus limites. A criação de instituições hospitalares, laboratórios, serviços de desinfecção, vacinação e revacinação, assim como uma polícia sanitária, dão mostra da necessidade de adequar a higiene pública às novas necessidades da capital do Estado que crescia aceleradamente no final do século XIX, tomando maior vulto no início do século XX<sup>21</sup>. Essas

---

<sup>20</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. Op.cit.

<sup>21</sup> Um dos maiores esforços para sanear o espaço urbano da capital paraense ocorreu durante a administração do Governador José Paes de Carvalho (1897-1901). A urgência de medidas que viessem a melhorar o estado sanitário de Belém, fez com o governador laçasse mão de uma série de propostas nesse sentido. Embora nem todas viessem a ser realizadas até o final do seu mandato, elas foram bastante ambiciosas. A título de exemplo, pode-se ter uma boa idéia do que estava em seus planos a partir da mensagem que dirigiu ao Congresso do Estado em 1898. As propostas iam desde a remodelação da cidade até a construção de hospitais de isolamento e

mudanças, no entanto, estiveram marcadas por conflitos de diversas naturezas, que passavam por questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Em um processo de avanços e recuos, desenvolveu-se uma política sanitária no extremo norte do país.

Essa também foi a época em que se falou muito em prevenção. Não sem uma razão aparente. As ameaças de invasões epidêmicas deixaram as autoridades em constante estado de apreensão. Um dos grandes problemas que deveria ser enfrentado naquele tempo, por exemplo, eram as epidemias de varíola que assolavam diversas partes do mundo. No segundo semestre de 1891, chegou às mãos da Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados estaduais uma correspondência enviada pelas autoridades paulistas, que tratava do tema da vacinação e revacinação obrigatórias. A carta, que veio junto a um exemplar do diário oficial do Estado, procurou mostrar às autoridades paraenses o quanto teria sido “patriótico” o congresso de São Paulo ao ter aprovado “por unanimidade a lei de vacinação e revacinação obrigatórias”. Compararam-se as estatísticas das pessoas falecidas no ano anterior em terras paulistas com o número elevadíssimo dos falecidos em decorrência da varíola no Rio de Janeiro, que teria chegado a 3.000 pessoas no mesmo ano. O caso do Rio aparecia ainda mais alarmante se comparado com Londres, que teria uma população dez vezes maior que a capital da República, mas todos os habitantes dessa cidade eram sujeitos, “como em toda Inglaterra, à lei de vacinação e revacinação obrigatórias”<sup>22</sup>. A narração desses fatos deveria convencer o congresso paraense a seguir o exemplo paulista. E parece que convenceu. Em 24 de dezembro daquele ano foi aprovada a lei que estabelecia como obrigatória a vacinação e revacinação no Estado<sup>23</sup>.

---

a reestruturação dos serviços já existentes. Para o centro da cidade, por exemplo, havia um ambicioso projeto de engenharia sanitária que incluía a construção de uma rede geral de esgoto, alargamento, nivelamento e alimento das ruas, travessas e praças. As futuras edificações públicas deveriam seguir um plano que obedecesse à higiene e ao embelezamento das construções. Ao lado disso, propôs estudos do melhor calçamento das ruas e praças; estudo de saneamento das docas, do litoral e das obras do porto de Belém; estudo de drenagem do solo e das áreas alagadas. Para fazer frente à propagação das doenças infecto-contagiosas, foi proposto um serviço completo de isolamento; construção de hospitais de isolamento para leprosos - que não se realizou -, tuberculosos, doentes de febre amarela, variolosos e muitas outras doenças. Também, entre outras coisas, foi proposto um serviço completo nos hospitais e nos domicílios, uma tarefa que seria levada à frente na primeira década do século XX por Augusto Monte Negro e Antônio Lemos, governador do Estado e Intendente de Belém, respectivamente. Ver Mensagem dirigida ao Congresso do Estado pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de abril de 1898. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1890, p.18.

<sup>22</sup> Correspondência enviada no segundo semestre de 1891 à Comissão de Saúde do Congresso do Estado. Fundo: Câmara dos deputados. Série: projetos. Anos de 1891-1893. Cx: N° 80. N° do docto: 68.

<sup>23</sup> A lei nº 4 de 24 de Dezembro de 1891, que estabelecia a obrigatoriedade da vacinação e revacinação no Estado, enfatizava que a vacinação deveria ser feita desde os três meses de idade e a revacinação de dez em dez anos. Na mesma lei constava que o infrator, caso fosse maior de idade, ficaria sujeito à multa de vinte a cinquenta mil réis ou à prisão de três a oito dias; e quando menor, seriam responsáveis por eles os pais, tutores, curadores ou protetores. Ver. Coleção das Leis do Estado do Pará dos anos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900, p.21.

Obviamente, uma coisa é a letra da lei e suas medidas punitivas. Colocá-las efetivamente em prática é outra. São conhecidos os contornos violentos que tomou a política sanitária implementada no Rio de Janeiro no início do século XX, principalmente quando se tratou de fazer valer o projeto lei que tornava obrigatória a vacinação e revacinação no Estado. O episódio que ficou conhecido como “Revolta da Vacina” (1904) envolveu os mais diferentes sujeitos, unidos no combate ao projeto de vacinação obrigatória de autoria do médico sanitário Oswaldo Cruz. Na ocasião, Barbosa Lima, Lauro Sodré e outros políticos e intelectuais influentes da época cerraram fileira na linha de frente da “Liga Contra a Vacina”, aproveitando-se da situação para fazer oposição ao presidente Rodrigues Alves e mostrar o seu descontentamento com os rumos que a República havia tomado. Mas o que à primeira vista poderia parecer como um grupo homogêneo de pessoas lutando pela moralização dos preceitos republicanos que valorizavam a liberdade individual inscrita na Constituição, na verdade aglutinava as mais variadas motivações e pontos de vista sobre o campo da doença e da cura. Um deles era a perspectiva que os adeptos das religiões afro-brasileiras alimentavam a respeito dessa questão. Longe de ser apenas uma rejeição ou reação à imposição das medidas implementadas pelos médicos sanitários, boa parte da população da cidade envolvida no conflito acionou os princípios identitários que a ligava a uma longa tradição cultural, já passada por constates reelaborações com o decorrer dos tempos. Os grupos mais próximos dessas crenças religiosas imprimiam a sua própria lógica na interpretação que faziam da enfermidade, que ultrapassava as motivações objetivas do contágio, ligando-a a um fundo sobrenatural. Para essas pessoas, diferente dos doutores e sua vacina, o ritual religioso derivado de suas crenças é que era a forma pela qual se poderia combater a verdadeira origem do mal<sup>24</sup>.

Não existe precedente de uma revolta semelhante contra as políticas higienistas na Amazônia da época. Por outro lado, isso não significa dizer que as autoridades públicas eram mais tolerantes com as “classes perigosas” por estas bandas, ou que seus habitantes eram mais “ordeiros”, “passivos”. Os jornais da época, as correspondências trocadas entre as autoridades públicas e até mesmos os relatórios e as falas oficiais estão recheados das discussões e conflitos que envolvem o tema da higiene pública no Estado. Expurgos e desinfecção de residências e repartições públicas; quarentena de embarcações suspeitas de trazerem portadores de doenças infecto-contagiosas ao porto de Belém; isolamento de doentes;

---

<sup>24</sup> Sobre esse assunto ver PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

demolição de cortiços considerados ameaça à saúde pública; prisão e aplicação de multas para quem infringisse os preceitos higiênicos fizeram parte desse cenário impregnado de ideologia sanitarista. Entretanto, também foram componentes da mesma peça as atitudes ambíguas tomadas pelas autoridades quando se defrontavam com essas questões – prato cheio para os opositores de plantão! Estes não perderam a oportunidade de fazer críticas e tecer ironias à política de higiene oficial por meio da imprensa. Em agosto de 1900, por exemplo, alarmava-se que a bexiga (varíola) havia tomado conta da cidade. Tudo por culpa do “desorganizado serviço de higiene” e, principalmente, pela “má e relaxada superintendência desse serviço” que, segundo o articulista, deveria ser “o principal de qualquer Estado por implicar com a saúde pública”. O doutor Geminiano de Lyra Castro, inspetor da repartição sanitária, foi acusado de dar abrigo à epidemia, tendo sido “hospitaleiro”, dando-lhe “casa e povo para matar [...]” e deixando que a doença tomasse toda a cidade<sup>25</sup>. Um mês depois saía nas páginas do periódico uma denúncia sobre certa cocheira que se encontrava em estado de “imundice” na Rua do Rosário, e que pertenceria ao doutor Mariano de Aguiar, diretor da Saúde do Porto. Segundo o jornal, os vizinhos da cocheira estriam cansados de reclamar a respeito do caso e nada havia sido feito para “livrá-los daquele foco de miasmas” que concorreria para o “viciamento do ar atmosférico”, prejudicando a saúde das famílias que moravam ali próximo, “graças à relaxação” com que se permitia “estábulos imundos no centro da cidade”<sup>26</sup>. No final daquele ano, novamente o doutor Mariano de Aguiar voltava às páginas do noticiário, mas dessa vez para ser acusado de manter em tratamento, em sua própria residência, uma pessoa acometida de varíola. Conclui-se então que não era de se estranhar que o doutor Mariano de Aguiar, “além de ter o privilégio de manter cocheira imunda no centro da cidade, também podia “manter variolosos em casa”<sup>27</sup>. Nem é preciso dizer que, provavelmente, o cidadão comum, que lia notícias como essas nos jornais, não via a menor legitimidade na atuação de médicos higienistas que descumpriam os mesmo preceitos higiênicos que procuravam ditar para os outros.

Tempos confusos aqueles. As primeiras descobertas bacteriológicas começavam a lançar luz sobre a causa específica de certas enfermidades, criando-se mecanismo de imunização da população contra as mesmas<sup>28</sup>, mas ainda pairavam muitas incertezas sobre a

---

<sup>25</sup> “O tratamento da varíola”. Nemo. Folha do Norte, sexta-feira, 17 de agosto de 1900, p.1.

<sup>26</sup> “A cocheira do inspetor da Saúde”. Folha do Norte, quarta-feira, 19 de setembro de 1900, p.1.

<sup>27</sup> “Varíola oficial”. Folha do Norte, sábado, 22 de dezembro de 1900, p.1.

<sup>28</sup> No contexto europeu do final do século XIX, ocorreu um considerável avanço nos campos da biologia, química e fisiologia, surgindo também novas especialidades dentro da ciência médica. A pesquisa microbiológica promovidas por Louis Pasteur e Robert Koch levou à criação da imunologia por volta de 1900. A palavra “imunidade” – resistência a uma doença particular – foi sendo popularizada à medida que os

forma de propagação e meios de combater as mais diversas doenças epidêmicas, adotando-se medidas higiênicas que foram comuns durante todo o século XIX. Em 17 de agosto de 1899, um dos diários da capital alertava sobre a “lamentabilíssima desgraça” que teria sido o aparecimento da peste bubônica na cidade do Porto (Portugal), acreditava-se que “o germe patogênico” só atingiria Belém se viesse por vias marítimas. A recomendação era que se adotasse um serviço quarentenário rigoroso no porto da cidade, auxiliado por um serviço de desinfecção que deveria ser aplicado em um local isolado para evitar o contato entre as pessoas e barrar a invasão da peste<sup>29</sup>. Pouco mais de dois meses depois, sob a direção da Inspetoria de Higiene, autoridades sanitárias e médicos reuniram-se para dar combate a uma possível entrada da doença na cidade, declarando guerra aos ratos, por se entender que estes poderiam ser os transmissores da peste. As opiniões médicas sobre a questão foram publicadas nos diários, como a emitida pelo doutor Firmo Braga, deputado estadual. O clínico teceu comentários sobre o relatório produzido pelo Inspetor de Higiene, deixando transparecer as incertezas e dificuldades da medicina da época em lidar com uma doença que seria tão rápida em sua marcha, tão estranha pelos sintomas que apresentava, que se tornava difícil, “por vezes, firmar opinião exata sobre sua natureza”<sup>30</sup>.

Diante de tanta insegurança, não é de se estranhar que o cidadão comum ousasse dar sugestões sobre uma questão que, em tese, deveria ficar circunscrita à competência técnica dos esculápios. Em 24 de outubro daquele ano, no mesmo diário que o doutor Firmo Braga, dois dias depois, expressaria a opinião que foi comentada há pouco, um sujeito que se apresentava como “humilde leitor” da gazeta e dizia ter acompanhado o alarme levantado pela peste que ameaçava a cidade, sugeria “uma idéia, talvez considerada sem efeito”, acrescentava, “visto que ainda não tratarem dela como preventiva”, mas que lhe parecia “bastante eficaz”. O tal sujeito referia-se ao emprego do alcatrão, “[...] em fogueiras ou com as chamadas cabeças dessa substância, na encruzilhada de ruas e travessas, assim como nos quatro ângulos das praças [...]” ou onde quer que fosse “praticável, além do uso obrigatório, por combustão, no interior das casas”. Para reforçar a validade de uma sugestão que deveria ser abraçada pelo poder público, o cidadão lembrava que quem assim tinha empregado essa substância como meio profilático obteve “excelentes resultados em épocas epidêmicas,

---

pesquisadores tornaram-se mais familiarizados com as relações enigmáticas de infecção e resistência. Em relação à história da bacteriologia e da imunologia, ver FOSTER, W. D., *A History of Medical Bacteriology and immunology*. London: Hememann, 19170.

<sup>29</sup> “Em Guarda: a peste bubônica”. Folha do Norte, quinta-feira, 17 de agosto de 1899, p.1.

<sup>30</sup> “Explicações necessárias”. Folha do Norte, quinta-feira, 26 de outubro de 1899, p.2.

mesmo aqui no Pará [...]”<sup>31</sup>. Em um tempo em que não existia cura conhecida para as mais diversas doenças, governos, médicos e indivíduos continuavam recorrendo a métodos tradicionais. A queima de alcatrão e o uso das fogueiras foram práticas muito comuns no século XIX para enfrentar não só a peste bubônica, mas também muitas outras doenças epidêmicas, como foi o caso da pandemia de cólera que varreu o Novo e Velho Mundo em 1854, fazendo suas vítimas no Pará<sup>32</sup>. A sugestão de um sujeito anônimo, assim como as incertezas expressas nas palavras dos representantes da medicina oficial, traduzem maneiras diversas de intervir sobre as doenças, típicas de uma época em que não se tinha a menor idéia de como a enfermidade se propagava; típica de uma época em que as doenças zombavam da ciência.

### **1.1.2 Epidemias na República: lepra ou febre amarela, o que se deve combater?**

Por falar em “zombar da ciência” – uma frase que os médicos sempre empregavam quando se viam diante de uma epidemia ou de uma doença para a qual não havia meios seguros de debelá-la –, cólera, varíola, febre amarela, impaludismo, peste bubônica, tuberculose, sífilis e lepra foram uma constante nas primeiras décadas republicanas. Essas doenças receberam atenção diferenciada ao longo do tempo por parte das autoridades públicas. Para início de conversa, a lepra que já era um sério problema desde a época colonial na Amazônia, assumiu proporções avassaladoras no final do século XIX e início do século XX. Foi quando se começou a fazer pressão para que as autoridades republicanas isolassem e confinassem os portadores da doença em um local afastado do resto da população. Por muito tempo, os cuidados dos hansenianos estiveram sob responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, que se limitava em mandá-los para o asilo do Tucumduba, situado nos arrabaldes da capital paraense.

Essa medida esteve longe de impedir a disseminação da doença. Para se ter uma idéia, a situação era tão grave que, em 1897, no início do mandato do governo de José Paes de Carvalho, o Congresso Legislativo do Estado autorizou o governador a transferir o Hospital dos Lázarus do Tucumduba para uma ilha ou para qualquer localidade afastada da capital, “nas condições exigidas pela higiene, de modo a ficarem os elefânticos<sup>33</sup> inteiramente

<sup>31</sup> “Higiene pública e privada”. Folha do Norte, terça-feira, 24 de outubro de 1899, p.1.

<sup>32</sup> Sobre a epidemia de cólera no Pará, ver BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: UFPA, 2004.

<sup>33</sup> Os elefantíacos, aos quais os parlamentares se referiam, tratavam-se, na verdade, dos portadores de hanseníase. Nesse momento, ao que tudo indica, ainda havia uma enorme confusão entre os leigos a respeito da distinção da

afastados da população.”<sup>34</sup> Mas nada foi feito. No ano seguinte, o médico Eduardo Léger Lobão Junior, que há anos dedicava-se ao estudo da transmissão da doença no Pará, alertava para os perigos dessa “[...] bacilose que entre nós reina e abunda como os pés de mangueira e o calor brutal de nosso Sol de chumbo”<sup>35</sup>. No final da primeira década do século XX, a provedoria da Santa Casa chamava a atenção para o número de doentes que vinha aumentando de ano a ano, sendo que aqueles se recolhiam ao asilo – que por sinal tinha muita dificuldade para acolhê-los – eram unicamente os desprovidos de recurso ou os que eram enviados pela polícia, “[...] não tendo mais onde abrigar-se, porque a todos horroriza o seu triste estado [...]”. Ressaltava-se ainda que a enfermidade alastrava-se por todo o Estado, tomado tanto a capital quanto o interior, atingindo as famílias paraenses e seus descendentes<sup>36</sup>. A despeito da gritaria que se fazia na imprensa e lamentações que médicos e profissionais da saúde imprimiam em seus artigos, livros e relatórios, denunciando o quadro alarmante em que se encontrava a questão, tudo ficou só no papel e no gogó dos esculápios até a segunda década do século XX.

Muitos ensaios de combate à lepra ainda foram esboçados antes que se tomassem medidas mais efetivas para diminuir o avanço da doença. Em 1914, por exemplo, a Comissão que tratava da questão na Câmara dos Deputados estaduais, lembrava ao Senado da urgência de se executar a lei nº 1270, de 14 de novembro de 1912, “pelo menos em relação ao serviço sanitário especial, destinado a combater a lepra [...]”. Acrescentava-se que era sabido que a situação financeira do Estado não permitia “larguezas”, mas a verdade era que a lepra tinha se propagado de tal maneira entre a população, que não “era mais possível cruzar os braços e

---

lepra e outras doenças que apresentavam sintomas semelhantes a ela. A lei que procurava transferir os “elefantíacos” para um local isolado, longe do convívio social, foi fruto de uma longa discussão que ocorreu na Câmara dos Deputados estaduais sobre a rápida propagação da lepra. A elefantíase é geralmente atribuída aos sinais físicos característicos dos indivíduos portadores da filariose, como, por exemplo, o inchaço das pernas que as deixam parecidas com as dos elefantes. A filariose pode ser transmitida pela picada de um inseto vetor da microfilaria (Nematódio filarial), parasita responsável pela doença. Apesar do primeiro registro de microfilaria em seres humanos ter ocorrido a quase cento e cinquenta anos atrás (1863), essa doença ainda continua muito presente na região Amazônica. Sobre a relação da filariose com a elefantíase, ver IYENGAR, M. O T. *Annotated bibliography of filariasis and elephantiasis*. Nouméa, New Caledonia: South Pacific Commission, s. d.. Em relação à questão da filariose na região Norte do Brasil, Cf. FONTES, Gilberto et. al. Filariose linfática em Belém, Estado do Pará, Norte do Brasil e a perspectiva de eliminação. *Rev. Soc. Brás. Med. Trop.*, Abr 2005, vol. 38, nº. 2, p.131-136. Para outros estudos que analisam a situação alarmante em que se encontrava a disseminação da lepra nas primeiras décadas republicanas no Pará, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulo de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 273-304; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Assim eram os gafanhotos: pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. (Org.). *Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2008, p. 65-74.

<sup>34</sup> Lei n.º 457 de 20 de fevereiro de 1897. Atos do Governo, pp. 5-6.

<sup>35</sup> LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. *Ainda a Lepra*. Pará: Typ. de Tavares Cardoso & Cia, 1900, p.7.

<sup>36</sup> Santa Casa de Misericórdia: relatório do ano de 1907. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p.13.

deixar de atender aos reclamos unânimes do corpo médico paraense”, o qual denunciava “o desenvolvimento rápido dessa terrível enfermidade como um perigo iminente em um futuro próximo”<sup>37</sup>. Propôs-se então um fundo para a reforma desses serviços, que consistia em dar nova autorização ao Governador, dentro do exercício financeiro, para mudar o Hospital do Tucunduba e dar novas instalações a essa instituição na ilha de Cutijuba ou em Marauá, ou mesmo em qualquer lugar onde o governador achasse eficiente. Entretanto, como sempre havia ocorrido nas décadas anteriores, apesar do tom desesperador que acompanhou a correspondência trocada entre as autoridades, nada foi feito naquele ano, nem nos dois que se seguiram.

Por volta de março de 1917, cerca de três anos depois, mesmo em meio à crise econômica da borracha, o governo estadual mostrou-se interessado em encampar o hospital-asilo do Tucunduba, mas o médico José Cyriaco Gurjão, diretor do serviço sanitário do Estado, informou que, naquele momento, parecia-lhe que isso não poderia ser feito “com o resultado que se teria em vista”, tal era “a radical transformação a fazer-se”, o que traria “não pequenas despesas.” Na opinião do diretor, se fosse para deixar tudo como estava, melhor seria então que a própria Santa Casa continuasse a dirigi-lo, até que a profilaxia da lepra pudesse ser “entre nós uma realidade”. Se, porém, o Estado pudesse operar as transformações necessárias, urgia colocá-las em prática, “evitando, assim, que a moléstia” assumisse “proporções assustadora, transformando a nossa cidade em uma cidade de leprosos”<sup>38</sup>. Isso mostra o quanto a questão da lepra havia se agravado ao longo da Primeira República no Pará. Paradoxalmente, dava-se muito alarme, mas pouco se fazia para impedir a propagação da doença. O asilo que abrigou por tanto tempo os hansenianos já não podia nem mais ser considerado um hospital de isolamento, mas “antes um atentado à saúde pública”. Tudo porque estando em um terreno bem próximo à cidade, e em comunicação freqüente com ela, abrigava cerca de duzentos leprosos, “habitando dois pavilhões e diversas barracas, construídas a esmo e sem conforto necessário”<sup>39</sup>. Cada pavilhão e barraca asilava um número de leprosos além da capacidade de lotação, pois dia a dia estaria aumentando o número de doentes, que até espontaneamente procuravam aquele asilo. Entretanto, havia ainda algo mais grave, que tirava o sono das autoridades higiênicas:

---

<sup>37</sup> Secretaria da Câmara dos Deputados, Belém, 19 de setembro de 1914. Ver, Fundo: Câmara do Senado. Série: Offícios. Ano: 1914. Cx: nº 118. Nº Doctos: 14.

<sup>38</sup> Correspondência enviada pelo diretor do Serviço Sanitário do Estado ao Secretário Geral do Estado. Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário do Estado. Série. Cópias de ofícios expedidos a diversas autoridades. Período: 1917.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*.

Estes doentes, porém, ficam retidos ao hospital, saindo e entrando as vezes que entendem! Alguns mesmo fazem comércio com indivíduos sãos, vendendo os alimentos que lhes são distribuídos! Entretanto, como impedir semelhante abuso em um Asilo que nem cercado é? Além disso, a permanência de um hospital tão vizinho do centro da cidade, constitui um grave problema para a população indeme, ainda mais se mantivermos em consideração a moderna teoria da transmissibilidade da moléstia por inseto hematófago tão abundante entre nós [...]”<sup>40</sup>

A lepra é uma doença que pode durar vários anos e cujo ritmo de desenvolvimento defere de pessoa para pessoa. A causa da doença é atribuída hoje em dia a uma microbactéria próxima do agente da tuberculose, o bacilo de Hansen. Doença polimorfa, a lepra pode se revestir de duas formas extremas, chamadas *polares*. A forma lepromatosa, mutilante, de evolução grave e contagiosa, aparece em sujeitos desprovidos de resistência imunitária ao *Mycrobacterium leprae*. Essa forma é menos freqüente que a tuberculóide, pouco ou nada contagiosa e que se pode associar placas despigmentadas e insensíveis a paralisias diversas, sendo que entre as duas formas existe toda uma gama de síndromes variadas. O bacilo da lepra, descoberto por Hansen em 1897, mostrou que a lepra era uma doença infecciosa, que se disseminava sobretudo através do muco nasal, da saliva, de lesões cutâneas ou supurosas, transmitindo-se diretamente ou por meios usuais<sup>41</sup>. É provável que os médicos paraenses já soubessem disso, entretanto, em um tempo que já se falava que as doenças tropicais<sup>42</sup> eram transmitidas por insetos vetores como o “barbeiro” e os mosquitos, os esculápios, baseados nas “teorias modernas”, não deixaram de pensar que talvez a lepra também pudesse ser transmitida por um mosquito hematófago, aumentando a confusão que pairava sobre a forma de propagação da doença. Sem um tratamento eficaz, o confinamento dos doentes ainda era a

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> BÉNIAC, Françoise. O medo da lepra. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, pp. 144-45.

<sup>42</sup> A medicina tropical como especialidade surge na década de 1870, refletindo a era do imperialismo, quando os grandes poderes trabalhavam para colonizar as partes menos “civilizadas” do globo. Cientistas envolvem-se em uma difícil mistura de competição e cooperação. As doenças como malária e cólera, que se manifestavam principalmente na Ásia, África e América Latina, tornaram-se grandes problemas para expansão imperialista, considerando-se os tópicos como túmulo do homem branco. Cada uma dessas doenças era apenas mencionada como “tropical”, no sentido de que eram mais comuns nos climas quentes; e certas doenças – por exemplo, esquistossomose no Valle do Nilo – pareciam ser restritas quase que exclusivamente restrita ao clima quente e aos seus habitantes. A explicação para as doenças dos climas quentes foi por bastante tempo assentada na teoria do ambiente miasmático: o calor produzia várias febres e tendências à putrefação. No entanto, no final do século XIX, emergiria outra explicação, cujo pioneiro foi escocês Patrick Manson. Ao estudar a elefantíase, ele foi capaz de demonstrar que esta era causada por um parasita – um verme nematódeo chamado *Filaria* ou *Wuchereria* – disseminado por picada de mosquitos. Esta foi a primeira doença que foi demonstrada como sendo transmitida por um inseto vetor. Em 1899, Manson ajudaria a fundar a Escola de Medicina Tropical de Londres. Seu *Tropical Disease* (1898) (Doença Tropical) delineava a nova especialidade, enfatizando que a entomologia, a helmintologia e parasitologia eram as chaves para a compreensão das doenças exclusivas dos climas quentes. Cf. POTER, Roy. et al. *História ilustrada da medicina*. Cambridge: Revinter, p. 187. Para uma visão mais detalhada sobre o papel da medicina tropical no contexto do Imperialismo do final do século XX, ver HAYNES, Douglas Melvin. *Imperial medicine: Patrick Manson and conquest of tropical disease*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

única arma que poderiam contar, e mesmo este velho método vinha mostrando-se precário há muito tempo por falta de um local adequado para manter os doentes afastados da população sã, com quem ainda mantinham muito contato.

De qualquer forma, o final da década de 1910 parece finalmente ter mostrado uma nova postura do governo com relação a uma questão que já vinha preocupando alguns médicos desde o final do século XIX. Reuniões para debater o tema e campanhas para arrecadar doações para a construção de um novo asilo, entre outras iniciativas, foram largamente anunciadas na imprensa a partir de então<sup>43</sup>. O governo do Estado fez o máximo de esforço para ver os leprosos longe da cidade. No início dos anos vinte, a tarefa de combater o avanço da lepra foi passada ao encargo do governo da União, que transferiu os hansenianos para o sítio onde em outros tempos havia existido a colônia do Prata, situado à margem esquerda da Estrada de Ferro de Bragança. Dessa empreitada participou o afamado médico Heráclides de Souza Araújo, que também era diretor da Profilaxia Rural no Estado. Mas a “cruzada” contra a lepra esteve longe de restringir-se apenas aos esforços governamentais e médicos. Basta lembrar que um dos que mais se empenharam na tarefa da construção do novo asilo foi o escritor Vicente de Abranches, ele mesmo um portador da doença. Seus artigos nos jornais davam o tom da nova postura que se deveria adotar a partir dali. Vicente de Abranches dizia que o “Leprosário do Prata” deveria ser “amparado e auxiliado da parte de todos, do governo do Estado, do município e do povo, sempre tão generoso em prol dos infelizes proscritos da comunhão social”<sup>44</sup>. Entretanto, todo esse apelo à comoção social, onde se evocava os princípios da caridade para com os pobres hansenianos, não deve nos fazer esquecer de que, por quase três décadas de regime republicano, jamais houve um empenho tão grande em combater avanço da doença por parte do governo e de tantas personalidades ilustres. A meu ver, essa postura nasce justamente porque, na década de 1910, a doença já havia rompido em muito o círculo de convivência da arraia-miúda, fazendo suas vítimas no seio da própria elite paraense. Dois pesos, duas medidas!

Muito diferente foi a tratamento dado à febre amarela. Esta doença desde cedo recebeu uma atenção especial por parte do governo e das autoridades sanitárias, ainda que inicialmente as medidas para combater o mal amarelífico tenham se mostrado improfícuas. Se

---

<sup>43</sup> Talvez o episódio mais representativo dessa nova postura em relação ao combate à lepra tenha sido a reunião entre as autoridades públicas, realizada no início do segundo semestre de 1917. Na ocasião, Lauro Sodré, já no seu segundo mandato com governador do Estado, fez questão de participar das discussões e ouvir a opinião dos médicos que propunham medidas para se combater a propagação da doença. Assim como as outras campanhas de profilaxia da lepra, a reunião foi anunciada pela imprensa. Ver “A profilaxia da lepra”. Folha do Norte, sexta-feira, 13 de julho de 1917, p.1.

<sup>44</sup> A reprodução dos apelos feitos pelo escritor Vicente de Abranches podem ser encontrada em COSTA, Cândido. *Livro do Centenário*. Belém: Typ. Guajarina, 1924, p.306.

havia muitas incógnitas sobre a etiologia e profilaxia da lepra, não foram menos complicados os caminhos que levaram os médicos a conhecerem os verdadeiros transmissores da febre amarela. As epidemias dessa doença haviam causado muitas vítimas desde o início da segunda metade do século XIX na Amazônia, mas também em várias outras partes do mundo, gerando problemas para a implantação do imperialismo europeu e embaraços para os projetos de imigração estrangeira para o Brasil<sup>45</sup>. Principalmente porque a doença atingia justamente esses recém-chegados aos trópicos. Febre alta seguida de uma queda brusca na temperatura, dores de cabeça, icterícia, vômito negro e delírio, aspecto amarelento da pele, eram alguns dos sintomas a que se atribuía a presença da enfermidade. Mas ninguém sabia ao certo qual era a sua causa. Foi também no final desse século que se construiu a maior parte dos hospitais destinados ao tratamento e isolamento dos portadores de doenças infecto-contagiosas no Pará. Em 1900, o Governador José Paes de Carvalho inaugurou o “Hospital São Sebastião”, que teve o início de sua construção ainda no governo de Lauro Sodré, e que deveria dar conta dos variolosos. Naquele mesmo ano, o governador inaugurou um outro hospital para tratar prioritariamente de pacientes atingidos pela febre amarela, o qual foi batizado de “Hospital Domingos Freire”. Este último hospital foi palco de um importante episódio que nos dará a oportunidade de percebermos o estágio em que se encontrava a medicina dos doutores, especificamente daqueles que faziam parte das instituições oficiais do Estado, além de nos revelar como os temas mais gerais ligados à “medicina tropical” começavam a ser tratada em terras amazônicas.

Tenhamos em conta que havia muitas controvérsias no interior das confrarias científicas do final do século XIX, sobretudo quando se tratou de definir quais seriam os agentes causadores da febre amarela e os meios de combatê-los, como já foi dito. A hipótese da transmissão dessa doença pelo mosquito foi formulada pelo médico cubano Carlos Juan Finlay, 1880-1881, e, posteriormente, demonstrada pela equipe de médicos norte-americanos chefiada por Walter Reed, em 1900<sup>46</sup>. Não vou entrar nos detalhes desse processo, meu interesse, como fiz questão de ressaltar antes, é mostrar como os esculápios paraenses estavam compartilhando desse debate mais amplo. Sabe-se também que em 1900, Walter

---

<sup>45</sup> Para um estudo abrangente a respeito da febre amarela no Brasil, ver LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006; sobre a história da febre da amarela, ver DELAPORTE, François. *The history of yellow fever: an essay on the birth of tropical medicine*. Cambridge: MIT Press, 1991; Para um estudo que trata especificamente das dificuldades que os imigrantes europeus do século XIX encontraram nas regiões tropicais, consultar CULTRIN, Phillip D. *Death by migration: Europe's encounter with the tropical world in the nineteenth century*. New York: Cambridge, 1989.

<sup>46</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre Amarela e a Instituição da Microbiologia no Brasil*. In. HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2004, p.74.

Mayer e Hebert E. Durham, médicos ingleses da recém-fundada Liverpool School of Tropical Medicine<sup>47</sup>, iniciaram uma expedição ao Brasil para investigar a febre amarela. O encontro desses médicos com os médicos norte-americanos e cubanos, segundo Benchimol, foi uma escala da viagem que resultou na implantação de um laboratório que funcionou intermitentemente no interior da Amazônia. Ainda em 1900, Durham e Myers traziam uma hipótese genérica – a transmissão da febre amarela por um inseto hospedeiro – que ganhou maior consistência com as informações recolhidas em Cuba. Em setembro daquele ano, publicaram um artigo que expressava o seu ceticismo em relação ao bacilo de Sanareli, elogiando as idéias de Finlay e demarcando incógnitas que deixavam entrever os contornos do vetor animado da febre amarela.<sup>48</sup> Poucos dias antes disso acontecer, precisamente no dia 30 de agosto, segundo um dos diários de Belém, os médicos ingleses visitaram o Hospital Domingos Freire, onde se encontravam os doentes acometidos de febre amarela no Pará. Na ocasião, os visitantes foram acompanhados pelo governador José Paes de Carvalho, pelo cônsul inglês, pelo diretor do Instituto Lauro Sodré e pelos doutores Thomas de Mello, Geminiano de Lyra Castro, Francisco Miranda e Corrêa Mendes, sendo recebidos pelo diretor do hospital, João Pontes de Carvalho<sup>49</sup>.

Anfitriões e visitantes caminharam pelos corredores do hospital, observando todas as dependências do edifício, sendo o diretor da instituição, como informa a matéria do jornal, “prodigioso em explicações e informações que os médicos ingleses buscavam saber com verdadeiro interesse.” Os médicos bacteriologistas teriam se impressionado com o que viram a ponto de declarar “que nunca cuidaram encontrar no Pará tantos e tão bons elementos para a eficácia dos seus trabalhos”. Sua satisfação teria sido ainda maior ao reconhecerem o quanto o hospital paraense para amarelos era superior ao de Havana, onde já haviam estado, tanto nas proporções como no conforto. Os médicos ingleses teriam encontrado um edifício novo, bem lançado, em excelentes condições higiênicas, servido por um corpo de irmãs caridosas e inteligentes e dispendo de um razoável gabinete de análises fornecido do material ligeiro, necessário para toda sorte de pesquisa microscópica. Naquele momento, os médicos ingleses ainda tiveram a oportunidade de “observar os casos de febre amarela em diversos graus, formas e períodos, sendo a propósito de cada um deles informados e elucidados pelos doutores Paes de Carvalho e Pontes de Carvalho”. Notou-se que os sinais das infecções úricas

---

<sup>47</sup>Para uma história da Liverpool School of Tropical Medicine, ver POWER, Helen J. *Tropical Medicine in the twentieth century : a history of Liverpool School of Tropical Medicine*. New York: Columbia University Press, 1999.

<sup>48</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit.

<sup>49</sup> “Visita ao Hospital da Febre Amarela”. Folha do Norte, sexta-feira, 31 de agosto de 1900, p.1.

e das demais intoxicações secundária “havia atraído vivamente a atenção dos observadores ingleses, que de tudo pediam informações, estudando a papelada de cada doente”. Para facilitar os estudos da ilustre comissão científica, o governador pôs à sua disposição dois compartimentos do novo edifício anexo do hospital. No final da visita, o doutor Pontes de Carvalho ofereceu aos visitantes uma coleção dos trabalhos de doutor Domingos Freire sobre assuntos bacteriológicos, particularmente sobre a febre amarela. Dada por encerrada a vista às nove e meia da manhã, os médicos ingleses aproveitaram para tirar várias fotografias do grupo dos visitantes e do edifício, tarefa que coube a Durham<sup>50</sup>.



Foto 1: Hospital Domingos Freire (Belém) – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.237.

Temos, então, alguns pontos fundamentais desse diálogo. Primeiramente, isso mostra o quanto uma parcela dos médicos paraenses estava muito bem informada sobre os debates mais importantes que circulavam em meio às associações científicas do Brasil e do mundo. É claro que até esse momento – e essa é a principal questão que deve ser observada aqui – a hipótese de que a febre amarela poderia ser transmitida pela picada de um mosquito infectado ainda não havia sido confirmada. Não surpreende que, ao final da visita, Pontes de Carvalho tenha oferecido à comissão inglesa uma coleção das obras de Domingos José Freire Junior. Este bacteriologista, cujo hospital que os ingleses haviam visitado foi batizado com seu nome, tinha sido um dos principais mentores intelectuais da reforma do ensino médico no Rio de Janeiro (1880-1889), onde se daria ênfase na ciência experimental e no ensino prático em laboratório. Por volta do primeiro semestre de 1883, Domingos Freire havia desenvolvido uma vacina contra a febre amarela com o *Cryptococcus xanthogenius*, uma planta

<sup>50</sup> Idem.

microscópica cuja virulência ele atenuou por meios de técnicas recém-descobertas por Pasteur. A vacina contra a febre amarela produzida por Domingos Freire foi amplamente difundida no Brasil, alçando Porto Rico, Jamaica, as Guianas e outras colônias da França, mesmo tendo sua eficácia posta em dúvida por seus adversários<sup>51</sup>. O que os ingleses fizeram com as obras de Freire, isso nada sei, mas, provavelmente, a visita que fizeram ao hospital paraense e as trocas de informações que tiveram com os esculápios do Pará, devem ter, de alguma forma, contribuído para o artigo que lançariam poucos dias depois, endossando as idéias de Finlay.

Em todo caso, a referência às obras de Freire e toda a atenção dada à visita da comissão médica inglesa são fatos bastante reveladores de como os médicos paraenses estavam inserido nesse debate mais amplo. E porque não dizer, reveladores também de parte do arsenal terapêutico que esses esculápios faziam uso no tratamento dos doentes de febre amarela no Pará. É provável que nesse momento, quando não se tinha certeza de que o mosquito exercia o papel de vetor da febre amarela, os médicos paraenses tenham aplicado a vacina desenvolvida por Domingos Freire contra um suposto germe responsável pela doença em muitos dos enfermos que se encontravam no hospital. Como a tal vacina não produzia os efeitos que se esperava, isso deve ter alimentado ainda mais as desconfianças de uma população pouco afeita à medicina dos doutores. A teoria microbiana das doenças, pelo menos entre alguns médicos que passavam a assumir a direção das instituições de saúde oficiais – como era o caso do próprio Pontes de Carvalho –, vinha ganhando espaço no final do século XIX no Pará. Não custa lembrar que no início do século XX cresceu a euforia em várias partes do mundo decorrente da possibilidade de se aplicar o princípio da vacinação preventiva e da soroterapia curativa em todas as doenças causadas por micróbios. O ataque obedecia a um procedimento que vinha se difundindo e se padronizando pouco a pouco: descoberta do suposto germe, cultura, produção de colheitas atenuadas geradoras de vacinas e de soros<sup>52</sup>. Muitas das vacinas contra a febre amarela e outras enfermidades foram produzidas nesse contexto, revelando-se em verdadeiras ilusões na cura das doenças, como foi o caso daquela produzida por Domingos Freire.

Contudo, mesmo depois que se provou que a febre amarela era transmitida pela picada do mosquito conhecido na época como *Stegomyia fasciata* (atualmente, *Aedes aegypti*), a polêmica sobre o tema não se encerrou entre os esculápios nacionais. Muitos clínicos

---

<sup>51</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., pp. 57-88.

<sup>52</sup> MOULIN, Anne Marie. Os frutos da ciência. In: LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, p.95.

apegados às antigas tradições médicas mostraram-se cético diante da novidade. Em São Paulo, por exemplo, o apoio dado à teoria havanesa por parte das autoridades públicas e dos médicos do serviço sanitário do Estado foi duramente criticado por outros membros da comunidade médica paulista, obrigando os primeiros a realizarem uma série de testes que deveriam provar a validade da tese da transmissão da febre amarela por meio um mosquito vetor. As querelas e as polêmicas das experiências realizadas pelos médicos paulistas que se envolveram nessa questão foram bastante longas, ocupando os jornais de São Paulo até o mês de junho de 1903<sup>53</sup>. Em meio a esse processo, decorrido alguns anos da visita da comissão inglesa à Amazônia, os médicos paraenses já podiam dizer que conheciam a forma de transmissão da febre amarela. Entretanto, somente a partir de 1910, com o início da campanha desenvolvida por Oswaldo Cruz em Belém, desencadeou-se um verdadeiro combate à enfermidade nas áreas centrais da capital paraense com resultados convincentes<sup>54</sup>. Até então, as campanhas levadas à frente pelo serviço sanitário do Estado haviam se mostrado pouco eficientes. Por outro lado, isso não deve ofuscar o forte empenho das autoridades públicas em livrar o Pará da febre amarela durante as primeiras décadas republicanas, uma vez que essa enfermidade é que era considerada o maior empecilho para o avanço da civilização nos trópicos. Por isso, as tentativas de debelar a febre amarela, que matava principalmente os imigrantes europeus, elemento civilizador, foram tão freqüentes, mesmo quando não se sabia qual era a causa específica da doença<sup>55</sup>. Dois pesos, duas medidas!

Em época de incertezas, ou de certezas absolutas que caíam por terra, como então não duvidar da terapêutica dos doutores, quando nem eles mesmos se entendiam acerca da eficácia de seus métodos? Por essas e outras, um dos médicos vacinadores de Belém, por volta de 1915, viu-se em meio a sérias dificuldades quando tentou fazer valer o princípio da vacinação obrigatória na capital. O caso foi parar nas mãos da mais alta esfera administrativa do município. O esculápio, muito ressentido de ter sido feito de bobo por várias vezes, levou suas queixas diretamente ao conhecimento do Intendente. A questão girava em torno de um

---

<sup>53</sup> Ver ALMEIDA, Marta de. Tempo de laboratório, mosquitos e seres invisíveis: as experiências sobre a febre amarela em São Paulo. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulo de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 122-160.

<sup>54</sup> Sobre a campanha de profilaxia da febre amarela realizada por Oswaldo do Cruz em Belém, ver AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à vacina? Doença, saúde e prática médico-sanitária em Belém (1901-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

<sup>55</sup> A política de combate à febre amarela no Pará foi semelhante a que ocorreu no Rio de Janeiro. Assim como na Capital Federal da época, a prioridade em combater a febre amarela, em detrimento de outras doenças, estava intimamente relacionada à necessidade de atrair imigrantes europeus para a região. Sobre o caso do Rio de Janeiro, ver CHALHOUB, Sidney. “A guerra contra os cortiços: cidade do Rio, 1850-1908”, *Primeira Versão*, n° 19. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1991.

tal João Marques de Figueiredo que, dizendo-se cidadão português e vendedor de café, residente à rua 28 de Setembro, apresentou-se à seção onde médico queixoso trabalhava, no início de junho daquele ano, a fim de matricular-se, como rezava a cartilha da higiene. Acontece que um mês depois do ocorrido, voltou à seção o mesmo sujeito, mas dessa vez dizendo-se chamar Matheus Marques dos Santos, empregado no comércio. Constatando o “embuste”, o médico mandou intimar o verdadeiro dono do nome, para “esclarecer esta mistificação”. Comprovada a veracidade do crime, o clínico pediu ao Intendente que desse “o castigo necessário a esses indivíduos a fim de fazer cessar semelhante burla que freqüentemente se reproduzia e que apesar das providências tomadas”, dizia o médico, “não consegui ainda evitá-la”<sup>56</sup>.

Não teve melhor sorte o doutor Luiz Agapito de Moura, médico do Serviço Sanitário do Estado, designado para seguir para o município de Baião em fins janeiro de 1917, tendo a missão de combater uma epidemia de gripe que teria aparecido por lá. Ele informou aos seus superiores que, quando chegou à localidade, achou a gripe grassando epidemicamente, mas em caráter benigno, ao mesmo tempo em que o impaludismo atacava a população, pois a zona, segundo o clínico, era “muito palustre por sua topografia, auxiliada à indolência popular. Com a fertilidade do solo e a facilidade da vida”, ressaltou, “se fosse um povo trabalhador, seria o município mais próspero do estado; porém, a sua negligência ainda lhe faz com que seja um dos mais pobres”. Para completar sua frustração, o médico teve que voltar com todas as ampolas para as injeções que havia levado “[...] por não terem sido aceitas pelo povo, tal é a sua ignorância”<sup>57</sup>. Situações como essa, seja no interior ou na capital do Estado, foram bastante comuns durante toda a Primeira República no Pará. Médicos achando que prestavam um grande serviço aos doentes, e por isso se viam no direito de serem aceitos e terem suas prescrições seguidas à risca, sendo sinal de “ignorância” ou sinônimo de atraso qualquer recusa aos seus métodos e pressupostos “científicos”. Do outro lado, no entanto, estava a população, que partindo da sua própria interpretação da questão, não via nada de grande valor na figura do médico, incluindo aqueles que se julgavam salvadores da pátria, como era o caso dos higienistas.

---

<sup>56</sup> Secretaria Municipal de Belém, 1 de julho de 1915. Fundo: Serviço Sanitário. Série: ofícios à várias intendências, 1915. Volume: 11.

<sup>57</sup> Ofício enviado pelo médico Luis Agapito de Moura ao diretor do Serviço Sanitário do Estado, em 27 de janeiro de 1917. Fundo: Serviço Sanitário: Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1915-1917. Volume:12.

### 1.1.3. Hospitais e instituições de assistência à saúde pública

Sem sombra de dúvida, a virada do século XIX para o século XX inaugurou uma nova fase das políticas públicas voltadas à área da saúde no Pará. Durante as primeiras décadas republicanas, os moradores de Belém viram uma série de instituições ligadas ao que chamavam de socorros públicos dominarem a paisagem urbana da cidade. Algumas passaram a existir apenas a partir do advento da República. Outras, que já existiam, sofreram reformas e adaptações em suas instalações durante o novo regime. Além dos hospitais Domingos Freire e São Sebastião, já citados aqui, havia o Hospital da Caridade e o Asilo dos Alienados - todos eles sob a direção e administração da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Existia o Lazareto do Tatuoca, cedido ao Governo Federal para os serviços quaternários aplicado às embarcações que chegavam ao porto da cidade. Contava-se também com o Hospital Militar Federal, Hospital da Marinha, Hospital Militar do Estado e a Escola de Farmácia. Entre as instituições particulares, destacavam-se o Hospital Dom Luiz I, de propriedade da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, que acolhia seus associados e os indigentes que o procuravam; e o Hospital de São Francisco, pertencente à Venerável Ordem Terceira de São Francisco, quase privativo dos irmãos enfermos. Mas em momentos difíceis, como nas épocas mais agudas de epidemias, a população pobre às vezes podia contar com as associações de caridades que se empenhavam na tarefa de socorrer os desvalidos e doentes sem assistência. Entre as mais destacadas da época estavam a Liga Humanitária, a Sociedade das Damas da Caridade, a Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, a União Salvaterrense, a Sociedade Beneficente Estrela do Oriente<sup>58</sup> e a União Espírita Paraense<sup>59</sup>. Na década de dez do século XX, o governo do Estado procurou implantar o Instituto Pasteur para produzir vacina contra a raiva, doença que se tornava cada vez mais freqüente entre a população pobre da região. Entretanto, nessa época, sob iniciativa e orientação de alguns grupos de intelectuais e profissionais da saúde, fundou-se uma série de instituições que visavam atuar em vários campos da vida social, mas principalmente na área da saúde e do ensino superior. Entre elas, o Instituto de Proteção e Assistência à Criança, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade e

---

<sup>58</sup> Sobre essas instituições Cf. CAMPOS, Américo. “Hygiene”. In: Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil: O Pará em 1900. Pará-Brasil: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp.113-19.

<sup>59</sup> A respeito do momento em que se funda a União Espírita Paraense e o compromisso caritativo assumido pela mesma, ver “Associação Espírita”. Folha do Norte, segunda-feira, 21 de maio de 1906, p.1.

Medicina do Pará<sup>60</sup>. Essas instituições passaram aos poucos para a responsabilidade do Estado.

Como já falei no começo deste tópico, os serviços de saúde prestados pelos governos republicanos tenderam a se concentrar na capital do Estado à medida que a cidade crescia. A atenção que se deu à salubridade de Belém, que o governador Paes de Carvalho chegou a chamar de “cérebro do Estado”<sup>61</sup>, acabou deixando o interior em segundo plano. Ainda nos primeiros anos republicanos houve um certo esforço para socorrer a população do interior que era constante atacada por “febres de mal caráter” – nome genérico dado à toda espécie de manifestação febril decorrente das mais diversas doenças infecto-contagiosas. Em 1894, na primeira administração de Lauro Sodré (1891-1897), criou-se o cargo de médicos regionais, os quais deveriam prestar socorro integral às localidades do interior, bancados pelos cofres estaduais<sup>62</sup>. Apesar de bastante precária, essa política procurou manter a presença dos esculápios diplomados nos lugares mais distantes da capital. Até aí a preocupação das autoridades republicanas esteve claramente dividida entre a capital e o interior do Estado. A partir de 1898, no entanto, essa relação começaria a mudar. Foi justamente quando o governador Paes de Carvalho já havia assumido a direção do Estado, passando a realizar uma série de mudanças na administração estadual, voltando-se quase que inteiramente para o saneamento de Belém, tendo a seu lado o senador Antônio Lemos<sup>63</sup>, intendente da capital que ficaria conhecido como modernizador da cidade, a exemplo de Pereira Passos no Rio de Janeiro na mesma época. Uma das primeiras medidas tomadas por Paes de Carvalho quando procurou reformar os serviços sanitários do Estado, foi justamente decretar o fim da categoria

---

<sup>60</sup> Informações mais detalhadas sobre a fundação dessas instituições podem ser encontradas em Pará-Médico: Archivo da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará, vol. 8, n.10. Belém, 1922.

<sup>61</sup> Paes de Carvalho. Op.cit., p. 18.

<sup>62</sup> Em maio de 1894, foram criados os cargos de médicos regionais. Esses médicos deveriam atuar em todo o território do Estado, o qual ficou dividido em quinze regiões, tendo cada uma um município escolhido como centro. De acordo com o projeto aprovado pelo Congresso legislativo do Estado, a nova categoria de médicos regionais obedeceria as seguintes disposições: a nomeação dos médicos deveria ser feita pelo próprio governador; para cada região seria nomeado apenas um médico; o médico deveria residir no município indicado como centro da respectiva região; o médico deveria percorrer toda a região a seu cargo, munido de uma ambulância de medicamentos fornecida uma vez por mês; deveria prestar serviço médico-cirúrgico à população pobre sem remuneração alguma; o médico deveria apresentar à Diretoria de Higiene Pública, semestralmente, um relatório circunstanciado, fornecendo dados sobre a profilaxia e a etiologia das doenças mais frequentes, sobre a terapêutica mais eficaz, e ainda sobre a mortalidade observada; cada médico teria como vencimento a gratificação anual de seis contos de réis, que seria elevada em casos de epidemias; e, por fim, em circunstâncias anormais, o médico de uma região auxiliaria o de outra mediante determinação do governador. Ver Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. vol. 4. Pará. Imprensa Oficial, 1894, p.139.

<sup>63</sup> Sobre a atuação e a biografia do intendente Antônio Lemos em Belém, ver SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do velho do intendente: Antônio Lemos, 1869-1973. Tese de Doutorado em história social, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1998.

de médicos regionais, fragilizando ainda mais uma assistência que já tinha muitos problemas para se realizar<sup>64</sup>.

Durante quase toda Primeira República, os moradores do interior do Estado raramente viram a figura de médicos e farmacêuticos diplomados passar por suas vilas e povoados. No mais das vezes, esses profissionais davam as caras quando eram enviados pela Inspetoria de Higiene para atender aos chamados das autoridades locais todas as vezes em que se viam em meio a uma epidemia. Essa situação quase não mudou até o final da década de dez do século XX. O procedimento mais comum era o envio de uma comissão médica provida de uma ambulância de medicamentos e vacinas para serem distribuídas entre os indigentes atingidos por algum surto epidêmico. Somente no segundo mandato de Lauro Sodré (1917-1921), a preocupação em prover o interior de uma assistência médica mais efetiva voltou novamente a ser cogitada pela política oficial do Estado – inclusive com a ressurreição do projeto dos médicos regionais que havia sido um dos pilares das ações na área da saúde durante o primeiro mandato desse republicano histórico<sup>65</sup>. Entretanto, essa política de assistência ganhou uma maior visibilidade somente na terceira década do século XX, quando o médico e governador Souza Castro fechou acordo com o governo Federal para a implantação do programa de Profilaxia Rural no Pará, semelhante ao que vinha sendo implementado em todo o Brasil.

Contudo, até que esse tipo de política fosse posta em prática, a precariedade no socorro às vítimas de epidemias ou de qualquer outra doença foi a regra nas localidades do interior do Estado. Por outro lado, apesar das instituições de saúde terem sido erguidas na

---

<sup>64</sup> Em 1898, o governador José Paes de Carvalho foi autorizado a fazer uma nova reforma do serviço sanitário, criando uma outra relação entre o Estado e os municípios na área da saúde. Entre várias modificações, o código sanitário deveria deixar bem definida a relação entre Estado e município, devendo ficar a cargo deste último o estabelecimento de fornos de incineração do lixo e dos detritos orgânicos, asseios das ruas e serviço de assistência pública. Dentro da política higiênica levada à frente por Paes de Carvalho, na qual a capital do Estado deveria ser prioridade, a reforma sanitária realizada no seu governo suprimiu os cargos de médicos regionais. Para não dizer que houve um completo descaso com o interior, a reforma previa que, aos municípios que organizassem os seus serviços médicos, seria concedido um auxílio de duzentos a quatrocentos mil réis mensalmente fixados pelo governador, conforme as circunstâncias municipais. No entanto, fora Belém, parece que nem um outro município conseguiu organizar o seu serviço de assistência médica como previa a legislação. Sobre essas mudanças, ver Lei n. 546 de 2 de junho de 1898, que autoriza o Governador do Estado a reformar o serviço sanitário do Estado. Collecção das leis estaduais do Estado do Pará dos annos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Official, 1900, pp. 562-53.

<sup>65</sup> O projeto que ressuscitou o antigo cargo de médico regional, conforme a lei de n. 215, de junho de 1894 que o havia criado, foi apresentado no final da década de 1910 pelo médico e deputado estadual Veiga Cabral, tendo sido autorizado a ser posto em execução pelo governador Lauro Sodré, ainda em 1917. O projeto sofreu algumas modificações em relação ao anterior, mas manteve a maior parte das atribuições do original. As modificações estavam ligadas principalmente a questão financeira do Estado, que passava por sérias dificuldades naquela década, outras podem ser atribuídas ao combate às doenças relacionadas à concepção da “medicina tropical”. O artigo 7º do projeto é um bom exemplo dessas modificações: o médico deveria ser auxiliado por uma turma de trabalhadores, os quais deveriam ser pagos pelas intendências de cada região, e teria como tarefa fazer a profilaxia do paludismo, lepra e anquilostomiase “conforme as doutrinas modernas de higiene”. Arquivo Público do Pará, Fundo: Câmara dos deputados. Série: Pareceres, 1917, caixa 71. nº documento: 80.

capital, isso não trouxe um grande alívio para os seus moradores. As epidemias não deixaram de invadir a cidade e os hospitais, na maioria das vezes, não ofereceram as melhores condições de recuperação dos doentes. Basta lembrar que o Hospital da Caridade continuou sendo, de longe, a instituição mais importante no socorro aos enfermos pobres que chegavam de todas as localidades do Estado. Essa instituição pia passou por um lento processo de mudanças que lhe daria o aspecto de hospital “medicalizado” no século XX. Ou melhor, o hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará sofreu transformações que foram comuns em instituições congêneres Brasil afora, nas quais o espaço da caridade passou progressivamente a configurar-se em lugar da cura<sup>66</sup>. Convém lembrar que, por séculos, curar não havia sido o principal papel desse tipo de instituição. A hospitalização na Santa Casa, por muito tempo, não significou a busca de melhorias técnicas e assistenciais, como atualmente se procura, mas tão-somente o fim caritativo de acolher os deserdados da sorte, aqueles que, não possuindo meios, não podiam realizar tratamento em casa. Dessa maneira, “curar os enfermos” era, por assim dizer, apenas uma das tarefas assumidas por esses estabelecimentos, mas que ainda estava longe de ser sua prioridade<sup>67</sup>. Essa situação começou a mudar somente no final da segunda metade do século XIX, quando a necessidade de adaptar as instalações da instituição aos pressupostos da ciência médica começou a ganhar maior importância em seu interior<sup>68</sup>. Entretanto, mesmo quando a República passou a ser uma realidade, o processo que levaria a medicina e suas técnicas terapêuticas a assumir posição de destaque dentro das quatro paredes da Santa Casa ainda estavam em pleno curso.

Aquele final de século traria consigo uma nova maneira de conceber o hospital, que repercutiria tanta na sua arquitetura quanto no seu funcionamento. Em dezembro de 1889, apenas um mês depois do velho Marechal Deodoro declarar a queda da monarquia e proclamar a República, os serviços do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará logo passaram por uma reforma que deveria colocá-los de acordo com os “progressos da ciência médicas”, estabelecendo-se clínicas especializadas que deveriam tratar de ramos específicos da medicina. Muitos dos médicos que assumiram a direção desses novos espaços seguiriam carreira na vida pública e nas disputas políticas no Estado durante o novo regime. Entre eles

---

<sup>66</sup> Alguns trabalhos mais recente que tratam da transformação do hospital de espaço da caridade em lugar da cura, são: WEBER, Beatriz Teixeira. Op. cit.; SANGLARD, Gisele. A construção do espaço da cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Esboços* (UFSC). Florianópolis – SC, v. 16, p. 11-33, 2006.

<sup>67</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991, v.2, pp.234-35.

<sup>68</sup> Sobre as mudanças ocorridas na prática de assistência dada aos enfermos no interior do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará, na segunda metade do século XIX, ver COSTA, Magda Nazaré Pereira da, *Caridade e saúde pública em tempos de epidemias. Belém, 1850-1890*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2006.

estavam o doutor Paes de Carvalho e Antônio Joaquim da Silva Rosado, responsáveis pela clínica cirúrgica, e que se tornariam Governador do Pará e Intendentes de Belém respectivamente; o doutor Geminyno de Lyra Castro, responsável pela clínica de olhos, e que mais tarde exerceria o cargo de Inspetor de Higiene e vice-governador do Estado; além de contar com os doutores Clemente Felix Soares e O' de Almeida que tomaram a frente na clínica médica; o doutore Miguel de Almeida Pernambuco, que assumiu a clínica sifilítica e dermatológica; e, por fim, o doutor João José Godinho, que ficou responsável pela clínica de crianças<sup>69</sup>.



Foto 2: Fachada do Hospital da Caridade (Belém) – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirúrgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 302.

É provável que muito desses clínicos influentes, e outros que se juntaram a eles, tenham tido uma participação importante no processo que levou a ciência médica a ganhar gradualmente mais espaço dentro da instituição pia. Vale lembrar que em meio a essa empreitada, desde 1880 já se esboçava um esforço para a implantação de um novo edifício que abrigasse o Hospital da Santa Casa. A questão, no entanto, recebeu maior atenção somente após a proclamação da República, quando, em 11 de dezembro de 1889, o governo provisório do Estado, então sob a administração do governador Justo Chermont, autorizou o início das obras do novo prédio no terreno situado à rua Oliveira Bello, com fundo para a rua Bernardo do Couto, entre a avenida 14 de março e Generalíssimo Deodoro, endereço que ainda hoje funciona a instituição no bairro do Umarizal. Embora as obras de construção do novo hospital tenham sido iniciadas em 1890, somente dez anos depois esses trabalhos seriam

<sup>69</sup> Para uma lista mais completa dos médicos que assumiram os novos espaços clínicos que foram criados no Hospital da Santa Casa na década de 1880, ver Pará-Médico: Archivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Op. cit, pp.310-15.

concluídos. Assim, em fins de julho de 1900, quando intendente Antônio Lemos estava à frente da provedoria da Santa Casa, foi finalmente inaugurado o edifício onde passou a funcionar o Hospital da Caridade na capital paraense.



Foto 3: Membros do Corpo Administrativo da Santa Casa para os anos de 1921 e 1922. Sentado, à esquerda, o farmacêutico Coronel Ignacio Nogueira Gonçalves de Farias, provedor da Santa Casa; à direita, o senador Dr. José Cypriano dos Santos, diretor do Hospital da Caridade. Em pé, o Dr. Armando da Cruz Moreira, diretor do serviço clínico do Hospital – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 303.

Durante esse tempo, é possível notar uma crescente influência da perspectiva médica no interior de uma confraria que desde sua fundação havia sido dominada pelos preceitos religiosos de assistência aos enfermos. Por essa época, o Hospital da Caridade ganharia a feição das instituições de saúde que conhecemos atualmente. Quando da sua inauguração, as instalações do hospital já estavam prontas para receber trezentos enfermos. Tanto é que, em agosto desse mesmo ano, fez-se a transferência de cento e setenta e seis doentes para o novo hospital, permanecendo apenas no velho edifício do Largo da Sé aqueles cujo estado grave impedia a mudança. Nessa ocasião, o suntuoso edifício possuía quatro grandes enfermarias, isoladas umas das outras, três menores e vários compartimentos para pensionistas, com

capacidade total para trezentos leitos, guardando as distâncias convenientes de um para o outro. As demais sessões do edifício eram ocupadas por farmácia e laboratório respectivo, com depósito ao rés do chão; sala de consultas de oftalmologia, gabinete do capelão, sala de operação já contando com um arsenal cirúrgico, gabinete dos médicos, residências das religiosas e dos criados, rouparia, cozinha, despensa e refeitório; e, na parte superior do corpo central, ficavam a secretaria e os gabinetes da Provedoria e do Conselho Administrativo<sup>70</sup>.



Foto 4: Uma das enfermarias do Hospital da Caridade – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirúrgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.304.

Contudo, foi nas primeiras décadas do século XX que ocorreram as transformações mais radicais na instituição. Sob a luz da teoria pasteuriana, uma série mudanças tanto nos procedimentos terapêuticos quanto na gestão hospitalar passaram a fazer parte do cotidiano do Hospital da Caridade e de seu corpo clínico. Em 1905, por exemplo, o conselho administrativo da instituição, aproveitando a ocasião em se encontrava na Europa o doutor Geminiano de Lyra Castro, então vice-provedor da Santa Casa, deu autorização ao médico para que fizesse aquisição de um importante arsenal cirúrgico para uso do Hospital da Caridade. Justificava-se que, com a aquisição desses “ferros que a ciência moderna introduziu na alta cirurgia”, havia-se finalmente suprido, de modo completo e seguro, uma das grandes necessidades de que se ressentia o hospital, que naquele momento já se encontrava aparelhado

---

<sup>70</sup> Uma descrição mais detalhada das alterações na estrutura e nos serviços do Hospital da Santa Casa durante o início da primeira década do século XX pode ser encontrada em COSTA, Cândido. Op. cit., pp.25-28.

para todas as necessidades que os serviços internos exigiam<sup>71</sup>. Mas se aquisição de um arsenal cirúrgico moderno poderia representar um grande passo na realização de cirurgias de alta complexidade que começavam a fazer parte do repertório dos serviços prestados pelo hospital, ainda era preciso criar um ambiente asséptico que se conformasse à nova perspectiva adotada pelo corpo clínico da instituição. Foi assim que, em inícios de novembro de 1906, inaugurou-se a enfermaria “D. Frei Caetano Brandão”, com capacidade de trinta leitos para tratamento de doentes pobres do sexo masculino. Em 25 de julho do ano seguinte, foi instalada a enfermaria “Batista Campos”, destinada também para doentes do sexo masculino que deveriam ser submetidos à cirurgia. Naquele mesmo ano foram feitas reformas no serviço clínico do hospital, sendo criado o museu anatomopatológico e o laboratório de bacteriologia clínica<sup>72</sup>.



Foto 5: Corpo Clínico efetivo do Hospital da Caridade – Santa Casa de Misericórdia do Pará. Sentados, ao centro, O Coronel Ignacio Nogueira de Farias, provedor da Santa Casa e o senador Dr. Cypriano Santos, diretor do Hospital; e da esquerda para a direita, os doutores Appio Medrado, Aleixo José Simões, Orlando Lima, Raymundo da Cruz Moreira, Penna de Carvalho, Orlando Lima, João Henriques e Ferreira Bastos. Em pé, da esquerda para a direita, os doutores Dagoberto Souza, Albino Cordeiro, Acatauassú Nunes, Pedro Miranda, Augusto Pinto, Ophir de Loyola, Gastão Vieira, Remigio Figueiras, Carlos Ornstein, Ausier Bentes, Oswaldo Barbosa, Prisco dos Santos e Jayme Rosado – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirúrgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 313.

<sup>71</sup> Santa Casa de Misericórdia do Pará: relatório do ano de 1904, apresentado pelo conselho administrativo à assembléia geral em sessão de 15 de fevereiro de 1905. Belém-Pará. Imprensa Oficial, 1905, p.6-5.

<sup>72</sup> Santa Casa de Misericórdia do Pará: relatório do ano de 1907, apresentado pelo conselho administrativo à assembléia geral em reunião de 23 de fevereiro de 1908. Belém-Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p.8.

Nota-se, como vimos, que em um movimento paralelo às alterações no espaço hospitalar, ocorreu uma série de mudanças expressivas no cotidiano e no funcionamento do Hospital da Santa Casa. O serviço clínico, por exemplo, que até então era feito revezando-se os médicos, passou a ser realizado por apenas um clínico, de acordo com a especialidade, sendo ainda nomeados doze médicos efetivos para prestar o atendimento em áreas específicas: cinco na medicina cirúrgica, cinco na clínica médica, um na clínica de olhos e um na “Sala de Banco”. Em 22 de julho de 1908, esse serviço foi dividido em externo, ou de consulta, e interno, ou hospitalar; este último compreendia, além da clínica geral de medicina e cirurgia para menores de ambos os sexos, as seções de clínica de parto, clínica ginecológica e clínica de olhos. Cada clínica, quer geral, quer particular, tinha um médico efetivo e um adjunto, sendo então nomeado para dirigir a clínica ginecológica o doutor Raymundo da Cruz Moreira, um representante da nova safra de médicos paraenses, e para a clínica de partos o doutor Augusto Torrão Roxo, um velho clínico conhecido dos círculos sociais de Belém<sup>73</sup>. Por pressão de médicos como eles, a administração da do hospital, em 1907, viu-se na obrigação de mandar construir uma nova sala de operações que atendesse ao ideal de higiene e assepsia exigido pelos esculápios<sup>74</sup>. Finalmente, em 1910, os médicos presenciaram a inauguração da magnífica e suntuosa sala de operações assépticas que eles tanto queriam. A obra foi planejada pelos engenheiros civis João de Palma Muniz e Joaquim Gonçalves Lalor, tendo sido considerada por muitos como uma das mais notáveis salas de operações da América, com um arsenal cirúrgico moderno e completo, que a colocava a par dos melhores estabelecimentos congêneres da Europa<sup>75</sup>. As operações de alta e pequena cirurgia, que já vinha fazendo parte da rotina da instituição, passaram a ser amplamente divulgadas pela imprensa, mostrando a perícia do corpo clínico do hospital e as virtudes rigorosamente assépticas da sala de operações.

Ainda nesse mesmo ano, iniciou-se a construção da Maternidade da Santa Casa, que foi inaugurada em 1914. Entretanto, as mudanças não pararam por aí. Dois anos depois, o serviço clínico do hospital sofreu outra importante reforma, sendo classificado como “interno” e “externo” ou “da porta”, e compreendendo três grandes divisões: homens, mulheres e crianças. Cada uma dessas divisões abrigou uma série de especialidades médicas. Na divisão para homens, por exemplo, encontravam-se a clínica médica, a clínica

---

<sup>73</sup> Ver Pará-Médico. Op. cit., pp.314-16

<sup>74</sup> Santa Casa de Misericórdia do Pará: relatório do ano de 1907, apresentado pelo conselho administrativo à assembléia geral em reunião de 23 de fevereiro de 1908. Belém-Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908, p.12.

<sup>75</sup> Pará-Médico. Op. cit., pp.316-17.

dermatológica e sifiligráfica, a clínica cirúrgica, a clínica de vias urinária, a clínica oftalmológica e oto-rino-laringológica; enquanto que nas demais divisões destinadas à mulheres e crianças, além das especialidades já mencionadas, encontravam-se a clínica ginecológica e ortopédica respectivamente. Ao mesmo tempo, como complementação necessária a essa nova organização, criou-se o laboratório bacteriológico e radiológico e determinou-se que os serviços clínicos fossem superintendidos por um diretor-clínico, escolhido por eleição anual feita entre si pelo corpo médico efetivo do hospital. A primeira eleição para o preenchimento desse cargo ocorreu em 1917, tendo sido eleito, por unanimidade, o doutor Cruz Moreira, chefe da clínica ginecológica<sup>76</sup>. O hospital da Caridade então foi submetido cada vez mais ao controle dos médicos, que passaram a ditar as regras de funcionamento da instituição. Nas décadas seguintes, quando começaram a ser formados os primeiros médicos pela Faculdade de Medicina do Pará, o hospital constituiu-se no local privilegiado para se fazer o treinamento e aperfeiçoamento dos novos clínicos. Embora as funções caritativas não tenham desaparecido, a terapêutica tornou-se a característica dominante na instituição.

Entretanto, mesmo com todas essas adaptações e reformas na instituição, com o crescimento da preocupação com a salubridade pública e privada, ou com as novas tecnologias médicas incorporadas ao arsenal terapêutico dos esculápios paraenses, como já foi dito, a população não deixou de sofrer com as invasões epidêmicas e com as doenças comuns do dia a dia. Muitas vezes, uma parcela dos doutores que acreditava que seu conhecimento científico serviria para alicerçar os fundamentos de uma nova nação em construção, viu suas pretensões irem por água abaixo. A cada surto epidêmico, a cada nova doença infecto-contagiosa desconhecida - ou mesmos as velhas moléstias sem solução, como era o caso da lepra -, os esculápios tinham o seu saber posto em xeque. O final da década de dez deixaria isso bem claro. Sob o título “Uma doença desconhecida”, a gazeta “Folha do Norte”, na publicação do dia 29 de setembro de 1918<sup>77</sup>, trazia a reprodução de um telegrama enviada à Diretoria da Saúde do Porto de Belém pelo médico Carlos Seidl, Diretor Geral de Saúde Pública da Capital Federal. O médico chamava a atenção das autoridades paraenses sobre uma certa epidemia de gripe que estaria fazendo suas vítimas em alguns países da Europa - era a influenza! Ou como também ficou conhecida: a gripe espanhola. Simplesmente a maior epidemia da história. Uma verdadeira pandemia que matou milhões de pessoas em todo o

---

<sup>76</sup> Idem., pp.318-19.

<sup>77</sup> “Uma doença desconhecida”. Folha do Norte, domingo, 29 de setembro de 1918, p.4.

mundo<sup>78</sup>. A Amazônia não ficou fora da rota epidêmica. Em 20 de outubro, alarmava-se que a epidemia havia se alastrado por toda cidade de Belém. As autoridades públicas, desesperadas diante do avanço da gripe, mandaram fechar quartéis, escolas e repartições públicas<sup>79</sup>. Era apenas o começo de um flagelo que, a exemplo de outras regiões do Brasil e do globo, deixaria milhares de mortos no Pará.

Em meio ao avanço da gripe, um enfermo sai delirando de febre do Hospital da Beneficente Portuguesa e atira-se sob as rodas de um trem<sup>80</sup>. No dia seguinte, um soldado da brigada militar, com os mesmos sintomas, resolve dar cabo à vida<sup>81</sup>. Os hospitais enchem-se de gripados e médicos também viram pacientes. Os leitos da Santa Casa e de todos os hospitais da capital não suportam mais o número de enfermos que só tendem a aumentar. Um misto de pânico, tristeza e luto diante do horror transforma-se no sentimento mais comum. Enfim, era a vitória de uma pandemia viral para a qual não havia cura; de efeito fulminante, prostraria muita gente. Médicos sem saber o que fazer e serviço de higiene sanitária desmantelado eram os melhores exemplos de uma situação para qual a ciência não tinha resposta. Mais uma vez zomba-se da medicina dos doutores!... Entretanto, se as autoridades encontravam-se impotentes diante do flagelo e as repartições oficiais de saúde viam-se sem as mínimas condições de dar abrigo e socorro aos gripados, outros meios seriam acionados na tentativa de minorar os estragos. Foi assim que, em 24 de outubro daquele ano, estabelecido no mercado de ferro do Ver-O-Peso, um sujeito que se identificava como Domingos Meireles dos Santos, ou “Dr. Raiz”, e que se dizia vendedor de ervas e raízes medicinais da flora brasileira, ofereceu gratuitamente à diretoria do Serviço Sanitário do Estado, “em benefício da população desta capital que se acha atacada de gripe”, 100 quilos de casca de quina e 100 quilos de casca de paricá, além de “uma barraca coberta de palha em boas condições”, que deveria “servir como hospital, com acomodações para 60 camas”, situada à Travessa Antônio Baena, nº 7 [...]<sup>82</sup>. Naquela ocasião, o “Dr. Raiz” não fazia mais do que trazer à tona um arsenal terapêutico baseado em produtos naturais bastante conhecidos da população amazônica. Enquanto os doutores científicos debatiam-se diante do desconhecido,

---

<sup>78</sup> Sobre esse assunto, vale a pena consultar a pesquisa feita por Liane Maria Bertucci, que realizou um estudo bastante completo a respeito dos efeitos da epidemia de gripe em São Paulo: BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

<sup>79</sup> “A gripe em Belém. Folha do Norte”, domingo, 20 de outubro de 1918, pp.5-6.

<sup>80</sup> “Destino implacável. Folha do Norte”, terça-feira, 12 de novembro de 1918, p.1.

<sup>81</sup> “Um infelizmente. Folha do Norte”, quarta-feira, 13 de novembro de 1918, p.2.

<sup>82</sup> Carta de Domingos Meireles, “o Dr. Raiz”, ao Diretor do Serviço Sanitário do Estado, em 24 de outubro de 1918. Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário do Pará Série: Ofícios recebidos de diversas autoridades. 1916-1919.

provavelmente o povo recorreu aos métodos tradicionais de cura, arraigado há muito em sua maneira de interpretar a saúde e a doença que, por vezes, dispensava a presença dos esculápios e seus remédios ditos científicos. Assim, na mesma época em que se desenvolvia todo um aparato de serviço sanitário e hospitalar ligado à medicina dos doutores – e que naquele final de década era posto à prova –, as formas tradicionais de enfrentar as enfermidades continuavam bem vivas entre os mais diversos seguimentos sociais e étnicos do Pará, disputando lado a lado o espaço da cura com uma medicina que se queria científica e única na resolução dos problemas de saúde. Essas artes de curar tradicionais e seus portadores serão o assunto do nosso próximo tópico.

## **1.2. A magia da ciência e a ciência mágica: curandeiros, parteiras e outras artes de curar no cotidiano amazônico**

### **1.2.1. Medicina popular em tempos republicanos**

Pedem-nos chamemos a atenção da polícia para um tal Desiderio, morador da travessa Quintino Bocaiúva, n. 50, e que se entrega ostensivamente à profissão de curandeiro.

Dizem que é enorme a concorrência ao *consultório do pajé*<sup>83</sup>.

Pode até nos soar estranho atualmente, mas houve uma época em que a medicina dos esculápios científicos ainda estava bem longe de gozar do prestígio e do valor que hoje lhe parecem intrínsecos. Por esse tempo, os médicos tiveram que travar uma longa batalha para afirmar suas práticas terapêuticas frente a uma grande diversidade de concepções curativas que circulavam em meio à população. Seja no Brasil, na América Latina, ou em outras partes do Mundo, a medicina acadêmica precisou recorrer às mais diferentes estratégias para se impor como poder diante das suas concorrentes não identificadas dentro dos cânones “científicos”. Lá pela época colonial, por exemplo, quando o Brasil ainda era apenas mais um dos domínios dentro do vasto império português, práticas de cura provenientes dos mais diversos universos culturais corriam soltas por estas bandas. Licurgo Santos Filho que o diga<sup>84</sup>. A medicina dita popular, praticada pelos curadores e herbários - que curavam apenas pelas ervas medicinais -, pelos feiticeiros, rezadores, benzedores e parteiras, era a terapêutica mais usada pela população nas suas enfermidades cotidianas. Pedro Nava acrescenta que, nesse tempo, a medicina no Brasil, devido à falta de médicos, decorrente de uma série de

<sup>83</sup> “Pajé”. A Província do Pará, quarta-feira, 2 de dezembro de 1898, p.2.

<sup>84</sup> SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. Op. cit., p.348.

problemas, tinha de ser exercida, na sua maior extensão, por curandeiros, os quais aplicavam da maneira “mais rudimentar” e “primitiva”, o que iam colhendo da tradição popular trazida pelos colonos brancos, de misturas com práticas mágicas ou empíricas do africano e do índio e mais o que era incorporado do ensinamento dos jesuítas e dos raros licenciados que aqui se estabeleciam<sup>85</sup>. Embora estes autores façam suas abordagens a partir de uma visão claramente preconceituosa e laudatória, não deixam de perceber a grande diversidade de práticas de cura que eram partilhadas por uma ampla parcela da população. Uma situação análoga a essa também podia ser encontrada no Velho Mundo, onde esses magos populares recebiam várias denominações e ofereciam vários serviços, que iam desde a cura dos doentes e a localização objetos perdidos até a leitura da sorte e todo o tipo de adivinhação<sup>86</sup>.

Com o decorrer do tempo, no entanto, à medida que a medicina oficial organizava-se, essas diversas formas de intervir no universo da cura passaram a ser cada vez mais combatidas pelas autoridades públicas. Sob a alcunha de “charlatões”, os mais diferentes sujeitos e suas artes de curar começaram a ser incluídos entre aqueles que exerciam ilegalmente a medicina. Curandeiros, parteiras, espíritas, ciganos, homeopatas e farmacêuticos sem diploma acadêmico foram, entre muitas outras, algumas das categorias que passaram a ser vistas como fortes concorrentes da medicina oficial, sendo os alvos preferidos dos esculápios que pretendiam ter o monopólio da arte de curar. Uma relação tensa e cheia de conflito, mas também de alianças e trocas simbólicas, desenvolveu-se entre as diferentes medicinas de então.

Alguns estudos mais recentes mostram que nos últimos anos do Império houve uma perseguição generalizada por parte das autoridades médico-higienistas a todos aqueles que eram considerados concorrentes da medicina oficial<sup>87</sup>. Dando continuidade a esse processo, no bojo de uma discussão em torno do controle médico sobre um espaço institucional, a República, em seu primeiro Código Penal (1890), procurou introduzir artigos que visavam regular a prática ilegal da medicina, a prática da magia e do espiritismo e proibir o curandeirismo<sup>88</sup>. O enquadramento da atividade desses sujeitos como “exercício ilegal da

---

<sup>85</sup> NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial; Londrina: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro, 2003, pp. 151-52.

<sup>86</sup> THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.157.

<sup>87</sup> Ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Quem eram os pajés científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-18930*. In: FONTES, Edilza. (Org.) *Contando a história do Pará: diálogo entre história e antropologia*. Belém: E. Motion, 2002, v. 3, p.55-86; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. cit.*

<sup>88</sup> Segundo Yvonne Maggie, o Código Penal republicano foi decretado a 11 de outubro de 1890. Esse novo Código Penal seria quase uma cópia do de 1830. Sua inovação estaria apenas no que se refere aos artigos 156, 157 e 158, que tratariam de questões sobre as quais o Código Imperial pouco se preocupou. Com isso, o legislador de 1890 buscou regular o exercício profissional da medicina, limitando sua prática a quem provasse

medicina” seria ratificado pela legislação de muitos Estados da Federação, sendo que nem todos seguiriam à risca a perspectiva nacional, como foi o caso do Rio Grande do Sul, já comentado aqui. Perseguidas ou não, o fato é que as práticas de cura alternativa à medicina oficial não deixaram de existir e ter muitos adeptos. E há quem diga que elas até se fortaleceram ainda mais após o advento da República<sup>89</sup>. Em relação ao Pará, o que se pode dizer é que a tentativa de inibir a ação dos curandeiros e parteiras ficou cada vez mais evidente nessa época<sup>90</sup>. O deputado e médico parteiro Dr. Firmo Braga deixou isso bem claro quando, em 1894, bradou da tribuna da Câmara dos Deputados estaduais contra os perigos à saúde pública representados na figura das parteiras práticas. Como uma verdadeira declaração guerra, o médico apresentou um projeto que dizia tratar de um dos capítulos mais importantes da assistência pública: a criação de uma Maternidade e de uma Creche. A justificativa do clínico para a urgência da implantação dessas instituições repousava sobre um fundo aparentemente nobre: impedir o alto índice de mortalidade de parturientes no Estado que, segundo ele mesmo, resultava da “inépcia das parteiras”, as quais, desconhecendo o que havia de “mais rudimentar no mecanismo do parto”, eram “incapazes de compreender uma rigorosa anti-sepsia, tão altamente proclamada de há muito pela ciência obstétrica!”<sup>91</sup>.

A substituição dos métodos e sujeitos tradicionais do mundo da cura por médicos especialista e seus conhecimentos técnico deveria marcar a política médico-sanitária do novo regime, pelo menos era essa a intenção na época. O cuidado com essas “perigosas mulheres” deveria receber uma atenção redobrada por parte das autoridades, já que não era nenhuma novidade para os deputados ali presentes que “[...] no seio das primeiras famílias” – leia-se, elite econômica –, “muitas vezes, n’este Estado [...], penetram as denominadas parteiras, mulheres sem instrução, sem educação alguma, boçais e ignorantes inqualificáveis”, acrescentava o deputado. Os médicos, de acordo com o projeto em pauta, seriam os agentes que ministrariam o ensino gratuito dos princípios de anatomia e obstetrícia considerados essenciais para o conhecimento do mecanismo das funções fisiológicas, aos quais se

---

estar habilitado – no artigo 156; de outro lado, extinguiria e conceituaria o “ofício denominado de curandeirismo” – artigo 58 ( nos processos da virada do século muitos acusados definem-se como curandeiros). No artigo 57, o Código proibiria a magia e o espiritismo quando servissem para inculcar sentimentos de ódio e amor e curas de moléstias curáveis ou incuráveis, pressupondo o legislador que para regular a prática médica, era preciso combater tendências ou seguimentos que, além de pretenderem curar moléstias, inculcasse sentimento de ódio e amor. MAGGIE, Y. *Medo do feitiço: relação entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, pp. 42-3.

<sup>89</sup> Essa é a tese defendida por Yvonne Maggie, segunda a qual os mecanismo reguladores criados pelo Estado a partir da República não extirparam a crença mas, ao contrário, foram fundamentais para a sua constituição. *Idem.*, p.24.

<sup>90</sup> Ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Op.cit.*

<sup>91</sup> Annaes da Câmara dos Deputados do Pará: sessão ordinária da 2ª legislatura. v. 4. Pará: Imprensa Oficial, 1894. pp.182-183.

adaptariam facilmente, “não as ditas parteiras”, cuja cultura intelectual seria nula, mas outras mulheres “de inteligência mais cultivada e de hábitos mais civilizados”<sup>92</sup>. Essa postura francamente repressiva e combativa deveria nortear as atitudes das autoridades pública em relação as crenças populares vista como “supersticiosas”, símbolo da “ignorância do vulgo”, frutos de seus costumes “incivilizados”. Dentro desse mesmo espírito de guerra e acirramento de tensões, na manhã do dia 25 de janeiro de 1895, os leitores de um dos diários da capital tomariam conhecimento da diligencia da policia feita ao casebre de Florentino Alves Cunha Silva, situada à rua dos Caripunas. Nenhuma novidade! Tratava-se de mais um caso de perseguição a curandeiros entre muitos outros que encheriam as páginas da imprensa paraense nas primeiras décadas do regime republicano. Conforme o noticiário, o tal sujeito exercia por muito tempo “a rendosa” profissão de curandeiro, sem embaraço algum por porte da polícia até então. No entanto, logo tudo acabaria. No dia anterior à publicação da matéria, o agente de segurança Balbino, “tendo conhecimento de que a *brincadeira* realizar-se-ia pela madrugada, pôs-se de alcatéia e surpreendeu o herói em pleno exercício da função”. O curandeiro foi preso e enviado ao subprefeito do 2º distrito, a quem foram “entregues o *maracá* e outras bugigangas com que o milagreiro homem tanto bem” vinha fazendo “à humanidade, especialmente às moças bonitas [...]”<sup>93</sup>, galhofava a gazeta.

Se dependesse da imprensa, o público leitor que se interesse por esse tipo de notícia não ficaria na mão. Casos narrados em detalhes matariam a curiosidade de quem se debruçasse sobre os velhos diários. Entre os meses de setembro e outubro de 1898, o jornal “A Província do Pará”, em várias edições, acompanhou de perto os passos dados pelas autoridades que investigavam a morte por envenenamento de Geraldo Afonso Cardoso, major reformado do regimento estadual, morador da Vila do Mosqueiro. A autoria da tragédia foi atribuída ao pajé Elias, morador da localidade “Chapéu Virado”, situado na mesma vila do falecido. A morte teria sido causada por um vomitório baseado em casca de cedro indicado por Elias ao militar. A gazeta ainda informava que na casa do falecido foram encontradas as receitas passadas pelo pajé, que consistiam em banhos de ervas, purgantes de caferana da Mata, banana Santomé, folha de jenipapo, casca de cedro e vários outros produtos que o jornal achou inconveniente comentar. Segundo o mesmo diário, a partir de informações dadas por Gregório de Nazaré, um conhecido do major Geraldo Cardoso, Elias teria visitado a casa do falecido durante alguns dias do mês de agosto, quando ficou sabendo do estado de saúde do major e lhe aconselhou a tomar um purgante de casca de cedro. O major, mesmo com

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> “Pajé”. A Província do Pará, sexta-feira, 25 de janeiro de 1895, p.2.

dificuldade de andar, teria ido procurar pessoalmente a referida casaca, mas não teria encontrado. Elias, sabendo da dificuldade do major em encontrar o remédio, teria então lhe mandado a dose suficiente para o vomitório. Depois de preparar o remédio, Geraldo Cardoso teria tomado a porção que lhe causou sérias crises de vômito, passando de um dia para o outro nesse estado. Contava-se que o major sempre costumava tomar vomitório, entretanto, seria a primeira vez que fazia uso de remédio caseiro. Em meio ao primeiro ataque, o doutor Cícero Penna, médico que se entrava na localidade, foi chamado, receitando então clisteres, óleo de rícino e mamona ao doente. No entanto, Geraldo Cardoso acabou morrendo na madrugada do dia 17 de setembro daquele ano, e as suspeitas recaíram sobre a receita de Elias<sup>94</sup>.

O interessante em toda essa história foi o empenho da repartição sanitária em provar, a todo custo, que a causa da morte de Geraldo Cardoso teria sido mesmo provocada pela ingestão do vomitório aconselhado por Elias. O químico Paul Joseph Bohain, responsável pelo laboratório do serviço sanitário, passou semanas debruçado sobre estudos químicos e microscópicos das vias do major falecido. Enquanto não se sabia do paradeiro de Elias, Bohain seguia fazendo seus testes em meio a enormes dificuldades, que iam desde a falta de informação sobre o estado da vítima antes da morte e o atraso nos resultados da autópsia até o mal acondicionamento das vísceras em recipientes impróprios. Depois de um longo estudo que procurou isolar a suposta substância química venenosas das vísceras do major, passou-se às experiências que deveriam provar os efeitos fulminantes de um certo alcalóide proveniente da casca do cedro, mas que ainda seria desconhecido no mundo científico. Naquele momento, por não se ter conseguido um coelho, a primeira experiência foi realizada em um gato, que recebeu uma injeção da substância encontrada pelo químico nas vísceras de Geraldo Cardoso. O felino, após sofrer bastante, morreu dentro de quatro dias. Os médicos Geminiano de Lyra Castro, Antonio O' de Almeida e Francisco da Silva Miranda, membros da Inspetoria do serviço sanitário terrestre, presenciaram toda a agonia do animal que serviu de cobaia no dia 9 de outubro. No entanto, as experiências não pararam por aí. Quatro dias depois, o químico, já em posse de dois coelhos, obrigou os animais a ingerir uma solução concentrada de casca de cedro, o que os levou à morte em menos de uma hora. Em 24 de outubro, finalmente saía o resultado que atribuía a morte do major à ingestão do vomitório à base de casca de cedro. Ou seja, Elias, pelas provas técnicas produzidas, mesmo que em condições duvidosas, seria incontestavelmente o verdadeiro assassino de Geraldo Cardoso<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Ver “Pajé: suspeitas de assassinato”. A Província do Pará, domingo, 18 de setembro de 1898. p.1.

<sup>95</sup> As notícias sobre esse caso podem ser encontradas nas seguintes edições do jornal “A Província do Pará”: “Pajé”. A Província do Pará, domingo, terça-feira, 20 de set., 1898, p.1; “Pajé”. A Província do Pará, domingo,

Não encontrei informações sobre a continuidade do caso, nem do rumo tomado por Elias. Entretanto, a preocupação das autoridades com as parteiras que estavam fora do controle dos médicos, as batidas policiais à casa do curandeiro Florentino Alves da Cunha e a apreensão de seus objetos de ritual, além do caso de Elias, tão bem narrado pela imprensa, são, em boa medida, exemplos da forma como as autoridades higienistas e policiais passaram a tratar as práticas classificadas como exercício ilegal da medicina. Por outro lado, isso também mostra o quanto essas práticas ainda eram muito procuradas, como era o caso das parteiras que, para desespero dos clínicos, atendiam até mesmo as famílias consideradas ilustres da capital e do interior. A insistência e a força das terapêuticas populares em tempos republicanos mostravam que não seria nada fácil para a medicina erudita conquistar a tão sonhada hegemonia.

### **1.2.2. Remédios para tudo: os vários caminhos da cura**

Os médicos que se empenhavam numa cruzada contra as práticas de cura alternativa à medicina acadêmica sabiam muito bem que essa batalha seria extremamente difícil de vencer, até porque a sua terapêutica era apenas uma dentre muitas outras que população poderia recorrer em momentos de dificuldade. Bastava folhear as páginas das gazetas diárias para ver, em profusão, as mais mirabolantes promessas de cura que eram veiculadas nos anúncios de remédios, os quais também adotavam variados princípios terapêuticos. Em um tempo em que a palavra “ciência” começava entrar no vocabulário do dia a dia, verdadeiras panacéias eram oferecidas como solução para a cura das mais diversas e diferentes enfermidades, senão todas. Muitas delas tendo a aprovação da própria Junta dos Serviços Sanitários do Estado. Não raro, o milagroso e científico dividiam o mesmo espaço nas colunas dos diários, assim como eram adjetivos empregados simultaneamente para se atribuir credibilidade a um único produto. Na virada do século XIX para o século XX, remédios ditos de eficácia certa e curas fantásticas pululavam na imprensa.

As propagandas da curas milagrosas geralmente vinham acompanhadas do testemunho do suposto curado, com um claro objetivo de convencer o leitor da eficiência terapêutica do remédio. Em 1897, por exemplo, José Francisco de Azevedo, escrivão do vapor “Xingu”,

---

25 de set., 1898, p.2 ; “Pajé”. A Província do Pará, quinta-feira, 29 de set., 1898, p.2; “Pajé”. A Província do Pará, sexta-feira, 30 de set., 1898, p.3; “Pajé”. A Província do Pará, domingo, 9 de out., 1898, p.2; “Pajé”. A Província do Pará, sexta-feira, 14 de out., 1898, p.4; “Pajé”. A Província do Pará, sexta-feira, 28 de out., 1898, p.2.

estampava os seus agradecimentos ao senhor Beirão, dono da drogaria de mesmo nome, por lhe ter oferecido um vidro do “poderoso específico de sua invenção – Café Beirão”. Com esse remédio, José Francisco teria sido curado de sezão, moléstia de que havia sofrido por várias semanas, usando até então de outros medicamentos sem proveito. O uso do “Café Beirão” teria feito com que a febre baixasse rapidamente, restabelecendo a saúde de João Francisco, que aconselhava a todos que sofressem da mesma doença a fazer uso do “maravilhoso preparo”<sup>96</sup>. Meses depois, era a vez do fotógrafo Carlos Couto dar seu testemunho, dizendo que após oito meses afetado seriamente do pulmão e já desanimado com resultados obtidos com uma infinidade de preparos, lançou mão do “Peitoral Cambará”, que o teria curado radicalmente no espaço de um mês. Aconselhava, então, a todos que sofressem do mesmo mal a não hesitarem “um só momento a tomar” esse remédio que lhes restituiria “em pouco tempo a saúde”<sup>97</sup>. Mas se o leitor sofresse de “resfriamento dos ossos, tumores e úlceras crônicas”, poderia recorrer ao afamado “Elixir de Carnáuba”, um composto produzido pelo farmacêutico J. V. de Mattos, e que se dizia ter atestados valiosos de “médicos ilustres” e milhares de agradecimentos de pessoas curadas com esse remédio<sup>98</sup>.



Foto 6: Propaganda da Drogaria Beirão – Fonte: CACCAVONI, Arthur. *O Pará Commercial*. [Sl; Sn] 1900, p.33.

<sup>96</sup> “Uma cura rápida: Café Beirão”. *A República*, quinta-feira, 13 de janeiro de 1897, p.3.

<sup>97</sup> “Afeção pulmonar curada com o Peitoral Cambará”. *A República*, sábado, 4 de julho de 1897, p.3.

<sup>98</sup> “Resfriamento dos ossos, tumores e úlceras crônicas”. *Folha do Norte*, sexta-feira, 6 de maio de 1898, p.3.

Entrecruzando as maravilhas da modernidade e as novas descobertas terapêuticas, chamava-se a atenção para uso da eletricidade como recurso terapêutico. Além das grandes contribuições que a eletricidade aplicada à indústria teria proporcionado, acreditava-se que a sua entrada para a terapêutica marcaria “uma era brilhante para a medicina”. Fazendo-se aplicação no tratamento das mais variadas doenças, sobre eletroterapia repousaria “as esperanças da medicina”. Argumentava-se que a ciência caminhava e que, no futuro, talvez a eletroterapia viesse a ser a “única terapêutica admissível”<sup>99</sup>. Caso o leitor não estivesse disposto a esperar pelas maravilhas da eletricidade, poderia recorrer aos médicos que empregavam apenas água como remédio para todos os males, segundo os métodos de Kneipps, ou agarrar-se a um forte concorrente da hidroterapia que, em 1899, acabara de surgir na Europa e que poderia ser mais uma esperança de cura para doenças consideradas incuráveis. Seria um método cujo autor afirmava que a terra era um específico por excelência. Segundo essa nova doutrina, o homem, que teria sido criado pelo barro, poderia ser curado de todas as doenças pela mesma terra. Assim, afirmava a gazeta, na Alemanha, o Dr. Felke, autor do novo método, ministrava “aos seus numerosos clientes lodo sob as formas mais diversas”<sup>100</sup>.



Foto 7: Propaganda da Drogaria Internacional – Fonte: CACCAVONI, Arthur. *O Pará Commercial*. [SI; Sn] 1900, p.39.

<sup>99</sup> “A Eletricidade em medicina”. “A República”, quinta-feira, 18 de março de 1897, p.2.

<sup>100</sup> “Novo meio de curar”. “Folha do Norte”, quinta-feira, 16 de março de 1899, p.2.

Uma multiplicidade de procedimentos terapêuticos, fórmulas e conselhos que prometiam a cura radical de qualquer doença disputavam a preferência dos clientes. Ao lado das promessas científicas e maravilhosas de cura, obviamente, caminhava a esperança de ser curado. Contudo, dependendo do horizonte cultural do paciente, uma doença poderia também ter as mais diversas origens. Ora atribuídas a um causa natural, ora ser produto de uma causa sobrenatural<sup>101</sup>. Ainda assim, um mesmo indivíduo poderia muito bem circular entre os dois mundos e recorrer a curandeiros e médicos diplomados, ou mesmo dar ouvido aos conselhos dos farmacêuticos; fazer uso de purgantes, vomitórios, clisteres e sangrias, ou apelar para as mezinhas, rezas, banhos e benzeduras. Ironicamente, todos eles poderiam se mostrar completamente ineficientes em dar cabo ao sofrimento do enfermo. José Marques, piauiense de 38 anos, morador da estrada da Independência, teve o desprazer de passar por essa dura realidade antes de morrer à porta de sua casa, em 1899. Sua história foi narrada na primeira página do jornal “Folha do Norte”, de 5 de setembro daquele ano<sup>102</sup>. Segundo a versão dada pelo diário, José Marques, havia dois anos, andava “empalamado”, queixando-se que lhe doía o estômago e subia-lhe à garganta uma “bola” que o sufocava. Os médicos que o doente havia consultado ministraram-lhe vinho ferruginoso, “mas o pobre diabo que ganhava a vida de pés descalços, à chuva e ao sol”, dizia o jornal, “ao invés de melhorar, piorou”. Sem resultado positivo, João Marques teria recorrido aos curandeiros, “mas estes também não lhe deram volta”. O doente então começou a definhar e ficar “cor de ocre amarelo, sempre com aquela coisa na garganta e aquela outra no estômago”. Com o tempo, João Marques perdera o apetite, e apenas teria vontade de comer frutas, “às quais se atirava como uma criança gulosa”. Quando chegava a noite, “mal pegava no sono, acordava sarapantado, a rilhar os dentes e acometido de uma comichão doida no nariz [...]”. Outro curandeiro, com quem João Marques teria passado a se medicar, “disse-lhe que aquilo era a mãe do corpo que subia, que não tivesse medo, que reagisse como homem”. No entanto, a despeito dos conselhos do curandeiro, seu estado só tendeu a piorar. Isso teria feito com que ele também perdesse a fé no curandeiro e tentasse buscar a cura por si só, “guiando-se pelos anúncios de remédios que lia nos jornais”. Contudo, isso não teria adiantado. Seu estado teria se agravado ainda mais nos

---

<sup>101</sup> Sobre as diversas concepções do que seria doença ou saúde, ver BYNUM, W. F. and PORTER, Roy (eds) *Companion Encyclopedia of the history of medicine, 2 vols.* London: Routledge, 1993; CUTTER, Caroline and TRACEY, Meg. *Concepts of Health, Illness and Disease: A Comparative Perspective.* Leamington Spa: Berg, 1981; DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger: An analysis of Concepts of Polluty and Taboo.* Hamondsworth: Penguin, 1966.

<sup>102</sup> “Morto de lombriga”. Folha do Norte, domingo, 5 de setembro de 1899, p.1.

últimos dias, levando-o à morte. Diante desses fatos, concluía o jornal: “O que ele tinha eram lombrigas, e não se apercebia disso!”

A causa da morte, segundo o mesmo jornal, teria sido provocada por um ataque de vermes, o que, apesar da imaginação do jornalista, pode ter sido realmente o responsável pelo falecimento de João Marques. Por outro lado, o caso desvela as diferentes visões atribuídas à origem da doença e, ao mesmo tempo, as dificuldades para se diagnosticar um simples caso de verminose. Se isso era ruim para a fama dos curandeiros, pior ainda para os médicos que na época buscavam legitimidade. Mas, voltando aos remédios maravilhosos, percebe-se que depois de recorrer aos esculápios e curandeiros, João Marques resolveu automedicar-se a partir das propagandas de remédios que lia nos anúncios de jornais, porém estes também se mostraram ineficazes, embora não deixassem de ser mais uma possibilidade. Em meio a tantas promessas seguidas de fracassos, não é de estranhar que os céticos a todos esses métodos terapêuticos, principalmente aos que sugeriam ingestão de drogas, dessem também sua opinião pela imprensa. Ao invés das milagrosas cápsulas, estes preferiam atribuir à força da palavra o poder da cura:

[...] E digam-nos se pode haver melhor sistema de tratamento?... Cura-se gente com meia dúzia de palavras em vez de ingerir meia dúzia de grama de drogas quase sempre pouco gostosas e ainda menos odoríferas! – e drogas que, a maior parte das vezes, graças a abundância de enfermidades que, com aliás bem dispensável generosidade, concorrem numa pessoa, se fazem bem ao fígado, prejudicam o baço, se curam o estômago atacam a cabeça...

É o caso de dizer que, dada as novas condições de cura a que nos vimos referindo, e livre dos precalços aduzidos, até fica uma pessoa com vontade de adoecer... só para melhor e mais cabalmente travar relações com a imaterial terapêutica!

Porque, evidentemente, a medicina caminha em ativa marcha de espiritualidade e metafísica<sup>103</sup>.

Medicina, uma ciência que caminhava “em ativa marcha de espiritualidade e metafísica”. Notadamente, havia muitos caminhos para a medicina que estavam longe de restringirem-se apenas aos pressupostos apregoados pela teoria pasteuriana, que atribuía a um micróbio a causa específica das doenças e utilizava-se geralmente de soros e vacinas como meios terapêuticos de combatê-las. O sistema de cura que nosso autor se referia era o hipnotismo. Este estaria dando grandes resultados no tratamento de várias doenças, entre elas o alcoolismo. Médicos europeus e norte-americanos, segundo o articulista, começavam a encarar esse método como “racional” e “científico”<sup>104</sup>. Se a opinião do autor não descartava de vez a ciência médica, não há dúvidas de que desacreditava todos os outros métodos

<sup>103</sup>NEMO. “Sugesteoterapia”. Folha do Norte, 25 de novembro de 1900, p.1.

<sup>104</sup>Idem.

tradicionais de intervenção terapêutica usados até ali. Que motivo então justificaria atribuir aos métodos dos curandeiros um valor inferior e perigoso? Nada agradáveis ao paladar e de resultados bastante limitados, além de provocar fortes efeitos colaterais, parecia mesmo que pouquíssimos medicamentos oficiais tinham o poder de fazer algum bem ao paciente. Ainda assim, esses medicamentos poderiam ser encontrados nos comércios do interior e nas boticas e farmácias da capital. Aliás, o papel desses estabelecimentos era bastante curioso. Além de vender medicamentos, neles encontravam-se consultórios médicos, prestavam-se o que conhecemos hoje como primeiros socorros e até praticavam-se cirurgias. Em suma, eram “pau para toda obra”!

Ademais, tudo indica que, apesar do tempo, as farmácias paraenses da virada do século XIX para o século XX continuavam a preservar em seu interior antigos hábitos e costumes, muito semelhantes aos que eram cultivados no distante século XVIII. As boticas dessa época, de acordo com Vera Marques, eram locais privilegiados de socialização e de rumores naquele aspecto peculiar e tão marcante, de outros tempos, qual seja, o da não-separação higienista entre o lazer, o jogo de gamão ou mesmo as discussões políticas que se realizavam nos finais de tardes, daquele outro espaço, no qual se buscava os remédios que aplacaria as mazelas do corpo. Nesses estabelecimentos corria solta a discussão, trocavam-se idéias, formavam-se opiniões e narravam-se causos<sup>105</sup>. Assim como essas velhas boticas, as farmácias no Pará das primeiras décadas republicanas ainda não se encontravam esquadrinhas como lugar higienizado da aquisição dos medicamentos, mas desempenhavam um papel muito mais amplo de socialização do que conhecemos hoje. Nesse lugar, o farmacêutico diplomado muitas vezes dividia as responsabilidades com o prático de farmácia. Este último, diferente de seu colega acadêmico, não aprendia a manipular medicamento nas cadeiras das universidades, mas na convivência cotidiana com outros farmacêuticos ou nos manuais de medicina doméstica que circulavam abundantemente naquela época, como era o caso dos idealizados por Chernoviz<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 215.

<sup>106</sup> O polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1813-1881) foi um dos mais famosos médicos da segunda metade do século XIX, tendo sido um dos fundadores da Academia de Medicina do Rio de Janeiro e autor de vários manuais de medicina popular, os quais foram essenciais na difusão dos saberes e práticas aprovados pelas instituições médicas oficiais para as regiões rurais do Brasil Imperial. Entre suas obras mais importantes estão o *Formulário ou Guia médico* e o *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para o uso das famílias*. Cf. GUIMARÃES, M. R. : Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, pp. 501-14, maio-ago. 2005.



Foto 8: Farmácia do Hospital da Caridade – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 305.

As primeiras reformas dos serviços sanitários do Estado atentaram para a regulamentação do exercício da medicina, da farmácia, da obstetrícia e da arte dentária, como forma de restringir o exercício dessas profissões somente a sujeitos que provassem estar habilitado e autorizado perante a Junta de Higiene dos serviços sanitários do Estado, além de estabelecer punições para quem exercesse ilegalmente essas atividades<sup>107</sup>. Os profissionais de saúde diplomados passaram a ter cada vez mais espaço para exercer suas atividades e desfrutar de certos privilégios no meio institucional que se abria. Contudo, essas primeiras reformas ainda permitiam o exercício da farmácia aos práticos não-diplomados, contanto que estes fizessem um teste de habilitação na Inspeção de Higiene Sanitária do Estado, que dava a autorização e licença para se abrir estabelecimentos farmacêuticos e manipular remédios. Mas, em tempos de perseguição às terapêuticas populares, nem mesmo os práticos escapavam ilesos aos ataques que eram veiculados na imprensa. Exemplo disso foi o que ocorreu no evento que envolveu a morte do doutor Numa Pinto, um respeitado médico dos círculos intelectuais de Belém. A morte do clínico teria sido causada por envenenamento, atribuído a um medicamento formulado por um prático de farmácia, em 1902. Esse fato teria comovido toda a cidade, exacerbando os ânimos dos seus amigos mais próximos diante do que

---

<sup>107</sup> Ver Lei nº 418 de 12 de maio de 1896, a qual dá nova organização ao serviço sanitário do Estado. Atos do Governo, pp. 72-77 e Lei nº 546 de 2 de junho de 1898. In. Leis do Estado do Pará, 1898. Belém: Imprensa Oficial, 1899, pp.562-63.

chamavam de “terrível catástrofe”<sup>108</sup>. O escritor naturalista João Marques de Carvalho foi um dos intelectuais que tomou a dianteira nas críticas que saíram no jornal da época. O literato abriu o seu artigo dizendo que tinha o dever, como publicista, “no interesse da saúde pública”, de “debater questões relacionadas à vida cotidiana da população, e descendo até aos abusos germinados, combatê-los bem de frente e bem de perto”<sup>109</sup>. Vale a pena reproduzir aqui parte do artigo de Marques de Carvalho, uma vez que esclarece vários dos pontos que venho discutindo até agora.

D’entre as anomalias freqüentes encontradas em nossa existência de povo descuidado avulta essa entidade vulgarmente conhecido pela designação de *prático de farmácia*. São pessoas às quais a permanência mais ou menos longa em laboratórios farmacêuticos, o convívio com boticários e clínicos durante determinado período e uma boa dose de ousadia, animam a arvorarem-se por seu turno em farmacêuticos. A indolente tolerância atrás aludida e um exemplar de Chernoviz – quando não um simples Dujardin-Beaumetz – fazem o resto. Aos poucos meses, ei-la, a nova farmácia, que ostenta as suas lustrosas armações com severas esculturas e brilhantes vidraças, através das quais se alinham os frascos de medicamentos, os boiões das pomadas, os vidrinhos dos venenos sutis, dos corrosivos ferozes, as cristalizações dos alcalóides naturais, toda tremenda série de substâncias fulminantes.

[...] Ponde, porém, à frente d’um d’esses estabelecimentos para cuja fiscalização ainda não nos parece bastante exigente as nossas leis; ponde ali, dizíamos entre aquelas armações, rodadas desses vidrinhos assustadores, a ingenuidade de um homem falho da educação científica e ignorante do valor de uma unidade infinitesimal no efeito de um tóxico, - e tereis necessariamente resultados funestos como o que enlutou, com a distinta família Pinto, à sociedade paraense inteira.

Porque é necessário dizê-lo e repeti-lo: o caso do qual nos ocupamos não é fato singular no nosso meio, onde até as drogas tem seções para despacho de receituário médico. Antes são mais freqüentes do que se imagina esses enganos fatais, - na terra das farmácias sem farmacêuticos, onde as mais melindrosas receitas são executadas pelos *práticos* sobre o balcão comum, à vista do público, entre conversas e pilherias sobre os assuntos culminantes do dia. Pessoalmente, podem tais *práticos* possuir as mais estimáveis qualidades cívicas. Não é desta, porém, que se exige a contribuição constante nas farmácias e sim das aptidões peculiares, de que eles absolutamente carecem. São-lhes deficientes as mais rudimentares noções de classificação das substâncias tóxicas – e entretanto manipulam poções e pílulas cuja a base são os mais violentos venenos.

[...] É a mais completa demonstração do estado atual de muitas farmácias d’esta capital e, o que é mais grave, de alguns estabelecimentos para tratamento simultâneo de coletividades beneficentes. É também a prova da tolerância de quem quer que seja a quem competiria, na primeira linha dos deveres profissionais, cumprir a letra do próprio código penal da República, a bem da vida dos seus concidadãos.<sup>110</sup>

Além de mostrar os despreparo dos práticos de farmácia no exercício da profissão, que ainda assim formulam e prescrevem remédios (ou veneno!), o artigo trás à tona a distância

<sup>108</sup> “Uma dolorosa desgraça”. A Província do Pará, sexta-feira, 4 de abril de 1902, p.1.

<sup>109</sup> “Opiniões: os práticos de farmácia”. A Província do Pará, domingo, 6 de abril de 1902, p.1.

<sup>110</sup> Idem.

que havia entre os ideais de um ambiente higienizado e restrito à venda de medicamentos e aquele que se constituía também no espaço de socialização, como de fato ainda eram as farmácias paraenses. O literato clamava por mais rigor na fiscalização desses estabelecimentos que, pela tolerância das autoridades responsáveis por esse serviço, que aliás não cumpriam como deviam o Código Penal da República, permitiam que esse estado de coisas continuasse. Em resposta, o doutor Américo Campos, um dos mais importantes médicos da época, dizia que se fosse “indispensável que os clínicos” apontassem “os abusos, ou irregularidades, observados em determinadas farmácias d’esta capital, o mal” ficaria “sem remédio, porque nenhum” desceria “à degradação de uma denúncia individual”. Muito menos caberia aos inspetores de higiene ou ao diretor do serviço sanitário essa responsabilidades, segundo regimentos sanitários federais, estaduais e municipais. Enquanto isso, o doutor Francisco da Silva Miranda, diretor do Serviço Sanitário do Estado à época, citava os artigos 105 e 98 do regulamento do Serviço Sanitário estadual que permitia aos práticos de farmácia licenciados pela inspetoria de higiene, além do direito de exercer a profissão, dirigir estabelecimentos farmacêuticos. O único problema do prático de farmácia que teria ministrado erroneamente o medicamento que levou à morte o doutor Numa Pinto, seria a falta de licença para exercer a profissão, sendo que quem deveria ser punido era a diretoria do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, onde o sujeito trabalhava, por infração do regulamento sanitário ao contratar um prático sem licença<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Os argumentos usados pelo doutor Américo Campos em defesa dos inspetores sanitários do Estado e as alegações usadas por Francisco da Silva Miranda, diretor do serviço sanitário do Estado, com o objetivo de se esquivar das responsabilidades sobre o caso, foram publicados no mesmo jornal três dias depois da matéria de João Marques de Carvalho. O próprio diretor do serviço sanitário fez questão de ir até a sede do jornal “A Província do Pará” para esclarecer porque não havia agido. Na ocasião, o doutor Francisco da Silva Miranda chamou a atenção para o artigo 105 do serviço sanitário do Estado, no qual constava que os estabelecimentos públicos, hospitais, casas de saúde, hospícios e outros congêneres, que tivessem pessoal numeroso, poderiam farmácia destinada a seu uso particular. Essas, como as demais farmácias, ficavam sujeitas à vigilância da autoridade sanitária e deveria ser dirigida por farmacêutico legalmente habilitado ou por prático devidamente licenciado na forma do artigo 98. Para esclarecer o público, o jornal transcreveu o que constava sobre a questão no artigo 98. Para se obter a licença, o prático, segundo o que dizia o artigo, deveria mostrar-se habilitado perante uma comissão nomeada pelo inspetor do serviço sanitário, a quem deveria o pretendente requerer o referido exame, apresentando documentos comprobatórios de sua probidade e competência. A pressa do doutor Américo campos em defender seus colegas inspetores do serviço sanitário tinha uma forte razão: os mesmos práticos de farmácia que João Marques de Carvalho chamava de “anomalia”, “homens falhos de educação científica”, eram também aqueles que os próprios inspetores do serviço sanitário do Estado aprovavam para o exercício da profissão. Ver “Os ‘práticos’ de farmácia”. A Província do Pará, quarta-feira, 9 de abril de 1902, p.1.



Foto 9: Interior da Farmácia e Drogaria Beirão (Belém). Seção de acondicionamento – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 395.

Com isso, os práticos de farmácia, a “anomalia”, como queria João Marques de Carvalho, fossem ou não grandes conhecedores das fórmulas certas para a manipulação de remédio, continuariam atuando no Pará. No bojo da discussão, ouvia-se os lamentos de Francisco Xavier, um farmacêutico diplomado residente na Vila do Mosqueiro. Suas queixas recaíam sobre o prático de farmácia Manoel Caetano de Vasconcellos, que teria sido licenciado pela Junta de Higiene para abrir uma drogaria nessa vila, mas que exercia a profissão de farmacêutico, competindo com ele, que dizia ter cumprido todas as disposições legais para conseguir abrir sua farmácia. Para piorar, Francisco Xavier denunciou que Manoel Caetano, além da profissão de farmacêutico, exercia ainda a de médico, “porque atendia chamados para ver doentes e prescrevia como se fosse habilitado para tal coisa, fato esse sabido por toda a população d’esta vila”. O Farmacêutico acrescentou ainda que esses “desastres”, como era o caso da morte do doutor Numa Pinto, “não se daria se todos nós enxergássemos o interesse coletivo para não cair como o colega distinto, vítima da ignorância dos práticos”<sup>112</sup>. Havia uma visível desunião dos profissionais da saúde, que não combatiam como se devia os concorrentes. Sua choradeira tinha razão de ser. Naqueles anos, apesar da repressão que vinha ocorrendo, muitos profissionais sem habilitação e outras práticas de cura alternativa à medicina oficial continuavam atuando nas barbas da inspetoria do serviço

<sup>112</sup> “Ainda os ‘práticos’. A Província do Pará, quinta-feira, 10 de abril de 1902, p.1.

sanitário, não só porque esta instituição era pouco rigorosa na aplicação das leis, mas, sobretudo, porque havia uma crença generalizada nas intervenções e no poder de cura da medicina popular. Esta sim muito mais antigas no seio da população do que a medicina dos doutores, além de bem mais próximo das necessidades psicológicas de grande maioria das pessoas. Só para se ter uma idéia, apenas um ano depois do ocorrido, um médico, muito indignado, lastimava que, no Pará, pessoas sem habilitação e “ignorantes” seguissem exercendo clandestinamente a obstetrícia. Segundo o mesmo médico, nos países em que o progresso não era uma ficção, ia-se combatendo “os embustes de curandeiros e curandeiras”. Mas a presença desses “embusteiros” não seria uma peculiaridade do Pará, uma vez que “em todos os Estados do Brasil encontravam-se “[...] as senhoras parteiras, dispendo discricionariamente das vidas das mães e de seus filhos”<sup>113</sup>. Entretanto, o médico vislumbrava uma solução, embora não muito original:

[...] Tão fácil tem sido para nós a execução de outras medidas sanitárias de real proveito e que pareciam impraticáveis! Talvez aqui no Pará, cuja população é minimamente ordeira, não fosse difícil acabar com tais abusos, desde que a Junta de Higiene com um pouco mais de boa vontade se empenhasse, em benefício das parturientes, por acabar com essa prática perigosa e desumana, mormente agora que seu diretor é um profissional parteiro.

Não seria mesmo inoportuno lembrar a criação, sob a direção de médicos competentes, de um pequeno curso de aprendizagem para parteiras, anexa à maternidade da Santa Casa.

Depois de provada a habilitação, esta enfermeira seria uma auxiliar valiosa na clínica civil e, de certo, milhares de vidas seriam poupadas<sup>114</sup>.

Quando o médico deu publicidade ao seu artigo, já havia passado dez anos da declaração de guerra às parteiras práticas feita pelo doutor Firmo Braga, como vimos no começo dessa discussão. O médico continuava a insistir na mesma fórmula da proposta do deputado, por outro lado, as famílias paraenses estavam longe de deixar de recorrer às parteiras para trazer seus filhos ao mundo, enquanto os curandeiros seguiam cuidando das enfermidades atroz. O médico apelava para a “boa vontade” da Junta de Higiene no sentido de combater essa prática “perigosa e desumana”. Para não parecer que era omissa, a Junta até que tentava. Mas será que a autoridade sanitária, conhecida por botar abaixo os cortiços do centro da cidade, tinha a mesma força para impedir a atuação de tais práticas de cura e “medicalizar” a sociedade? Duvido muito! É provável que médicos, intelectuais e políticos, que alimentavam sua crença na ciência e na técnica como aliados em seu projeto de sociedade, tenham sentido um forte abalo em suas convicções no ano seguinte – se é que

<sup>113</sup> “Partos e parteiras”. Folha do Norte, 7 de agosto de 1903, p.1.

<sup>114</sup> Idem.

muitos deles não perderam totalmente a fé na civilização nos trópicos. Já me explico! Na primeira década do século XX, até mesmo as autoridades higiênicas e policiais, acostumadas a fazer prisões e multar curandeiros nos arredores da cidade, ficariam de mãos atadas diante do “domínio do maravilhoso”. Talvez esse tenha sido o momento mais ilustrativo e explícito do poder e da força de certos curandeiros durante as primeiras décadas republicanas no Pará. Para o desdouro dos esculápios científicos, sujeitos místicos desafiariam qualquer tentativa de repressão ao exercício ilegal da medicina e, de quebra, mostrariam toda a fragilidade dos métodos terapêuticos dos doutores no trato das enfermidades.

### **1.2.3. República da medicina, governo dos curandeiros**

Na manhã de domingo do dia 13 de novembro daquele de 1904, o jornal “Falho do Norte”, tão logo soube da chegada de um certo professor Faustino Ribeiro Junior em Belém, tratou de informar seus leitores a respeito desse misterioso homem. Se bem que eles já deviam saber da presença do curandeiro na cidade, haja visto o alvoroço que ele causava por onde passava. Diferente da maneira pejorativa como quase sempre se tratava os curandeiros na imprensa, Faustino foi visto como uma verdadeira personalidade do momento. Não era para menos! O celebre curandeiro teria realizado maravilhosas curas no Rio, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. E o que é mais surpreendente: com a simples imposição das suas mãos, o professor Faustino teria restituído a saúde a milhares de infelizes, “que a julgavam para sempre perdida”, reiterava a gazeta. Esclarecia ainda que o famoso professor não exercia nenhum ramo especial da medicina. Não cultivava nem a alopátia, nem a homeopatia, nem a dosimetria. Não curava também nem por meio do magnetismo, do hipnotismo ou do espiritismo. Pelo menos foi o que se disse de início<sup>115</sup>. Mas, para termos a dimensão da primeira impressão e impacto que a presença de Faustino causaria na cidade, atentemos ao que dizia a matéria daquele dia sobre essa interessante figura:

Como disse um colega do sul, exercita em proveito da humanidade sofredora, que a ele recorre, arredando todos os preconceitos, um dom ingênito com que bem fadou a natureza – único entre 20 milhões.

A sua popularidade, guerreada a todo transe, cresce, entretanto, como um volume de rio numa maré de enchente; mas ao contrário deste, não está sujeita ao fenômeno do decréscimo.

Seu nome, soprado pela tuba canora da Fama, chega a todos os lares onde há gemidos de dor; a sua humilde habitação de trabalhador, onde chega, é pequena para

---

<sup>115</sup> “No domínio do maravilhoso: o professor Faustino: a cura pela imposição das mãos”. Folha do Norte, domingo, 13 de novembro de 1904, p.1.

conter a onda humana, esfervilhante e rumorosa que o procura para pedir-lhe o alívio de seus males.

Não são às dezenas, nem às centenas as pessoas que o procuram, são aos milhares e bem se pode dizer que nem se tem arrependido.

Os jornais cariocas, bem como os de S. Paulo e da Bahia guardam nas suas colunas os atestados das curas maravilhosas que ele tem operado, sem auxílio de drogas e instrumentos cirúrgicos, com a única imposição misteriosa das falanges das mãos.

O professor Faustino cura por uma influência que o povo experimenta e afirma, e que ele mesmo ignora, supondo em sua crença que se trata de um fenômeno propriamente teosófico, isto é, de uma manifestação divina que se torna útil por seu intermédio.

É um iluminado que, ignorando a medicina, levanta, entretanto, os lázaros, transfunde vida aos moribundos.

Não exerce, portanto, a medicina ilegalmente, porque não cura por nenhum dos seus ramos.

Gritam uns que é charlatão, outros que é um torpe explorador da incredulidade pública, mas a verdade é que, sob o poder extraordinário das suas mãos, tem feito curas espantosas de moléstias que todos os médicos julgavam irremediáveis.

Ele não precisa do auxílio de nenhuma medicina, sua força reside no poder mágico e extraordinária de seu *ego*, e onde quer que haja um sofrimento a debelar, o poder que dispõe se exerce em benefício desse sofrimento, que ele aniquila num momento com meia dúzia dos seus famosos *passes fluídicos*.

Que poder é esse? Ele mesmo, como se disse, o ignora e não procura, por subterfúgio inútil, investigá-lo, desde que seu fim é pura e exclusivamente restituir saúde a quem a tem perdido e isto consegue<sup>116</sup>.

Um homem que arrastava multidões por onde passava; que apesar de ser alcunhado de charlatão e ou torpe explorador da credulidade pública, sua fama e popularidade só tendia a aumentar; e, para completar: ignorava a medicina, não precisava dela e nem de seus instrumentos, não causava dor, portanto, uma vez que apenas sob o poder extraordinário das suas mãos, teria feito curas espantosas de moléstias que todos os médicos julgavam irremediáveis. Se não exercia nenhuma especialidade médica, logo também não poderia ser enquadrado em prática ilegal da profissão. Essa figura “iluminada”, não guardava sua fé na ciência, mas sua força residia no poder mágico de seu *ego*. Bastava meia dúzia dos seus *passes fluídicos*<sup>117</sup> para se dar cabo ao sofrimento, embora não soubesse explicar como o

---

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Embora a matéria publicada pela gazeta tenha negado que o professor Faustino curasse por meio do magnetismo, do hipnotismo e do espiritismo, é possível notar que o curandeiro fazia uso de técnicas nascidas dessas concepções de cura, principalmente quando se referia aos seus *passes fluídicos*. Provavelmente Faustino tinha conhecimento das teorias médicas desenvolvidas pelo médico francês Franz Anton Mesmer (1734 – 1815), a qual ficou conhecida como mesmerismo animal ou magnetismo. Segundo essa teoria, existiria um fluido curador, o qual seria o elo impalpável entre a matéria e o espírito e que podia emanar de um agente humano, o magnetizador. Conforme Robert Darnton, em fevereiro de 1778, Franz Mesmer chegou em Paris e anunciou sua descoberta sobre um fluido ultrafino que penetrava e cercava todos os corpos. Entretanto, Mesmer não vira realmente esse seu fluido; chegou à conclusão de que ele deveria existir como o meio para ação da gravidade, visto que os planetas não poderiam se atrair num vácuo. Além de emergir todo o universo nesse “agente da natureza” primordial, Mesmer trouxe-o para a terra a fim de abastecer os parisienses com o calor, luz, eletricidade e magnetismo, e exaltou particularmente a sua aplicação na medicina. Mesmer sustentava que a doença resultava de um “obstáculo” ao fluxo do fluido através do corpo, o qual se assemelhava a um imã. As

fenômeno ocorria. Provas da eficácia de sua terapêutica poderiam ser encontradas nas colunas dos diários nacionais. A lista das curas maravilhosas realizadas por Faustino era tão grande que a gazeta achou que seria “uma loucura tentar reproduzi-la”. Mesmo assim, resolveu levar ao conhecimento dos seus leitores algumas das doenças que Faustino havia curado e que teriam sido amplamente divulgadas pela imprensa dos quatro Estados por onde o curandeiro havia passado: reumatismo muscular, ataques, inflamação do estômago, sífilis na garganta, ataques de vermes, moléstia do coração, feridas nas pernas e tumores linfáticos, tumores no peito, paralisia infantil, quebra-dura da espinha, varíola, surdez, anemia profunda, moléstia do útero, entre muitas outras doenças, teriam cedido perante o poder do curandeiro. Essas também eram algumas das doenças que os médicos tinham enorme dificuldade de curar, ou para as quais não se conhecia nenhum meio eficaz - os esculápios não poderiam ter encontrado um concorrente mais poderoso! De saída, o periódico, tendo noção do interesse que notícia despertaria, fez questão de deixar algumas máximas do professor Faustino para a apreciação dos leitores: “Deus dirige a vontade e a consciência”; “a imaginação dirige e governa o mundo e nela se faz sentir a vontade de Deus”; “o medo da morte é a consciência do pecado”; [...]; “a incredulidade é repulsiva ao bom fluido”; e assim por diante<sup>118</sup>.

Durante o período em que o curandeiro permaneceu em Belém, a imprensa publicou diariamente as suas atividades na cidade, que disputava espaço nas colunas jornalísticas com os noticiários sobre a Revolta da Vacina na Capital Federal. Foi assim que ficamos sabendo que no “Café Coelho”, onde o curandeiro havia se hospedado, em apenas um dia, Faustino havia dado consulta à cerca de 300 pessoas, “entre famílias e cavalheiros”. Os corredores do hotel ficaram literalmente cheios de gente que se acotovelava entre espaços apertados para ver o curandeiro, desejosas que sobre elas atuasse o fluído misterioso que amainavam das mãos do famoso “professor do Rio”, como diziam. Faustino atendeu às que foi possível, como foi o caso de uma senhora, moradora à Rua Padre Prudêncio, nº 34, que ali teria se apresentado acometida de fortes dores de dente. Imediatamente após a consulta, a mulher teria voltado à sua residência completamente curada. O caso de “rapidíssima cura” teria emocionado

---

peças poderiam controlar e fortalecer a ação do fluído “mesmerizando” ou magnetizando os “pólos” do corpo, e com isso superar o obstáculo, induzindo uma “crise”, muitas vezes sob a forma de convulsões, e restaurar a saúde ou a “harmonia do homem com a natureza. Mesmo tendo sido criticado por seus colegas médicos, Mesmer e sua doutrina ganharam grande popularidade. Em meados do século XIX, as variedades relativamente modestas do fluidismo e do sonambulismo estavam sendo estudadas por toda a Europa. Antes de sua morte em 1815, o próprio Mesmer deu sua benção à instalação de um curso mesmerita da Universidade de Berlim. A doutrina de Mesmer alimentou as investigações sobre hipnose induzida na Inglaterra e os hipnotizadores franceses exerceram importante influência sobre o desenvolvimento da psicologia freudiana. Cf. DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução. Mesmer e o final do iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. pp. 13-14, 123.

<sup>118</sup> “No domínio do maravilhoso: o professor Faustino: a cura pela imposição das mãos”. Op. cit.

“agradavelmente todos os presentes”. Desnecessário dizer que aquele foi um dia realmente cheio na agenda do curandeiro. Para dar atenção a todos os doentes que o haviam procurado, o professor Faustino viu-se forçado a deixar de atender a chamados em domicílios, que já chegavam a 33, entre eles, um do Dr. Genuíno Amazonas Figueiredo, figura de renome na sociedade, nada menos que secretário do interior e justiça do Estado. Com tanta procura, o professor resolveu organizar o horário de consulta, sendo que de 8 às 11 horas da manhã, seriam atendidas apenas “as famílias”, enquanto que das 2 às 5 horas da tarde, seria a vez de “todas as pessoas não compreendida naquela designação”. Ressaltava-se ainda que o curandeiro não arbitraria recompensa material por seus serviços, mas também não poderia dispensar, “ficando esta sob o arbítrio da generosidade e das posses de cada um”<sup>119</sup>.

E haja multidão! Parece que nem organizando horário das consultas o professor Faustino resolveu a questão. No dia seguinte, pela manhã, apareceram ao “Café Coelho” centenas de pessoas em busca de cura, entre elas, provavelmente as “famílias” a quem o curandeiro havia reservado aquele horário. O jornal relatou que afluência de visitante até as 9 horas da manhã havia sido tão grande que levou à reclamação dos demais hóspedes ao dono do estabelecimento, “por não poderem sair dos seus quartos devido à grande aglomeração do povo que estacionava ao longo das dependências internas do ‘Coelho’”. Em virtude disso, o professor Faustino resolveu suspender seus trabalhos naquela mesma manhã e transferir sua residência para uma casa que ficava na rua Boaventura da Silva, a qual havia sido oferecida ao famoso curandeiro, talvez por algum dos seus ricos clientes<sup>120</sup>. Faustino ainda aproveitou a ocasião para oferecer à “Folha do Norte”, gazeta que noticiava diariamente os seus feitos, um volume de 253 páginas, contendo notícias e artigos dos jornais do Rio, São Paulo, Santos, Minas, Niterói, Bahia e Pernambuco referentes às suas curas. “É um registro curioso e interessante de centenas de males combatidos”, acrescentava o diário. Certamente o polêmico curandeiro sabia da importância que tinham as notas que saíam sobre ele na imprensa, as quais usava como prova de seu prestígio e popularidade pelo País afora. Muitas das curas que realizou em Belém foram publicadas na imprensa, trazendo os nomes completos dos curados, os endereços de suas residências e as doenças de que sofriam. Faustino, um sujeito que sabia usar “mídia” da época a seu favor, tinha muito bem em conta a dimensão do prestígio e carisma que despertava sobre sua pessoa.

---

<sup>119</sup> “No domínio do maravilhoso: O professor Faustino: as suas curas milagrosas”. Folha do Norte, terça-feira, 15 de novembro de 1904, p.1.

<sup>120</sup> “No domínio do maravilhoso: O professor Faustino: as suas curas milagrosas”. Folha do Norte, quarta-feira, 16 de novembro de 1904, p.1.

Impossível negar que sua popularidade realmente crescia “como um volume de um rio numa maré de enchente”, como frisara o articulista. Exemplos disso não faltaram. Já na residência da rua Boaventura da Silva, logo no primeiro dia, mais de 1.500 pessoas haviam ido consultar o “maravilhoso homem”. Seguia-se então a listas dos casos mais importantes que, segundo jornal, tocavam “as raias quase do sobrenatural”: o comendador Januário Antonio de Moraes, morador da travessa Rui Barbosa, nº 90, foi curado de dispepsia, tendo logo vontade de comer; Dona Rosa A. de Moraes Dias, residente à Estrada de S. Jeronymo, nº 28-A, que sofria de surdez, recuperou a audição, “sentindo-se satisfeitíssima”; coronel Leonardo Lobato, residente à rua 16 de Novembro, nº16, sofrendo de moléstia dos olhos, momentos depois da consulta, sentiu-se melhor; Francisco Figueiredo do Amaral, guarda municipal, residente à rua Boaventura da Silva, nº 57, sofrendo de dores no intestino, padecimento este que o atormentavam a oito anos, melhorou consideravelmente; e assim foram muitas outras curas maravilhosas daquele dia<sup>121</sup>. Pode-se imaginar a massa humana que se dirigiu à residência do curandeiro em busca de seus milagres. Em 28 de novembro, a gazeta informou que continuava a romaria dos consultantes à casa do professor Faustino, de modo tal que a polícia mostrou-se impotente “para sustar a onda rumorosa que a todo transe, quer forçar acesso junto ao miraculoso portador de um tão precioso dom, como é o de curar sem drogas”. O interessante é que a presença da polícia não fazia parte de nenhuma missão para reprimir o curandeiro, como de costume, mas estava lá para tentar dar condições a ele de desempenhar melhor sua atividade. Só para se ter uma idéia do prestígio de Faustino, enquanto a multidão afluía à sua casa, foram designados para garantir o bom andamento das consultas, vários agentes de segurança que deveriam fazer o patrulhamento no local, os quais estavam sob a fiscalização do subprefeito José Dório Gondim Cavalcante, um dos maiores perseguidores dos curandeiros em Belém. É provável que eles tenham sido designados pelo próprio chefe de segurança do Estado, em cuja casa Faustino havia feito uma visita no dia anterior para curar seu pai<sup>122</sup>.

Em todo caso, isso mostra o quanto o curandeiro havia conquistado o prestígio da população e de quase toda a cidade, sendo que até mesmo aqueles que poderiam ser considerados os agentes de repressão do Estado, renderam-se às suas curas maravilhosas, porque acreditam nelas. Faustino havia atraído milhares de pessoas de todos os seguimentos sociais à sua residência até aquele momento e, provavelmente, esvaziado o consultório de

---

<sup>121</sup> “No domínio do maravilhoso: O professor Faustino: as suas curas milagrosas”. Folha do Norte, quinta-feira, 17 de novembro de 1904, p.1.

<sup>122</sup> “No domínio do maravilhoso: O professor Faustino: as suas curas milagrosas”. Folha do Norte, domingo, 27 de novembro de 1904, p.1.

muitos médicos da capital. Afinal, se era possível ter a cura apenas por imposição de mãos sobre as parte doentes, não havia muito motivo para se recorrer aos métodos dolorosos dos esculápios; se era possível recorrer ao poder divino de cura de Faustino, que dava cabo à doenças até então incuráveis, não fazia sentido entregar-se às terapêuticas científica dos doutores, quase sempre de resultados duvidosos. Mas o sujeito carismático, como já era de se esperar, começou a incomodar os esculápios. O médico João Uchoa, um velho clínico de Belém, foi o primeiro a manifestar-se publicamente contra o curandeiro. A estratégia do médico baseava-se na argumentação de que os esculápios paraenses também tinham obtido a cura de muitos doentes somente com “duas ou três palavras [...]”. Já vê o célebre curandeiro que estamos muito mais adiantado do que ele”<sup>123</sup>, completava, em um tom desafiador. Dito isto, o médico procurou demonstrar como tal façanha era possível e passou a contar a experiência que teve quando atendeu ao chamado de um rica família de Belém cuja filha sofria de histeria:

Logo à primeira vista fiquei sabendo do que se tratava, um ataque histérico. Voltando-me para a mãe da moça, disse-lhe: - Sua filha está com um ataque histérico; como ela não abre a boca, pois está com os dentes cerrados, não abre os olhos e não fala, não lhe poderei dar remédio para beber; vou, por isso, receitar-lhe um grande clister com óleo de rícino e assafetida, que é muito bom para ataques dessa natureza...

Apenas havia pronunciado a palavra clister, a moça abriu os olhos, votou-se para o meu lado e disse:

- Não, doutor Uchoa, não quero clister não, faça favor de receitar outra cousa.

Conclusão: a moça estava curada. A mãe ficou satisfeita e tranqüila, fiz minha despedida e saí sem receitar cousa alguma.

Já se vê, pois, o professor Faustino, que nós também sabemos curar doentes sem dar remédio algum, somente com a nossa palavra.

A credulidade humana, a sua ignorância é o que não pode e não deve ser explorada. Este campo é muito vasto para dele nos ocuparmos; deixemos a outros mais moços e mais habilitados virem pela imprensa desafrontar a nossa nobre profissão<sup>124</sup>.

Com isso, o doutor mostrava o seu poder de persuasão através das palavras no processo de cura, sem uso de medicamento, mesmo que para tanto fosse necessário imprimir medo no paciente. As curas de Faustino, segundo o que se lia, deveriam ser atribuídas apenas à “credulidade humana”, à sua “ignorância”, a qual não deveria ser explorada. Estava na hora de desafrontar a “nobre profissão” dos médicos, ciência tão desacreditada ante os poderes mágicos do curandeiro. A partir daí, vários artigos de médicos que visavam desqualificar as curas de Faustino começaram a ser veiculada na imprensa. Um deles foi o do doutor João Batista, que dizia que as curas milagrosas realizadas pelo curandeiro, além de não terem nada

<sup>123</sup> Dr. João Uchoa. “O professor Faustino e as suas curas maravilhosas: História de uma clyster”. Folha do Norte, terça-feira, 6 de dezembro de 1904, p.1.

<sup>124</sup> Idem.

de milagroso, não resistiam às “análises científicas”. Para o clínico, aquele que dizia ter sido supostamente curado por Faustino, agia sob a convicção do “iluminado” ou de má fé, sendo “digno de ser hospede de algum hospício de alienados” e que, “[...] em país civilizado, estaria sob as vistas da polícia”. Esse médico também dizia poder obter, por sugestão, “um ou outro resultado, em moléstias que a ciência classifica no rol das nervosas”. Nesse caso, o curandeiro estaria incorrendo nas penas dos artigos 156 e 157 do Código Penal, uma vez que praticava a sugestão sem permissão para isso. Aumentava que, no Brasil e no mundo inteiro, a “sugestão” já era considerada como um meio científico de cura. No entanto, ninguém poderia, “em nosso país, exercer a arte dentária, a farmácia, praticar a homeopatia, a dosimetria, o ‘hipnotismo ou o ‘magnetismo animal’ sem estar habilitado segunda as leis e regulamentos”, caso contrário, estaria sujeito à “pena de prisão por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$. Não poderia também, “em virtude do mesmo código, ‘inocular curas de moléstia curáveis ou incuráveis, para fascinar e subjugar a credulidade pública”<sup>125</sup>. Faustino estaria exercendo a hipnose ou a sugestão hipnótica, que em todos os modos e por todos os sentidos, só deveria ser praticada por profissionais diplomados. Não sendo diplomado pelas faculdades de medicina do Brasil, ou sequer por escola estrangeira, Faustino estaria incorrendo nas penas da lei,

[...] e me admira de que, havendo nesta capital uma junta de higiene, não impeça que o “professor” exerça “sua indústria”, que pode ser de conseqüência funesta aos que “de boa fé vão consultá-lo”.

O que faz, portanto, a junta de higiene que não cumpre o seu dever? Se não permite o exército da medicina e da farmácia sem os requisitos que lei e os regulamentos permitam, se não deixa que dentista e médicos habilitados em países estrangeiros e do mesmo modo as parteiras exerçam “livremente sua profissão; se dá caça aos curandeiros”, porque consente que o “iluminado” sr. Faustino exerça “livremente a sua industria”? Responderá, talvez, a ilustrada junta: - o governador, o chefe de segurança, um ou dois médicos, magistrados aposentados e grande parte da população, “acreditam nos milagres de Faustino”, e nesse caso a junta julga-se impossibilitada de tomar providência! Semelhante argumento peca pela base.

A junta cumpriria o seu dever, não consentindo o espetáculo que estamos apreciando de deixar que exerça livremente a sua indústria um curandeiro, considere-se este embora agindo por um poder oculto.

Deve-se fazer cessar o embuste.

Dir-se-á: a junta não conta com o auxílio da administração nem da polícia. Não obteria força das autoridades para fazer-se respeitada. *Quidi inde?* Nesse caso cruzaria os braços, mas em protesto.

[...] Se no que fica exposto e demonstrado, eu estou em erro, e o “professor” está com a verdade, pode praticar sugestão fora da lei, “curar” moléstias tidas como incuráveis, ninguém leve a mal, pois a ninguém quero molestar, que eu levante este brado:

- Hurra pelo Messias prometido no Velho Testamento!

- Viva a republica do Faustino! [...] <sup>126</sup>.

<sup>125</sup> “Exploração com a credence popular”. Folha do Norte, segunda-feira, 12 de dezembro de 1904, p.1.

<sup>126</sup> Idem.

Uma junta de higiene impotente ante ao prestígio do curandeiro, que tinha o apoio da polícia, de médicos, de magistrados e até mesmo do próprio governador, longe da aliança tão falada entre medicina e Estado, configurava-se no exemplo mais frisante das diferenças de interesses entre esculápios e as autoridades públicas. Para completar, o professor Faustino não precisou escrever nenhum artigo na imprensa para rebater as acusações dos médicos - tinha muita gente para fazer isso por ele. Foi o que fez, por exemplo, o senhor Antônio Leite de Magalhães, hospede do Hotel América. Incomodado com os ataques desferidos pelos esculápios contra professor Faustino em diversos artigos anteriores, Antônio Leite de Magalhães viu-se na obrigação de dar uma resposta à altura ao médico que tendo “a ingenuidade de acreditar, de boa fé, na infalibilidade da ciência, ou no seu *non plus ultra* científico”, chegou ao ponto de “afirmar peremptoriamente que as curas produzidas e atestadas pelos pacientes” eram “meras charlatanices, que só poderiam “cabem no espírito do vulgo ignaro e do *mulherio* impressionável e supersticioso; e, conseqüentemente, que o professor Faustino” era “um vil embusteiro e explorador da credulidade pública [...]”. Segundo o articulista, as curas “assombrosas” de Faustino teriam sido atestadas por milhares de pessoas ilustres, muitas das quais diplomadas como o clínico que naquele momento o atacava. Apelou também para a origem nobre do curandeiro, fazendo lembrar que seu pai, cujo havia herdado o nome (Faustino Ribeiro), era um inspirado poeta, prestigiado homem político, ainda no regime monárquico, e mais tarde “integérrimo” juiz de direito da comarca de uma das florescentes cidades do Estado de São Paulo. Entre outras qualidades, o curandeiro não poderia ser considerado um embusteiro, pois seria um “espírito superior”, ilustradíssimo, iniciado nos mistérios das ciências ocultas e também portador de um diploma dos quais não se conferia a “curandeiros boçais”. Chamou atenção para os fenômenos apresentados pelas “ciências ocultas”, que começavam a despertar o interesse de muitos homens cultos pelo mundo, mas que a ciência moderna ainda não sabia explicar, como eram os inúmeros casos de levitação de corpos, além de outras manifestações de menor importância,<sup>127</sup>

[...] mas incontestáveis que diariamente são produzidos em nossas vistas por gentes sem instrução, como cura de bicheiras em animais, a grandes distâncias, com simples passes; cura de mordedura de cobra, pelo mesmo processo; diagnóstico exato de moléstias pouco comuns e mil outras curas para as quais os homens de ciência chamam escárnio, mas que entretanto não sabem explicar. E assim, o melhor, é não discutirmos o que ignoramos nem emitirmos opinião sobre fatos que não compreendemos nem cogitamos de investigar.

William Thomson, o grande sábio inglês disse: “A ciência é obrigada pela eterna lei da honra a encarar sem temor qualquer problema que lhe pude ser francamente

<sup>127</sup> “O professor Faustino e suas curas milagrosas”. Folha do Norte, quinta-feira, 15 de dezembro de 1904, p.1.

*apresentado*”. Mas a ciência é orgulhosa e não quer submeter-se para não transigir com os seus dogmas – Belém, 13 de dezembro de 1904. Leite de Magalhães.

A ciência e sua pretensa infalibilidade foram questionadas, enquanto que a crença em fenômenos místicos e sobrenaturais ganhou um destaque inverso àquele apregoado pelos médicos. Os debates em torno das curas maravilhosas do professor Faustino prolongaram-se até o início do ano de 1905, assim como o curandeiro continuou realizando suas curas durante aquele tempo, sem nenhum embaraço. O que geralmente era atribuído à “crendice popular”, resultado de sua “ignorância”, na verdade tinha aceitação em uma ampla parcela daqueles que eram considerados homens “cultos” e “civilizados”. Genuíno Amazonas de Figueiredo (1875-1942), por exemplo, cuja casa Faustino teria visitado para curar a filha, era uma das figuras que melhor poderia representar o ideal do homem civilizado e culto do início da República. Educador, magistrado, latinista e político, esse reputado intelectual nascido em Manaus, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em maio de 1894. Logo veio para Belém e foi nomeado promotor público da Comarca do município de Citra, hoje Maracanã; dali foi removido para Cametá como juiz substituto. Em 1901, quando Augusto Montenegro assumiu o governo do Estado, Amazonas Figueiredo foi convidado para ocupar o cargo de Secretário de Justiça, Interior e Instrução Pública, permanecendo nessa função durante todos os oito anos que o governador esteve à frente da administração estadual. Ainda em 1901, quando se cogitou a criação da Faculdade de Direito em Belém, Amazonas Figueiredo foi um dos seus principais idealizadores, assumindo a cátedra de Legislação Comparada do Direito Privado na Escola Teixeira Mendes (1902), que daria origem à Faculdade. Dalí para diante ainda seria senador estadual (1909), diretor do Colégio Paes de Carvalho (1917), deputado estadual (1926) e membro da Academia Paraense de Letras (1930), seguindo carreira na magistratura e na política por toda a década de trinta. Chegou a publicar a obra *Tratado de Direito Romano*, que obteve grande repercussão em todo o Brasil<sup>128</sup>. Um homem público, portanto. Mais ainda: conhecedor das leis e do próprio Código Penal brasileiro que os médicos tanto clamavam que fossem aplicados a Faustino. Mesmo assim, Amazonas Figueiredo preferiu dar as costas à legislação e à ciência médica, atribuindo crédito ao curandeiro e entregando até mesma sua filha aos cuidados do misterioso professor.

Era difícil admitir que um sujeito educado nas melhores intuições do país ou do estrangeiro exibisse um comportamento tão excêntrico e “bizarro”, próximo das “crendices” e tabus da maior parte da população. Entretanto, não faltam exemplos de intelectuais “místicos”

---

<sup>128</sup> Para mais detalhes sobre a biografia de Genuíno Amazonas Figueiredo, ver ROCQUE, Carlos. Grande enciclopédia da Amazônia. V.3. Pará: Amazônia Editora LTDA, 19.., p.716.

na Primeira República no Pará. Um deles pode ser encontrado na figura de Archimimo Lima, um dos fundadores da Confederação Espírita “Caminheiros do Bem” na década de vinte. Sua trajetória de vida, se não contraria inteiramente a crença de que a sociedade caminhava inexoravelmente rumo a uma estruturação “racional”, é certo, porém, que coloca em questão muitos dos pressupostos apregoados pela ideologia republicana da época. A infância de Archimimo Lima, assim como de quase todos os paraenses de sua geração, foi embalada pelos cânticos e rituais católicos praticados por seus pais e aprendidos nas igrejas. Por outro lado, o menino, com apenas doze anos, foi internado do Colégio Americano em Belém e recebeu aulas do crítico literário José Veríssimo, que esteve na direção da instituição no final do século XIX. Aprendendo lições de um professor liberal e nada afeito à religião, o jovem espírito entrou em crise existencial, passando a procurar respostas em outros campos. Como as religiões católica e luterana não lhe davam respostas, começou a estudar as ciências naturais e seus métodos experimentais, sendo posteriormente atraído pelo vitalismo filosófico. Em meio a essa empreitada, encontrou a filosofia positivista de Augusto Comte, que caiu em descrédito após ter contato com as obras de E. Littré, ex-aluno de Comte, e Hipólite Taine, que teceram críticas à boa parte dos pressupostos defendidos pelo positivismo comtiano. Agarrou-se então às idéias defendidas por Herbert Spencer, “o grande moralista”, passando por Start Mill e muitos outros teóricos e filósofos lidos pelos intelectuais daquela época<sup>129</sup>. Mais tarde lembrava:

Mas de todo esse amontoado de saber dos homens mais sábios, para descobrir o problema da vida, de que dependia a felicidade dos homens, não me ficava senão um grande pesadelo, uma revolta que me parecia deixar intransigente o bem-estar dos povos.  
Eu estava insatisfeito<sup>130</sup>.

Bastante confuso com um emaranhado de teorias “sem harmonia” que o assustava, Archimimo buscou alento no estudo e nas práticas das “ciências magnéticas”, as quais revelariam a ele os seus segredos. Mesmer, Deleuse, Du Potet e Durville passaram a ser apreciados. A partir daí, Archimimo começou a fazer várias experiências em salões familiares, tomando o magnetismo como divertimento.<sup>131</sup> Em 1909, porém, passaria por uma experiência sobrenatural que mudaria os rumos de sua vida. Não custa lembrar que, havia alguns anos, os jornais da capital paraense davam publicidade a matérias nada favoráveis a qualquer manifestação sobrenatural ou espírita. O artigo do médico Acylino de Leão, publicado em

<sup>129</sup> LIMA, Archimimo. *Como me tornei Espírita: o que penso do espiritismo e da sua influência na evolução da humanidade*. Pará: Guajarina, 1931, pp. 13-16.

<sup>130</sup> Idem., p.16

<sup>131</sup> Idem.

1908, e que classificava o espiritismo no rol das mais recentes modalidades de histeria, era um exemplo do tipo de opinião partilhada por vários clínicos de Belém<sup>132</sup>. Entretanto, não era na confusa psiquiatria nascente e numa suposta causa orgânica do que chamamos hoje de “doença mental” que geralmente as pessoas costumam buscar explicações para se resolver problemas dessa natureza, mas em outros métodos que estavam para além da reivindicada competência médica.

Foi dentro desse propósito que Archimimo Lima foi chamado para visitar a casa da rica família Salazar, de sua relação. Na ocasião, foi-lhe pedido para mesmerizar a jovem criada Margarida, que vinha mostrando-se desobediente aos patrões. Arquimimo magnetizou Margarida e levou-a ao transe sonâmbulo, sugerindo qual deveria ser o seu proceder dali em diante. Naquele mesmo dia, uma jovem estudante da Escola Normal, que residia na casa da família Salazar, desejou saber o que se passava com um sonâmbulo e pediu-lhe para magnetizá-la também. Archimimo prontamente satisfez o desejo da moça, e durante algum tempo, divertiu-se junto à família Salazar “com a execução interessante das ordens dada à sonâmbula”. Após a jovem despertar, Archimimo e a estudante conversaram e riram durante algumas horas. No entanto, sua esposa, Elmira Lima, temerosa e assustada, dizia: “Isto são espíritos; isto é espiritismo...”<sup>133</sup>. Passado uma semana do ocorrido, Archimimo voltou à casa da família Salazar, ocasião em que encontrou um sujeito conhecido como Van-May, que também estava ali em visita. Van-May procurou convencê-lo de que tudo aquilo tinha sido fenômeno espírita, e nada mais. Disse também que Archimimo era médium, sendo que este riu da situação, mas não deixou de contar a Van-May sobre as várias experiências sobrenaturais que teve em sua infância, as quais incluíam visitas de espíritos de pessoas mortas em sua casa. Em meio à conversa, confessou ainda que, uma vez, em 1907, havia impedido sua esposa de freqüentar uma sessão espírita, “temendo vê-la enlouquecida”. Foi quando Van-May o convidou para assistir a uma sessão espírita que se realizaria uma semana depois do encontro. A sessão ocorreu na mesma casa onde os dois se conheceram, sendo que as experiências recaíram sobre a jovem que Arquimimo havia mesmerizado dias atrás e Philomena, bacharel em direito, filha dos Salazar. Os espíritos manifestam-se por intermédio dessas jovens e mostram-se incontroláveis, dando muito trabalhos aos médiuns. Mas acabaram convencendo Arquimimo:

Fenômenos supranormais desconhecidos estavam patentes a nossos olhos. Fiquei enfraquecido; só com a separação dos médiuns o fenômeno cessou.

---

<sup>132</sup> Acylino de Leão. “Histeria: hipnotismo e espiritismo”. Folha do Norte, segunda-feira, 17 de agosto de 1908, p.1.

<sup>133</sup> LIMA, Archimimo. Op. cit., p.17.

Sem me caber a culpa, fui censurado pela sociedade; as famílias conhecidas e desconhecidas, no bairro de Batista Campos, onde se dera o fato, me fechavam as janelas e portas, na passagem.  
Eu era um mágico terrível...<sup>134</sup>

Pouco tempo mais tarde, Archimimo viajou para o Rio de Janeiro e procurou a Federação Espírita Brasileira em busca de livros e estudo, convertendo-se logo em seguida às doutrinas espíritas. Sua mulher, e acredito que maior incentivadora, tornou-se uma intelectual e poetiza de grande destaque no Pará, além de ter sido uma das mais ardorosas defensoras do espiritismo na década de dez, publicando seus artigos na “Folha do Norte” ao mesmo tempo em que buscava legitimar e defender sua crença diante dos ataques que ainda sofria. Eles e outros, como os Salazar, mostram que muitas das “ilustres” famílias paraenses ainda alimentavam uma perspectiva mística na interpretação dos fenômenos que a ciência não sabia explicar. Não foi outro o motivo que as levou a buscar a cura de suas enfermidades no gabinete do professor Faustino, assim como freqüentemente recorriam às tendas de outros curandeiros que eram abundantes na época, independentemente destes serem charlatões ou não. Mesmo aqueles que diziam que essas práticas “supersticiosas” estavam fadadas ao desaparecimento com o “evoluir da sociedade”, tinham de admitir que, alguma vez na vida, haviam passado por experiências que envolviam esses sujeitos místicos. Esse foi o caso de um articulista que escreveu em 1904 sobre uma mulher que lhe cortou o umbigo ao nascer e que, além de parteira, exercia a missão de adivinhadora, profetizando sobre seu futuro<sup>135</sup>. Exercia também a profissão de curandeiro e vidente o árabe Salomão Smar. O “pajé árabe”, entretanto, não pôde desfrutar do mesmo reconhecimento e gratidão por parte de seu cliente quando lhe prestou seus serviços. Salomão Smar foi preso em 1908, tendo sido acusado por Avelino Novais, residente à Avenida Nazaré, nº17, de tê-lo enganado quando prometeu curá-lo de uma dor de cabeça em poucos dias<sup>136</sup>. Talvez esse tenha sido um dos vários casos de prisão que ocorreram depois de visita de Faustino. Quem sabe a Junta de Higiene e a polícia estivessem tentando limpar sua imagem depois de se verem sem forças para impedir a atuação do curandeiro. No ano seguinte, porém, os arautos da higiene e da ordem pública passariam por uma experiência não menos amarga do que aquela de 1904. Tudo por conta da “credulidade humana”, como diziam.

Em 23 de abril de 1909, o curandeiro Heleodoro Bispo dos Santos respondia às perguntas feitas pelo polícia após ter sido preso sob a acusação de ter furtado três contos de

<sup>134</sup> Idem.Op.cit., pp. 17-19.

<sup>135</sup> “A feiticeira”. Folha do Norte, sexta-feira, 20 de março de 1904, p.1

<sup>136</sup> “Pajé de assobio”. A Província do Pará, sábado, 19 de setembro de 1908, p.1.

réis da casa do engenheiro Hermann Schindler, seu cliente. Quem lesse os autos de perguntas feitas pelo primeiro prefeito Luis Estavam de Oliveira a Heleodoro e às testemunhas, certamente não o diferenciaria de muitas outras figuras que circulavam no cotidiano de Belém. Heleodoro era um homem analfabeto, de trinta e oito anos, morador do Marco da Légua. Nascido na Bahia, fazia apenas seis anos que havia chegado ao Pará e, embora tivesse o ofício de sapateiro, na época de sua prisão vivia dos rendimentos de uma horta que tinha no mesmo lugar em onde residia. Devido aos conhecimentos que possuía sobre os efeitos da virtude terapêutica de certas plantas combinado ao hábito de tratar moléstias, muitas pessoas doentes costumavam procurá-lo, pedindo-lhe medicamentos para a cura de seus males. Heleodoro fazia o que podia, fornecendo-lhes medicamento que, na sua maior parte, eram infusões de plantas “indígenas”, porém, muitas vezes, o curandeiro limitava-se a fazer indicações. Mas não exigia contribuição pecuniária por isso. Acontecia, entretanto, que as pessoas que se davam bem com o tratamento, costumavam trazer-lhe presentes, os quais muitas vezes consistiam em jóias de valor, o que explicaria as que foram encontradas em sua casa. Além de curar mazelas, Heleodoro também fornecia a seus numerosos clientes banhos cheirosos e defumações preparados com ervas acompanhados com seus “passes”, que se destinavam a trazer felicidade e fazer com que as pessoas que os usassem conseguissem o que queriam. Mas se os autos de processo revelam nada mais do que um curandeiro que teria sido preso por ludibriar os “incautos”, como sempre se dizia, as matérias sobre Heleodoro que saíram na imprensa nos dão uma outra dimensão da questão<sup>137</sup>. Longe de ser mais um pobre pajé preso pela polícia por também exercer ilegalmente medicina, o curandeiro tinha muitos clientes influentes, verdadeiros figurões dos tempos da borracha. Em meio a isso, em defesa de Heleodoro, levantaram-se muitas vozes, até mesmo de intelectuais reconhecidos do Pará.

Perto do final de abril, João Afonso do Nascimento, crítico de arte e cronista da “Folha do Norte”, contou em detalhes um caso de prisão de um curandeiro negro que ele mesmo presenciou, em 1873, no Maranhão, sua terra natal. A narrativa das façanhas de “Capenga não forma” – como era conhecido o curandeiro ex-combatente da guerra do Paraguai – e suas tentativas e estratégias para se livrar das garras de um subdelegado, serviram de introdução à crônica intitulada de “A incorrigível credulidade humana” que João Afonso do Nascimento escreveu em defesa da liberdade de Heleodoro, em 25 de abril. Partindo dessa história, o cronista procurou mostrar que aquilo que Heleodoro fazia, ou sobre

---

<sup>137</sup> Ver Fundo: chefatura de polícia. Série: autos (abr. jun.), 1909.

o que era acusado, não deveria ser encarado como nenhuma novidade, não havendo, portanto, justificativa para mantê-lo preso:

Esta verídica história deixa bem claramente perceber que o pajé Heleodoro, presentemente confinado ao zelo do subprefeito Gondim, não descobriu a pólvora, e que já há mais de trinta anos os *ouros* tomaram o mesmo caminho que ora tomam as abotoaduras do sr. diretor da estrada de ferro.

Há trinta anos, digo eu? Mas a pajelança é muito mais antiga do que isso! Desde que existem criaturas sobre a terra, existe a credulidade, existem espertalhões, que vivem à custa dela.

Pajés, feiticeiros, adivinhos, astrólogo, curandeiros, profetas, mágicos [...], videntes, dêem-lhes o nome que quiseram, empreguem o processo que empregarem, no fundo vem tudo dar na mesma – é a arte de explorar a fraqueza da humanidade.

As raças mais selvagens e os povos mais cultos, as civilizações mais antigas como as mais modernas, todas têm seus pajés, em todas prospera a pajelança.

Têm-n'os nas suas cubatas os negros dos sertões africanos, e os nossos índios nas suas malocas. Tiveram-n'os gregos e romanos; na idade média eles fizeram filé; hoje em dia, Paris consulta a madame de Thèbes, o Pará apela para Heleodoro.

O seu modo de operar varia com as épocas e com os costumes<sup>138</sup>.

Não restavam dúvidas de que os curandeiros das mais diversas procedências e categorias estavam entranhados em todas as sociedades, fossem elas antigas ou modernas, “civilizadas” ou não. Entretanto, segundo o cronista, não era preciso ir tão longe para se perceber isso. Ele próprio confessava que já havia participado como jurado à condenação a quatorze anos de prisão da preta Amélia, “rainha de Toba, que flagelava barbaramente as mulheres que recorriam à intervenção dos seus malefícios”. Por outro lado, Afonso do Nascimento fazia lembrar que, outras vezes, a pajelança era inofensiva, “contendo-se em entreter a sua clientela com puerilidade e bugigangas, impingindo com arte e jeito”. Para esta categoria de pajé ressaltava que era preciso fazer comentários em separado, “por se tratar dos mais afreguesados”. Isso se explicava porque os pajés que se dedicavam a restaurar a saúde dos seus semelhantes eram também aqueles que sempre resistiam “a todos os processos e multas por exercício ilegal da medicina”. Entre eles, acrescentava o cronista, não seria dos mais perigosos o eletro-magnetismo do mestre Faustino, “que atraiu meio mundo, porque pelo menos não desanca o estômago do próximo com beberagens e filtros nocivos e nauseabundos”. Para Afonso do Nascimento, como tudo quanto que se queria impor ao “fanatismo das massas”, a pajelança, que não seria mais do que uma “perversão das religiões”, rodeava-se de mistérios e aparatos, com as monstruosas missas negras, os ritos demoníacos, as orações e os cânticos, as ladainhas, os animais vivos e empalhados, os fetiches e os maninpanços, os maracás e os baralhos de cartas, a borra de café e o copo d’água de

<sup>138</sup> João Afonso do Nascimento. “A incorrigível credulidade humana”. “Folha do Norte, domingo, 25 de abril de 1909, p1.

*Capenga não forma.* Era sabido, no entanto, que os devotos dessas práticas não saíam somente das classes iletradas, “que se presumira levada pela ignorância; de envolta com esses, o pajé recebe damas e cavalheiros distinguido pela fortuna, pela posição e pelo saber”. Em meio a fatos inegáveis, indagava o cronista: “Porque estranhá-los?”<sup>139</sup> E assim, de um modo bastante lúcido, arriscava uma conclusão sobre o que motivaria tanta procura pelos pajés entre as mais diversas categorias sociais:

Há certos pontos em que as fronteiras se confundem. Perante certas contingências da vida, a criatura é só uma, fraco e miserável instrumento nas mãos caprichosa do Destino, dócil escavo das paixões terrenas.

“A eterna tolice humana”, quis eu escrever no alto desta crônica. Mas modifiquei a tempo. No primeiro momento, os que se consideram espíritos fortes encontram em certas aberrações motivo para mofa; mas a refletirmos bem, ver-mo-emos antes inclinados à indulgência e à tolerância.

Não é precisamente a tolice humana que o pajé explora, é um sentimento que, sob sucessivas modalidades da nossa língua, se exprime conforme o caso, ou segundo o valor intelectual do sujeito: mas seja ele a fé, a crença, a credulidade ou a credence, significa sempre o desejo de satisfazer uma ambição, ou de consolar uma dor.

É provavelmente isso que faz com que ricos e pobres, letrados e analfabetos, indistintamente recorram às *luzes* do Heleodoro, e se empenhem com a polícia para que não o tenha por muito tempo em custódia<sup>140</sup>.

Ricos e pobres, letrados e analfabetos recorriam indistintamente às *luzes* de Heleodoro em busca das curas de suas doenças ou mesmo de felicidade e conquistas materiais. Heleodoro lembrava muito Faustino. Este, como vimos, tinha atraído multidões havia menos de cinco anos atrás. Poderia até existir diferenças em suas terapêuticas, uma vez que o curandeiro baiano fazia uso principalmente de plantas medicinais e não do magnetismo animal de Faustino. Mas mesmo com essa e todas as outras diferenças que se poderia inferir entre os dois curandeiros, o certo é que ambos gozavam de prestígio e reconhecimento quase unânime da população. Um bom sinal de expressiva aceitação veio apenas três dias depois da crônica de Afonso do Nascimento, quando se publicou uma notícia que talvez muitos estivessem aguardando com ansiedade: “Acabou de ser restituído à liberdade o pajé Heleodoro, que por alguns dias trouxe em permanente movimento de curiosidade os leitores de jornais”. O mesmo periódico deu a dimensão da popularidade da Heleodoro, ainda quando este esteve preso. “Na prisão”, comentava a gazeta, “bafejou-o o carinho da sociedade paraense: esta folha noticiou que ali iam procurá-lo suas flâmulas e agregados de casas de famílias, e pedia-se permissão às autoridades para vê-lo e falá-lo”. Havia também algo de irônico em tudo isso. Ao mesmo tempo em que se promovia esta manifestação de

---

<sup>139</sup> Idem.

<sup>140</sup> Idem.

solidariedade para com o detido, levando ao seu cubículo o testemunho do “apreço público, o calor dos íntimos abafos”, como frisava a gazeta, a própria polícia que o havia prendido incumbia-se de arrecadar as correspondências do pajé com seus clientes! O jornal também fez questão ressaltar a procedência social e étnica das pessoas que haviam visitado Heleodoro: “De tudo havia ali. Era um conjunto social de valor. Pode-se dizer que o único elemento díspar entre a brilhante plêiade, era a parda Especiosa, amante do engenheiro Schindler”. Mas esta mulher, comentava o jornal, compensava “a obscuridade da sua origem” com as dádivas pecuniosas que costumava levar à “alfurja do mandingueiro, pelo que seria bem mais estimada que os clientes brancos”.<sup>141</sup> O resultado de tanta popularidade não poderia ser outro:

Dispondo de um prestígio e de uma importância que se avaliam, justamente, pela soma de atenções que lhe foram prodigalizadas, Heleodoro não tardou em ver-se livre e desoprimido da custódia com que se prejudicavam numerosos cavalheiros, que tinham curas e mazelas físicas e morais pendentes dos artifícios do curandeiro. Os próprios interessados na descoberta do crime por que ele respondia, empenharam os seus mais prestigiosos esforços para deter a marcha das investigações a meio caminho. A polícia viu-se na contingência de parar e levar a mãos do fato. O pajé voltou assim à atividade da vida profissional, compreendendo, melhor do que anteriormente, que era um homem de peso no balanço da consideração pública. Tão bem amparada contra qualquer punição se reconheceu, que não teve dúvida em declarar à autoridade que fazia uso da pajelança. Depois desta confissão, recolhida nos autos, e pela qual responsabilidade alguma lhe será pedida, estamos certos que nenhum constrangimento deve ter em aviar com liberdade e sossego o seu ganha pão. É certo que o código proíbe, mas que valem proibições escritas, se acima delas o que prevalece é a vontade dos magnatas?  
O direito de exercer a pajelança está consagrado, entre nós.<sup>142</sup>

Para além da força da lei e do desejo daqueles que clamavam pelo fim das práticas “supersticiosas”, havia muitos outros interesses em jogo, envolvendo diversos personagens. Entre eles estavam os numerosos figurões e as respeitadas senhoras da sociedade belenense, que tinham a cura de suas mazelas “físicas e morais” atribuídas aos “artifícios” usados pelo curandeiro. Até mesmo os mais interessados no processo fizeram de tudo para interromper a marcha das investigações. Mais uma vez a polícia ficou de mãos atadas, e os códigos e leis que proibiam a atuação dos curandeiros nada mais pareceram do que letra morta diante da vontade e da crença mística dos magnatas. Heleodoro, então, poderia e deveria anunciar a sua especialidade, pedindo que lhe abrissem colunas, “de títulos mirabolantes”, nas folhas diárias, em que indicasse as horas de consulta e aquelas que desejasse consagrar “à clínica domiciliar, em proveito da humanidade sofredora”. Para a gazeta, era evidente que, pela expressão da multidão que o visitava, “ansiosa da proteção das suas luzes”, em busca da cura

<sup>141</sup> “Pajelança protegida”. Folha do Norte, quarta-feira, 28 de abril de 1909, p.1.

<sup>142</sup> Idem.

dos males que os afligiam, poder-se-ia proclamar “sem rival o valor de sua terapêutica, infalível, sobretudo em sortilégio de amor...” Além do mais, lembrava o jornal, menos feiticeiro do que ele não o teria sido o predecessor Faustino Ribeiro, a quem os crédulos teriam “pago por bom preço a imposição das mãos”. Às virtudes destas teriam recorrido também as mais elevadas autoridades regionais. Para não se ter dúvidas de uma afirmação tão séria, a gazeta tratou de trazer à memória dos leitores os fatos ocorridos naquela época. Lembrou-se, por exemplo, que o senhor Amazonas Figueiredo, então secretário de justiça, havia chamado Faustino para ver pessoa da sua família. A mesma coisa teria feito Thomas Ribeiro, outra importante figura da sociedade. E, para completar a lista dos notáveis, dizia-se que até mesmo o governador Augusto Montenegro havia pago “[...] igual tributo ao dilatado prestígio do professor”. Portanto, Heleodoro não seria inferior na “mandinga” a Faustino. O curandeiro baiano seria “uma conseqüência do alimento” com que se teria festejado “àquele seu colega paulista. Compreendeu inteligentemente, ao estabelecer-se aqui, que seria bem sucedido, e não se iludiu.” Lembrou-se ainda que, “há vinde anos antes, os cultores dessa profissão encarnavam-se em entidades sertanejas, sem estímulos na cidade que o atraísse”<sup>143</sup>. Mas as coisas haviam mudado:

O problema transformou-se, porém. O pajé veio instalar-se na capital, mas quem o procura não são mais os humildes; estes, já hoje em dia, tratam-se com o médico, quem vai ao curandeiro, agora, consultá-lo para a pontada e os amores mal correspondidos, é o homem de gravata lavada. Na sua vasta clientela, todas as classes em destaque têm representantes, não sendo raro que entre os seus mais assíduos freqüentadores, se encontrarem até médicos.

Assim como as cafetinas têm plena liberdade, nesta terra, para exercer o seu repugnante comércio, impondo-se-lhe, como única condição, apenas que mudem de bairro, assim também gozam da mesma faculdade os pajés que descobriram a arte de se impor a certo número de personagens, com valimento bastante para os resguardarem contra o espantalho da lei.

Pode haver costumes que rebaixem tanto um povo onde eles são praticados; mas convenhamos que não deprimem e nem vexam mais do que esse de se ver, num dado momento, uma sociedade culta presa às manivérsias de um indivíduo esperto, cuja a boçalidade torna inferior o ser esclarecido que lhe bate á porta para saber a quem ama lhe escreverá antes do lusco-fusco...<sup>144</sup>

Heleodoro e Faustino, assim como muitos outros curandeiros e parteiras, aliados às crenças de uma população representada pelas mais diversas categorias sociais e étnica, davam um outro rumo ao projeto de sociedade que se tinha em mente quando da instalação da República. Esses sujeitos que seguiam curando os males físicos e espirituais daqueles que os procuravam, não faziam parte da sociedade idealizada pelos grupos que tinham o discurso da

---

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> Idem.

civilização na ponta da língua. Mas o que fazer quando até mesmo os homens e mulheres considerados cultos e esclarecidos batiam à porta de figuras “desqualificadas” como os curandeiros? Se a ciência deveria ser o único caminho a ser seguido para se atingir o progresso e curar os males da sociedade, como se explicava que médicos, homens de ciência, fizessem parte do grupo dos crédulos, buscando na mandinga dos curandeiros o que a medicina erudita dizia ser a única com autoridade e competência para realizar? Sem uma resposta que trouxesse luz sobre tamanha ambigüidade, não restou nenhuma outra alternativa ao articulista senão lamentar. Um mês depois, saía mais uma matéria que fazia coro a muitas outras que haviam sido publicadas durante o regime republicano:

A pajelança nesta capital é, não há negá-lo, uma realidade. Os Heleodoros Bispos são encontrados em cada bairro, em cada rua, aos pares, cheios de clientes - incautas criaturas a quem a superstição sega o espírito, e que contribuem com grossas maquias para sustentar essa vasta ordem de vadios<sup>145</sup>.

O articulista não conseguiu esconder a sua frustração diante de um cenário que se configurava no sentido oposto àquilo que se havia imaginado de início. Parecia que a tão sonhada “civilização” nos rincões amazônicos descia ladeira abaixo, empurrada pela presença dos pajés que, em pleno século XX, eram encontrados por todos os bairros e ruas da cidade, desfrutando de uma vasta clientela. A perseguição a esses sujeitos não havia conseguido barrar a sua presença no cotidiano da cura dos mais diferentes grupos sociais. Lembremos, como foi dito inicialmente, que um amplo debate sobre a questão da prática ilegal da medicina, envolvendo as mais variadas opiniões, começou a ganhar corpo depois da década de setenta do século XIX na imprensa local. Prisões, multas e uma enorme procura fizeram parte do dia a dia dos praticantes da medicina popular. No entanto, a partir da década de 1910, esse equilibrismo cotidiano vivido pelos pajés desde o século anterior ganhou uma amplitude ainda maior.<sup>146</sup> Talvez a reforma do serviço sanitário que ocorreu em 1914, a qual procurou adequar o código sanitário do Estado à legislação nacional, tenha sido um dos sinais mais evidentes de que se fechava o cerco a tudo que se considerasse como prática ilegal da medicina.

#### **1.2.4. Fechando o cerco contra a medicina popular**

O novo código sanitário reafirmava que só era permitido o exercício da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas, às pessoas que se mostrassem

<sup>145</sup> “A pajelança em ação”. Folha do Norte, terça-feira, 25 de maio de 1909, p.1.

<sup>146</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Op. cit., p.62

habilitadas por títulos conferidos pelas faculdades de medicina nacionais, ou que fossem graduadas por faculdades estrangeiras oficialmente reconhecidas que passasse por um processo de habilitação nas instituições nacionais. Além destes, também se permitia as pessoas que tivessem sido professores escolas ou universidades estrangeira de medicina, ou mesmo produzido obras importantes na área médica, desde que requisitassem licença à Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Isso se aplicaria às demais profissões de farmacêutico, dentistas e parteiras. O exercício dessas profissões por pessoas sem título legal as sujeitava às penas constantes no artigo 156 do código penal. Os médicos, dentistas, farmacêuticos e parteiras que cometessem repetidos erros seriam privados do exercício da profissão por seis meses, além de penalidades em que poderiam incorrer, constantes no artigo 297 do Código Penal<sup>147</sup>. Regulamentou-se também uma série de limites que os profissionais da saúde não deveriam ultrapassar, com risco de serem punidos com multas ou suspensão de suas licenças por atuarem em áreas que estariam fora das suas atribuições técnicas, como a proibição aos dentistas de praticar operações que exigissem conhecimentos de matérias cirúrgicas extra-profissionais; as parteiras, no exercício de sua profissão, deveriam limitar-se a prestar o cuidados indispensáveis às parturientes e aos recém-nascidos, nos partos naturais. Em casos mais complicados, deveriam reclamar a presença do médico, sendo proibido a essas profissionais o tratamento médico ou cirúrgico das moléstias das mulheres e das crianças, não podendo também formular receitas, salvo de medicamentos destinados a evitar e a combater acidentes graves que comprometessem a vida da parturiente ou a do feto ou recém-nascido. Outro ponto importante era a proibição do exercício simultâneo da medicina e da farmácia, ainda que o médico possuísse o título de farmacêutico. Por sinal, a questão das farmácias, o exercício dos profissionais de farmácia e a manipulação de medicamentos foram as maiores preocupações do novo regulamento, reforçando-se que nenhuma farmácia alopática, homeopática ou dosimétrica seria aberta ao público no Estado sem prévia licença da Diretoria Geral do Serviço Sanitário<sup>148</sup>.

Esse tipo de restrição constante no regulamento e que envolvia outros profissionais da saúde, fazia parte de um processo mais amplo que vinha ocorrendo em diversos lugares. No México, por exemplo, ao mesmo tempo em que se preocupava com a tarefa de prevenir, diagnosticar, tratar e fazer prognóstico das enfermidades, a medicina desenvolveu uma divisão do trabalho mais complexa, delegando tarefas a farmacêuticos, parteiras, enfermeiras

---

<sup>147</sup> Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo do Estado. Belém-Pará: Offina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1923, pp. 45-6.

<sup>148</sup> Idem., pp. 47-8

e dentista. Os médicos sabiam que essas profissões eram úteis e mesmo indispensáveis ao bom desempenho de sua ciência. Por isso, como sugere Ana Maria Carrillo, “a intenção não era eliminá-las, mas sim controlá-las, tanto em sua preparação teórica e prática, como em seu exercício, limitando, por exemplo, as atividades que cada uma delas estava autorizada a realizar”<sup>149</sup>. Mas, para a discussão que mais nos interessa no momento, é necessário voltarmos ao artigo 183 do regulamento, o qual estabelecia punições aos profissionais que cometessem sucessivos erros no exercício de sua atividade. No seu parágrafo único, veio claramente expresso que quem praticasse o espiritismo, a magia, ou anunciasse a cura de moléstias incuráveis, incorreria nas penas do artigo 157 do Código Penal, sendo que, se os infratores pertencessem à classe dos médicos, farmacêuticos, dentistas ou parteiras, teriam a pena agravada, podendo ser privados do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação<sup>150</sup>. A preocupação em punir mais severamente os profissionais da saúde caso estes estivessem envolvidos com práticas ditas “supersticiosas” ou sobrenaturais, é mais um forte indício de que até mesmo médicos diplomados e seus pares ainda compartilhavam de uma perspectiva mística do mundo da cura, aplicando em sua terapêutica os princípios que combinavam um misto de ciência e magia, como era o caso dos remédios que se via na imprensa. Evidentemente, isso também fazia parte de uma tentativa de disciplinar os profissionais da saúde, já que, como bem notou Aldrin Figueiredo, a distinção entre pajés e médicos resultava, na época, muito mais dos discursos e da retórica dos esculápios no interior de suas confrarias do que na prática cotidiana de seus consultórios – onde, via de regra, passavam pelos mesmos receituários indicados pelos pajés nas sessões de cura<sup>151</sup>. Era preciso, portanto, diferenciar a medicina científica das terapêuticas populares, mostrando diante dos olhos do público que havia um grande fosso que as separava. Os adeptos da ciência médica poderiam então contar com pontos de referência que traçavam limites mais precisos entre eles e os “outros”.

O rigor na aplicação das leis e nas punições ao exercício ilegal da medicina, tão clamado pela imprensa e por alguns médicos nas décadas anteriores, parece que finalmente passaram a ser levados mais a sério naquele novo contexto. Mas o novo regulamento não deixou de receber críticas por parte daqueles que viam nele uma ameaça a certos direitos adquiridos. Em 22 de janeiro de 1914, por exemplo, saiu um artigo no jornal “Folha do

---

<sup>149</sup> CARRILLO, Ana Maria. *Profissão de saúde e lutas de poder no México, 1821-1917*. In: HOCHMAN, Gilberto (org.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p.38.

<sup>150</sup> Cf. Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo do Estado. Op. cit., p.46-52.

<sup>151</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Op. cit., p.59.

Norte”<sup>152</sup>, no qual o autor chamou a atenção para o fato de que, ao procurar assegurar que o ofício de farmacêutico fosse exercido somente por profissionais habilitados e diplomados conforme as leis do país, o novo regulamento teria levado ao exagero as exigências “a pondo de esquecer os práticos de farmácia, licenciados pela repartição sanitária, e auxiliares necessários dos sr. farmacêuticos”. Lamentou-se que, no novo regulamento não houvesse a menor disposição referente a esses profissionais que, se não poderiam ter os mesmos direitos e garantias dos diplomados, assistia-lhes, entretanto, a faculdade de substitutos dos farmacêuticos quando estes estivessem afastados temporariamente do laboratório. No entanto, o argumento mais forte usado para defender o direito dos práticos de farmácia, baseou-se na suposição de que a nova lei traria inúmeros prejuízos à certas localidades do interior, desprovidas de farmácias e onde os farmacêuticos diplomados não queriam residir, pois aos práticos não era mais dada a permissão para abrir estabelecimentos farmacêuticos mesmo nessas circunstância, sendo que eles seriam fundamentais para ir em socorro da saúde pública dos municípios, “quase sempre comprometida pelos ‘pajés’ e charlatães”. O próprio doutor José Cyriaco Gurjão, diretor do Geral do Serviço Sanitário, sabia que a situação no interior não era nada fácil, naquele mesmo dia havia recebido um ofício enviado pelo Intendente de Belém, por intermédio do quem os moradores do município de Gurupá pediam a remessa de remédios para debelar uma epidemia de febre que reinava na região, onde não havia “médico nem farmácias”<sup>153</sup>. Provavelmente as autoridades sanitárias deram ouvidos aos apelos dos práticos e seus defensores, pois, a despeito do novo regulamento, eles puderam continuar com suas atividades, desde que tivessem a aprovação da Junta de Higiene. Talvez, na visão das autoridades médicas, fosse melhor dar permissão para que profissionais não-diplomados, mas que estivessem sob seu controle, continuassem a manipular e vender remédios na ausência de um acadêmico, do que ter que ver a população recorrer aos curandeiros ou a qualquer outro sujeito que estivesse fora de seu alcance. E estes, como vimos, eram muitos.

Uma rápida passada de vistas sobre correspondências trocadas entre o Serviço Sanitário do Estado e várias outras instituições e indivíduos, pode nos dar um pouco do tom das novas batalhas que se travaram entre os profissionais da saúde, que buscavam um maior espaço de atuação, e seus concorrentes, que havia muito eram os tradicionais representantes das artes de curar em meio à população. Ao que parece, os médicos e farmacêuticos diplomados estavam disposto a fazer valer as letras do novo regulamento sanitário,

---

<sup>152</sup> “A reforma sanitária e os práticos de farmácia”. Folha do Norte, quinta-feira, 22 de janeiro de 1914, p.1.

<sup>153</sup> Ofício enviado pela Intendência Municipal de Belém ao doutor José Cyriaco Gurjão, Diretor do Serviço Sanitário do Estado, em 22 de janeiro de 1914. Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário: Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1914.

denunciando e queixando-se constantemente de terem seus direitos desrespeitados. Arrisco dizer que esse talvez tenha sido o momento em que os profissionais da medicina acadêmica passaram a acreditar que suas pressões sobre os órgãos de repressão do Estado surtiriam um maior efeito do que em épocas anteriores. Digo isso porque foi justamente baseado no novo regulamento que os representantes da medicina erudita procuram marcar posição, mostrando uma unidade de interesses que aos poucos vinha sendo construída. Um exemplo disso foram as queixas do farmacêutico Manoel Tarrio, das quais o doutor Cyriaco Gurjão tomou conhecimento. Manoel teria estabelecido na vila de Prainha uma drogaria legalmente autorizada pela Diretoria do Serviço Sanitário e, como muitos dos seus pares, esperava viver dos rendimentos de seu ofício, mas acontece que os comerciantes da localidade estavam fazendo “franca venda de medicamentos”, prejudicando o farmacêutico e “infringindo o artigo 204 do regulamento dos Serviços Sanitários do Estado em vigor”<sup>154</sup>, pedia-se então que providências fossem tomadas para impedir que esses sujeitos - que provavelmente tinham a tradição de negociar medicamentos por décadas - vendessem remédios à população<sup>155</sup>. Enquanto isso, outra manifestação que deixou evidente que esses profissionais estavam realmente dispostos a conquistar um lugar ao sol, foi a iniciativa que levou um grupo de farmacêuticos, ainda junho de 1915, a fundar o “Centro dos Farmacêuticos do Pará”, associação que, segundo os seus idealizadores, propunha-se, essencialmente, “a promover a reintegração da classe farmacêutica, ao lugar que tem direito a ocupar na sociedade”<sup>156</sup>. Um dos convites para participar da cerimônia que daria posse à primeira diretoria da agremiação foi endereçado especialmente ao Diretor Geral do Serviço Sanitário. Não há dúvidas de que esperavam um apoio cada vez mais firme dos órgãos governamentais a seu projeto.

Na verdade, a essas alturas, eles achavam mesmo que poderiam ver seus interesses inteiramente atendidos. Em 19 de outubro de 1915, por exemplo, o doutor José Cyriaco Gurjão recebeu uma carta do farmacêutico Archimimo Pereira da Fonseca, o qual relatava toda a frustração que teve ao tentar implantar um estabelecimento farmacêutico no município

---

<sup>154</sup> O artigo 204 do Serviço Sanitário ressaltava que nenhum laboratório ou fábrica de produtos químicos ou farmacêuticos, assim como nenhuma drogaria, poderia funcionar sem licença da Diretoria Geral do Serviço Sanitário do Estado, sendo que também se faria vigilância sobre as farmácias, dando licença para abrir esses estabelecimentos somente às pessoas consideradas “idôneas”. Em caso de infração, aplicar-se-ia uma multa de 100\$000, dobrando-se esse valor para os reincidentes. Cf. Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo do Estado. Op. cit., p.52.

<sup>155</sup> Ofício enviado pelo doutor Pedro Miranda ao Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado, em 19 de novembro de 1915. Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário. Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1915. volume: 15.

<sup>156</sup> Ofício enviado pelo “Centro dos Farmacêuticos do Pará” ao Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado, em 19 de novembro de 1915. Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário. Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1915. volume: 15.

de Abaeté. Na carta, o farmacêutico lembrava que, em 17 de abril daquele ano, o “Diário Oficial do Estado” havia publicado um ofício do próprio diretor Geral do Serviço Sanitária dirigido ao prefeito de Abaeté, “a fim de que fizesse cessar o abuso praticado pelos negociantes daquela localidade e que insistia na venda de medicamentos ao público nas tavernas e lojas de fazendas”. Naquele momento, dizia Archimimo Pereira, os negociantes o teriam elegido como seu principal inimigo, organizando-se em um “bloco que esmagou a lei” e feriu a sua “dignidade profissional”. Archimimo Pereira, acuado, logo tomou consciência de que não deveria permanecer em um lugar onde, “além de cruelmente humilhado”, não poderia contar com os recursos da profissão, porque o extorquiam “sem dó nem piedade”. Por esse motivo, o farmacêutico comunicou que havia transferido o seu estabelecimento para a vila de Igrapé-Açú, ainda que soubesse que as localidades do interior fossem “o refugio desses intrujões que exploraram a boa fé do público, comprometendo-lhe a saúde e a vida”<sup>157</sup>. Nessa cidade o farmacêutico também teria problemas. Entretanto, havia um outro lado dessa história, que se o farmacêutico não escondeu por inteiro, fez questão de omitir a parte que comprometia a sua versão.

As questões levantadas por Archimimo arrastaram-se até 1917, tendo indo parar nas mãos do Governador do Estado. Acredito que o farmacêutico tenha insistido para que a Diretoria do Serviço Sanitário tomasse providência sobre o caso, mas talvez as autoridades higiênicas não tenham levado a fundo a tarefa de investigar o ocorrido, fazendo com que o farmacêutico recorresse a mais alta esfera administrativa para obter esclarecimento sobre uma questão que ele ainda não julgava perdida. Em 6 de outubro de 1917, a Diretoria do Serviço Sanitário enviou ao Secretário Geral do Estado o resultado das investigações que o farmacêutico tanto havia insistido que se fizesse. O diretor do Serviço Sanitário confirmou que havia a venda de especialidades farmacêuticas por comerciantes em Igarapé-Açú. Por outro lado, negou que o prático de farmácia Raymundo Nonato Coelho, o qual Archimimo Pereira considerava seu concorrente, estivesse exercendo ilegalmente a profissão no mesmo município. Segundo o Diretor do Serviço Sanitário, Raymundo Nonato, baseado nos artigos 84 e 89 do antigo regulamento do Serviço Sanitário de 1906, requisitou licença, como prático de farmácia e de acordo com os documentos que então havia apresentado, para abrir uma farmácia em Santarém, onde não tinha então farmacêutico diplomado. Mas tarde, em 1907,

---

<sup>157</sup> Carta enviada pelo farmacêutico Archimimo Pereira da Fonseca ao Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado, em 19 de outubro de 1915. Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário. Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1915. volume: 15.

foi-lhe concedida nova licença para transferir sua farmácia para Igarapé-Açú, onde também não havia profissional habilitado, e aí teria permanecido desde então<sup>158</sup>.

Contra os argumentos do farmacêutico, o diretor do Serviço Sanitário fez lembrar que, a 19 de outubro de 1915, Archimimo Pereira comunicou à Repartição do Serviço Sanitário que transferia o seu estabelecimento de Abaeté para Igarapé-Açú. Foi então que reclamou contra a permanência, naquela cidade, da farmácia dirigida por Raymundo Nonato Coelho. Entretanto, a diretoria do Serviço Sanitário não pôde atender ao pedido de Archimimo, uma vez que, pelo artigo 89 do regulamento sanitário de 1896, época em que foi concedida a licença ao prático Raymundo Nonato, este tinha o direito de permanecer licenciado, “mesmo que se viesse a estabelecer profissional diplomado; apenas depois dessa data em diante outro prático não poderia ali se instalar”. O diretor ainda falou sobre um abaixo assinado que teria sido apresentado por moradores do lugar sobre os danos causados pelo referido prático, tendo ouvido Amaro Damasceno Junior, delegado de higiene em Igarapé-Açú, e o doutor Mario Chermont, inspetor sanitário, os quais disseram não encontrar fundamento no que era alegado contra o prático Raymundo Nonato, razão porque nada poderia fazer a Diretoria. Com isso, o diretor terminou dizendo que não sabia se existia luta pessoal no mesmo ofício entre o farmacêutico e o prático de farmácia, e, sendo assim, não caberia a Diretoria dirimir a questão<sup>159</sup>.

Embora Archimimo Pereira pereça ter perdido a batalha contra o prático, esse fato não deixa de representar a insistência do farmacêutico em ver seus direitos respeitados. Certamente, esse tipo de disputa continuaria ao longo daqueles anos, enquanto que as autoridades sanitárias mostrar-se-iam cada vez mais pressionadas e preocupadas em impedir que qualquer sujeito que estivesse exercendo algum ramo da medicina fora de seu controle continuasse atuando no Pará. Em 21 de maio de 1919, o diretor do Serviço Sanitário solicitava, com urgência, ao intendente de Soure, na Ilha do Marajó, que lhe informasse da existência, naquela cidade, de farmacêutico ou prático de farmácia habilitado e, se acaso existisse, verificasse se esses profissionais estavam devidamente legalizados perante Repartição Sanitária do Estado<sup>160</sup>. Três meses antes, orientava-se o comissário de higiene de Abaeté a tomar providência em relação à denúncia de que estariam vendendo carne de má qualidade na cidade. Ao lado disso, “pessoas inescrupulosas” estariam entregando-se ao

---

<sup>158</sup> Sobre a versão dada sobre o caso de Archimimo Pereira pela Diretoria do Serviço Sanitário, ver Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário. Série: Minutas de Ofícios expedidos a várias autoridades, 1917, volume: 15.

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> Ofício enviado pelo Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado ao intendente de Soure, em 21 de maio de 1919. Fundo: Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Série: Ofícios expedidos a diversas autoridades (1919-1920). Volume: 19B.

exercício da medicina, “com manifesta transgressão das leis sanitárias vigentes”, pedia-se então que se aplicassem as penalidades devidas aos infratores, “fazendo assim, desaparecer semelhante abuso”<sup>161</sup>. No final daquele ano, o diretor Serviço Sanitário prestava contas da atuação da instituição sob sua responsabilidade no combate ao exercício ilegal da medicina nas áreas centrais de Belém. Mas diferente do que se poderia esperar, as satisfações não foram dadas ao governador do Estado ou a qualquer outra autoridade pública, ou mesmo a um profissional da medicina em particular, mas à Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará - o quartel general de um grupo de médicos que pugnavam pelos interesses de sua categoria profissional. Na ocasião, confirmava-se aos esculápios associados que já se havia tomado “providência no sentido de tornar efetiva a disposição do regulamento sanitário referente ao exercício indevido da Ginecologia por parte das parteiras desta capital”<sup>162</sup>.

Tendo em vista a atitude tomada pelo diretor do Serviço Sanitário do Estado diante das cobranças feitas pela sociedade dos esculápios, já é possível tirar algumas conclusões da nossa longa empreitada. Ficou claro que o regime republicano adotou uma perspectiva higienista em relação aos temas que envolviam a saúde pública. Em meio a isso, criaram-se instrumento explícito de repressão e combate às práticas de cura populares, baseados em uma legislação sanitária e policial que enquadrava as práticas desses sujeitos dentro do que se considerava como exercício ilegal da medicina. Muitas vezes, como vimos, essas leis foram colocadas em prática e até se aperfeiçoaram com decorrer do tempo. Por outro lado, não resta a menor dúvida de que também não foram poucos os momentos que o código sanitário não passou de letra morta diante do prestígio que desfrutavam certos curandeiros. Sua popularidade estava intimamente relacionada com a crença tradicional que muitas pessoas tinham no poder mágico da cura, ou mesmo no conhecimento empírico que eles possuíam sobre certas doenças. Além do mais, entre os crédulos encontravam-se todas as categorias sociais e étnicas, além de médicos. Diante dessa situação, muitas vezes os instrumentos de repressão que envolviam a polícia sanitária e a Junta de Higiene, viram-se desmoralizados: tinham o aparato da lei, mas não a legitimidade do público. Acusadas pelos esculápios de serem pouco rigorosas na repressão aos curandeiros, as autoridades sanitárias, vez por outra, ainda viam-se na contingência de se curvarem ante a vontade de muitos figurões da cidade

---

<sup>161</sup> Ofício enviado pelo Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado ao comissário de higiene em Abaeté, em 3 de janeiro de 1919. Fundo: Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Série: Minutas de Ofícios a diversas autoridades (jan-maio), 1919. Volume: 19A.

<sup>162</sup> Ofício enviado pelo Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado ao 1º secretário da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em 30 de outubro de 1919. Fundo: Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Série: Ofícios expedidos à diversas autoridades (1919-1920). Volume: 19B.

que creditavam a cura de suas mazelas ou conquistas materiais ao poder místico da medicina popular – Faustino e Heleodoro foram exemplos disso.

Entretanto, depois de tantos gritos isolados deste ou daquele profissional da saúde para que se reprimisse os praticantes da medicina popular que, a despeito das leis, continuavam atuando na capital e no interior do Estado, finalmente, na década de 1910, médicos, farmacêuticos e dentistas, entre outros, passaram a organizar-se em associações que deveriam lutar pelos preceitos da medicina científica e fazer valer os seus interesses representados no regulamento sanitário. A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará foi, sem dúvida, a mais representativa dentre elas. Os médicos da nova confraria sabiam muito bem que se quisessem dispor do monopólio da arte de curar, não poderiam contar simplesmente com a “boa vontade” dos órgãos sanitários do Estado, como muitos haviam feito nas décadas anteriores. Unidos em uma corporação, presumiam que teriam muito mais forças para combater seus concorrentes e fazer pressão sobre os órgãos governamentais no sentido de reprimir a medicina popular. Se essa batalha já vinha de longa data, só naquela década os esculápios paraenses parecem ter finalmente encontrado a fórmula mais eficiente para fazer frente aos seus inimigos comuns. As explicações dadas pelo diretor do Serviço Sanitário à Sociedade Médico-Cirúrgica em relação à repressão às parteiras que, segundo o regulamento sanitário, estariam exercendo indevidamente a ginecologia na capital, devem ser vista, antes de tudo, como uma demonstração da influência e da força que a associação dos esculápios vinha ganhando nos meios institucionais. Era preciso recorrer a todos os meios possíveis para expulsar os sujeitos indesejáveis do cotidiano da cura, principalmente aqueles que guardavam uma relação tão íntima com seus clientes, como eram as parteiras que cuidavam das enfermidades femininas. Por séculos essas mulheres trouxeram ao mundo filhos de ricos e de pobres: “Ocorria o nascimento, a aparadeira permanecia na casa, acompanhado a dieta das mães, cuidando do recém-nascido, decidindo pela conveniência ou não do alimento materno, e escolhendo a mães de leite [...]”<sup>163</sup>. Os esculápios não viam a hora de substituir essas tradições seculares das artes de curar por seu pretense método técnico-científico e colocar sob sua dependência toda sorte de paciente. Mas antes de terminarmos essa história, é preciso investigar como foi possível a um grupo de médicos conseguir atingir um grau de coesão tão convincente a ponto de ter seus anseios de poder finalmente atendidos nos meios institucionais. Além do mais, isso também nos leva a uma outra questão: se somente depois de quase três décadas de República os esculápios finalmente conseguiram unir forças para

---

<sup>163</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Op.cit., p.131.

lutar por seus interesses, é porque certamente havia muita intriga entre os doutores, impedindo a construção de uma identidade de grupo. Para esclarecer essa questão, convido o leitor para um mergulho no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### MEDICINA DE UM RECANTO LONGÍNQUO: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE MÉDICA NO EXTREMO NORTE DO BRASIL

[...] Todos nós sabemos que o médico é anjo quando é chamado; Deus quando cura; e Satã quando morre o doente.

Mas, não é isso que deve zangar o colega recusado para uma conferência. Se isso lhe doeu, que procure se fazer maior do que, por acaso, seja, de modo que, de outra feita, o colega que o recusou o indique antes dele ser indicado.

[...] Porque nós não havemos de ser tão unidos como desejamos que fôssemos e devamos ser? Façamos todos com que sejamos um maior que o outro, que, assim, seremos, em nosso meio, grandes práticos<sup>164</sup>.

Como as palestras e discursos que eram corriqueiramente publicados nos jornais das primeiras décadas republicanas, o fragmento de texto que citei acima fazia parte desse tipo de manifestação que, embora muitas vezes fosse dirigida a uma categoria profissional ou a um grupo social específico, chegava ao conhecimento público por meio das páginas das velhas gazetas. Até aí nenhuma novidade para o leitor da época, que poderia simplesmente desviar a vista para algo mais interessante. No entanto, se ele dedicasse alguns minutos de atenção na leitura desse discurso da lavra doutor Gastão Viera, saído em uma das colunas da “Falha do Norte”, no dia 26 de agosto de 1919, perceberia que estava presenciando um movimento de mudança de postura no interior da classe médica paraense, que parecia querer conjugar forças no sentido de elevar o prestígio de seus representantes. Essa mudança passava pela adoção de regras de conduta que normatizasse o exercício da medicina entre os colegas. Na ocasião, Gastão Vieira, discorrendo sobre princípios que deveriam nortear o comportamento de sua categoria profissional, buscava subsídio para solucionar os dilemas mais comuns que enfrentavam naquele tempo. Quando olhamos para esse documento, já com um certo distanciamento histórico, é possível notar que os médicos paraenses estavam entrando, aos poucos, em um amplo processo de codificação de uma ética<sup>165</sup> profissional que vinha

---

<sup>164</sup> Gastão Viera. “Na ciência e na vida: Sobre as conferências”. Folha do Norte, terça-feira, 26 de agosto de 1919, p.1.

<sup>165</sup> A palavra “ética”, originária do grego *ethos* (modo de ser, caráter), significa, sobretudo, “o que é bom” para o indivíduo e para a sociedade como um todo, sendo que seu estudo serve para estabelecer a natureza dos deveres no relacionamento indivíduo-sociedade. Através de parâmetros éticos é possível ter indicativo do que é considerado mais justo ou menos injusto perante possíveis escolhas que afetam a terceiros. A ética médica é a disciplina que avalia os méritos, riscos e preocupações sociais das atividades no campo da medicina, levando em consideração a moral vigente em determinado tempo e local. Assim, pode-se dizer que ética médica, assim como a própria sociedade em que está inserida, também passa por constantes transformações e não está livre de novos dilemas que surgem com o passar do tempo – as discussões sobre a eutanásia, o aborto e clonagem humana, entre outras questões, são exemplos disso hoje em dia. Para uma reflexão mais acurada sobre a ética médica, ver ATHANASSOULIS, Nafsika. *Philosophical reflections on medical ethic*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

modelando o comportamento e o pensamento médico tanto em âmbito nacional quanto mundial, desde o século anterior<sup>166</sup>. Certamente os médicos que ouviam as palavras do doutor Gastão Vieira começavam a se perguntar como deveriam agir perante os outros e ente si. Como a maioria das profissões, os esculápios paraenses viam também a necessidade de forjar um código de ética profissional que incorporasse um conjunto de normas obrigatórias aceitas e respeitadas pelos médicos da época, sendo que o descumprimento das mesmas deveria resultar em sanções executadas pela sociedade profissional, que poderiam ir desde a censura pública à suspensão temporária ou definitiva do exercício da profissão. Em nome da elevação da medicina científica como a única prática de cura aceitável e dos médicos com portadores de uma autoridade que não deveria ser constatada, era preciso criar balizas para impedir que as diferenças e conflitos no interior da sua categoria profissional se configurassem na razão de sua desunião e desprestígio.

Este capítulo procurará analisar a construção de uma identidade profissional que serviria para fortalecer a figura dos médicos na sociedade paraense, aumentando o seu poder de intervenção. A idéia é mostrar que o reconhecimento dos médicos como profissionais respeitáveis e exemplares foi fruto de uma caminhada feita por estradas sinuosas, cheias de conflitos, que muitas vezes impediram a unidade dos esculápios em torno de interesses que pudessem assegurar o monopólio da cura a seus pares. As divergências políticas, a diversidade de concepções terapêutica, as limitações técnicas, entre muitos outros fatores, foram grandes obstáculos para a constituição de uma solidariedade corporativa entre os médicos no extremo norte do país. Em um contexto marcado pelas intrigas e dissensos entre os doutores, a sua imagem como senhores da cura e o papel de destaque que achavam que deveriam desempenhar na sociedade foram freqüentemente colocados em dúvida. Para mudar essa imagem tão negativa de sua categoria profissional e criar laços de solidariedade que fortalecessem sua posição, os médicos tiveram que superar suas diferenças e colocar os interesses da profissão acima de suas paixões pessoais. Assim, a primeira parte deste capítulo

---

<sup>166</sup> Para um estudo que trata dessa questão no Brasil, ver, ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fapesp, 1999. Em relação à constituição de um código de ética médica em outras partes do mundo, ver UNSCHULD, Paul Ulrich. *Medical ethics in Imperial China: a study in historical anthropology*. Berkeley: University of California Press, 1979; PORTER, Dorothy, & PORTER, Roy (ed). *The Codification of medical morality: historical and philosophical studies of the formalization of Western medical morality in the nineteenth centuries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995; HAAKONSSON, L. *Medicine and morals in the Enlightenment: John Gregory, Thomas Percival and Benjamin Rush*. Amsterdam: Editions Rodopi, 1997; MCCULLOUGH, Laurence B. *John Gregory and the invention of professional medical ethics and the profession of medicine*. Boston: Kluwer Academic, 1998; SHINAGAWA, Shinryo N. *Traditions, ethics and medicine in Japan*. Dortmund: Humanitas, 2000; VEATCH, Robert M. *Disrupted dialogue: medical ethics and the collapse of physician-humanist communication (1770-1980)*. New York: Oxford University Press, 2005.

buscará mostrar o quanto os médicos ainda se encontram divididos em pleno regime republicano no Pará, travando batalhas entre sua própria categoria profissional que, por vezes, serviram para alimentar as desconfianças do público sobre sua ciência e gerar ressentimentos que dificultavam a coesão dos esculápios. Sem uma unidade que proporcionasse um maior respeito pela figura dos doutores, os representantes da medicina científica encontravam-se vulneráveis a todo tipo de ataque externo, dos quais não conseguiam se proteger. Entretanto, boa parte da culpa da falta de consideração por sua profissão era atribuída aos próprios clínicos, que, não raro, eram os primeiros a desrespeitar os mais elementares princípios da “ética médica” no exercício da sua atividade. Em meio a uma classe médica totalmente desunida e desmoralizada, sugeriria um grupo de doutores que assumiriam a missão de reerguer e restaurar a harmonia e a seriedade no interior da profissão. Essa será a questão abordada no segundo tópico deste capítulo. Um grupo seletivo de médicos, tomando consciência de que não seria possível garantir o prestígio da ciência médica enquanto não se resolvesse os problemas internos que envolviam seus pares, buscaria difundir novos valores que deveriam regulamentar a conduta médica e criar laços de solidariedade e coesão profissional entre os doutores. Esses médicos se agregariam em torno da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, de onde finalmente proporia as bases ideológicas que iriam gerar os clínicos modernos, capazes de representar e assegurar o prestígio da medicina, ampliando seu campo de atuação e defendendo seus interesses.

## **2.1. A República das contendas: querelas médicas na virada do século XIX para o século XX**

### **2.1.1. Médicos, atores sem papel: percepções sobre a figura do profissional médico na sociedade paraense**

No final do século XIX, Louis Pasteur e sua teoria microbiana das doenças passavam a ser considerados sinônimos de modernidade na ciência médica. Foi também nessa época que se desenvolveu entre os médicos paraenses a consciência da necessidade de especialização de sua categoria profissional, como afirmação e distinção de seu saber dentro de um processo mais amplo de constituição da medicina acadêmica em escala global. Em meio a isso, Belém, longe de apresentar um pequeno contingente médico, como quis o memorialista Clóvis

Meira<sup>167</sup>, abrigava uma quantidade expressiva desses profissionais que aumentava a cada ano, acirrando a concorrência entre os próprios esculápios na cidade. Os jornais diários anunciavam não só os seus nomes como também a especialidade de cada um, a residência e até mesmo o número de seus telefones. Já era possível encontrar na cidade alguns desses profissionais que se dedicavam ao tratamento específico de certas doenças. Em 1900, por exemplo, Aleixo José Simões (1868-1943), um médico de ascendência portuguesa, nascido em Goa, após ter percorrido vários países da Europa, da Ásia e da África e como capitão-médico do exército turco, ter participado da guerra entre Turquia e Grécia, finalmente chegava à Belém e logo montava a sua clínica médico-cirúrgica na cidade. Formado pela faculdade de medicina de Paris, deve ter presenciado as inovações que ocorriam nas técnicas e procedimentos cirúrgicos que passaram a ser adotadas naquele momento na Europa<sup>168</sup>. Os anúncios de jornais informavam que o doutor Simões era especialista em partos, “moléstias de senhoras” e via - urinárias, tratando de doenças como: moléstias do útero, quistos do ovário, tumores do ventre e dos seios, gonorréias, estreitamento, catarro da bexiga, tumores dos escrotos, afecções da próstata, curava hérnia por meio de operação, hemorróidas, fistulas, beijo rachado, fraturas e etc. O médico consultava e operava em sua própria residência, na Avenida Índio do Brasil, nº 80, das 7 às 9 horas da manhã e das 2 às 3 horas da tarde; atendia também na Drogaria Beirão, das 10 às 12 horas da manhã e na Drogaria do Povo, das 4 às 5 horas da tarde. Além disso, atendia a chamados a qualquer hora que fosse solicitado<sup>169</sup>.

Em junho de 1899, o hospital da Venerável Ordem 3<sup>a</sup> de S. Francisco da Penitência, como era de costume nas instituições que cuidavam da saúde coletiva, fazia publicar o balanço de suas atividades realizadas no mês anterior. Ao lado do número de pacientes que

<sup>167</sup> Segundo Clóvis Meira, no primeiro quartel do século XX, não era grande o contingente de médicos em Belém. Ver MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1989, p.5.

<sup>168</sup> Alguns médicos como o doutor Aleixo Simões, que passaram a anunciar suas especialidades em cirurgia, tornaram-se cada vez mais comuns na capital paraense das primeiras décadas do século XX. Pode-se dizer que eles estavam vivendo um momento particular dos avanços na área cirúrgica, pois o século XX se tornaria o século da cirurgia. Os inúmeros avanços ocorridos nessa área da medicina deveram-se à crucial associação ente anatomia e patologia, anestesia e anti-sepsia. A partir da última década do século XIX, os cirurgiões dirigiram sua atenção para tumores e infecção que causavam obstrução ou estenose (contração dos vasos), principalmente nos tratos digestivo, respiratório e urogenital. Estas poderiam ser aliviadas ou curadas por secção ou excisão. As novas cirurgias desse grupo incluíam a traqueotomia para a tuberculose e o câncer da garganta e o tratamento das obstruções causadas por tumores malignos. Esse momento é conhecido como o início da Era de Ouro da cirurgia, e também foi quando os cirurgiões se tornaram progressivamente mais ativos do ponto de vista terapêutico. A realização corriqueira do trato gastrointestinal, da glândula tireóide, de mamas e ossos e vasos sanguíneo fez com que elas se tornassem mais seguras e confiáveis. A cirurgia abdominal avançou com novos métodos de extirpação do câncer do reto, correção de hérnias e com o tratamento da apendicite aguda e de doenças do cólon. Herniotomias e apendicectomias se tornaram rotina após 1910. A cirurgia do sistema nervoso foi um avanço quase que exclusivo do século XX. O primeiro especialista em neurocirurgia foi Hervey Cushing, que se tornou professor de cirurgia da Universidade de Harvard em 1912. Estavam conquistando todos os órgãos e cavidades do corpo. Cf. PORTER, Roy (org.) *História ilustrada da Medicina*. Cambridge: Revinter, 2001, p.233.

<sup>169</sup> “Clínica Cirúrgica do Dr. A. J. Simões. Folha do Norte, segunda-feira, segunda-feira, 9 de julho de 1900, p.1.

havia falecido ou sido curado no estabelecimento, corria uma lista das operações feitas pelo doutor Antônio da Silva Rosado. Entre às várias intervenções cirúrgicas realizadas pelo médico e que, certamente, serviam para mostrar a sua competência técnica, constava a extirpação de um cancro infectante, a cura radical de uma hérnia inguinal pelo processo de Lucas Championnière, a raspagem de uma úlcera patogênica, a extração de um corpo estranho e a aplicação de vários outros procedimentos considerados altamente avançados no campo da medicina cirúrgica<sup>170</sup>. Nesse tempo, entre os esculápios paraenses, o preço das consultas e das visitas a domicílio ficavam por conta de cada um, sendo que o valor dos serviços também poderia variar de acordo com horário a que o médico fosse solicitado ou conforme a natureza da doença que se pretendia tratar. A maioria desses médicos podia ser encontrada principalmente nas farmácias que se espalhavam pela cidade. Muitas delas possuíam consultórios médicos e ofereciam os seus serviços durante o dia inteiro. Um exemplo disso era a Farmácia Brasil, situada à travessa Frutuoso Guimarães, nº 48, cujo consultório médico-cirúrgico contava com alguns dos médicos mais destacados da época como Firmo Braga, Newton Campos, Camilo Salgado, Torrão Roxo e muitos outros<sup>171</sup>. Na década de 1910, médicos como eles ainda atendiam nos estabelecimentos farmacêuticos e consultórios particulares. Entretanto, se o cliente achasse que deveria se submeter às mais novas tecnologias médicas, poderia procurar o Gabinete Fisioterápico, onde se encontravam aparelhos diversos, inclusive elétricos, a serviço dos mais variados tipos de enfermidade, mantido e dirigido pela nova elite médica<sup>172</sup>, ou o Instituto Policlínico, na rua 13 de Maio, nº 13, sob orientação dos médicos Cyriaco Gurjão, Dionísio Ausier Bentes e Souza Castro, além de muitos outros centros de tratamento dessa natureza que começavam a ser instalados em Belém<sup>173</sup>. Esses médicos procuravam despertar confiança e credibilidade em suas habilidades técnicas, fazendo referência às universidades européias ou faculdades brasileiras de medicina por onde haviam passado, assim como se mostrando atualizados com as descobertas e procedimentos científicos mais modernos.

O apelo dos médicos a uma pretensa filiação científica aprecia a todo o momento nas propagandas veiculadas na imprensa, dando a impressão de que seus procedimentos técnicos guardavam um forte vínculo com os tradicionais centros de produção do saber científico. Uma passada de vista sobre esses anúncios e propaganda revela um pouco daquilo que a memória

<sup>170</sup> “Hospitais”. Folha do Norte, sábado, 10 de junho de 1899, p.2.

<sup>171</sup> “Consultório Médico-Cirúrgico da Farmácia Brasil”. Folha do Norte, 26 de junho de 1899, p.2.

<sup>172</sup> Sobre a “nova elite médica” a que me refiro, falarei no segundo tópico deste capítulo.

<sup>173</sup> Ver BRAGA, Theodoro da Silva. *Noções de Corographia do Estado do Pará*. Belém: Imprensa Graphica Amazônia, 1917, p.104.

médica já disse: os médicos que circulavam no Pará provinham geralmente das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro<sup>174</sup>, embora também possamos afirmar que muitos entre eles eram formados ou faziam alguma especialidade nas universidades de medicina européias, principalmente de países como Portugal e França, travando um intenso diálogo entre a Amazônia e o Velho Mundo. Essa breve constatação servirá para relativizarmos algumas visões sobre a história da constituição da medicina que por muito tempo permeou a historiografia. Vale a pena lembrar que se acredita comumente que, a partir da década de 70 do século XIX, houve uma guinada no perfil e na produção científica das escolas de medicina nacionais – publicações foram criadas, novos cursos foram organizados, grupos de interesse começaram a se aglutinar<sup>175</sup>. Entre outros fatores, teriam contribuído para isso o crescimento desordenado das cidades e as recentes epidemias de cólera, febre amarela, varíola, em meio a muitas outras doenças que chamavam a atenção para a “missão higienista”, a qual estava reservada aos médicos. Sobre essa questão, Lilia Schwarcz é enfática: “Diante desse cenário alterado redefinia-se a atuação médica no país. Essa é a época do surgimento da figura do ‘médico missionário’, obstinado em sua intenção de cura e intervenção [...]”<sup>176</sup>. Há de se encarar com certa reserva essa afirmação.



Foto 10: Sala de grandes operações do Hospital D. Luiz I – Sociedade Portuguesa Beneficente (Belém) – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.340.

<sup>174</sup> Ver MEIRA, Clóvis. Op. cit.

<sup>175</sup> SCHWARCZ, Lilia Moriz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.198.

<sup>176</sup> Idem.

A meu ver, as autoridades republicanas realmente precisavam dos médicos para combater as epidemias e sanear as cidades, ampliando o espaço de atuação desses profissionais. No entanto, não se deve creditar tanta força e engajamento dos esculápios nos projetos do Estado, principalmente porque muitos deles estavam longe de se ver como “médicos missionários”. Além do mais, por várias vezes os médicos foram encarados como meros empregados públicos pelas autoridades republicanas, não gozando do prestígio que achavam que deveriam dispor. E isso falando apenas de um lado da questão, porque se investigarmos a história da medicina a partir da visão do paciente, como sugere Roy Porter<sup>177</sup>, veremos que a desconfiança e o desprestígio em relação aos esculápios e sua ciência eram ainda maiores.



Foto 11: Gabinete de Raio X (aparelhagem Victor). Na fotografia estão os doutores José Augusto de Magalhães e Dionísio Ausier Bentes, médicos da Sociedade Portuguesa Beneficente (Belém) – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.343.

Para demonstrar o que acabei de dizer, vou lançar mão mais uma vez da memória médica, ela servirá de fio condutor para começarmos a esclarecer essa questão. Para início de

<sup>177</sup> Ver PORTER, R. “The patient’s view: doing medical history from below”, *Theory and Society*, vol. 14, nº 2, mar., 1985.p. 175-198.

conversa, muitos das características que se poderia atribuir ao “médico missionário” podem ser encontrados no perfil biográfico de alguns médicos paraenses dessa época. O benemérito escolhido aqui será o doutor Firmo José da Costa Braga, ou simplesmente Firmo Braga, como já estamos acostumados a ver neste trabalho. Esse médico foi uma figura de relevo na vida social do Pará da Primeira Republica, participando ativamente nas áreas política, jornalística e médica. Nasceu na cidade de Cameté, em julho de 1859, filho do abastardo comerciante português Francisco José da Costa Braga e da cametaense Anna Barradas da Costa. Firmo concluiu o curso primário na própria cidade onde nasceu, ministrado no Instituto Cametaense. Em 1870, no entanto, com apenas dez anos de idade, seguiu para Lisboa onde fez o curso secundário, na Escola Politécnica, diplomando-se em Ciências Naturais, em 1880. Logo ingressou na Escola Médico-Cirúrgica da Universidade de Coimbra, concluindo seus estudos em 1886, já com vinte e seis anos de idade. Especializou-se em ginecologia e, para aprimorar os seus conhecimentos profissionais, excursionou aos centros mais avançados da Europa, freqüentando famosos hospitais da Alemanha e França, sendo que, em Paris, de 1887 a 1889, foi assistente do insigne professor Estevão Tarnier, diretor da Maternidade, catedrático da Faculdade de Medicina, inventor do fórceps do seu nome, pioneiro da aplicação da teoria da profilaxia da febre puerperal pela anti-sepsia, assepsia e isolamento. Por cerca de três anos, o jovem médico paraense aprendeu e praticou como assistente interno da clínica hospitalar desse afamado professor francês, ganhando a sua confiança e a amizade e tornando-se seu discípulo dileto. Por algum tempo, Firmo ainda ficou em Lisboa, onde realizou palestras médicas teóricas e práticas nos hospitais aos seus colegas. Em 1891, embarcou para o Rio de Janeiro e, na Faculdade de Medicina, submeteu-se a exame para validar seu diploma e exercer a clínica no Brasil. Quando chegou a Belém, tornou-se médico efetivo do hospital da Beneficente Portuguesa, da Ordem Terceira de São Francisco e da Santa Casa de Misericórdia. Como grande parte dos intelectuais de sua época, Firmo Braga logo enveredou pela política, filiando-se no Partido Republicano Federal, chefiado então por Lauro Sodré. Nas legislaturas de 1893 a 1899, integrou no Congresso do Estado, de cujos anais constam sua atuação parlamentar<sup>178</sup>. Será por meio desse documento/monumento e outras fontes que perceberemos as dificuldades de afirmação e reconhecimento do papel da medicina, mesmo quando as discussões que envolviam essa ciência e os médicos eram travadas dentro de uma instituição que deveria propor e tomar decisões que seriam implementadas na sociedade, como era Congresso do Estado.

---

<sup>178</sup> Ver MEIRA, Clóvis. *Médicos de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1986, pp.25-30.

Se fosse para demarcar o momento em que o tema da saúde pública começou verdadeiramente a ganhar corpo nos debates políticos do Pará republicano, elegeria o ano de 1894 como marco. Remodelação da cidade, médicos para socorrer a poluição do interior, proposta para isolar portadores de doenças infecto-contagiosas e muitas outras medidas médico-sanitárias permearam as sessões da câmara do senado e dos deputados estaduais nesse ano. Entre eles estava o doutor Firmo Braga, lutando ao lado de outros colegas médicos para ver aprovados os projetos que beneficiassem a sua categoria profissional, dando-lhes um papel de destaque na solução dos problemas enfrentados pela sociedade. Em maio de 1894, o doutor Firmo Braga era membro da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, e foi quando apresentou o projeto que criaria os médicos regionais. Segundo o médico, a falta de salubridade do interior do Estado, que era afetado constantemente pelo impaludismo, deveria ser o suficiente para se aprovar o projeto. Quem percorresse o interior do Estado, Dizia Firmo Braga, atravessando “zonas extensíssimas”, como a que se estendia entre a capital e Alcobaça, onde existia uma população enorme e sujeita a todas as manifestações do impaludismo, não encontraria nessa vastidão um só médico que pudesse “prodigalizar a esse infeliz o recurso da ciência”. Isso provava o quanto era “inadiável a criação dos médicos regionais para o interior do Estado [...]”. O médico reforçava sua tese espelhando-se em outros exemplos: “É isto que vemos fazer outros países que não têm, como nós, tanta necessidade de zelar pela salubridade pública, elemento essencial do desenvolvimento físico e moral do indivíduo [...]”<sup>179</sup>. Naquele dia, o médico, em seu longo discurso, usou todo o poder de oratória que dispunha, acrescentado que o interior não era assombrado somente pelo impaludismo, mas também por um grande número de doenças próprias dos climas tropicais, que, se não fossem seriamente combatidas “por profissionais que d’elas conheça a causa, darão necessariamente a morte de um grande número de indivíduos, sem recursos para virem à capital sujeitar-se a um tratamento racional”. Entre outras vantagens, a medida haveria de “diminuir as vítimas dos pajés e curandeiros”. O deputado Bartholomeu Ferreira, ouvindo isso, logo se manifestou: “Se esses médicos vão substituir os pajés, dou meu voto ao projeto”<sup>180</sup>.

Pouco mais de uma semana depois, no dia 5 de julho, o projeto voltou a ser discutido. Na ocasião, questionou-se o número de médicos regionais que seriam designados para a região do Salgado, litoral do Pará. Alguns deputados que representavam essa região acharam que dois médicos eram insuficientes para atender aos moradores dos municípios dessa área, reivindicando mais um para esse serviço. Firmo Braga lembrou aos descontentes que, antes de

---

<sup>179</sup> Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará 1894. Vol. 4. Pará:Imprensa oficial, p.311.

<sup>180</sup> Idem, p.312.

organizar o projeto que apresentara, havia consultado os “filhos do interior”, para ver qual seria a quantidade e as zonas para onde deveriam ser enviados os médicos, além do mais, as reclamações não fariam sentido, pois a região do Salgado, que gozaria dos “foros de saudável”, seria servida por dois médicos quando na verdade precisaria apenas de um<sup>181</sup>. Em meio à querela entre os deputados que discordavam da proposta de Firmo Braga, Bartholomeu Ferreira, que se dizia representante da região do Salgado, procurou manifestar-se. Falou que havia sido consultado pelo doutor Firmo Braga e concordado com a proposta de dois médicos para região que, medindo pelo mapa, guardaria uma distância muito pequena entre os municípios, facilitando o deslocamento dos médicos. Entretanto, quando tudo parecia pender para o lado de Firmo Braga e de seu projeto original, o senhor Bartholomeu Ferreira resolveu surpreender: “Sr, presidente, estou certo que a região do Salgado está longe de estar sujeita a epidemias; atualmente a única epidemia que aí reina é a epidemia de saúde e eu temo que ela desapareça com a chegada dos médicos”<sup>182</sup>. Firmo Braga protestou, argumentando que os médicos seriam a solução, não o problema. O fato é que os deputados que reivindicavam três médicos ao invés de um para região, decidiram também que o Salgado não precisava mais de médicos, pedindo a eliminação dessa área do projeto. O doutor, já visivelmente irritado, colocou-se contra a eliminação da região, tendo o apoio de Epaminondas Passos, deputado e médico como ele. Isso não demoveu os deputados que agora teimavam em dizer que os médicos eram dispensáveis. Pior: representavam um perigo à saúde da população. Deixo aqui um pouco desse debate travado entre deputados e médicos-deputados:

O sr. Bartholomeu: – Eu creio que a presença dos médicos irá fazer perigarem as condições sanitárias.

O sr. E. Passos: – V. exec. não pode julgar os médicos dessa maneira.

O sr. Firmo Braga: – É porque v. exec. não tem compreensão exata de qual é o papel do médico na sociedade.

Os srs. Gonçalo e João Santos: – V.v. execs. querem uma exceção que não se pode admitir.

O sr. Bartholomeu: – Onde há médicos, há doentes; lá não há doentes, não deve haver médicos<sup>183</sup>.

A não compreensão de um pretensão “papel do médico na sociedade”, que seria uma das causas de tanto descrédito em relação a esses profissionais, foi muitas vezes um dos principais argumentos usados pelos esculápios quando viam seus métodos e princípios terapêuticos rejeitados pelos pacientes. Entretanto, o que nos chama a atenção aqui é justamente a grande dificuldade que os médicos enfrentavam para implantar seus projetos de

<sup>181</sup> Ibidem. p.411.

<sup>182</sup> Idem. p.412.

<sup>183</sup> Idem, Ibidem.

poder dentro de uma instituição que, em teoria, deveria servir de base para laçar sua medicina como “ordenadora” da sociedade, como muito já se acreditou. A fórmula simples que afirma que engenheiros e médicos passaram a se encastelar e acumular poder na administração pública após o golpe republicano de 1889<sup>184</sup>, antes disfarça a realidade do que a representa. O doutor Firmo Braga deve ter sido muito paciente para suportar as críticas e o humor sarcástico desferidos por seus colegas deputados quanto se referiam à categoria dos médicos. Em 1898, após quatro anos de existência do projeto dos médicos regionais, houve um grande esforço para derrubá-lo, fazendo-se uso dos mais diversos argumentos. Na sessão de 26 de abril, o deputado Antônio Chermont dizia: “A existência dos médicos regionais é pior do que a peste!”. No mesmo tom, o deputado Ignácio Cunha procurou desqualificar a atuação dos médicos como representantes da ciência, engajados em uma missão, denunciando que alguns deles passavam a vida pescando e caçando, na ocasião em que se davam casos graves de moléstias nas localidades para onde haviam sido designados: “É aos apóstolos da algibeira e não aos apóstolos da medicina que se refere o projeto”, arrematava o deputado<sup>185</sup>. Os médicos regionais, muito combatidos, receberam o golpe de misericórdia no dia seguinte, com a revogação da lei 215 de 30 de junho de 1894, que os havia criado<sup>186</sup>. Pode ser que muitos dos argumentos usados para por fim aos médicos regionais fossem exagerados, mas há de se considerar também que a maior parte desses médicos não se via como “missionários”, engajados no projeto do Estado, com um papel definido. Lauro Sodré, governador na época da implantação do projeto, sabia muito bem que não podia contar com um suposto espírito cívico dos médicos para sanear o Pará. Sua mensagem de 1897 é esclarecedora a esse respeito. O governador ressaltava que a criação dos médicos regionais, que repugnava a muitos, estava dando resultados que poderiam ser considerados satisfatórios, lembrando que havia lugares no interior onde nunca iria exercer “espontaneamente” a profissão “o mais humilde clínico”. Naquele momento, no entanto, frisava o governador, ajudados pelo governo, mesmo nessas piores paragens, havia agora “quem prestasse à população os socorros necessários”<sup>187</sup>. Mais do que abraçar um missão civilizatória proposta pelo Estado, acredito que a maioria desses médicos encarava isso tudo como uma questão de sobrevivência – tarefa já bastante complicada naqueles idos.

<sup>184</sup> Essa é a perspectiva adotada pela historiadora Edilza Fontes. Cf. FONTES, Edilza. “O Paraíso Chama-se Pará. O álbum ‘Pará 1900’ e a propaganda para atrair imigrantes”. In: BEZERRA NETO, J. M. & GUZMÁN, D. (Orgs.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp.257-271.

<sup>185</sup> Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. Vol. VIII. Pará: Typ do Diário Officila, 1898, p.107.

<sup>186</sup> Idem, p. 113.

<sup>187</sup> Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897. Belém: Typ. do Diário Official, 1897, p.43.

Conceber os médicos como fortes e poderosos, impede-nos de perceber várias nuances que a trajetória desses profissionais apresentou ao longo do tempo. Ainda na década de 1910, a relação dos esculápios com a sociedade, e particularmente com seus (im)pacientes, continuava tensa. “O médico e os seus clientes” foi o título que encabeçou a crônica escrita pelo doutor A. Araújo, e cujo conteúdo, repleto de sua autobiografia profissional, traduzia um pouco das dificuldades que os esculápios enfrentavam no dia a dia. A crônica, bastante longa, foi publicada na primeira página da gazeta “A Província do Pará”, na quinta-feira de 28 de março de 1912<sup>188</sup>. Como o doutor Firmo Braga, o clínico queixava-se da falta de compreensão do importante papel que o médico teria na sociedade. O doutor A. Araújo começou a sua crônica revelando dois pontos que traduziam essa tensão: a maneira como os médicos achavam que deveriam ser visto e o tratamento diametralmente oposto que lhes era dado por parte dos pacientes. Assim, vejamos: “O médico, um dos profissionais que mais serviços tem prestado à humanidade, é o que mais ressent-se da ingratidão de seus clientes, e aquele a quem mais se atira as sátiras as mais mordazes”. “Entretanto”, dizia, “o médico está sempre pronto para atender todo aquele que sofre, não importando a que classe da sociedade pertença, com toda a solícitude e desinteresse que caracteriza a sua nobre profissão”. E acrescentava mais adiante: “Ele entra com o mesmo desprendimento no tugúrio do pobre como no palacete alcatifado do rico; a sua única preocupação, a sua ambição”, frisava, “é simplesmente proporcionar, com os recursos da ciência, o alívio às dores que afligem aqueles que o procuram”. Seguia-se então um fundo heróico: “Na calada da noite [...], no meio do silêncio, ou arrastando as intempéries do tempo, em bons e maus caminhos, ei-lo que passa para acudir seu semelhante que se estorce com as agruras da dor”. E assim, complementa o clínico: “Mas todos os sacrifícios em prol dos seus semelhantes não lhe valem um título de benemérito”. Na verdade, ao invés de ser reconhecido por sua dedicação, o médico sofria com frases regadas com uma boa dose de ironia saída da boca daqueles que lhe deveriam ser gratos:

Em geral, é raro o que, depois de aliviado ou curado, é grato ao médico que lhe proporcionou o alívio ou a cura.

Há pouco tempo, me encontrando com um conhecido de longa data, aproximei-me para cumprimentá-lo:

- Oh! F., como tens passado?

- Bem. Com vai o dr.?

- Bem, lhe respondi. Tenho sido muito feliz nesta boa terra.

- O dr. tem trabalhado muito? Quantos *já matou*?

A minha educação conteve-me, e respondi-lhe com um sorriso que velava a minha indignação.

<sup>188</sup> A. Araújo, “O médico e os seus clientes”. A Província do Pará, quinta-feira, 28 de março de 1912, p.1.

Entretanto, era aquele camarada um cliente a quem já tinha prestado os mais valiosos serviços profissionais, restabelecendo-o, em pouco tempo, do mal que o definhava.

E assim são quase todos.

Já vai longe o tempo dos Asclepiades<sup>189</sup>.

A ingratidão dos pacientes e as opiniões nada favoráveis à intervenção dos doutores, que o articulista dizia recorrer aos recursos da ciência, mas que o paciente via mais como um instrumento de morte, era uma atitude bastante comum na época. Embora muitas pessoas já buscassem a terapêutica dos médicos científicos, isso não quer dizer que alimentassem uma grande confiança no poder de cura dos esculápios ou se mostrassem resignadas diante do saber médico. O cronista dizia que quando um indivíduo adoecia, a família chamava o médico; nessa ocasião, cercava-o de toda a consideração, e prodigalizava-o as “maiores atenções”. A moléstia então se prolongava porque era “uma infecção de marcha cíclica (evolução certa): uma pneumonia”. O desconhecimento da família sobre a marcha de uma doença que não sedia antes de completar o seu ciclo, logo gerava desconfiança sobre as habilitações do médico, ou o que era pior, da sua probidade profissional, e então lhe faziam interpelações “insidiosas”. O médico ouvia tudo com paciência, dizia o cronista, e respondia que a moléstia que o doente tinha era assim mesmo, tinha a “marcha certa”. A febre só cederia quando a pneumonia entrasse em “período de resolução”. Que tivessem paciência e continuassem com a mesma medicação. Não desanimassem, que dentro de poucos dias iriam “notar que as melhorias” eram “apreciáveis”. Entretanto, começavam os comentários:

- Ora, o dr. quer nos enganar – diz um.

- Qual, responde o outro, o que parece é que ele ainda não *conheceu* a moléstia!

- Para mim, diz um terceiro, parece que esta história de moléstia de marcha certa é para demorar e reder mais o tratamento!

Enfim, cada qual faz o seu juízo mais temerário!<sup>190</sup>

Esta crônica desvela, em boa medida, a forma como os clientes ainda encaravam os médicos e sua ciência, julgando a questão a partir de seu próprio ponto de vista, que, como se viu, não era nada favorável à imagem dos doutores. Para essas pessoas, o que importava não era o diziam os médicos, mas o que elas acreditavam necessitar. Qualquer desvio da

---

<sup>189</sup> Idem. Asclepiades de Bitínia (124 a.C. ou 129 a.C.- 40 a.C.) foi um afamado médico grego nascido na Prusa de Bitínia, tendo exercido a sua profissão em Roma. Asclepiades formou-se em Alexandria, o maior centro científico de sua época. Foi nessa cidade, fundada na desembocadura do Nilo, no Egito, que ocorreram os maiores progressos em anatomia humana da era helenística, quando Alexandre, o Grande, expandiu a civilização grega para além da bacia do Egeu, conquistando todo o Oriente Médio. Embora seu império tenha se fragmentado após sua morte, seus sucessores mantiveram a cultura (helenística) grega. Ptolomeu foi o mais importante entre eles, tendo governado o Egito de 323 a 282 a. C. Ele também foi o criador, em Alexandria, do maior centro cultural daquele tempo, conhecido por sua famosa biblioteca e a “Casa das Musas”. Cf. POTER, Roy. Op.cit., p.59.

<sup>190</sup> A. Araújo. Op. cit.

interpretação que faziam do tratamento que se deveria dar às doenças ou aos doentes, gerava os mais desconfiados comentários sobre a capacidade dos doutores em dar cabo à enfermidade, além de colocar em questão sua honestidade, situação que também podia ser vista nos meios institucionais, a exemplo do que vimos há pouco. A conquista da legitimidade da medicina diante dos mais diversos setores sociais foi fruto de um processo longo e eivado de conflitos, como já foi percebido em pesquisas recentes. Nas primeiras décadas do Pará republicano, a despeito de toda a política higienista oficial, o prestígio da medicina e o reconhecimento dos médicos como senhores da cura e seu papel de ordenadores da sociedade ainda não havia se consolidado. Muitos dos problemas enfrentados pelos esculápios no processo legitimação de sua ciência e representatividade de sua figura profissional passavam também pela falta de consenso dentro da própria categoria médica.

### **2.1.2. Sociedade Médico-Pharmaceutica: o primeiro ensaio de uma identidade médica no Pará**

Valorizar sua categoria profissional – eis uma tarefa árdua e complicada que os médicos teriam que assumir aos poucos. Quem sabe agregando-se em uma associação fosse possível aos médicos resolver os seus dilemas e encontrar o caminho para o reconhecimento público de sua figura. O primeiro ensaio dos médicos paraenses e outros profissionais da saúde no sentido de organizarem-se em uma corporação ocorreu ainda no final do século XIX. Em oito de novembro de 1897, em meio à euforia das reformas urbanas da capital paraense, surgiu entre a classe médica e farmacêutica a idéia da fundação de uma associação com a denominação de “Sociedade Medico-Pharmaceutica do Pará”, cujo fim era tratar dos interesses científicos e sociais dos associados<sup>191</sup>. Um dos maiores idealizadores e patrocinadores dessa nova associação científica foi o médico e governador José Paes de Carvalho. Esse médico diplomou-se em medicina pela Universidade de Coimbra e prestou serviço nas mais importantes instituições de saúde da época, como a Santa Casa de Misericórdia do Pará e o hospital da Beneficente Portuguesa. Envolvido nas disputas políticas do final do século XIX, Paes de Carvalho foi um dos fundadores do “Clube Republicano”, tendo sido presidente da agremiação. Em, 1897, com o término do mandato de Lauro Sodré como governador, Paes de Carvalho assumiu a administração do Estado, dando grande ênfase na política de saneamento de Belém<sup>192</sup>. Foi dentro desse contexto que, depois de duas sessões

---

<sup>191</sup> Cf. Pará-Médico: Archivo da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará, vol. 8, n.10. Belém, 1922, pp, 220-21.

<sup>192</sup> Ver MEIRA, Clóvis. Op. cit. p.13.

preparatórias, finalmente, na manhã do primeiro dia de fevereiro de 1898, no salão de honra do edifício da repartição sanitária do Estado, foi instalada oficialmente a Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará. A empolgação daquele momento contagiou os redatores da gazeta “A Província do Pará”, jornal que dava apoio político ao governador. A matéria do dia seguinte, que tratava da instalação da confraria científica, tentava descrever a importância do evento: “Depois da festa da Arte, realizou-se ontem, n’esta capital, a festa da Ciência. E ao Dr. Paes de Carvalho coube a glória de presidir ambas, como governador do Estado e propulsor do nosso movimento científico e artístico”<sup>193</sup>.

A gazeta chamava a atenção para o grande interesse que a associação científica havia despertado entre os esculápios de Belém, pois, apesar da solenidade ter ocorrido “na hora preferida pelos facultativos para suas visitas”, achavam-se presentes na ocasião, além dos representantes da imprensa e de outras classes sociais, os doutores José Paes de Carvalho, Américo Marques Santa Rosa, João José Godinho, Barão do Anajás, Cypriano José dos Santos, Numa Pinto, João Raulin de Souza Uchoua, Pedro Chermont, Firmo Cardoso, Manoel de Moraes Bittencourt, Antônio Marçal, Julião Freitas do Amaral, Antônio de Matta Rezende, Firmo José da Costa Braga, Antônio Joaquim da Silva Rosado, Geminiano de Lyra Castro, O’ de Almeida, Francisco Miranda, Camilo Salgado e Almeida Pernambuco. Fizeram-se presente também o químico Paul Bohain, os farmacêuticos Manoel Novais, Leandro Tocantins, Ignácio Nogueira, Raymundo Nogueira, Abel Cesar de Araújo, Eustachio Hollanda, Elpidio Costa, além do cirurgião dentista Argemiro Pinto, entre outros<sup>194</sup>. Juntar-se-ia mais tarde a esse grupo, além de outros médicos, o velho doutor Francisco da Silva Castro, que morreria no ano seguinte, já com seus oitenta e quatro anos de idade<sup>195</sup>. A associação médico revelou uma mistura curiosa, tanto de gerações quanto de matrizes intelectuais. Américo Santa Rosa, que foi nomeado presidente da associação, e octogenário Francisco da Silva Castro, por exemplo, eram alguns dos médicos remanescentes das lutas contra a epidemia de cólera de 1855. Estes médicos também eram adeptos da teoria humoral de Hipócrates, que dominou a terapêutica médica por quase todo século XIX<sup>196</sup>. Por outro lado,

<sup>193</sup> “A Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará”. A Província do Pará, quarta-feira, 2 de fevereiro de 1898, p.1.

<sup>194</sup> *Idem*.

<sup>195</sup> Sobre a morte e o funeral do doutor Francisco de Silva Castro, ver “Dr. Silva Castro”. A Província do Pará, sexta-feira, 16 de junho de 1899, p.1.

<sup>196</sup> A teoria humoral, ou doutrina dos quatro elementos era a ciência médica que repousava largamente sobre as concepções antigas herdadas de Hipócrates, segundo as quais todas as substâncias terrestres derivam de quatro elementos essenciais (a terra, o ar, o fogo e a água), que ora estão aliados (água e terra, por exemplo), ora estão em oposição (água e fogo, por exemplo). Cada um destes elementos é composto por um conjunto de qualidades primárias: o quente e frio, o úmido e o seco. A partir destas bases, os escritores médicos admitiam que todos os corpos vivos são formados por quatro humores (palavra tomada em sentido etimológico, de líquido orgânico): 1) o sangue; 2) a bÍlis amarela; 3) a bÍlis negra; 4) a fleuma. Esta doutrina médico-filosófica exerceu influência

Firmo Braga, Camilo Salgado e Geminiano de Lyra Castro pertenciam a uma nova geração formada pelas faculdades de medicina nacionais e estrangeiras, que haviam renovado seus estudos a partir da teoria microbiana de Pasteur.

Mesmo assim, isso não impediu que esses médicos se associassem. Na verdade, o governador Paes de Carvalho guardava muitas expectativas sobre o grupo. Dizia que o governo não poderia ser indiferente àquela manifestação significativa de “nosso engrandecimento”, a esse “exemplo de confraternização digno de imitação”, que era a constituição de uma sociedade, da qual se esperava “os mais assinalados serviços”. Paes de Carvalho ainda disse que suas palavras de elogio à associação poderiam parecer suspeitas, uma vez que ele mesmo pertencia ao grupo, entretanto, as palavras não poderiam “realçar mais a consideração e o respeito público” que a “nobre classe” representada ali vinha conquistando<sup>197</sup>. Com a ajuda do governo, após três anos de existência, finalmente a Sociedade Médico-Pharmaceutica lançou o primeiro número da revista “Pará-Médico”, órgão da associação. Os trabalhos produzidos e publicados pela sociedade versaram principalmente sobre a área da higiene pública e de doenças que mais preocupavam o governo naquele momento, como febre amarela e impaludismo. A revista, que teve como redatores os médicos Américo Campos, João Pontes de Carvalho e João José Godinho, ainda foi produzida por dois anos e editou 13 números, sendo que sua última edição saiu em abril de 1902<sup>198</sup>. Até aí muita água já havia rolado, incluindo uma cisão no interior da associação em 1900, que marcaria profundamente a categoria médica até início da década de 1910. Em janeiro de 1901, Paes de Carvalho dirigiu algumas palavras ao Congresso do Estado, as quais, provavelmente, devem ter soado no mínimo estranhas aos ouvidos dos parlamentares que se faziam presente na ocasião. O governador, cheio de orgulho, lembrava que sob a sua administração havia sido criada a sociedade Médico-Pharmaceutica, confraria que reunia uma “plêiade de médicos habilíssimos, e de farmacêuticos distintos”, os quais estavam dando o exemplo do “trabalho metódico e produtivo”, e que certamente fariam nascer o estímulo no meio dos cientistas paraenses, desenvolvendo-se assim o “amor pela conquista do saber”<sup>199</sup>. Se o discurso do

---

preponderante na medicina até o século XVIII, mostrando-se ainda influente no século XIX. Dentro dessa concepção, a boa saúde resultava do fato de os humores estarem misturados em boa proporção. Se um ou outro estava em excesso, o doente sofria de perturbações correspondentes. Com isso, o médico, para levar a cura, deve aplicar um tratamento que restabeleça o equilíbrio dos humores. Cf. MICHEAU, François. *A idade de ouro da medicina árabe*. In: LE GOFF, Jacques et. al. (Org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, p.p. 60-61. Sobre a atuação destes dois médicos na época da epidemia de cólera (1855) na Província do Grão Pará, ver BELTRÃO, Jane. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão Pará*. Belém: UFPA, 2004.

<sup>197</sup> “A Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará”. Op. cit.

<sup>198</sup> Pará-Médico: Archivo da Sociedade Médico-Cirurgica do Pará. Op. cit. pp.22.

<sup>199</sup> Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de janeiro de 1901. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1901, p. 24.

governador imprimia a idéia de que havia um grupo de clínicos unidos para elevar a ciência médica ao seu mais avançado estágio, todos ali deviam saber, no entanto, que essa aparente harmonia e busca do conhecimento não era a exatamente impressão que a associação dos esculápios havia deixado diante do público um ano atrás.

Nos primeiros meses de 1900, uma contenda entre esculápios e o governo ganhou as páginas dos jornais, tomando foros de verdadeira tragédia para a classe médica. Uma desunião explícita entre os esculápios nunca havia se mostrado tão pública antes. O estopim foi a demissão do doutor Cyriaco Gurjão, médico da repartição do serviço sanitário do Estado, com a justificativa de que o clínico estaria descumprindo suas obrigações como funcionário público. A ordem teria partido do próprio governador Paes de Carvalho. Em protesto à demissão considerada “injusta” do colega, um grupo de médico ameaçou manifestar-se no dia 18 de fevereiro. O que se confirmou. No dia seguinte, o jornal “A província do Pará” informava:

Realizou-se enfim a projetada manifestação de apreço ao doutor Cyriaco Gurjão. Os jornais de ontem anunciaram que um grupo de clínicos, felizmente pouco numeroso, já foi à casa do doutor Gurjão levar, de envolto com delicados e caridosos mimos, a expressão de apreço em que o têm, da consideração que lhe tributam.

Nada diríamos sobre e essa nova espécie de *missa pedida*, se os manifestantes tivessem escolhido para exprimir os seus sentimentos ocasião mais própria para elevar os seus predicados morais e intelectuais do Dr. Gurjão; se tal ato não tivesse saído do estrito limite de um simples tributo ao mérito ou à virtude do manifestado e não tivesse resvalado para um terreno muito propício às especulações dos mal intencionados e dos pescadores das águas turvas.

Essa manifestação ostentosa e de encomenda surge depois de ato administrativo referente ao Dr. Gurjão e revela claramente uma forma de censura ao ato, tanto mais grave quanto se quis fazê-la partir de médicos e dirigi-la contra um ornamento da classe, atualmente investido da autoridade suprema dos negócios do Estado.

Seria sem dúvida para surpreender o espírito público tão acostumado à tolerância sem igual e a cortesia excessiva com que o sr. dr. Paes de Carvalho envolve todos os atos de sua gestão, vê-lo hoje objeto direto da represália de uma parte da sua classe, provocada pelo fato da dispensa de um seu colega da função administrativa.

Menos habituada a opinião pública estivesse com este sistema insidioso de abalar reputações e desmoralizar caracteres, que entre nós ganhou foros de cidade, e por certo o plano tenebroso dos arranjadores da manifestação sortiria o objetivado efeito.

Mas trata-se do sr. dr. Paes de Carvalho, considerado um dos chefes da classe médica do Pará, a quem quase todos os clínicos não raro recorrem para ouvir os conselhos e receber o socorro intelectual, generoso e franco.

Pretendem os médicos, congregados em torno de alguns desafetos, ferir um homem que tem sido constante lidador em prol da classe a que pertence e ingenuamente se convertem em instrumento do mau humor e do despeito de poucos<sup>200</sup>.

<sup>200</sup> “A manifestação”. A Província do Pará, segunda-feira, 19 de fevereiro de 1900, p.1.

A manifestação dos médicos da repartição sanitária do Estado havia colocado em lados opostos governo e esculápios, demarcando diferença de interesses entre eles. O apoio dado ao médico Cyriaco Gurjão, expresso na manifestação, foi considerado como uma afronta à autoridade do governador como chefe supremo do Estado, além de ferir a imagem de um dos “ornamentos da classe médica”, como se considerava o governador Paes de Carvalho. A atitude dos manifestantes, segunda a gazeta que apoiava o governo, não teria justificativa plausível, sendo meramente política, produto dos opositores do governo que na época alinhavam-se ao lado do ex-governador Lauro Sodré – entretanto, os médicos que levaram seu apoio ao doutor Cyriaco Gurjão também alegavam que o ato do governador estava impregnado de motivações política. Nessa troca de farpas, os manifestantes, dizia a gazeta, sequer conheciam afundo as motivações que levaram Paes de Carvalho a demitir o doutor Cyriaco Gurjão, sendo que o governador teria fortes razões, que não as alegadas, para não aproveitar os serviços desse médico no momento em que se fazia a reorganização da repartição de higiene. “Um simples exame superficial e pouco demorado”, argumenta o jornal, “basta aos médicos manifestantes para convencê-los de que a dispensa do dr. Cyriaco Gurjão não se estribou em razões de ordem partidária ou política”. A prova estava em que muitos médicos agregados no partido política que fazia oposição ao governo, continuavam sendo empregados do serviço sanitário do Estado na administração de Paes de Carvalho. A gazeta, tomando as dores do governador, declarava: “Esta razão que o dr. Paes de Carvalho calou por um sentimento generoso, vamos nós dizê-la sem reticências, sem dúvidas de que ela justificará perfeitamente ato mais enérgico do que o praticado por s. ex.”<sup>201</sup>. E assim, a gazeta passava a justificar a atitude tão polêmica tomada pelo governador:

Não pomos dúvida que o sr. dr. Cyriaco Gurjão é um excelente médico, atencioso nos cumprimentos de seus deveres profissionais, caridoso com seus doentes, zeloso e proibido em suas relações com eles, mas o sr.dr. Gurjão nunca foi um bom funcionário. Ou porque a sua clínica lhe roubasse tempo ou porque o seu temperamento fosse rebelde à disciplina administrativa; a verdade é que, como funcionário, o sr. dr. Gurjão não sabia ou não queria cumprir os seus deveres. Assim é que de seus chefes recebia constantes observações e por fim eles foram obrigados a confiar a outros a função que entravam na competência do dr. Gurjão.

Temos em mãos notas dos detalhes dos dias 13, 17, 20 e 22 de outubro do ano passado, cheias de observações, ao chefe da 4ª seção, que indicam o pouco caso que este ligava ao público serviço.

[...] Nem podia ser de outro modo: o dr. Gurjão tinha, por assim dizer, abandonado o seu emprego, porquanto poucas vezes ia à repartição sempre apressado, demorando-se apenas alguns minutos antes do meio dia e nunca ter comparecido à tarde.

Diga o público sensato se há longaminidade comparável a do administrador que guarda por tanto tempo um funcionário em semelhantes condições, máxime quando

---

<sup>201</sup> Idem.

esta capital vem atravessando uma quadra epidêmica de varíola e achou-se ameaçada da invasão do terrível morbo bubônico.

Ainda poderíamos carregar a nota dizendo que o sr. dr. Gurjão, funcionário de higiene, contra expressa disposição regulamentar consentia que variolosos fossem tratados em domicílios, com graves prejuízos para a saúde pública, e que é público e notório ser o mesmo dr. associado em uma farmácia nesta capital<sup>202</sup>.

Conforme revelou a gazeta, o doutor Cyriaco Gurjão transgredia todos os preceitos que deveriam ser observados como médico e funcionário público do Estado, agindo de maneira contrária àquela que caberia a seu cargo. Assim, manifestando-se em favor do médico, os seus colegas teriam prestado-lhe “um mau serviço”, dizia o jornal, obrigando a trazer a público os fundamentos de um ato que “a elevada generosidade do governo desejava encobrir para a honra da própria classe médica, cujo bom nome o dr. Paes de Carvalho é o primeiro a desejar que se conserve sem mancha”<sup>203</sup>. Salientou-se que as manifestações contra o governo poderiam até ser compreensíveis, como ocorria nos “países livres”, no entanto, não se poderia tolerar esse tipo de comportamento quando partia de médicos que eram funcionários públicos, como era o caso dos que levaram sua saudação ao doutor Cyriaco Gurjão. Questionando essa atitude, indagava a gazeta:

Como deve ser julgada a sua intervenção e co-participação a um ataque tão direto à honestidade e inteireza do governador do Estado?

Como compreender a permanência de funcionários que tão abertamente criticam um ato emanado do seu superior hierárquico?

Como qualificar semelhante inversão dos princípios que regem a administração pública?<sup>204</sup>

Os médicos, por terem criticado publicamente o ato do governador, seu superior hierárquico, também teriam ferido os princípios básicos da administração pública. Em consequência disso, a gazeta sugeria que esses médicos pedissem demissão dos cargos administrativos que exerciam. No entanto, parece que eles não tiveram tempo para isso. Apenas três dias depois, o leitor soube através da mesma gazeta que sete médicos que haviam participado da manifestação foram exonerados de seus cargos pelo governador<sup>205</sup>. O noticiário daquele dia procurou novamente justificar mais essa atitude de Paes de Carvalho em relação à rebeldia dos médicos sanitários. Isso deve ter provocado ainda mais a indignação daqueles que eram contrários ao posicionamento do governo, e que atribuíam ao ato de Paes de Carvalho um caráter partidário. A gazeta admitia que o governador estava magoado “com a manifestação política promovida pelos médicos empregados n’uma repartição do Estado”

---

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> “Questão do dia”. A Província do Pará, quinta-feira, 22 de fevereiro de 1900, p.1.

contra um ato oficial [...], o que não poderia ser diferente. Entretanto, a atitude enérgica tomada pelo governador em relação aos médicos, seus colegas de profissão, não deveria deixar dúvidas sobre sua imparcialidade na tomada de decisão: “É preciso que não se confunda, n’este caso, o dr. Paes de Carvalho, com o governador do Estado.” Ou seja, Paes de Carvalho, o governador, jamais poderia admitir que a sua função como representante máximo do Estado pudesse ser ofuscada pelo compromisso que tinha com sua classe profissional. Naquela situação, antes de médico, Paes de Carvalho afirmava sua posição de chefe administrativo à frente de uma instituição republicana. A gazeta encerrou seu artigo fazendo críticas àqueles que pensavam o contrário e reprovavam a atitude de Paes de Carvalho:

[...] Os propectos colegas do governador podiam fazer o que quisessem contra a seriedade pessoal do dr. Paes de Carvalho, contra o tino administrativo e a moralidade oficial d’este mesmo governador, e este, privado pelo coleguismo, pelas relações científicas, pela propectibilidade dos colegas, cruzaria os braços ante esse bote de acentuação de caráter político, deixando submergir as qualidades que o elevaram como homem, como colega e como primeiro magistrado do Estado<sup>206</sup>.

O “coleguismo” e as relações científicas não foram capazes de barrar a atitude do governador, que procurou punir os que atentavam contra a moralidade de sua administração. Para preservar sua autoridade, Paes de Carvalho viu-se na contingência de agir contra os interesses dos próprios colegas de profissão. Entre a preservação da boa imagem da classe médica e a manutenção da moralidade do seu governo, Paes de Carvalho não hesitou em escolher esta última opção. Contudo, ainda é necessário averiguar o outro lado dessa história e ouvir o que aqueles que se viram prejudicados pela atitude do governador tinham a dizer sobre a questão. Essa outra versão saiu três dias depois. Na manhã 25 de fevereiro, o jornal “Folha do Norte”<sup>207</sup> publicou o desabafo do doutor Torrão Roxo sobre todos os desmandos que, segundo ele, o governador Paes de Carvalho exercia sobre os funcionários públicos e a classe médica. Torrão Roxo, além de membro da Sociedade Medicio-Pharmaceutica, era médico do Instituto Gentil Bittencourt, instituição da qual foi demitido por ter assinado e concordado com a manifestação de solidariedade prestada pelos seus colegas da repartição sanitária ao doutor Cyriaco Gurjão. De acordo com o doutor Torrão Roxo, Paes de Carvalho teria passado por cima do regulamento orgânico do Instituto Gentil Bittencourt ao demiti-lo, desrespeitando até mesmo o diretor da instituição e fazendo a demissão do médico por “sua soberana e absoluta vontade, como se diante desta não houvesse mais lei alguma!”. Lembrou

---

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> “A minha demissão de médico do Instituto Gentil Bittencourt”. Folha do Norte, domingo, 25 de fevereiro de 1900, p.2.

que Paes de Carvalho também demitiu sete médicos e reformou treze generais por terem se manifestado contra a sua vontade, abusando de seu cargo e tratando os funcionários públicos como se estivessem “debaixo da espada de um déspota”. Além disso, Torrão Roxo acrescentou que, quando Paes de Carvalho foi apresentado para dirigir o Estado, “era público e notório que aceitaria o lugar sem perda de seus interesses clínicos e, à vista deste ato de puro republicano histórico, foi decretado pelo congresso a insignificante quantia de 60 contos anuais”, mas o governador “ali colocado esqueceu-se de seu compromisso” e agora se intrometia na clínica “querendo governar e dirigir a corporação médica”. Entretanto, argumentava Torrão Roxo,

Em lugar de s. exc.<sup>a</sup> ocupar-se com os seus colegas, injustiçando-os com portarias de demissão, devia estudar bem as vantagens práticas da compra de uma casa para aumentar o Museu, quando entre este e aquela há boa e grande rocinha.  
Em lugar de s. exc.<sup>a</sup> ocupar-se de questões médicas, fazer demissões acintosas por enxurrada, salvando apenas os funcionários que fizeram atos de contrição, será melhor estudar com todo o cuidado o encargo da compra de aparelhos para o Instituto Bacteriológico por um profissional que não seja ignorante por completo em bacteriologia, microscopia, porque só deste modo haverá grande proveito para a população do Pará e não será, apenas, meio fácil de alguma viagem à Europa com grandes e improdutivas despesas para os cofres públicos<sup>208</sup>.

Além de fazer referências às atitudes autoritárias de Paes de Carvalho, Torrão Roxo procurou mostrar a forma diferenciada com que o governador tratava os médicos do serviço público, proporcionando benefícios a alguns e fazendo restrições a outros, como foi o caso do doutor Amaro Danin, aliado do governador, o qual após ter assumido o cargo de médico do Instituto Gentil Bittencourt, passou a receber o vencimento mais alto que havia sido pago até ali, enquanto isso, Torrão Roxo não conseguia nem sequer uma enfermeira e duas serventes que havia pedido para o Instituto, uma vez que o governador sempre alegava que não havia verbas para isso. Mas, se o governador mostrava o seu lado autoritário quando puniu os funcionários que se manifestassem contra os seus atos, o seu comportamento dentro da corporação médica não seria tão diferente, pois, na visão de Torrão Roxo, Paes de Carvalho sempre teve a pretensão de ser hierárquico entre os médicos, “exaltando-se quando ali o contrariavam, por ter sempre sabido, procurado colocar-se superior aos fraquinhas” que o cercavam, “[...] gozando à sombra dos seus conhecimentos científicos – sem querer admitir que na luta da ciência a superioridade é adquirida realmente por provas científicas”. Torrão Roxo encerrava então dizendo que sentia, profundamente, que Paes de Carvalho “tivesse

---

<sup>208</sup> Idem.

subido como republicano histórico” e agora, descendo, tivesse de “deixar todos os característicos de um governo absoluto”<sup>209</sup>.

O descontentamento no interior da classe médica fica bem claro, assim como a tensão entre um grupo de médicos e o governo do Estado, acusado de querer controlar a corporação dos esculápios. Rancores e ressentimentos entre os doutores vinham à tona. Entretanto, Paes de Carvalho não estava sozinho, havia aqueles que o apoiavam e desfrutavam das vantagens concedidas pelo governador, ocupando melhores posições nas instituições públicas. Assim, isso também mostra o quanto os médicos estavam divididos no início da República, apesar de sua primeira tentativa em formar uma corporação que pugnassem por seus interesses. Não havia homogeneidade no interior da categoria desses profissionais, e muito menos coerência em seu posicionamento político. Aqui, o saber dos doutores estava bem longe de lhes proporcionar poder. Embora os esculápios participassem cada vez mais dos projetos que procuravam higienizar a cidade, interferindo pouco a pouco no cotidiano dos seus moradores, isso não impedia que eles fossem tratados como qualquer outro funcionário público, correndo o risco de perder o emprego caso contrariassem as atitudes do governador.

O que o público viu, leu e ouviu naqueles dias, foi um confronto explícito entre médicos e autoridade pública, desvelando uma relação eivada de tensões e conflitos em que, certamente, os esculápios revoltosos não levaram a melhor. Nesse ínterim, nem mesmo o médico e governador Paes de Carvalho, que colocou a questão da saúde pública com prioridade de sua administração, agiu de acordo com os interesses da “classe médica”, da qual fazia parte, embora tenha hesitado em manifestar seu descontentamento pessoalmente. Suas ações com governador serviram para criar e ampliar muitos espaços de atuação dos médicos acadêmicos. No entanto, não custa nada lembrar que os cargos e as posições que alguns médicos passaram a ocupar nos serviços públicos do Estado dependeram, fundamentalmente, das suas relações pessoais com o governador, ou seja, não foi a pretensa capacidade técnico-científica dos médicos que lhes proporcionou algum tipo de poder na nova administração republicana, mas a sua proximidade com os interesses de quem governava, que, em troca, concedia-lhes favores. Isso mesmo: favores! O mesmo autoritarismo que geralmente é atribuído aos médicos higienistas do início da República era também o algoz dos esculápios diplomados e de sua corporação. Ter o beneplácito científico não significava, necessariamente, dispor de poder político.

---

<sup>209</sup> Idem.

Alguns meses após esse episódio, surgiu uma outra corporação de médicos chamada de Sociedade de Medicina e Cirurgia. Dela faziam parte muitos médicos que antes caminhavam lado a lado de Paes de Carvalho e sua Sociedade Medico-Pharmaceutica, inclusive o Dr. Torrão Roxo<sup>210</sup>. A cisão no interior da “classe médica” deixaria uma grande ferida aberta, difícil de cicatrizar, simbolizando o fracasso dos esculápios em somar forças e conjugar os interesses de sua profissão. Suas desavenças e diferenças continuariam a vir a público por meios dos jornais. Opiniões e notícias nada decorosas manchariam a imagem daqueles que se propunham a estabelecer os pressupostos de uma ciência médica como a única capaz de desvendar as verdadeiras causas das doenças e os melhores meios de obter a cura.

### **2.1.3. Doutores em pé de guerra: a difícil relação entre classe médica paraense**

A falta de parâmetros éticos, um limitado conhecimento terapêutico, a ausência de interesse científico e as paixões partidárias ainda eram as características mais marcantes entre maior parte da classe médica do Pará da virada do século XIX para o século XX. O doutor Eduardo de Léger Lobão Junior, apesar de pertencer àqueles que achavam que os médicos deveriam desempenhar o papel de ordenadores da sociedade, não alimentava nenhuma ilusão de que isso fosse possível de realizar-se através dos médicos paraenses, os quais se encontravam totalmente desunidos e despreparados para exercer essa função. Em sua obra “A medicina em Belém”<sup>211</sup>, o clínico deixou um dos melhores testemunhos dos problemas existentes no interior da classe médica da época, os quais impediam a constituição de uma identidade profissional capaz de agregar interesses e valores em comuns. “Um dos maiores defeitos dum certo número dos nossos médicos velhos”, dizia ele, “é o de não abrirem livro; e de muitos neófitos, além de não abrirem livros, o *Carro*”. Acrescentava então: “Quando se acham reunidos, os médicos, ou melhor, os latinos, sua conversa, em geral, versa sobre política (o que é impróprio), sobre bandalheira (o que é feio), ou detratando os outros colegas (o que é triste)”. Dizia em seguida: “Por *vaidade*, por ter *muita clínica*, ou como *reclame* (o que parece mais certo), o colega novel, chegado o ano atrasado, anda a *carro*”. Para Lobão Junior, isso era “um mal em todos os sentidos”, porque obrigava “o médico novo só a pensar em cavalos, e... cavalos bons e de raça!” O que, segundo o médico, era um prejuízo para esses rapazes que ainda precisavam aprender muito. Sobretudo porque quando se saíam da Academia, por melhor estudante que se tivesse sido, ainda nada se sabia: “traz-se apenas o

<sup>210</sup> “Sociedade de Medicina e Cirurgia”. Folha do Norte, segunda-feira, 27 de agosto de 1900, p.1.

<sup>211</sup> LOBÃO JUNIOR, Eduardo de Léger. *A medicina em Belém*. Belém: Travares Cardoso, 1901.

método”. Pois, seria na vida prática que se iria desenvolver, “digerir, na acepção rigorosa da palavra, o que se aprendeu na Escola”<sup>212</sup>. Indagava então:

Se assim é, como é a verdade, o colega novato que só pensa em *Carro* e no puro sangue, para puxá-lo, que progresso pode fazer? (Mas não é tão bonito vê-los a carro! Alguns com ares mesmo de douto, tendo em uma das mãos, o chicote, na outra, as rédeas; e com as sobranceiras encrespadas, guiarem cientificamente, com essa pose de sábio, o seu ginete ou seus ginetes de raça. Porém essa predileção por carros e cavalos, pode degenerar em mania, e numa *nova forma de mania – de carros e cavalos* – ainda não conhecida; e como o cavalo resiste menos que o burro ao nosso áspero clima, a mania de carros e cavalos vai sendo substituída pela mania *carros e burros* [...])<sup>213</sup>.

O desinteresse pelos estudos e por um melhor conhecimento das inovações científicas em campos específicos da medicina era uma realidade até mesmo entre as novas safras de médicos que passavam a fazer parte do concorrido mercado da cura dessa época. Lobão Junior dizia que o procedimento desses clínicos resumia-se em prescrever sulfato de quinino às febres palustres, se fosse só médico; cortar uma perna, se fosse cirurgião; introduzir um fórceps, se fosse parteiro: “Eis em que cifra-se, geralmente a instrução da maior parte de nossos novos médicos”. E isso quando tinham instrução e habilitação “mesmo para esse pouco!”<sup>214</sup>, reiterava. Para Lobão Junior, em se tratando de aperfeiçoamento, os velhos colegas tinham ao menos a desculpa da idade; “num médico novo, porém, numa época de competência e progresso como a que nós atravessamos, a falta de estudo é condenável”. Mas, além desses problemas, existiam ainda certas maneiras de se portar que manchavam a difícil construção de uma imagem de prestígio dos médicos. Lobão Junior destacava que durante o dia inteiro via-se cruzar “a medicina nova por toda a cidade”, não em trabalho, lembrava, porque médico novato, não sendo conhecido, não podia ser muito procurado, não podia “ter a aceitação do antigo; mas na *vadição*, ou *a procura de doentes*.” Em plena noite era possível encontrar a maior parte desses médicos novos à porta das boticas, clubes e etc., até fora das horas, que segundo Lobão Junior, provavelmente estava “à *espreita* d’algum *osso* ainda, que não encontrou durante o dia, o que é naturalmente compreensível, até certo ponto”. Entre eles havia aqueles que anunciavam dar consulta em 3 boticas: “e já disse-nos um jocoso há pouco tempo”, complementava, “conhecer um que dá em 4, e outros que passam o dia inteiro nelas (Boticas). É ou não é andar a cata, correr atrás dos doentes?” Quando então estudavam esses médicos? Perguntava-se. A menos que eles entendessem que estudar fosse “abrir um livro ou um jornal de medicina e ler um capítulo!” E provavelmente nem mesmo isso eles fizessem.

<sup>212</sup> Idem., 36.

<sup>213</sup> Idem., p.37.

<sup>214</sup> Idem. Ibidem.

Indagava novamente “Em que tempo então, sendo assim, como é, poderá a medicina desta terra, elevar-se?”. Lembrava então da primeira tentativa de constituição de um núcleo de estudiosos da ciência médica surgido na capital paraense, não deixando de expressar sua própria avaliação sobre essa iniciativa:

O ano passado, constitui-se aqui a Sociedade Medico e Pharmaceutica (em 1900 – a de Medicina e Cirurgia -), por desavença política, dizem, da classe médica. Nunca lá fomos; porque logo que elas foram criadas, perguntamos: – para que isso? Já conhecemos o mundo médico em que vivemos. Houveram algumas sessões; e... ninguém mais fala nelas hoje (Perdão! Ressuscitou em fins de 1900 – a Sociedade Médica e Pharmaceutica - ) antes de um ano de fundadas. Nem podia deixar de ser assim, visto quase todos os médicos fazerem – *política*, e os moços – *emprego* – só pensarem em *carros e cavalos*. (Porque temos falado em política, esta aqui já invadiu tudo, até o Hospital ou a Beneficente Portuguesa. Neste hospital, só trabalham os médicos que aderiram à manifestação G...<sup>215</sup> – médicos Lauristas. – Do outro grupo, do grupo Carvalista, lá não ficou um só. É, ou não, a política ter invadido a Beneficente Portuguesa? [...] <sup>216</sup>.

A classe médica tinha interesses e preocupações bem diversos daqueles que poderíamos dizer que agregam valores capazes de construir uma identidade de grupo. Os mais velhos estavam muitas vezes engalfinhando-se em campos oposto na arena política, enquanto os novos clínicos pareciam pouco interessados em qualquer aperfeiçoamento técnico que elevasse a consideração pública sobre sua profissão. Na verdade, estavam mais preocupados em conseguir um número suficiente de clientes que pudessem pagar por seus serviços, mesmo que para isso tivessem que passar dias e noites nas boticas, detratar o colega de profissão, ou então sair à cata de doentes para garantir algum rendimento para seu sustento. As sociedades médicas que haviam se formado na virada do século XIX para o século XX, representavam muito mais a desunião dos esculápios do que um fortalecimento de sua categoria profissional, relevando-se incapazes de defender os interesses dos doutores como corporação. Além do mais, as disputas políticas daqueles tempos haviam penetrado até mesmo nos hospitais, nos quais o preenchimento de cargos médicos estava longe de obedecer a qualquer critério tido como científico, dependendo muito mais da cor partidária que cada esculápio abraçava. Por esses e outros motivos, o doutor Lobão Junior protestava:

Os hospitais desta grande capital não devem ser monopólio de meia dúzia de médicos. Ainda que se essa meia dúzia produzisse, admitia-se! Porém não, logo deve deixar o luar, ou pelo menos permitir ingresso dos que desejam trabalhar com fruto, para esta digna cidade [...] <sup>217</sup>

<sup>215</sup> Quando Lobão Junior fala sobre a “manifestação G”, está se referindo ao protesto que os médicos da repartição sanitária prestaram em solidariedade ao doutor Cyriaco Gurjão, que vimos há pouco.

<sup>216</sup> Idem., p. 39

<sup>217</sup> Idem., p. 42.

Se alguns poucos médicos, ou meia dúzia deles, como queria Lobão Junior, monopolizavam os espaços que surgiam no meio institucional, a grande maioria dos novos clínicos sobrevivia como podia dos poucos clientes que lhes sobravam. Dá para imaginar o quanto deve ter sido difícil para os doutores firmarem uma posição de prestígio dentro um contexto dominado por contendas partidárias, diversidade de princípios terapêuticos e onde muitos médicos, para além de tudo aquilo que se poderia incluir dentro de princípios éticos, praticavam a medicina apenas no sentido do lucro. Em meio a toda essa disputa, a publicação de comentários maldosos sobre o procedimento terapêutico dos colegas de profissão foi constante na imprensa, alimentando ainda mais os ressentimentos. Muitas vezes as discussões que giram em torno de divergências no campo “científico” acabavam resvalando para ataques pessoais. Reputações construídas como muita dificuldade poderiam cair por terra em meio à publicação de artigos produzidos no calor dos debates entre esculápios oponentes. Além de outros, os jornais “Folha do Norte” e “A Província do Pará” foram os locais privilegiados dessas contendas e conflitos que envolviam os médicos paraenses, refletindo uma divisão mais ampla no contexto político da época, que colocava de um lado os “lemistas” (partidários do intendente Antônio Lemos) e de outro os “lauristas” (partidários de Lauro Sodré). Os primeiros tinham o apoio da gazeta “A Província do Pará”, enquanto que os últimos, da “Folha do Norte”. Foi assim que, em abril de 1906, escrevendo vários artigos na “Folha do Norte”, o doutor Souza Castro procurou refutar a opinião desfavorável que médico Aleixo Simões, cronista da gazeta “A Província do Pará”, havia emitido sobre seus artigos científicos. Mas as respostas de Souza Castro não se limitaram em demonstrar que suas teorias estavam corretas. O médico aproveitou a ocasião para afirmar que a falta de atenção com que o doutor Aleixo Simões havia lido seus artigos, era uma prova de que o mesmo apresentava um bizarro sintoma de “*psicose, talvez congênita*”<sup>218</sup>. Um diagnóstico nada abonador para alguém que se queria um homem de ciência, agravado por ter saído da pena de um dos seus pares. Entretanto, bastava um pequeno deslize do médico para que se tornasse alvo de chacotas nas colunas da gazeta. Dois anos depois de ser diagnosticado como psicótico pelo colega, a “Folha do Norte” galhofava da falta de sorte do mesmo doutor Aleixo Simões, dizendo que parecia que o médico havia sido pego pela gola “pela *macaca*”. “Um destes dias”, lembrava a gazeta,

s.s praticou uma operação importante no Hospital da Caridade e a *Província*, [...] noticiando o fato, dá a paternidade do ato a um outro seu colega, vendo-se o dr. Aleixo na contingência de reivindicá-la em artigo na imprensa.

<sup>218</sup> “Ignorância e perversidade”. Folha do Norte, quarta-feira, 12 de abril de 1906, p.1.

Ontem, enquanto o mesmo doutor se achava ocupado em auxiliar a operação de [...] José Leal Ferreira Netto, um *engraçado* pregou-lhe a peça de levar [...] o seu rico *paragua* de seda genuinamente portuguesa, cabo de ouro. Já é caipora<sup>219</sup>.

Se esse tipo de reportagem, que muitas vezes ridicularizava a figura dos mais reputados doutores, podia até arrancar risos dos leitores a respeito de situações hilariantes pelas quais passam os médicos, outras matérias eram capazes de despertar um sentimento de repulsa e suspeição sobre as atividades dos esculápios científicos. Em julho de 1911, a “Folha do Norte” criticou duramente um possível erro profissional cometido pelo doutor Acylino de Leão, dizendo que o médico havia passado um atestado de óbito ao espanhol Domingos Fernandez, que se achava em tratamento no Hospital da Caridade, “24 horas antes da morte do desgraçado a quem pretendeu enterrar vivo”<sup>220</sup>. No dia seguinte, o doutor Acylino de Leão dirigiu-se à redação do jornal “A Província do Pará” para esclarecer a mal entendido, fazendo comentários ásperos às reportagens da “Folha do Norte”, que teria um costume antigo de “atacar a Santa Casa e o seu corpo clínico”<sup>221</sup>. Seguiu então o médico:

O pior mal da nossa humanidade, no estado de anarquia moral e intelectual que atravessamos, é justamente a falta de veneração. Um sujeito qualquer, o mais ínfimo na hierarquia do jornal, *repórter* ou criado de vassoura, ainda mal saído do abecedário escolar, atira seu canino ao calcanhar de quem está por inteligência e por estudo, em auto grau de posição social ou científica. Insulta o homem, rebaixa a mulher, vende a pena a quem mais dá, e ninguém lhe vai à mão nem ao pêlo, deixando prosperar e criar banha a custa dos ledores de gazeta. Guido atinar com o intuito escondido de infiel malandro. Mal pensa, porém, que de toda a arte médica a parte mais difícil e intransponível aos mediócras é precisamente esse tino particular de antevisão, dom quase divinatório, que prediz vinte e quatro horas antes, o fim próximo da via<sup>222</sup>.

Na tentativa de se defender, os argumentos usados por Acylino de Leão, que comparou a figura do repórter ao “criado de vassoura” e como tal, ao mais ínfimo na hierarquia do jornal, acabou provocando a indignação dos jornalistas que, havia pouco tempo, organizavam-se na associação denominada “Circulo dos Repórteres do Pará”. A associação dos repórteres exigiu que o doutor Acylino de Leão reconhecesse publicamente qual era “a missão do *repórter* na imprensa”<sup>223</sup>. O doutor, no entanto, não se viu intimidado, continuou atacando os jornalistas da “Folha do Norte”, dirigindo-se principalmente à figura de Paulo Maranhão, a quem chamou de chantagista e atribuiu a responsabilidade da publicação da

<sup>219</sup> “Será caipora, senhor doutor?”. Folha do Norte, 9 de novembro de 1908, p.1.

<sup>220</sup> Folha do Norte, sábado, 15 de julho de 1911, p.2.

<sup>221</sup> Acylino de Leão. “Hospital da Caridade”. A Província do Pará, domingo, 16 de julho de 1911, p.2.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> “Circulo dos Repórteres”. A Província do Pará, segunda-feira, 17 de julho de 1911, p.2.

notícia que gerou toda a discussão. O médico procurou usar seus conhecimentos para provar cientificamente a origem da má índole do jornalista:

[...] Mas antes d'isso, para agir cronologicamente, voltarei a olhar para o passado, meio seguro de melhor estudar os atos do presente, e predizer as tendências do futuro. Como bom darwinista, irei destrinçar, na sua ginecologia crapulosa, a trama das taras ancestrais, d'onde lhe provem esse misto de atrevimento e de vileza que é o fundo de sua alma bastarda.

Jamais conheceu os nobres sentimentos. Viveu sempre do culto da inveja e do rancor aos que têm a saúde, aos que têm posição, aos que têm fortuna. Todos os que vê felizes na existência são como osso atravessado na garganta.

A quizila aos médicos da Santa Casa não é nova. Quatro de meus colegas já foram atacados antes de mim. Eu, por ser o último, tomo ao bandido contas coletivas e arrego-me procuração para desancá-lo.

Para ele, só os que lhe cheiram são notáveis; os outros, que o desprezam, não valem coisa nenhuma.

Pensa o pateta que me incomodo sobejo com a história dos atestados d'óbitos. Só não os passa quem não tem clientes, como uns amigos que lhe sei [...] <sup>224</sup>.

O doutor Acylyno de Leão, “com bom darwinista”<sup>225</sup>, que destrincharia as “taras ancestrais” na genealogia do jornalista, tomou como missão desagrar os colegas da Santa Casa que eram alvos constata dos ataques veiculados na imprensa, o que manchava a imagem desses médicos e minava-lhes o prestígio. Por outro lado, apesar de defender seu grupo, o doutor não deixou passar despercebida a desunião que existia no interior de sua categoria profissional, principalmente quando disse que só passava atestado de óbito quem tinha cliente, o que não era o caso dos médicos amigos de Paulo Maranhão, desvelando uma reprovação sutil aos esculápios que não faziam parte do seu círculo relações. Entretanto, se os erros e imprecisões dos médicos eram expostos publicamente pelas colunas da “Folha do Norte”,

<sup>224</sup> Acylyno de Leão. “O infame”. A Província do Pará, terça-feira, 18 de julho de 1911, p.1.

<sup>225</sup> Assim como o positivismo e evolucionismo, o darwinismo fez parte das doutrinas científicas que ganharam popularidade e influenciaram várias disciplinas e campos de estudos no final do século XIX, como antropologia, história, economia, sociologia e etc. Para um estudo sobre a influência do darwinismo em outras áreas do conhecimento, ver, JONES, Greta. *Social Darwinism and English thought: the interaction between biological and social theory*. Sussex: Humanities Press, 1980; LIVINGSTONE, David. “Science, region, and religion: the reception of Darwinism in Princeton, Belfast, and Edinburgh”. In: NUMBERS, Ronald & STENHOUSE, John. (eds). *Disseminating Darwinism: the role of place, race, religion, and gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 7-38. Foi também nessa época que surgiu a teoria determinista conhecida como “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo o cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência dos “tipos puros” – e portanto não sujeitos ao processo de miscigenação – e compreender a mestiçagem como um sinônimo de degeneração não só social como racial. Cf. SCHWARCZ, Lilian Moritz. Op. cit., p. 58. O problema da mestiçagem e da presença negra na Amazônia fez também com que os intelectuais da região refletissem essas questões a partir de matrizes intelectuais derivadas do darwinismo social, sendo que o mais representativos dentre eles foi José Veríssimo. Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Negro em terra de índio: matrizes intelectuais das teorias racistas na Amazônia do século XIX”. In: CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme & CALABRE, Lia (Orgs). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sirius; UERJ, 2007, pp. 131-145.

prejudicando o papel de destaque que julgavam merecer na sociedade, o que se publicava sobre o tema na gazeta “A Província do Pará” não era menos prejudicial à reputação dos esculápios. Em 1906, o doutor Lobão Junior, já citado aqui, publicou uma coletânea de artigos de jornais de vários médicos que se debruçaram sobre os estudos da flora amazônica, na virada do século XIX para o século XX. A idéia era divulgar os estudos e experiências que os médicos haviam feito nos seus consultórios sobre os efeitos terapêuticos que muitas plantas possuíam, mas que ainda pertencia apenas ao domínio do “vulgo” – como se referiam ao conhecimento popular. A obra intitulada de *Cavacos médicos (Clínico-Therapeuticos)*<sup>226</sup> foi, ironicamente, publicada pela “Sessão de Obras d’ A Província do Pará”. Digo “ironicamente” porque foi justamente das colunas desse jornal que muitas críticas foram dirigidas aos clínicos que produziram artigos médicos que versavam sobre os princípios ativos de plantas e raízes encontrados nas matas da região. Boa parte de rica flora amazônica passava para o domínio do conhecimento médico, que substituía as vivas denominações em vernáculo dadas pela população, por uma terminologia latina. O apelo para o uso do jargão médico provavelmente serviria para insuflar autoridade e causar admiração entre os esculápios que lessem esses trabalhos<sup>227</sup>. Mas parece que teve um efeito contrário. Uma década depois, Lobão Junior expressava a razão de suas mágoas:

[...] os que desejam saber a nossa riquíssima flora, já não diremos a fundo, mas pelo menos pela rama, são taxados de *Pajé*, como se deu conosco, durante quatorze anos de oligarquia *Lemista*, que assim fomos alcunhados pela antiga Província do Pará, jornal, como se sabe, pertencente a essa boa gente [...]<sup>228</sup>.

Entre outras questões, tratar como pajés os profissionais que passavam anos nas universidades estudando para ter uma formação acadêmica respeitável, feria profundamente seu orgulho, amesquinhava seus conhecimentos científicos, rebaixando-os ao mesmo patamar daqueles sujeitos místicos que eles mesmos chamavam de charlatões. Esse tipo de descrédito em relação aos médicos, que passava pelas autoridades governamentais até o mais humilde cliente, que na maioria das vezes preferia os curandeiros a entregar-se aos cuidados de um médico diplomado, era algo difícil de superar em uma ambiente no qual os próprios esculápios pareciam mergulhados em uma guerra aberta entre si, alimentando as desconfianças de uma sociedade em que eles acreditavam que tinham alguma função importante a desempenhar. Já se fazia mais do que urgente adotar uma nova postura, caso

<sup>226</sup> LOBÃO JUNIOR, Eduardo de Léger. *Cavacos médicos (Clínico-Therapeuticos)*. Belém-Pará: Seção de Obras d’A Província do Pará, 1906.

<sup>227</sup> Sobre os usos do jargão médico, ver PORTER Roy. “Perplexo com palavras difíceis”: os usos do jargão médico. In. BURKE, Peter & PORTER, Roy (Org.), *Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: UNESPE, 1997, pp. 57-83.

<sup>228</sup> LOBÃO JUNIOR. Eduardo de Léger. *Scientia in Partibus*. Belém-Pará: Typ. F. Lopes, 1916, p.III.

contrário, continuariam a sofrer de descrédito e desrespeito. Em oito de fevereiro de 1914, a “Falha do Norte”, em uma matéria intitulada “Solidariedade profissional”<sup>229</sup>, publicou uma manifestação de apoio dos médicos paraenses “a seus ilustres colegas e nossos amigos dr. Antônio da Silva Rosado e Camillo Salgado”. O diário ressaltava que o termo de protesto havia sido “assinado por quase toda a classe médica do Pará [...]”, que assim se expressava:

A classe médica do Pará dolosamente ferida pelos ataques injustos e rudes com que têm sido alvejados os seus dignos colegas drs. Camillo Salgado e A. J. da Silva Rosado, vem trazer-lhes a expressão de sua inteira solidariedade, lamentando, ao mesmo tempo, que haja quem esquecido dos mais elementares [princípios] da deontologia<sup>230</sup> médica, concorra para o desprestígio de uma classe digna de todos os títulos de estima e respeito público<sup>231</sup>.

Embora a matéria não tenha revelado os detalhes sobre o que motivou os “ataques rudes e injustos” dos quais vinham sendo alvos os doutores Antônio da Silva Rosado e Camillo Salgado, vale frisar que não deixa a menor dúvida de que as ofensas partiram do interior da própria classe médica, provocando o primeiro movimento de solidariedade entre os doutores que até então se encontravam em arenas opostas, como era o caso dos médicos Souza Castro e Aleixo Simões. A justificativa, como se vê, baseava-se na ausência dos mínimos princípios éticos por parte daquele que havia atacado os colegas de profissão, concorrendo “para o desprestígio de uma classe digna de todos os títulos de estima e respeito público.” A partir daí, as ofensas públicas já não seriam mais encaradas como um desrespeito à figura deste ou daquele clínico em particular, mas como golpes que feriam a reputação da categoria médica como um todo. Costuravam-se pontos de consenso onde antes as diferenças haviam falado mais alto. Um mês antes disso, esses médicos já demonstravam que estavam dispostos a mudar de postura e criar mecanismo de autodefesa de sua categoria profissional. Esse episódio ocorreu quando pesou sobre o doutor Antonino Emiliano de Souza Castro, conhecido também como Barão de Anjas, a acusação de ter levado à morte o paciente Eduardo Pinheiro. O médico, ao tentar retirar uma bala alojada no corpo de Eduardo através

<sup>229</sup> “Solidariedade profissional”. Folha do Norte, domingo, 8 de fevereiro de 1914, p.1.

<sup>230</sup> Deontologia foi um termo introduzido pelo jurista e filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham (1748-1832) para designar o ramo da ética cujo objeto de estudo são os fundamentos do dever e as normas morais. Pode-se dizer também que a deontologia consiste no conjunto de regras e princípios que regem a conduta de um profissional, uma ciência que estuda os deveres de uma determinada profissão. Sobre Jeremy Bentham e suas teorias, ver BENTHAM, J. “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979; EL SHAKANKIRI, Mohamed Abd-el-Hadi. *La Philosophie juridique de Jeremy Bentham*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1970; BENTHAM, Jeremy. *Deontology: together with A table of the springs of action; and the Article on Utilitarianism*. Volume organizado por Armon Goldworth. Oxford: Clarendon Press, 1983.

<sup>231</sup> “Solidariedade profissional”. Op. cit.

um intervenção cirúrgica, teria cometido erros que provocaram o seu falecimento<sup>232</sup>. Entretanto, como anunciou o noticiário da época, o médico pôde contar com “o protesto de solidariedade com que acha de distingui-lo a classe médica da sua terra natal”<sup>233</sup>. Em seguida, expôs-se o teor do protesto:

A classe médica, não podendo quedar-se indiferente ante aos ataques de que tem sido vítima o seu digno membro, dr. Antonino de Souza Castro, vem trazer-lhes as afirmações de sua solidariedade, ao mesmo tempo que protesta contra a doutrina propalada, segundo a qual qualquer médico ficaria impossibilitado de prestar serviços clínicos nos casos desesperadores, negando ao doente os recursos últimos de uma intervenção, que constitui, muita vezes, a derradeira esperança de uma existência em perigo.

Pará, 7 de janeiro de 1914<sup>234</sup>.

Esses dois episódios citados aqui são capazes ilustrar um duplo movimento da classe médica dentro de um processo mais amplo de formação de sua identidade profissional: a manifestação em apoio ao doutor Antonino de Souza Castro foi uma clara demonstração de que os médicos não tolerariam mais ofensas ou acusações que partissem de pessoas ou instituições fora do seu âmbito profissional, ou melhor, era um sinal de que se protegeriam dos ataques externos; enquanto que a pressa em se solidarizar com os colegas de profissão Antônio da Silva Rosado e Camillo Salgado revela que os doutores sentiam que era preciso construir consensos no interior de sua própria classe, advertindo e reprimindo aqueles que manchassem a boa imagem da profissão, ao sair da orbita daquilo que se constituiria pouco a pouco em parâmetros éticos que deveriam nortear a conduta profissional. Os médicos paraenses que haviam passado vários constrangimentos ao longo do tempo, começaram a tomar consciência de que, para vencer os obstáculos e ver seus anseios de poder realizados, precisavam unir forças e superar suas diferenças. Cabe aqui deixar a lista de nomes dos médicos que saíram em defesa do Barão do Anajá que, com raras exceções, foram praticamente os mesmo que levaram seu apoio de solidariedade a Silva Rosado e Camillo Salgado:

Acyliño de Leão, Eduardo D’Ultra Vaz, Oswaldo Barbosa, Carlos Ornstein, Emilio Sá, Silva Rosado, J. A Magalhães, Orlando Lima, Ferreira Bastos, Julio Palmas Filho, Manoel de Moraes Bittencourt, Lindolpho Campos, Francisco Ponde, Pontes de Carvalho, Gastón Vieira, Renato Chaves, Mattos Cascae, Alexandre Tavares, Arthur França, Eduardo Alves dos Reis, Joaquim Magalhães, José Paulo Pereira Macambira, Brulino de Carvalho, Antônio Marçal, Otto Santos, Francisco Miranda, Camillo Salgado, Rodrigues de Souza, José Cyriaco Gurjão, Appio

<sup>232</sup> Sobre esse caso e as explicações e versões que o Barão de Anajás deu a respeito do ocorrido, ver “O caso clínico de Eduardo Pinheiro”. Folha do Norte, segunda-feira, 23 de fev. 1914, p.1; “O caso clínico de Eduardo Pinheiro”. Folha do Norte, segunda-feira, 24 de fev. 1914, p.1; “O caso clínico de Eduardo Pinheiro”. Folha do Norte, quarta-feira, 26 de fev. de 1914, p.1.

<sup>233</sup> “A classe médica: Solidariedade profissional. “Folha do Norte”, quinta-feira, 19 de janeiro de 1914, p.2.

<sup>234</sup> Idem.

Medrada, Raymundo Farias, Augusto Pinto, José Albino Cordeiro, Ausier Bentes, Cruz Moreira, Juvenal Cordeiro, Dias Junior, Matta Bacellar Junior, Dionísio Bentes, Coelho de Souza, Américo Campos, Jayme Aben-Athar, Carlos Silva, Luciano Castro, Rodrigues dos Santos, Ageleu Domingues, Lauro Magalhães, Pedro Miranda, Bruno Bittencourt, Synval Coutinho, Joaquim Paulo, Antônio Figueiredo, Caribé da Rocha, Penna de Carvalho, Alfredo Pinheiro, Antônio Pery-Assú, Porto de Oliveira, João Henrique Alcides Brasil, Ophyr de Loyola, Dioclécio Correa, Theodorico de Macedo, Amanajás Filho, Zacheu Cordeiro, Mario Midosi Chermont, O' de Almeida e Pinheiro Sozinho<sup>235</sup>.

Esses eram alguns dos mais destacados médicos paraenses da época, muitos formados no final do século XIX, outros, no início do século XX. Provavelmente a maioria deles havia passado por experiências parecidas com essas no cotidiano de sua profissão e entenderam que era necessário constituir-se em uma corporação que pudesse pugnar por seus interesses e resguardá-los dos ataques provenientes do mundo exterior. O terreno estava pronto! “Cogitasse, ao que ouvimos, da fundação de uma sociedade científica, destinada ao estudo dos mais importantes problemas médicos-cirúrgicos, observados nas clinicas desta capital”<sup>236</sup>. Assim se anunciava, no noticiário da “Folha do Norte” de 11 de junho de 1914, os primeiros passos do que viria a ser a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, uma agremiação que abrigaria os médicos paraenses sob um mesmo teto e tomaria para si a tarefa de criar uma nova imagem dos esculápios e de sua ciência. Dos desdobramentos dos acontecimentos que levaram os médicos a deixar suas diferenças de lado em nome do fortalecimento de sua profissão, começou uma nova fase da trajetória médica em terras amazônicas.

## **2.2. Do regime das “igrejinhas” à catedral da ciência: a constituição da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e a formação de uma ética profissional**

### **2.2.1. A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e os esculápios de vanguarda**

Nós, que aqui nos reunimos em sociedade médica, somos todos discípulos dessa medicina empírica ou experimental, que vem dominando os espíritos sensatos e pesquisadores desde Hipócrates a Pasteur. Repudiamos os sistemas apriorísticos, porventura filosóficos, e nos atemos à observação dos fenômenos<sup>237</sup>.

<sup>235</sup> Ibidem.

<sup>236</sup> Folha do Norte, sábado, 11 de julho de 1914.

<sup>237</sup> LEÃO, Acylino de. *Medicina experimental*. In. Pará-Médico: Arquivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. v.1, n. 1. Belém, 1915, p.9. De acordo com Aldrin Figueiredo, a medicina experimental foi uma pedra de toque no discurso dos clínicos e higienistas ligados à nova sociedade, traduzindo-se nas primeiras publicações com os resultados das pesquisas na região de Belém, fosse sobre a descrição de uma enfermidade num grupo social específico, fosse analisando novas medidas terapêuticas ou profiláticas destinada ao controle de algum tipo patológico encontrado em alta na cidade. Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Esculápios bélicos: a

As palavras acima fazem parte de um longo discurso pronunciado pelo médico Acylino de Leão, durante a sessão inaugural da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em 1914. Se já está claro que os médicos despertaram para uma luta em prol de seus interesses em comuns na segunda década do século XX, ainda é preciso descortinar o que fez com que um punhado desses esculápios se pensasse como os verdadeiros representantes de sua profissão, pois, embora as manifestações de solidariedade tenham reunido médicos que, como já foi dito, até aquele momento estavam brigando em lados opostos, deve-se levar em consideração que muitos esculápios não participaram desse episódio, e talvez tenham se mostrado até mesmo indiferentes ao que ocorria entre seus colegas. Em primeiro lugar é preciso dizer que, se só na década de 1910 os médicos finalmente organizaram-se em uma corporação coesa, distinta das anteriores, a transformação no interior de sua categoria profissional já vinha ocorrendo desde o final do século XIX. Das palavras de Acylino de Leão é possível notar um dos princípios fundantes dessa nova identidade de grupo: “a medicina experimental”. Sob a luz da teoria pasteuriana (e porque não dizer, da medicina tropical) um grupo de médicos vinha renovando sua percepção e interpretação sobre campo da saúde e da doença. Sem medo de errar, eu diria que esses médicos foram os primeiros representantes de uma mutação geral dentro de sua categoria profissional. Aos poucos, eles passaram a compartilhar de uma série de valores, ou melhor, um corpo de práticas ou um *ethos* que serviria para distingui-los enquanto portadores da “civilização”, anunciadores do “progresso”, genuínos representantes da “medicina moderna” nos trópicos. Enfim, o grupo de médicos que se agregou em torno da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, inaugurou um novo estilo profissional, que deveria servir de modelo para seus pares dali em diante.

Entre os meses de fevereiro e março de 1914, esses médicos articularam a fundação da sociedade que deveria pugnar pela elevação de sua profissão e dar a eles o tão sonhado papel de destaque na sociedade paraense. A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará foi o primeiro órgão que procurou fazer valer os princípios éticos da profissão. Através dela, os médicos associados buscaram resolver suas divergências internas e experimentar as primeiras tentativas de autodisciplina. Os conflitos deveriam ser resolvidos entre os próprios esculápios, longe das páginas dos jornais e das vistas do público, como muitas vezes havia ocorrido. Assim, o empenho para que a sociedade se concretizasse tomou logo conta desses médicos. Ainda no mês de julho daquele ano, foram feitas duas reuniões preparatórias no Instituto de

Proteção e Assistência à Infância. Finalmente, em 15 de agosto, às nove horas da noite, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, foi instalada a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Na ocasião, marcaram presença na solenidade as autoridades civis, eclesiásticas e militares, além de muitos sócios, sendo que a sessão foi presidida pelo governador Enéias Martins. O doutor Camillo Salgado foi empossado como presidente da agremiação, tendo assumido a vice-presidência o médico Crus Moreira. Ao lado deles, fizeram parte da primeira diretoria os doutores João Penna de Carvalho, como primeiro secretário, Arthur França, como segundo, Amanajás filho, como tesoureiro, e Acylino de Leão como orador oficial<sup>238</sup>.



Foto 12: Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – Sua 1ª Diretoria (1914 -1915). Sentados, ao centro, Dr. Camillo Salgado, presidente; à direita, Dr. Raimundo da Cruz Moreira, vice-presidente; à esquerda, Dr. Penna de Carvalho, 1º secretário. Em pé, ao centro, Dr. Arthur França, 2º secretário; à direita, Dr. Amanajás Filho, tesoureiro; à esquerda, Dr. Acylino de Leão, orador – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirúrgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.225.

A matéria jornalística que levou ao conhecimento público a notícia da instalação da sociedade científica chamava a atenção dos seus leitores para um fato que não deveria passar despercebido: “[...] foi uma solenidade que deixou bem patente o espírito de harmonia que há

<sup>238</sup> “Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará: a sua inauguração”. Folha do Norte, domingo, 16 de agosto de 1914, p.2.

de reinar sempre entre os associados da novel agremiação para a prática do bem e para a construção dos fins altruísticos a que ela se destina”. Depois de tanto conflito entre os médicos, era de se esperar que o anúncio da instalação de sua sociedade enfatizasse a “harmonia” que deveria reinar entre os esculápios. Todo mundo sabia que as coisas não haviam sido assim em épocas anteriores. Não foi outro o motivo que levou o governador Enéas Martins a tocar no mesmo assunto quando lhe deram a palavra na solenidade. Disse o governador que era imprescindível a coadjuvação de todos para a “obra nobilitante” a que se propunha a “novel sociedade”, cujos membros deviam abandonar “os preconceitos políticos” para tão somente elevar o prestígio e bom nome da sociedade<sup>239</sup>. As disputas partidárias que se deram durante as primeiras décadas republicanas, além de muitos outros fatores, haviam deixado uma má impressão sobre esculápios científicos, que mais do que “homens de ciência”, eram vistos como aliados ou inimigos de um ou outro político, prejudicando a unidade do grupo.



Foto 13: Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – Diretoria (192-1923). Sentados, ao centro, Dr. Raimundo da Cruz Moreira, presidente; à esquerda, Dr. Amanajás Filho, 1º secretário; à direita, Dr. Alias Roffé, 2º secretário. Em pé, da esquerda para a direita, Dr. Penna de Carvalho, tesoureiro; Dr. Ophir de Loyola, vice-presidente; Dr.

<sup>239</sup> Idem.

Caribé da Rocha, bibliotecário e Dr. Oscar Carvalho, orador – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.227.

Talvez pela desconfiança e pouca consideração surgidas dessas querelas, as tentativas anteriores de médicos que procuravam falar em nome de sua categoria profissional não tenha surtido o efeito esperado, principalmente quando se tratava de temas considerados por seus contemporâneos com fora da alçada dos esculápios. Um exemplo disso foi o que aconteceu com as pretensões do médico José Augusto de Magalhães, um ano antes da fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica. Esse médico era formado Faculdade de Medicina da Bahia e, além de exercer sua clínica em Belém, chegou a ser diretor da Escola de Comércio do Pará. José Augusto de Magalhães, que viria a ser um dos porta-vozes da associação dos esculápios, teve a ousadia de tocar em um assunto que vinha deixando a elite econômica da Amazônia apreensiva: a crise da economia gomífera. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, já em 1909, a necessidade de superar a crise era vista como “um caso de vida ou morte”. Pelo menos era isso que se ouvia na câmara dos deputados naqueles tempos difíceis, pois, segundo eles, referindo-se ao dever que União teria em socorrer a Amazônia nesse momento, “sem hiperbolizar”, podia-se dizer “que a economia brasileira” era “o café e a borracha”<sup>240</sup>. Em 1913, a crise havia se agravado, o doutor José Augusto de Magalhães encarou isso como uma oportunidade de chamar a atenção da “Comissão Econômica da Defesa da Amazônia”, que cuidava desse assunto, para as várias propostas que tinha com o objetivo de minorar o problema. No entanto, nem a Comissão e muito menos o poder público deram crédito às opiniões do clínico. Em 1914, já sob o teto da Sociedade Médico-Cirúrgica, o médico recebeu o apoio dos seus colegas associados, os quais interpretaram a questão como uma ofensa à sua classe profissional<sup>241</sup>:

A Sociedade Médico-Cirúrgica é que, num impulso patriótico e num largo gesto, acaba de prestigiar as idéias do seu consócio, aprovando unanimemente a seguinte proposta:

“Não hesitamos em atacar, de frente, o preconceito que atribui à classe médica um campo estreito e reservado do qual não nos é dado sair.

Seguindo o conselho do grande Ricardo Jorge, que nos manda combater esse prejuízo ignaro e assegurar o papel supremo que à nossa ciência cabe na direção mental e social, não vacilamos em levantar neste recinto uma questão higiênica, visando defender a saúde das populações tropicais, e auxiliar a Amazônia e ajudar o Brasil a vencer a crise econômica, que ameaça o bem estar e o futuro de todos nós.

Queremos referir-nos ao uso, que em nosso clima nada justifica e tudo condena, dos capachos de palha ou esparto; das passadeiras de linho e outras fibras; dos tapetes

---

<sup>240</sup> Fundo: Câmara dos Deputados. Série: Pareceres: 25 de outubro de 1909. Ano: 1909. Cx: N° 66. N° Doctos 35.

<sup>241</sup> Ver “Na Sociedade Médico-Cirúrgica: Uma proposta importante, altamente científica e patriótica”. Folha do Norte, 16 de outubro de 1914, p.1.

de veludo, lã ou algodão por todos nós usados como se estivéssemos na mais frias zonas.

Que as causas climatéricas nos levassem como na Europa a usar peles, tapetes de lã e semelhantes, com prejuízo dos preceitos higiênicos... vá. Porém, que agravando o calor, de que tão freqüentemente nos queixamos, façamos largo uso dos tapetes e capachos, como que na Europa se procura combater o frio... é o que não podemos mais compreender!

Por que não usamos, em lugar de tais tapetes, que o frio inspirou e conserva, não obstante às graves ameaças que encerram pelo lado higiênico, tapetes, passadeiras e capachos de borracha, mais higiênicos, mais fácil de asseiar e mais próprio ao nosso clima?

1º - Por imitação, que, por amor a higiene devemos combater por todos os meios dignos.

2º - Porque as nossas alfândegas opõem taxas proibitivas a tais artefatos, se forem fabricados de borracha que nós produzimos, e que constitui o segundo artigo de exportação do país, enquanto favorece a sua entrada quando fabricado de veludo, lã, algodão, linho ou palha que não produzimos e nem exportamos.

Parece impossível: é, porém um fato incontestável e, por isso, propomos um voto para que a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em nome dos altíssimos interesses da higiene e da saúde pública e em nome dos sagrados interesses nacionais, solicite das congêneres; da imprensa do país; dos poderes públicos e de todos os cidadãos préstimos, os seus leais esforços no sentido de fazer cessar uma anomalia, que razão alguma justifica e que a ciência médica e os mais elementares princípios econômicos condenam.

Sala das sessões da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, 14 de outubro de 1914<sup>242</sup>.

Ao apoiar o colega que teve suas propostas menosprezadas por outros setores da sociedade, os médicos paraenses não só se viam como uma corporação coesa como também reivindicavam um espaço bem maior de atuação do que “o campo estreito e reservado” que não lhes era dado o direito de sair. Dentro um novo propósito, as questões que os médicos achavam que lhes diziam respeito deveriam ir para além da mera luta em defesa de sua medicina, ou pelo menos da função restrita a que eles julgavam que ela estava impedida de ultrapassar. Para essa identidade de grupo em construção, cabia à sua ciência o papel supremo na direção moral e social daquela época. Um discurso assentado em um expreso nacionalismo, que olhava com desconfiança para o modelo europeu de sociedade, passou também a fazer parte das atitudes desse punhado de clínicos da década de 1910. A pretensa defesa das “populações tropicais”, as críticas aos usos de trajés e outros produtos pensados a partir de um ideal europeu de sociedade, ganharam força no interior da confraria científica paraense, tornando-se parte de um processo gradual de mudança de mentalidade que ocorria pelo país afora. Os novos hábitos e a valores compartilhados entre esses médicos foram então imediatamente relevantes para a formação interna do grupo, e para alguns dos seus efeitos externos. Assim, os valores que os tornaram tão próximos logo deram a eles uma auto-estima

---

<sup>242</sup> Idem.

que os fazia sentir, em olhar auto-reflexivo, como diferente dos outros, o que, por sua vez, poderia identificá-los imediatamente. Longe daquilo que havia percebido na maior parte dos velhos e novos clínicos paraenses das décadas anteriores, o doutor Lobão Junior notou uma nova postura nos médicos que se agregavam na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vislumbrando finalmente a possibilidade de fomentar os debates científicos,

[...] agora que já contamos no nosso meio uma nova sociedade de medicina, tendo como representantes, clínicos estudiosos e aproveitáveis, da estatura de um Jayme Aben-Athar, d'Ultra Vaz, Oswaldo Barbosa, Acylino de Leão, Arthur França, Porto d'Oliveira, Rodrigues dos Santos, Renato Chaves, Eduardo Reis, Cosme Cardoso, e outros não menos distintos [...] <sup>243</sup>.

De fato, esses doutores faziam parte de um grupo seletivo de médicos altamente especializados e engajados na tarefa de construir uma nova nação. Acylino de Leão havia se formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1908, fazendo posteriormente estágios na França e em Portugal; assim como ele, Athur França era um desses médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio do início do século XX. Por esse tempo, a medicina experimental e sua vertente tropical já eram bastante discutidas no país, dando oportunidade a esses médicos de conhecerem as inovações que surgiam no seu campo de pesquisa a partir de novas matrizes intelectuais. O médico Jayme Aben-Athar, por exemplo, entrou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no final do século XIX, formando-se em 1902. Ainda acadêmico e já demonstrando pendores para a pesquisa, para atividade de laboratório e os problemas de saúde, ingressou no Instituto de Maguinhos, então dirigido por Oswaldo Cruz. Isso se constituiu em motivo de orgulho e referência para o jovem bacteriologista. No início de 1908, o jornal “Folha do Norte” <sup>244</sup> anunciava com grande entusiasmo a inauguração do “Laboratório de análises e clínica” do doutor Jayme Aben-Athar. O consultório do médico, que passou a funcionar na travessa São Matheus, foi considerado como “um progresso entre nós, sobretudo pelos predicados de seu diretor, um dos mais salientes discípulos de Manguinhos”, instituto “que o último Congresso de Berlim sagrou um dos primeiros do mundo”. Ao mestre Oswaldo Cruz, Jayme Aben-Athar não poupava elogios. Em 1917, durante a sessão solene realizada pela Sociedade Médico-Cirúrgica em homenagem à memória de Oswaldo Cruz, Jayme Aben-Athar ressaltou em seu discurso que o patriotismo era o principal componente do caráter de seu mestre, dando a entender que era fundamental abraçar esse exemplo. “Por influência de uma educação mal dirigida”, dizia Jayme Aben-Athar, “até hoje temos vivido quase alheados das cousas da nossa

<sup>243</sup> LOBÃO JUNIOR. Eduardo de Léger. *Scientia in Partibus*. Belém-Pará: Typ. F. Lopes, 1916, p.6.

<sup>244</sup> “Dr. Aben-Athar”. *Folha do Norte*, quinta-feira, 4 de fevereiro de 1908, p.2.

terra. A nossa cultura está ainda por definir-se nos lineamentos severos duma teoria científica ou por palpitar [...]”<sup>245</sup>. Era preciso então firmar o caráter nacional:

Vivemos exclusivamente do reflexo de outra cultura, animados de sentimentos que não são bem os nossos porque os recebemos já feitos, de ideais que se desvirtuam porque não os gerou a dor augusta das nossas necessidades que ainda não chegamos a determinar<sup>246</sup>.



Foto 14: Instituto de Higiene, Seção de Bacteriologia. Dr. Jayme Aben-Athar, Dr. Antonio Magalhães, microscopista chefe, e demais auxiliares – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.251.

Esse mesmo compromisso com a formação de um caráter nacional, de uma sociedade que valorizasse a sua própria cultura e olhasse com uma certa dose de “consciência social” para os injustiçados, pode ser visto na iniciativa de um outro destacado membro da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, o doutor Ophir de Loyola. Este médico também havia sido formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pois foi justamente de lá que trouxe a idéia de fundar em Belém o Instituto de Proteção e Assistência à Infância Desvalida do Pará, um estabelecimento de caridade similar ao Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro, de onde tirou as lições para a implantação da versão paraense. O Instituto destinou-se a auxiliar as crianças desvalidas, não só com a ajuda médica, mas também orientando as mães nos princípios da puericultura, “tão necessários à grandeza da raça, e tão garantidores de uma

<sup>245</sup> “Homenagem a Oswaldo Cruz: o discurso do dr. Jayme Aben-Athar”. Folha do Norte, 16 de março de 1917, p.1.

<sup>246</sup> Idem.

nação forte”<sup>247</sup>. Essa preocupação ou simpatia para com os desvalidos, ou melhor, com as classes inferiores, vista como vítimas de um sistema injusto, foi também parte da estrutura do sentimento do grupo. Daí a série de reformas que propunham a nível oficial. Suas reuniões na sede da associação passaram a ser publicadas rotineiramente nos jornais, assim como as idéias e conselhos gerados em meio aos seus debates tinham por finalidade servir de base para projetos políticos e sociais que deveriam ser adotados pelo poder público e pela sociedade, uma vez que os esses médicos, após se organizarem, começaram a acreditar que já tinham autoridade o bastante para serem ouvidos. O doutor J. A. Magalhães, acreditando no dever que tinha como homem de ciência e pedagogo social, não teve o menor problema em criticar a maneira como as mulheres paraenses se trajavam:

Ilustre redator da FOLHA, modestamente oculto atrás de um O, veio a chamar-nos ao cumprimento de um velho de dever, que temos adiado, até poder falar com autoridade que ainda a pouco nos faltava.

Não poderíamos combater eficazmente os abusos e prejuízos decorrentes do defeituosíssimo vestuário feminino, enquanto como clínico e como cidadão, não nos reconciliássemos com a natureza e com o bom senso, procurando um corretivo aos atentados que ostensivamente cometemos usando roupas e tecidos que, entre nós, tudo condena e nada justifica.

O apelo contido na proposta feita em sessão de 26 na Sociedade Médico-Cirúrgica, teve acolhida que excedeu mais lisonjeira expectativa e consola constatar que a cultura do nosso povo chegou ao ponto de prescindir no médico aquele vestuto, severo e fúnebre vestuário que o caracterizava nos tempos idos; dir-se-ia que antecipadamente se vestiam de luto pelos doentes que tratavam.

O nosso meio começou a compreender as grandes vantagens das roupas claras e que se possam lavar com freqüência, pois que as roupas de lã escura apenas têm a triste superioridade de se poderem constituir inesgotável reservatório de imundices. E o primeiro dever do médico é ser limpo na alma e no corpo, assentando-lhe melhor o branco, como símbolo de pureza e de asseio, do que o preto, símbolo triste de luto, não raro, de porcaria infecta [...]”<sup>248</sup>.

---

<sup>247</sup> Cf. Pará-Médico: Archivo da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. Op. cit., p.290.

<sup>248</sup> J. A. Magalhães. “Na Sciencia e na vida: Usos e abusos femininos”. Folha do Norte, domingo, 30 de abril de 1916, p.1.



Foto 15: Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Belém) – Consultório do Dispensário – O Dr. Ophir de Loyola dando consulta – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.292.

A figura do profissional médico como aquele que deveria dar o exemplo começava a ser forjada e foi um dos pontos que recebeu maior atenção da Sociedade Médico-Cirúrgica. Embora o trabalho de construção de uma identidade de grupo possa ser percebido por vários ângulos, vou ater-me aqui a uma questão que acredito ser fundamental – a criação de parâmetros éticos que pudessem regulamentar a relação dos médicos entre si e seus pacientes. Como já foi dito inicialmente, as querelas que envolveram os médicos e a sua ciência alimentaram uma imagem de desprestígio desses profissionais, mesmo nos espaços institucionais surgidos no regime republicano. Em consequência, o ceticismo em relação a uma possível harmonia entre a classe médica era tão grande, que foi difícil aos membros da Sociedade Médico-Cirúrgica dissociarem a sua nova agremiação da má impressão que sua categorial profissional havia deixado anteriormente. Em maio de 1915, a confraria médica lançou o primeiro número de sua revista, com um título homônimo ao do órgão de divulgação da extinta Sociedade Médico-Pharmaceutica, apresentado ao público quinze anos atrás – “Pará-Médico”<sup>249</sup>. A revista, nascida em plena crise econômica do Pará e às notícias da Primeira Guerra, deveria mostrar “o valor profissional dos médicos que aqui trabalham, neste recanto longínquo e quase ignorado do País e do mundo científico”. A pesar de todos esses problemas, o Pará deveria ser orgulhar “de poder contar em seu seio médicos distintíssimos,

<sup>249</sup> Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 1, nº 1. Belém, 1915.

que fariam honrar o meio mais culto [...]”<sup>250</sup>. É bom lembrar que esses médicos achavam-se produtivos o bastante para fazer essa afirmação, sendo que a revista que acabavam de lançar viria preencher uma antiga necessidade de divulgação de suas pesquisas e observações feitas nos hospitais e em suas clínicas. Segundo os redatores, toda essa produção muitas vezes se perdia por falta de uma gazeta médica que a publicasse, dando oportunidade, diziam os médicos, “a que, sobre a nossa indiferença, tripudiem conceitos menos dignos de espíritos superficiais, que tudo julgam pelas aparências”<sup>251</sup>. Assim, definia-se qual seria a função da Sociedade Médico-Cirúrgica:

Foi para desfazer essa ilusão e para modificar essas praxes desabonadoras que um pugilo de médicos, moços uns, e portanto, entusiasta e otimistas, amadurecidos outros na reflexão e no estudo, todos animados da mesma fé ardente, que não conhece tropeços, senão para vencê-los, nem falecimentos, de que logo senão restaure, teve a feliz idéia da fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.<sup>252</sup>

Eis a missão da sociedade científica: desfazer a má impressão que pairava sobre os médicos, “essas praxes desabonadoras”. Para isso, era preciso deixar bem claro os critérios pelos quais seus membros deveriam ser guiados para atingir os objetivos sonhados. Foi por isso que a Sociedade Médico-Cirúrgica apressou-se em publicar os seus estatutos naquele mesmo ano. Pugnar pelos interesses materiais da classe; manter e defender os créditos da classe, por meios legais, e elevá-la ao mais alto grau de autoridade profissional; zelar com esmerado amor pelos preceitos da ética médica; entre muitas outras questões relevantes, como aperfeiçoamento técnico e difusão de ensinamento higiênico ao povo, seriam as novas tarefas que caberiam aos associados e que estavam inscritas nos seus estatutos<sup>253</sup>.

### **2.2.2. Separando o joio do trigo: o nascimento do médico moderno e a invenção do charlatão diplomado**

No começo de sua vida social, os esculápios da nova confraria científica abraçaram a missão de reformar a impressão desgastada de sua classe profissional, cultivando idéias, valores e comportamentos que deveriam defini-los como clínicos dignos do respeito público. Muitos médicos, no entanto, ainda estavam bem longe seguir esse ideal, ao mesmo tempo em que ainda era difícil para alguém que assistia diariamente as pendengas médicas, acreditar que

---

<sup>250</sup> Idem, p.1

<sup>251</sup> Idem, p.2

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Estatuto da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Pará-Brazil: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1915,pp.3-4.

reinasse uma harmonia entre os esculápios, mesmo quando se tratava daqueles agregados na Sociedade Médico-Cirúrgica. Desnudando essa questão, apareceu um artigo anônimo na “Folha do Norte” de 28 de julho de 1915, que trazia uma opinião a respeito da classe médica que era recorrente entre a população e que desvelava um retrato bastante fiel da época:

Há qualquer cousa de anormal entre a classe médica paraense.

Parece que mais uma gota fará transbordar o vaso.

Todo mundo sabe que essa classe, bastante numerosa, se divide e subdivide em grupos e grupinhos. Simpatias pessoais, comunhão de doutrinas científicas, também o correligionarismo político, infelizmente, e outras causas idênticas determinam esses agrupamentos.

Entre uns e outros reina uma superficial cordialidade, apenas no terreno neutro da cortesia, o que não impede a rivalidade, latente entre eles, de se manifestar por críticas apaixonadas e mesmo por uma ativa difamação.

Certamente, desses grupos alguns se dedicam com escrúpulo e proficiência ao exercício da sua elevada missão na sociedade. Ao que parece, são estes que estão cada vez mais revoltados contra uns certos colegas que têm uma maneira um tanto esquisita de fazer a clínica.

Esse sentimento de revolta é grande e impetuoso, podendo romper, subitamente, o frágil dique da cortesia.

Não será impossível, portanto, que as próximas sessões da Sociedade Médico-Cirúrgica sejam cheias de interesse para o público.

Na realidade, este só terá a lucrar com essa agitação da classe médica, o que, de resto, não passa de um normal processo de seleção<sup>254</sup>.

Quanta distância da harmonia e coesão que se esperava que os esculápios tivessem entre eles! Uma classe médica dividida e subdividida, fragmentada em vários “grupinhos” por muitos motivos, prontos a confrontar-se; médicos que alimentam uma rivalidade latente, que não se resguardam em difamar os colegas – essa ainda era a cara da medicina no Pará republicano em plena década de 1910. Se não tinham respeito nem mesmo entre si, como então esses doutores poderiam ter o poder de “medicalizar” a sociedade? Entretanto, apesar dessas verdades, que não eram novidade para ninguém, o artigo deve ter ofendido algum dos doutores. Talvez por isso a “Folha do Norte” tenha publicado uma nota no dia 3 de agosto negando que o artigo que falava sobre a divergência na classe médica tenha sido produto de um dos seus “colaboradores científicos”. A gazeta argumentando que o conteúdo da matéria foi colhido nos comentários provocados por uma conferência de sete médicos realizada na manhã do dia 27 de julho, no Hospital D. Luiz I. Por outro lado, a redação do jornal disse esperar que brevemente um dos seus colaboradores científicos cuidasse do caso, escrevendo uma série de artigos que tratariam do assunto “sob o ponto de vista da deontologia médica, que interessa o público”<sup>255</sup>. Os artigos que a redação da “Folha” se referiu sairiam algumas

<sup>254</sup> Folha do Norte, quarta-feira, 28 de julho de 1914, p.1.

<sup>255</sup> Folha do Norte, terça-feira, 3 de agosto de 1915, p.1.

semanas depois, sendo que seu colaborador científico era o doutor José Augusto Magalhães, que, como muitos dos seus confrades da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, passou a escrever na seção denominada “Na ciência e na vida”, da “Folha do Norte”, onde tratavam-se de assuntos médicos e científicos. A partir de sua própria tese, que versava sobre o tema da deontologia médica, o doutor J. A. de Magalhães passou a identificar, no interior da classe médica paraense, “as causas da anarquia”, subtítulo que deu aos seus artigos. Estava na hora de separar o joio do trigo e deixar claro ao público a diferença existente entre o bom clínico e aquele que manchava a imagem da medicina. Vejamos agora o que dizia o doutor, pois ele tocou em vários pontos que podem nos revelar em que situação se encontravam os médicos do Pará na época, além demonstrar toda as dificuldades que a Sociedade Médico-Cirúrgica encontrou para valorizar a sua categoria profissional como um todo.

Os leitores paraenses logo tiveram acesso às matérias que envolviam o tema da divergência médica, as quais foram publicadas em uma série de quatro artigos, saídos nas edições dominicais. No primeiro artigo, que veio a público no dia 22 de agosto<sup>256</sup>, em um tom de advertência, o doutor J. A. de Magalhães procurou mostrar as causas “da notória desinteligência da classe médica entre nós”, visando remediar os males que para população pudessem “admirar das anomalias que a miúdo, se observam no exercício da clínica”. Ressaltou que a tarefa não era isenta de dificuldade, fiel, porém, “aos princípios e desejos que ditaram nossa tese de doutoramento sobre Deontologia Médica”, dizia o clínico, “não podíamos escusar-nos ao gentil convite da FOLHA [...]”. Referindo-se às matérias que trataram das divergências entre os médicos do Pará, o doutor J. A. de Magalhães disse: “as discórdias que minam o prestígio da nossa classe não existem só aqui, nem datam de ontem [...]”. E completou mais adiante: “Contar que a classe médica fizesse exceções a todas as classes; querer que entre os médicos não houvesse rivalidades, seria o mesmo que esperar que eles não fossem homens e tivessem todos os atributos de santos.” Entretanto, era uma pena, e era para lamentar, argumentava J. A. Magalhães, que a classe médica, reunindo maior número de conhecimentos do que o exigido para qualquer das outras profissões, não tenha “conseguido uma superioridade moral digna do estalão da sua cultura intelectual!”. Paradoxalmente, dizia o clínico, não era raro poder ver “ampliadas e acrescidas na classe médica as rivalidades e as paixões” que dividiam e fracionavam os membros das outras classes. Indagava em seguida: “Qual a causa de tão singular anomalia, que levará o observador superficial a pensar que a ciência é incompatível com a paz, com a ordem, com a lealdade e o progresso?” Olhando

---

<sup>256</sup> “Na ciência e na vida: Nos domínios da Deontologia I: as causas da anarquia”. Folha do Norte, domingo, 22 de agosto de 1915, p.1.

para o poderio Alemão em vários campos do conhecimento e do desenvolvimento industrial devidos à sua disciplina, e para os sucessos do México quando esteve sob a ditadura de Porfírio Dias, o clínico acreditava que as coisas só iriam avançar se houvesse disciplina e obediência à hierarquia, mesmo que para isso fosse necessário renunciar ao que ele chamava “sonho quimérico da democracia”:

Na humanidade ou nas nações, nas sociedades como nas classes, nos agrupamentos como nas famílias é impossível a igualdade que nivele o homem trabalhador e o ocioso; o cidadão íntegro e o prevaricador; a lealdade e a traição; o desprendimento e o interesse; o amor à ciência e ao estudo [...] e o horror às novas conquistas científicas ou, sintetizando: virtude com vício.

O respeito e a prosperidade de uma classe dependem tanto do seu trabalho útil quanto da disciplina em que viver, porém, como a disciplina não vive sem a hierarquia, a classe em que esta não se observa será faltamente minada pela discórdia e pela dissensão entre os seus membros.

De orgulhosos nos taxou do dr. Eduardo Ramos, e, por certo, é esse orgulho que se opõe à harmonia das classes médica, isenta, como nenhum outro do salutar princípio da hierarquia, que leva os médicos, ao deixar os bancos acadêmicos, a julgar-se tão clínico como aquele que prestou já longos anos ao ofício<sup>257</sup>.

O respeito à hierarquia estaria em considerar mais competentes os médicos que maior tempo tivessem de clínica: “Eis a base da hierarquia médica, que, sem ferir ninguém, beneficiará a todos [...]”. Na própria deontologia médica, afirmava J. A. de Magalhães, “entre nós tão desprezadas”, era possível encontrar base segura para “o alvitre aventado”, e se fosse impossível esperar da classe médica que cada um de seus membros abrisse mão de seu orgulho individual em proveito dos “respeitáveis interesses da classe e do respeitabilíssimo respeito do público”, este então deveria saber “separar o joio do trigo”, pondo em quarentena o médico que detratasse seus colegas; o médico que garantisse a cura de todas as doenças, mesmo as incuráveis; aquele que, sentindo abalada a confiança do doente, teimasse em continuar na assistência que “o mais elementar melindre aconselha abandonar”; [...]; os que, “num meio como o nosso”, dizia o clínico, “em que existem já especialistas, embora de dilatados limites, que o coeficiente de casos clínicos não permite ainda restringir, se propõe a tratar de todas as moléstias, não conhecendo limites para a sua competência, por ser ilimitada a sua ousadia e a indiferença pela vida do seu semelhante [...]”. Entre outros motivos, também deveriam ser barrados aqueles que desprezassem as modernas aquisições da ciência, sacrificando os interesses dos doentes, por não poderem manejá-la ou por não lhe conhecerem a utilidade, quando seria de sua obrigação aconselhá-lo a ir buscar a cada especialidade os dados que lhe esclarecesse “o árduo, e às vezes difícil problema do diagnóstico”. Parece

---

<sup>257</sup> Idem.

que todos esses problemas ainda eram comuns entre a classe médica. Era preciso organizar a classe. Já existiam instituições nacionais capazes de servir de modelo aos anseios do esculápios paraenses. J. A. de Magalhães dizia não conhecer mais bela demonstração das vantagens da hierarquia, “fonte de disciplina, do que essa grandiosa criação do Instituto Oswaldo Cruz, onde o seu Diretor reina como senhor absoluto”, sob cuja orientação trabalhavam “pelo bom nome do Brasil e pelo engrandecimento da ciência uma plêiade de cientista” que estavam elevando “aquele estabelecimento modelar” ao nível dos melhores que o mundo possuía<sup>258</sup>.

Mas a falta de disciplina, que primasse por um respeito hierárquico entre os médicos, era apenas parte das “causas da anarquia” entre os esculápios no Pará, um fator da sua desunião. Resolver essa questão envolvia um esforço muito maior. No artigo de 29 de agosto<sup>259</sup>, o doutor afirmava que a classe médica continuaria a ser desunida até o dia em que “a cultura do povo e dos seus governantes” criasse “um ambiente onde o charlatanismo” não medrasse e estabelecesse para o curso médico “a exigência insofismável de uma moral pura e digna”, que tornasse “a profissão médica acessível, apenas, aos homens honestos e bons.” Para o clínico, enquanto o exercício da medicina fosse acessível a todos: “bons ou maus; altruístas ou ambiciosos; responsáveis ou impulsivos; virtuosos ou viciados; estudiosos ou indiferentes ao ininterrupto evoluir da ciência”, a classe médica não poderia possuir homogeneidade indispensável à união ambicionada. Assim, os atributos morais para os que se destinassem à profissão de médico deveriam ser “objeto de rigorosa sindicância para que aos maus e interesseiros, ambiciosos e desonestos não fosse acessível o exercício da profissão que diz com a saúde, com a vida, e, até, com a honra de seus semelhantes”. Era preciso expurgar a medicina dos seus maus profissionais:

Expendendo hoje tais conceitos, não podemos deixar de transladar para aqui os seguintes períodos da Tese que defendemos em 1906 perante a Faculdade de Medicina da Bahia:

“Aqueles, porém, que, transviados do caminho do Bem, trazendo na linguagem e nos gestos o cunho das companhias viciadas, atravessam a vida acadêmica sem sofrer, ao contato de seus bons colegas de seis anos e dos seus mestres dedicados, a salutar modificação que soe imprimir uma atmosfera pura e sã, traduzindo-se pelas impulsões para o Bem e pela correção da linguagem e do proceder, deverão desistir de abraçar uma carreira em que a dedicação e a delicadeza são os primeiros deveres, e a prática do bem o único objetivo; porque com tal procedimento não só poupar-se-ão muitos desgostos como também muitas derrotas [...]”<sup>260</sup>.

---

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> “Na Ciência e na vida: Nos domínios da Deontologia: as causas da anarquia II – o fator primordial”. Folha do Norte, 29 de agosto de 1915, p.1.

<sup>260</sup> Idem.

Com isso, delineava-se o perfil do profissional médico que se esperava e daqueles que não deveriam jamais seguir a carreira clínica. J. A. de Magalhães ressaltava que quase dez anos passados no “árduo exercício da medicina”, mas se avigoravam as idéias que então defendia, convicto de que “a vida pública é o reflexo da particular”, pois não se poderia compreender que houvesse, para um mesmo indivíduo duas honras ou vários modos de ser do mesmo caráter. “Na sociedade e na vida pública ele há de afirmar-se com as mesmas virtudes ou com os mesmos vícios que constituem a atmosfera do seu lar”. Nesse sentido, dizia J.A. de Magalhães, seria fácil para o leitor concluir que “o fator máximo, a causa originária das invencíveis e fundas desinteligência da classe médica”, procedia da falta de seleção dos que se propunham ao exercício de “tão nobre mister”, uma vez que a profissão só poderia viver unida e admitir a hierarquia de que se havia falado, quando todos os seus membros possuíssem, em elevado grau, as qualidades básicas que se assentava o perfeito exercício da medicina: “paciência, dedicação, caridade, tolerância, discrição, prudência, honestidade, além de incessante desejo de saber.” Enquanto, porém, não se operasse essa mudança radical, restava aos que desejassem, “inteligentemente, defender a vida própria e dos seus, emancipando-se dos conselhos das comadres, das indicações dos corretores e da promessa do charlatão”, escolher seus médicos entre os que mais nobilitassem a profissão e honrassem o meio em que vivessem, certos de que a competência profissional dependia de muitos fatores e era incompatível “com a vaidade ilimitada que julga tudo saber, só porque muito ignora; com a ambição desmedida, que tudo sega o critério clínico e com a intolerância e paixão que impedem a nítida visão das cousas”<sup>261</sup>. Logo em seguida, o médico definia o que era ser clínico:

Ser clínico, na rigorosa acepção do termo, importa em ser bom e dedicado para com todos, sincero e leal nos seus atos, prudente e observador na prática, jamais prometendo o que não puder conseguir, pois se as esperanças desmedidas atraem a clientela, as desilusões que fatalmente se lhes seguem cavam o descrédito merecido, e em ser honesto sempre acima de tudo, na vida íntima e social, nas palavras, nas promessas e nos conselhos, para que dos seus atos não advenham prejuízos morais, materiais e pecuniários a quem quer que seja.

Estas são as virtudes cardiais do médico digno de apreço e respeito público<sup>262</sup>.

O médico não parou por aí. Em 5 de setembro, lançou seu terceiro artigo<sup>263</sup>. Segundo J. A. de Magalhães, se o fator que vinha denunciando como “causa primordial” da desunião da classe médica já era em “si bastante para tornar inúteis os mais pertinazes esforços

---

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> Idem.

<sup>263</sup> “Na ciência e na vida: Nos domínios da deontologia: as causas da anarquia III: fatores secundários.” Folha do Norte, domingo, 5 de setembro de 1915, p.1.

tendentes a uni-la e harmonizá-la”, justava-se a isso, “em nosso meio, as causas que, com em Manaus em outras cidades brasileiras, muito concorrem para alimentar entre os clínicos o espírito da intriga e do mexerico, muito comum da raça latina”, e do qual deveria liberta-se a classe médica, se toda ela fosse constituída de homens verdadeiramente superiores [...]”. Estes, “reunindo-se em sua sociedade científica, ali poderiam regular com dignidade, franqueza e elevação de vistas, as divergências que surgissem na vida clínica.” Entre as causas que o médico chamou de “fatores secundários” da desunião da classe, afetando-lhe o prestígio e o crédito, avultava o hábito que, segundo ele, não se via “no Rio nem em São Paulo, dos consultórios médicos nas farmácias, praxe tão comum aqui como em Manaus”. Tais consultórios, segundo J. A. de Magalhães, eram pontos de reunião de muitos médicos cujas conversas, “por vezes inocentes”, eram freqüentemente adulteradas, constituindo-se “fermento de desinteligência, não raro insanáveis”. Reiterava ainda: “E assim se formam os grupos e *igrejinhas*, em que entre nós, tende a dividir-se a classe médica, se já não o está.” Além do mais, a maneira como os consultórios funcionavam nas farmácias muitas vezes facilitava o vazamento do segredo médico, o que feria o artigo 201 do Regulamento sanitário que tratava da questão. A saída estaria na implantação de consultórios particulares, independentes das farmácias, que trariam prestígios aos médicos e à sua classe, como sucedia nos “grandes centros”, enquanto as farmácias, quando renunciassem a tais práticas, nada teriam a perder e ganhariam, pelo menos, o espaço que então se achava ocupado pelo consultório, “que a lei da concorrência e uma praxe pouco louvável” as obrigavam a manter. Concluía então J. A. de Magalhães: “Desnecessário se torna buscarmos outros fatores de desarmonia e desunião dos já citados [...]”. E inferia mais à frente:

Entretanto, se todos os médicos tivessem estudado, como deviam, a matemática, que é a ginástica do raciocínio e a melhor escola da lógica; se devidamente conhecessem a fisiologia, que ensina a dependência das várias funções do organismo, cuja vida se regula pela harmoniza entre os diversos órgãos e aparelhos subordinados à mais perfeita e precisa hierarquia, em que à célula nervosa cabe o mais nobre papel; se, como homem superior, que todos deviam ser, os médicos soubessem que, até para a ciência, Comte imaginou um sistema de hierarquia, dando à medicina o primeiro entre todos os ramos (sendo por isso imperdoável ao médico, digno deste nome, ignorar os conhecimentos em que se esteiam a física social) – não lhes poderia repugnar a hierarquia profissional baseada na observação prolongada e judiciosa, no estudo acurado, na sinceridade indefectível e no dever honestamente cumprido, tornando-se, então, possível estreitar união de vistas entre os vários médicos cimentando, indestrutível, a união da classe<sup>264</sup>.

Por fim, para que a culpa da falta de consenso e prestígio entre a classe médica não fosse atribuída apenas aos próprios clínicos, foi preciso eleger um outro vilão. O quarto artigo

<sup>264</sup> Idem.

de J. A. de Magalhães fez referência “ao meio constituído pelo povo e pela sociedade em que se exerce a profissão médica”<sup>265</sup>. Logo de início, o medico dizia que a doutrina corrente e dominadora em sociologia na época era que, em um grande número de casos, o criminoso era produto do meio, e que a cada passo ouvia-se dizer que cada povo tinha o governo que merecia, o que, “por analogia”, acrescentava o clínico, “nos levará a afirmar que, não só o meio como os doentes, têm o médico que merecem e os curandeiros que os definem”. O clínico ressaltava que em meio “verdadeiramente culto” não poderiam medrar o curandeiro nem o médico charlatão, “altamente prejudiciais à família e à sociedade”. Entretanto, para mostrar que ainda se estava longe chegar a esse ponto, J. A. Magalhães dizia que bastava que, “em qualquer das nossas cidades, a Repartição de Higiene” chamasse “as contas qualquer charlatão, para que a simpatia pública” o acolhesse “entusiasticamente sob a sua égide, atribuindo-lhe, para logo, a fecunda imaginação popular, feitos extraordinários e curas maravilhosas [...]. Assim, o clínico enfatizava a importância do meio na feitura do charlatão, alegando o quanto era difícil, em um ambiente como esse, o médico que exercia honestamente a profissão ter êxito. Conforme J. A. Magalhães, os médicos que cediam a pendor do meio, enveredando pelo charlatanismo, tinham sucesso fácil, e “seus hipotéticos triunfos” ressoavam “como o trovão, que muitas vezes não sabemos de onde vem, e alastra-se como óleo à superfície d’água, maculando-lhe a transparência e transformando-a em espelho baço, que nada reflete”, enquanto que as “vitórias” que conquistava, no discreto exercício da clínica o médico consciencioso e digno”, não ultrapassavam, a mais das vezes, “o circulo da família agradecida, semelhando o suave perfume da violeta que apenas se denuncia aos que procuram sentir-lhe os deliciosos aromas”. Indignado com essa situação, bradava o clínico:

Daí a fácil nomeada do médico charlatão, que tudo cura, tudo sabe e tudo faz, embora sempre lhe suceda como à nigromante que ensina aos que a consultam meios de obter fortuna, vivendo ela na pocilga e na miséria, e como ao vendedor de bilhetes de loteria, que, em cada número que oferece, afirma estar a sorte grande, de que, aliás, ele bem precisa para livrar-se do mister em que vegeta. Incapaz de curar à si e aos seus das enfermidades e aleijões que os molestam, não cora e nem hesita o charlatão diplomado em garantir a cura de afecções incuráveis e até de moléstias que nem chega a diagnosticar.

Em contraposição, o clínico honesto e verdadeiramente preparado só aos poucos e laboriosamente vai conquistando nome, conceito e clientela, à qual não procura enganar com promessas, breve desmentidas; não acena com desmedidas esperanças, nem aterra com imaginários perigos, não obstante, como bom psicólogo, conhecer o valor mágico da promessa, da esperança e do terror habilmente empregados pelos que fazem clínica meio fácil de conquistar fortuna, embora empobrecendo lares e mentindo à ciência que dizem servir.<sup>266</sup>

---

<sup>265</sup> “Na Ciência e na vida: Nos domínios da Deontologia IV: as causas da anarquia”. Folha do Norte, domingo, 12 de setembro de 1915, p. 2.

<sup>266</sup> Idem.

Na constituição de uma identidade de grupo, não só os curandeiros e outras artes de curar foram considerados inimigos por esses médicos, mas também todos àqueles que, mesmo sendo profissionais diplomados, manchavam a boa imagem da categoria profissional agindo de uma maneira diferente daquela que os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará consideravam dentro dos padrões éticos aceitáveis. Se era preciso dar aos médicos um papel respeitável na sociedade, então não havia problema em estender a alcunha de charlatão aos clínicos que não atendessem aos ideais desejados. Apesar da aspereza com que passaram a tratar os colegas de profissão pouco afeitos à sua ética, os médicos da nova confraria científica não se viam como detratores ou difamadores da classe, mas sim como aqueles que emancipariam a sua categoria profissional de todos os defeitos que a impediam de atingir o lugar de destaque que eles acreditavam que os médicos mereciam. O triunfo dessa nova sociedade e de seus ideais seria também a emergência de um novo estilo médico.

Em 1917, na sessão solene que comemorava o terceiro aniversário da Sociedade Médico-Cirúrgica, o doutor A. J. de Magalhães, como orador oficial da festa, em um tom de desabafo, ressaltou que a confraria médica entrava em seu quarto ano de existência, “desmentindo, de forma categórica, as profecias agoirentas dos que à viam morta mesmo antes de nascer. Disparando em várias direções, o clínico afirmava que a sociedade médica não queria mal àqueles que desacreditaram o seu projeto, embora não deixasse de chamá-los de “espíritos revéis”, “seres assexuados em prol da luta da coletividade”, “almas inertes e descrentes”, e assim por diante. Aos doutores que não haviam entrado para a associação, mas que a criticavam de fora, J. A. de Magalhães lembrava que suas “setas herbadas” ainda não haviam conseguido matá-la. “Falharam também”, dizia o clínico, “todas as agourentas previsões que malsinavam a criação deste grêmio, que seria de pronto, invadido por paixões políticas”, prova disso era que, até aquele momento, em seu seio, não haviam se chocado as lutas partidárias que, “lá fora”, dividiam, “por vezes, os homens em desígnios opostos”. Muito menos as discussões científicas, que eram travadas no interior da confraria, serviram para se configurar em fontes inimizadas da classe médica, como se havia previsto, mesmo quando o clima ficava tenso entre os esculápios. “No início desta vida em conjunto”, recapitulava o médico, “éramos todos susceptíveis e irritadiços; os trabalhos apresentados eram recebidos com exteriorizações preconceituosas, a provocarem o cautério da mordacidade”. Justificava em seguida: “Nem podia deixar de ser assim; acabávamos de sair do regime das igrejinhas,

que nos dividiam em grupelhos, fora dos quais não havia salvação”<sup>267</sup>. Em seguida, o médico narrou como ocorreu, no interior da associação, o lendo processo de autodisciplina dos esculápios nos primeiros anos:

Por vezes, cada comentário que o trabalho despertava, embora enunciado em voz alta, francamente para todos ouvirem e o autor esclarecer, soava-nos aos ouvidos como cochichos abastardo, que até a véspera caía, demolidor, sobre as mais belas intenções do colega alvejado.

A pouco e pouco fomos habituando ao manejo das armas leias e, após uma segunda educação, que muito nos envaidece, é belo de ver como na Sociedade Médico-Cirúrgica se discute, sem pretensões nem melindros, o trabalho pelo colega apresentado e se, por acaso, e ausente se acha o autor dos estudos cuja apresentação ilustra o nosso espírito, pede-se a transferência do debate para a sessão imediata, em que o autor, em regra, comparece, para, com seus informes pessoais, mas valorizar o trabalho em questão<sup>268</sup>.

O médico assegurava que a influência benéfica da Sociedade Médico-Cirúrgica havia ultrapassado os limites profissionais, “e o próprio meio em que vivemos”, acrescentava, “tem beneficiado da sua existência, poupando-o a espetáculos desprimorosos, como o que meses antes da sua fundação, abalaram o nosso meio social, e, pela base, os mais elementares preceitos da deontologia médica”, isso então teria forçado “a classe a vir em defesa dos colegas distintos, que a ambição e a intriga pretenderam imolar”. Tudo porque “Faltava a esse tempo, em nosso meio e na classe médica, um órgão regulador e defensor das boas práticas, e, por isso tivemos que assistir a espetáculos deprimente para o decoro da profissão, onde um elemento transmalhado lançou, por momentos, a desordem e a anarquia”. Em meio a isso, a Sociedade Médico-Cirúrgica teria desfraldado “o estandarte do trabalho, do estudo e da ética médica”, tornando impossível a reprodução daqueles atos. Além disso, como um centro de produção e reprodução do conhecimento médico, a associação científica teria aberto as suas portas, permitindo “franco acesso aos que pelo Pará quisessem trabalhar, no estudo quisessem apurar-se, na clínica desejassem aperfeiçoar-se, à ciência quisessem servir e aos semelhantes, úteis se tornar”<sup>269</sup>. Aos céticos e pretensiosos, o orador deixou um último recado:

Uns, que aos demais julgam através do seu ceticismo, que os leva a duvidarem de todos, porque de si próprio descreem, cá não vieram; aquele que pretendiam aqui erigir um altar de onde se expusessem à adoração de seus colegas, entraram radiante e esperançados, vendo porém, falseado o seu objetivo, saíram à triste confirmação do seu engano; os que desejavam apenas estudar, trabalhar lealmente pelo engrandecimento da profissão e do nosso meio, pelo restabelecimento das boas práticas e pelo aperfeiçoamento, vieram e ficaram.

<sup>267</sup> “A sessão solene da Sociedade Médico-Cirúrgica: Discurso proferido pelo orador oficial Dr. J. A. Magalhães ao comemorar o seu 3º aniversário”. In. Pará-Médico: Arquivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol.2, nº 6. Belém, 1918, pp.9-10.

<sup>268</sup> Idem.,p. 10.

<sup>269</sup> Idem.

É em nome destes que vos falamos. É pela sua perseverança e leais laços que a Médico-Cirúrgica existe. É pela sua dedicação e estudo que o nome do Pará se inscreve, com dignidade e a miúdo, nas revistas científicas do Sul e nas respeitáveis revistas do estrangeiro, onde chegaram já os ecos dos seus esforços e de seus acurados estudos<sup>270</sup>.

Apesar de, inicialmente, até mesmo muitos médicos terem desistido de se agregar ao núcleo da Sociedade Médico Cirúrgica, por entender que não era o que esperavam, não se pode subestimar o valor social e cultural do grupo que passou a fazer parte da associação. Unidos em sua nova corporação, esses médicos finalmente perceberam que tinham interesses em comum, que deviam ser defendidos a todo custo. O espaço de direito pelo qual sempre haviam reclamado antes, mas em vozes fragmentárias e, por vez, dissonantes, passava a ser reivindicado constantemente por um grupo coeso. Não é de estranhar que sua inserção social fosse logo percebida. Ainda em setembro de 1917, ao lado do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a Sociedade Médico-Cirúrgica foi considerada uma instituição de utilidade pública pelo governo estadual<sup>271</sup>. Esses reconhecimento dependeu também dos esforços que dois médicos membros da confraria científica fizeram para ver aprovada a lei que dava a Sociedade Médico-Cirúrgica esse *status* privilegiado: o senador Cruz Moreira e o deputado Penna de Carvalho. Momentos como esse fortaleceram a posição dos médicos na sociedade da época, levando-os a questionar e intervir em situações que havia pouco tempo não se achavam com a autoridade suficiente para fazer valer seus interesses, ainda que se tratasse da burlada ética médica. Um caso ilustrativo dessa nova atitude ocorreu em janeiro de 1918, quando a Sociedade Médico-Cirúrgica lançou um voto de protesto em sua revista, alegando que estava levando “um pouco de ordem a nossos serviços hospitalares, onde a deontologia médica é, por vezes, profundamente ferida, com grave prejuízo da classe médica [...]”<sup>272</sup>.

Em seu voto de protesto, os médicos diziam que a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, no sentido de prestigiar “o Corpo Clínico dos hospitais e zelar pelos princípios da deontologia médica”, fazia um apelo a todos os seus colegas para que cobrassem invariavelmente os seus honorários médicos de todos e qualquer doente que, “internando-se em nossos hospitais”, preferisse “ao seu corpo clínico a assistência de médicos alheios a esse serviço”. Para os médicos associados, não poderia “haver voto mais inspirado, para início das medidas a pôr em prática contra a forma anárquica” pela qual vinha sendo exercida a clínica entre os médicos paraenses. Ainda mais porque, segundo eles, a classe médica queixava-se de

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> Fundo: Câmara dos Deputados. Série: Projetos. Ano: 1917. Cx: 175; Nº Doctos: 38.

<sup>272</sup> “Pela Deontologia Médica”. Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol.2, nº 6. Belém, 1918, p. 17.

“estar sendo explorada em seus serviços, que não devendo ser recusados”, mesmo gratuitamente aos que precisavam, era justo que fossem retribuídos pelos que pudessem pagá-los, “mesmo porque”, frisavam os clínicos, “a nós, médicos, ninguém nos dá de grassa o que precisamos e consumimos”<sup>273</sup>. O protesto, então, ganha amplitude:

Até impostos de industria e profissão pagamos ao Estado, para, as mais das vezes, tratamos doentes que não nos pagam: uns porque não podem e outros porque não querem. E destes muitos há que averbam entre o seu patrimônio, ao lado dos imóveis, possuem também “*médicos de grassa*”...

A maior responsabilidade, porém, deste estado de cousas pertence à própria classe médica, em que se encontram profissionais que se prestam a práticas que aberram dos mais elementares princípios da ética médica.

Senão vejamos: Que preço deve merecer o profissional que aceita, independentemente da retribuição que lhe é devida, um chamado de um doente que se recolhe ao hospital onde não lhe faltam médicos em seu corpo clínico ao qual o médico chamado é alheio? Se o doente prefere o médico que chamou, a todo o corpo do hospital, nada mais justo do que pagar os seus serviços, que muito lhe devem valer pela confiança que o mesmo médico lhe inspira; recusando-lhe, porém, o pagamento, prova nada lhe merecerem tais serviços a que recorreu, apenas para desprestigiar o corpo clínico da capital. E o médico que a isso se prestou que qualificativo deve merecer?

Porque razão os serviços cirúrgicos são cobrados extraordinariamente e não se cobram os serviços médicos, embora que por uma taxa moderada?<sup>274</sup>

A ingerência que os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica passaram a ter no interior da sua categoria profissional, com objetivo regular a conduta médica e afastar todos aqueles que fossem considerados maus profissionais, ganharia cada vez mais força ao longo do tempo. Na década de 1910, muitos médicos já haviam se especializado, entretanto, não bastava ser conhecedor das novas tecnologias clínicas ou mostrar que já dispunham de conhecimentos específicos sobre o tratamento de certas doenças, ainda era preciso criar um ambiente ético no qual seus conflitos ficassem circunscritos apenas ao grupo profissional e onde a atitude de seus pares não se configurasse em descrédito de sua medicina diante do público. O esforço dos próprios médicos para criar regras de conduta da sua profissão estava intimamente conjugado com a necessidade de afirmação desses profissionais. Enquanto não houvesse parâmetros éticos que norteassem a sua atividade, os médicos estariam sempre à mercê do desprestígio e vulneráveis aos ataques externos, ou como eles mesmos diziam: da exploração. Assim como uma atitude considerada correta de um clínico poderia ser um sinal de prestígio para seu grupo, um deslize ou qualquer outro tipo de erro que o médico cometesse no exercício da sua profissão, caso viesse a público, condenaria ao descrédito a sua classe profissional como um todo. Esse espírito de corpo, essa perspectiva que encarava a

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> Idem, pp. 17-18.

profissão médica como um organismo, foi produto de um pequeno grupo de intelectuais médicos que, aos poucos, passou a ditar as regras que deveriam ser seguidas por seus colegas de profissão. Agregados na Sociedade Médico-Cirúrgica, esses médico, como já foi dito, foram os precursores de uma mutação mais geral dentro de sua categoria profissional, e logo fariam discípulos capazes de seguir seu exemplo.

Em 15 de janeiro de 1919, o jornal “Folha do Norte” anunciava que Faculdade de Medicina do Pará seria fundada brevemente na capital paraense<sup>275</sup>. Passado um mês, a mesma gazeta informava sobre o exame de admissão para o curso de medicina na faculdade paraense, que inicialmente funcionou no prédio da Faculdade de Odontologia do Pará<sup>276</sup>. Era o início de uma nova fase para a medicina paraense. Os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará seriam os professores de uma faculdade que eles mesmos estavam organizando. Os clínicos que se formassem a partir dali, seguiriam os pressupostos científicos e os princípios éticos declarados por seus mestres. Dentro desse processo, as idéias e atividades compartilhadas entre eles contribuiriam diretamente para sua formação e distinção como grupo, para sua definição como médicos modernos. Se a batalha que vinha sendo travando pelos esculápios para desqualificar e deslegitimar as terapêuticas populares era fundamental para expulsar esses seus concorrentes do mundo da cura, a conformação de um código de ética profissional não foi menos importante para distinguir quem era o “mau” e “bom” médico entre eles. Já era um lugar comum atribuir a categoria de charlatões aos curandeiros, parteiras e outros sujeitos sem diploma acadêmico que atuavam no campo da cura, no entanto, enquanto trabalhavam na coesão do grupo, os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica passaram a designar como charlatões até mesmo os médicos diplomados que não adotavam os seus princípios éticos. Esses médicos também foram acusados de enganar as pessoas, de não dispor de conhecimento suficiente para tratar da saúde da população e passaram a ser considerados como uma ameaça à saúde pública, a exemplo dos curandeiros. Na disputa pelo monopólio da cura, médicos que não agiam conforme às novas regras ditadas pela Sociedade Médico-Cirúrgica, também deveriam ficar de fora do universo da cura.

---

<sup>275</sup> “Faculdade de Medicina do Pará: sua fundação”. Folha do Norte, quarta-feira, 15 de janeiro de 1918, p.1.

<sup>276</sup> “Faculdade de Medicina do Pará e a Escola de Farmácia”. Folha do Norte, quinta-feira, 26 de fevereiro de 1918, p.2.



Foto 16: Faculdade de Medicina do Pará. Corpo Docente. Sentado, ao centro, Dr. Camillo Salgado, diretor, Ladeado à direita, pelos professores Dr. Américo Campos, Amanajás Filho e Prisco Santos e, à esquerda, pelos professores Drs. Mário Chermont, Antônio Marçal, Remigio Filgueras e Acatuassú Nunes Filho. Em pé, da esquerda para a direita, os professores Drs. Rodrigues de Souza, Gastão Vieira, Dagoberto Souza e Ophir de Loyola – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p.363.

Erigindo-se como um verdadeiro tribunal das questões relativas à sua profissão, os doutores da Sociedade Médico-Cirúrgica tomaram para si a missão de moralizar e normatizar a conduta profissional dos médicos paraenses. A coesão e inserção social desse grupo de médicos permitiram uma maior presença de seus interesses na área de saúde e nas instituições hospitalares oficiais que surgiram a partir da década de 1920. Enquanto isso, a Faculdade de Medicina do Pará tratou de reproduzir clínicos segundo o perfil desejado pelos esculápios associados. O compromisso com a sua ciência e com a imagem de profissionais sérios foi uma batalha travada diariamente por esses médicos. Eles procuraram disseminar o que consideravam como conteúdos de mentes esclarecidas, gerados por indivíduos modernos e civilizados e que deveriam ser compartilhadas por seus pares. No processo de legitimação de sua ciência, o sucesso ou o fracasso dependiam da impressão que os doutores deixavam de si e de sua corporação à apreciação dos leigos que os olhavam de fora. Em 15 de agosto de 1919, durante a sessão solene que comemorava o quinto aniversário da confraria científica, o doutor Dionísio Ausier Bentes, que nos anos vinte seria eleito governador do Estado, fez um longo discurso que misturou uma espécie de exortação e exaltação da medicina científica e de seus

representantes – os médicos que haviam sido tão desprestigiados antes, finalmente deveriam ser encarados como heróis da cura:

[...] Molière, com aquele seu humor de puro gaulês, muito fez sofrer com suas epigramas os médicos de seu tempo.

[...] Também Voltaire muito nos contendeu, apesar da sua linguagem muito de propósito nessas passagens algo rebuscadas.

Recordo-me da novela *Zadig*, em que ele expõe em alto relevo a figura do clínico Hermes.

*Zadig* adoecendo, foram a Memphis, em busca do grande clínico.

Acompanhado de numeroso de numeroso séquito, ele não se fez esperar, examinou o doente e com aquele “*faro clínico*”, próprio dos nossos ancestrais, declarou peremptoriamente, sem tergiversar, que ele viria a perder a vista, profetizando mesmo dogmaticamente, até a hora em que ocorria tão funesto sucesso.

Babilônia em peso não sabia o que comentar, se o destino desgraçado de *Zadig* ou se a profundidade científica do afamado físico.

Entretanto, dois dias depois o abscesso rompe-se e *Zadig* completamente restabeleceu-se, o que não impediu que Hermes escrevesse um livro em por a X b que o paciente não podia curar-se.

Poderíamos ter transcrito para aqui outros trechos filigranados daqueles escritos de arestas engenhosamente polidas para não poer muito.

Poderíamos... mas para que?... se a tua missão, ciência, é fascinadora, a tua existência e maravilhosa e sais desses prélios esplendidamente bem, porque os teus adoradores não medem sacrifícios para a vitória de tua causa, pois da coesão, da solidariedade dos teus sacerdotes e da sublimidade dos seus sentimentos é que dimana a força com que te conduziste através dos tempos.

Conquanto a modéstia seja um dos apanágios da nossa profissão, todavia não posso calar que a profissão médica consubstancia, corporifica uma das mais belas criações da inteligência humana: pelo quanto de superior ela sintetiza, pelo seu escopo elevado, não é só a das mais belas, senão das mais respeitáveis.

Nesse ponto ela não sofre competição de nenhuma outra, porque encerra em si transcendência de religião.

Tenho para mim que o médico deve ser um homem de sentimentos altruístas, de um caráter nobre, convenientemente preparado para enxugar as lágrimas do que sofrem, como para revelar o motejo dos indiferentes: um indivíduo extremamente acessível, de maneiras simples e dum ente e dum acendrado amor aos livros, como souberam ser Francisco de Castro, Torres Homem, Chapot-Prevost, Almeida Magalhães, Benício de Abreu e Miguel Pereira<sup>277</sup>.

---

<sup>277</sup> Dionísio Ausier Bentes. “Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará”. Folha do Norte, segunda-feira, 18 de agosto de 1919, p.1.



Foto 17: Faculdade de Medicina do Pará. Um grupo de alunos de diversas séries (1922) – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 364.

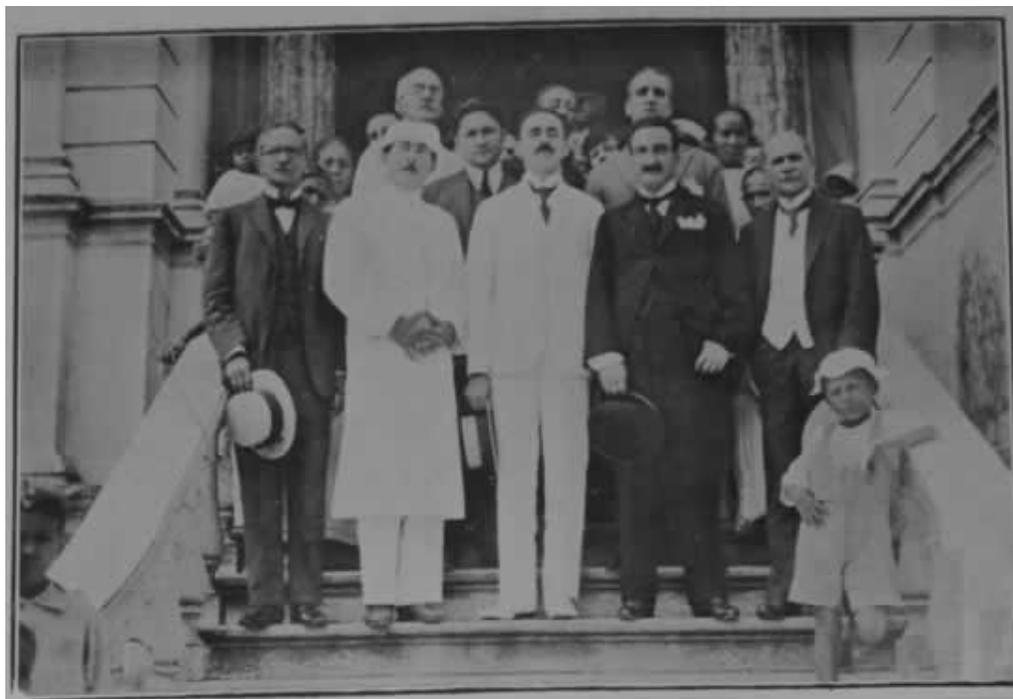


Foto 18: Inauguração do Posto Médico “Oswaldo Cruz”. Autoridades presentes: da direita para esquerda, Desembargador Júlio Costa, chefe de polícia; Dr. Sousa Castro, Governador; Dr. Souza de Araújo, chefe da profilaxia rural; Dr. Dias Junior, Inspetor Sanitário, Dr. Cyriaco Gurjão, Inspetor Sanitário do Estado – Fonte: Pará-Médico: Archivos da Sociedade Medico-Cirurgica do Pará. v.8, n. 10. Belém, 1922, p. 248.

## EPÍLOGO

### CLÍO ASSÉPTICA: O OLHAR RESTROSPECTIVO DA SOCIEDADE MÉDICO-CIRÚRGICA DO PARÁ

O que deve permanecer vivo e presente da memória do passado? Esta provavelmente deve ter sido a pergunta que organizadores da confraria médica paraense fizeram uns aos outros antes de darem forma ao bonito exemplar da revista “Pará-Médico” que contaria um pouco de sua história, em 1922. “Apontamentos para a história social e científica da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará” foi o artigo que procurou lançar um olhar retrospectivo sobre as obras realizadas pela sociedade médica no decorrer de sua existência. Os trabalhos de maior vulto, ou tidos como originais, deveriam figurar como parte de seu patrimônio científico, principalmente porque todos esses trabalhos teriam sido realizados “debaixo de uma temperatura equatorial e sob uma atmosfera de desânimo e hostilidade ao novel agrupamento profissional [...]”. Os redatores, muito zelosos de sua associação, fizeram questão de deixar registrado esse tipo de zombaria e descrédito, surgidos ainda na época de sua implantação. Mas agora os insultos serviriam a outro propósito: reforçar e confirmar a perenidade da confraria médica que, apesar de todas as intempéries e opiniões contrárias, “[...] graças a Deus, vai impavidamente transpondo o seu nono ano de existência”<sup>278</sup>.

Entre muitos outros avanços e vitórias, as técnicas de intervenção cirúrgica, as novas descobertas científicas feitas pelos membros da sociedade médica, assim como as mais inovadoras formas de tratamento de diversas enfermidades, fizeram parte do repertório de lembranças que se deveriam ter todas as vezes que alguém se perguntasse sobre a trajetória da confraria dos esculápios. Muito desses trabalhos haviam sido realizado nos hospitais públicos ou nas próprias clínicas dos médicos, sendo posteriormente apresentados nas sessões da sociedade. Apenas para citar alguns exemplos, foi mencionado o tratamento da erisipela com o raio X, uma tecnologia que aos poucos passava a ser usada pelos médicos paraenses; apresentaram-se estudos sobre criminosos e loucos em Belém, assim como o projeto de regulamentação dos serviços internos dos hospitais de isolamento, de autoria do médico Américo Campos. Cirurgias para retirada de hérnias, ou as intervenções de natureza mais delicada, como as cirurgias cranianas, marcaram presença nos apontamentos históricos. Entre

---

<sup>278</sup> ABEN-ATHAR, Jayme et al, “Apontamentos para a história social e científica da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará”. *Pará-Médico: Arquivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*. v.8, n.10. Belém, 1922, p.268.

os estudos inovadores, constaram vários trabalhos do médico bacteriologista Jayme Aben-Athar, com destaque para os intitulados como “Nota sobre o tratamento local da lepra cutânea”, “Contribuição aos estudos das demartomicoses do Pará”, e etc<sup>279</sup>. Nada foi publicado aleatoriamente. A visão de profissionais médicos altamente especializados, a contribuição de seus estudos para a melhoria da saúde da população, além de um forte sentimento cívico que permeava suas ações, deveria povoar as mentes dos doutores e de qualquer um que lançasse um olhar retrospectivo sobre as ações da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Se não deu conta de toda a atuação da sociedade médica no decorrer de sua existência, o “Pará-Médico” de 1922 pelo menos procurou definir, em linhas gerais, a percepção que se deveria ter dos esculápios científicos e de sua nobre associação na produção e reprodução do saber. Assim, os redatores aproveitaram para prestar uma pomposa homenagem aos representantes de sua profissão:

Não queremos terminar estas rápidas linhas, sem render uma homenagem a todos esses colegas que, na medida dos seus esforços, têm concorrido para o engrandecimento e lustre do Pará-Médico - Pena que não possamos incluir aqui avultado número de trabalhos que, certo, deixaram de ser escritos por vários colegas altamente ilustres. Seria com orgulho que notaríamos as suas conquistas na medicina, como na cirurgia.

Tem, pois, o Pará, onde, apesar de tudo, o progresso médico é o mais intenso do Norte, o direito de orgulhar-se de sua classe médica<sup>280</sup>.

Contudo, as homenagens não se resumiram aos feitos dos esculápios do momento, estenderam-se também aos representantes da profissão mais destacadas no passado. O artigo “Evolução da medicina no Pará”<sup>281</sup>, do doutor João Batista Penna, abraçou a tarefa de fazer da memória um instrumento pedagógico. A história em questão serviria para conduzir a um relativo aperfeiçoamento moral e intelectual dos leitores e da classe médica. O culto dos grandes homens e seus feitos deveria tomar parte nessa pedagogia cívica. Nesse ínterim, os esculápios não deixariam de eleger os seus heróis, ou melhor, seus cientistas de antanho - verdadeiros exemplos de conduta ética e profissional. Era necessário construir o perfil biográfico de cada grande “vulto histórico” da medicina paraense, lapidando sua personalidade de acordo com o designo dos interessados de plantão. Formação acadêmica rigorosa, luta heróica contra epidemias, consciência de seu dever para com a saúde pública, destaque na resolução dos grandes problemas que assolavam o região e o país, foram alguns

---

<sup>279</sup> Idem., pp.272-278.

<sup>280</sup> Idem., p.278.

<sup>281</sup> CARVALHO, João Penna de. “Evolução da Medicina no Pará”. *Pará-Médico: Arquivo da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*. v.8, n.10. Belém, 1922, pp.205-228.

dos traços que permearam a representação biográfica de certos médicos escolhidos cuidadosamente como sínteses de sua categoria profissional. Penna de Carvalho ocupou-se de vários desses heróis da cura, popularizando as suas mais expressivas características.

O doutor Francisco da Silva Castro foi um dos mais afamados médicos do século XIX, merecendo lugar de honra no panteão da medicina paraense. Esse médico, que teria começado a clinicar em Belém ainda em 1838, havia nascido na capital paraense por volta 1815. Teria feito os estudos primários em Belém, seguindo depois para Lisboa. Contudo, receberia o grau de doutor em medicina *cum magna laude* na universidade belga de Louvain. Prestaria grandes serviços durante a epidemia de febre amarela e cólera de 1850 a 1855. Desempenharia importantes cargos e participaria de comissões científicas, tendo sido presidente da comissão de higiene, inspetor Geral da instrução pública, além de ter sido eleito provedor da Santa Casa, em 1847. Outro vulto da medicina seria a figura do doutor Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães. Esse médico que teria começado a clinicar em Belém no ano de 1839, nasceu em abril de 1815. Sua trajetória de vida seria muito semelhante a doutor Silva Castro. Frutuoso Guimarães teria feito seus primeiros estudos em Belém, seguindo depois para a Bélgica, onde faria seus estudos superiores, tornando-se doutor em ciências médicas. Ao lado desses médicos, apenas para citar mais um exemplo entre outros, destacou-se também a memória do doutor José da Gama Malcher, médico paraense nascido em 19 de maio de 1814, na cidade de Monte-Alegre. Gama Malcher, após ter concluído os estudos primário e secundário, seguiria para a Bahia, com objetivo de matricular-se na Escola de Medicina, onde receberia o grau de doutor em ciência médico-cirúrgica por volta de 1839. Em 1849, teria regressado à sua província, tendo iniciado os seus trabalhos clínicos. Por esse tempo, “pelo seu caráter austero e grande abnegação”, como sugeria Penna de Carvalho, Gama Malcher teria conseguido uma popularidade extraordinária. Mas isso não resumia a biografia do esculápio, pois Gama Malcher ainda teria sido médico do hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará por cerca de 40 anos, assim como do hospital D. Luis I, instituição vinculada à Sociedade Beneficente Portuguesa. Na sua clínica, o médico teria usado preferencialmente produtos da flora amazônica. Gama Malcher teria também se destacado como homem público, tendo sido deputado provincial em várias legislaturas, vereador da Câmara Municipal e, posteriormente, presidente por 30 anos<sup>282</sup>.

Não é de estranhar que o doutor Penna de Carvalho tenha usado esse tipo de linguagem quando resolveu relembrar seus heróis da cura. Em 6 de março de 1917, como

---

<sup>282</sup> Idem, p.211.

desdobramento das festas do tricentenário da fundação de Belém, um grupo de intelectuais reinstalou o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, cuja primeira versão havia surgido em 1900. Participaram como membros do Instituto vários profissionais liberais, com advogados, engenheiros e médicos. O IHGP foi um dos maiores responsáveis pela divulgação e vulgarização da história regional em meio ao público, tomando a dianteira na organização e produção das festas cívicas<sup>283</sup>. Quando se comemorou o centenário da independência do Brasil e da adesão do Pará a esse evento político, Lauro Sodré e o velho engenheiro e republicano histórico Ignácio Moura eram presidentes de honra do IHGP, sendo que o engenheiro Henrique Santa Rosa havia assumido a presidência da agremiação. Mas havia sangue novo no recinto. Entre eles, ocupando função no Conselho Diretor do IHGP, estavam alguns médicos pertencentes à Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, como Ophir de Loyola e Penna de Carvalho<sup>284</sup>. Desde os primeiros anos de reinstalação do IHGP, essa agremiação passou a ser a principal agência de produção da historiografia paraense, tendo todo o apoio de Lauro Sodré para sobreviver diante das dificuldades financeiras. Alimentar a chama da lembrança e cuidar para que os velhos traços do passado não desaparecessem da memória coletiva, constitui-se na tarefa primordial do Instituto. Os médicos que procuravam forjar a sua história não poderiam ter se abrigado em lugar melhor. Apascentar o passado de sua profissão em terras tranqüilas e fazer dele um repertório de *exempla* seria algo que os esculápios não abririam mão. A história da medicina então passou a obedecer aos anseios de seus interrogadores, dentro das convicções preestabelecidas pela ideologia que professavam. Nessa história só havia lugar para os médicos e seus feitos, assim como o espaço da cura deveria se converter em monopólio da medicina científica. A recapitulação dos momentos sucessivos do passado ligava a história dos esculápios paraenses às grandes conquistas científicas e aos métodos e médicos mais proeminentes de um suposto “evoluir” da medicina. Seus representantes ancestrais estariam ali. Bastava evocar essa nobre memória para se ter um conjunto de signos e símbolos pelos quais os médicos poderiam dispor de um patrimônio comum que lhes forneceria uma identidade, um espírito de corpo.

No entanto, sabemos agora que o processo que levou à legitimação dos esculápios e de sua medicina não foi tão simples assim, e muito menos esteve envolto em um manto heróico e sacro-santo. O desprestígio e a desunião da classe médica paraense ainda estavam bem vivos em pleno regime republicano, quando geralmente se diz que eles já dispunham de um grande

---

<sup>283</sup> Sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ver RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Efemérides paraenses: o tricentenário e a nova história da Amazônia*. 2005. 163 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, 2005.

<sup>284</sup> Ver, COSTA, Cândido (org.). *O Livro do Centenário*. Belém: Typ. Guajarina, 1924, p.15, 16.

poder. Uma história tão esquemática, onde os médicos desde o começo superaram os obstáculos terapêuticos, adotando de uma vez só os mesmos procedimentos científicos trazidos pelo evoluir de uma medicina homogênea; onde não há desavença entre os esculápios, que são exemplos de conduta ética e profissional, parece que era o que os doures queriam realmente ver em seu passado. Entretanto, como pudemos notar, o que não faltaram foram conflitos no interior de sua corporação. O esforço para apagar tudo isso foi considerável. Entre remendo e recortes, os médicos também decidiram o que não deveria aparecer no passado de sua profissão, ou se aparecesse, deveria ter seu papel diminuto, quase sem importância. Afinal de contas, a história da medicina pertenceria apenas aos doutores. Com isso, toda e qualquer prática de cura que não estivesse de acordo com seus cânones científicos deveria ser deslocada para um passado cada vez mais distante, mítico. Todavia, ao que parece, as práticas de cura populares continuavam fazendo parte do cotidiano da sociedade paraense, e sua aceitação não se restringia às classe pobres e iletradas, ou mesmos aos “ignorantes”, como queriam alguns doutores, mas estavam entranhadas em todos os setores sociais, levando sua terapêutica até mesmo às ricas senhoras e aos distintos cavalheiros do Pará dos tempos da borracha – médicos também faziam parte dos crédulos. E mesmo os doutores adotavam princípios terapêuticos muito diversos, além de não obedecerem a um padrão de comportamento homogêneo, agindo de acordo com a situação ou as circunstâncias em que se encontravam, não obstante, cometendo seus erros também. Talvez a maior diferença entre eles e os médicos atuais esteja no fato de que seus “deslizes” eram passíveis de vir à tona e a medicina, longe de ser tema de discussão de um círculo fechado de profissionais, era um assunto de domínio público. Entre outras coisas, o que os médicos da Sociedade Médico-Cirúrgica procuraram fazer quando começaram a criar regras de conduta para sua profissão, foi restringir os temas e problemas relacionados à sua ciência à sua categoria profissional, mesmo quando isso envolvia a vida de terceiros – lição que os novos clínicos formados por eles aprenderiam sem questionar.

“Espero, com este trabalho, fazer justiça aos médicos de outrora e às instituições a que serviram, honrando e dignificando, dignificando e honrando a Medicina”<sup>285</sup>. Com estas palavras, em 1989, o médico memorialista Clóvis Meira deixava transparecer aos seus leitores as motivações que o levaram a escrever obras que prestavam homenagens aos seus mestres do passado. Minha intenção aqui não foi transformar os doutores em vilões da história, nem tratar os representantes das outras artes de curar como meras vítimas de um processo de

---

<sup>285</sup> MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*. 2 ed. Belém-Pará: Grafisa, 1989.

medicalização da sociedade. Dizer que a medicina e os médicos podem ser entendidos apenas como simples aliados de um Estado autoritário em tempos republicanos pouco ajuda a compreender o contexto paraense da época. A arraia-miúda, como vimos, desenvolveu um papel ativo na sociedade que se formou após o golpe republicano, relativizando o poder daqueles que julgavam que deveriam ordená-la segundo seus preceitos, como era o caso dos médicos higienistas - “o povo faz e refaz a sua própria cultura”, já disse E. P. Thompson<sup>286</sup>. O processo de consolidação da medicina científica e dos esculápios acadêmicos envolveu também bem mais do que a mera agregação de novas técnicas ao seu campo de estudo. Os esculápios, antes de se arrogarem o direito de ditar regras para a população, tiveram que reformular e rever a conduta de seus próprios representantes, sob o olhar desconfiado de pessoas que não viam sua medicina como a única alternativa no universo da cura. Com isso, espero ter mostrado o quanto essa trajetória foi complexa, tensa e ambígua, como qualquer relação humana, pois como disse o doutor J. A. Magalhães algumas páginas atrás, “querer que entre os médicos não houvesse rivalidades, seria o mesmo que esperar que eles não fossem homens e tivessem todos os atributos de santos”.

---

<sup>286</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p.211.

## FONTES

### **Documentos manuscritos:**

#### **Arquivo Público do Estado do Pará**

Fundo: Câmara do Senado. Série: Ofícios. Ano: 1914. Cx: Nº 118. Nº Doctos: 14.

Fundo: Câmara dos Deputados. Série: Pareceres. Ano: 1909. Cx: Nº 66. Nº Doctos: 35.

Fundo: Câmara dos Deputados. Série: Pareceres. Ano: 1917. Cx: Nº 71. Nº Doctos: 80.

Fundo: Câmara dos deputados. Série: projetos. Anos: 1891-1893. Cx: Nº 80. Nº Doctos: 68.

Fundo: Câmara dos Deputados. Série: Projetos. Ano: 1917. Cx: 175; Nº Doctos: 38.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário: Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1914.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário. Série: ofícios recebidos de diversas autoridades, 1915. volume: 15.

Fundo: Serviço Sanitário. Série: Ofícios à várias intendências, 1915. Volume: 11.

Fundo: Serviço Sanitário. Série. Ofícios recebidos de diversas autoridades, 1915-1917. Volume: 12.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário do Estado. Série: Cópias de ofícios expedidos a diversas autoridades, 1917.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário do Estado. Série. Cópias de ofícios expedidos a diversas autoridades, 1917.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário do Pará Série: Ofícios recebidos de diversas autoridades, 1916-1919.

Fundo: Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Série: Minutas de Ofícios a diversas autoridades (jan-maio), 1919. Volume: 19A.

Fundo: Diretoria do Serviço Sanitário. Série: Ofícios expedidos a diversas autoridades (1919-1920). Volume: 19B.

Fundo: chefatura de polícia. Série: autos (abr. jun.), 1909.

### **Relatórios, falas e mensagens:**

#### **Biblioteca Pública Arthur Vianna (sessão de obras raras)**

Annaes do Senado. vol. 1. Estado do Pará: Imprensa Official, 1891.

Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará de 1894. vol. 4. Pará:Imprensa Official, 1894.

Annaes da Câmara dos Deputados do Estado do Pará. vol. 8. Pará: Typ do Diário Official, 1898.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897. Belém: Typ. do Diário Official, 1897.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de janeiro de 1901. Belém: Typ. do Diário Official, 1901.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1 de abril de 1898. Belém: Typ. do Diário Official, 1890

Santa Casa de Misericórdia do Pará: relatório do ano de 1904, apresentado pelo conselho administrativo à assembléia geral em sessão de 15 de fevereiro de 1905. Belém-Pará. Imprensa Official, 1905.

Santa Casa de Misericórdia do Pará: relatório do ano de 1907, apresentado pelo conselho administrativo à assembléia geral em reunião de 23 de fevereiro de 1908. Belém-Pará. Imprensa Official do Estado do Pará, 1908.

### **Leis e regulamentos:**

#### **Arquivo Público do Estado do Pará**

Collecção das leis estaduaes do Estado do Pará dos annos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Offial, 1900.

Lei n.º 457 de 20 de fevereiro de 1897. Atos do Governo.

Lei nº 418 de 12 de maio de 1896, a qual dar nova organização ao serviço sanitário do Estado. Atos do Governo.

Lei nº 546 de 2 de junho de 1898. In. Leis do Estado do Pará, 1898. Belém: Imprensa Official, 1899.

Regulamento dos Serviços Sanitários a cargo do Estado. Belém-Pará: Offina Graphica do Instituto Lauro Sodré, 1923.

#### **Biblioteca Pública Arthur Vianna (seção de obras raras)**

Estatuto da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. Pará-Brazil: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1915.

**Publicações médicas:****Biblioteca Pública Arthur Vianna (seção de obras raras)**

LOBÃO JUNIOR, Eduardo de Léger. *A medicina em Belém*. Belém: Travares Cardoso, 1901.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo de Léger. *Cavacos médicos (Clinico-Therapeuticos)*. Belém-Pará: Seção de Obras d'A Província do Pará, 1906.

LOBÃO JUNIOR, Eduardo Léger. *Ainda a Lepra*. Pará: Typ. de Tavares Cardoso & Cia, 1900.

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. v.1, n. 1. Belém, 1915.

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol.2, nº 6. Belém, 1918.

**Museu da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará**

LOBÃO JUNIOR. Eduardo de Léger. *Scientia in Partibus*. Belém-Pará: Typ. F. Lopes, 1916.

Pará-Médico: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 8, n.10. Belém, 1922.

**Jornais:****Biblioteca Pública Arthur Vianna (hemeroteca)**

Folha do Norte (1899 -1919)

A Província do Pará (1895- 1911)

A República (1897)

**Outros:****Biblioteca Pública Athur Vianna**

BRAGA, Theodoro da Silva. *Noções de Corographia do Estado do Pará*. Belém: Impreza Graphica Amazônia, 1917.

CACCAVONI, Arthur. *O Pará Commercial*. [Sl; Sn] 1900.

COSTA, Cândido. *Livro do Centenário*. Belém: Guajarina, 1924.

LIMA, Archimimo. *Como me tornei Espírita: o que penso do espiritismo e da sua influência na evolução da humanidade*. Pará: Guajarina, 1931.

Quarto Centenário do Descobrimento do Brazil: O Pará em 1900. Pará-Brasil: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marta de. Tempo de laboratório, mosquitos e seres invisíveis: as experiências sobre a febre amarela em São Paulo. In. CHALLHOUB, Sidney et. al.(Org.). *As artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.122-160.

AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à vacina? Doença, saúde e prática médico-sanitária em Belém (1901-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônica) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fapesp, 1999.

ATHANASSOULIS, Nafsika. *Philosophical reflections on medical ethic*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BELTRÃO, Jane. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão Pará*. Belém: UFPA, 2004.

BÉNIAC, Françoise. O medo da lepra. In: LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, pp. 127-145.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Febre Amarela e a Instituição da Microbiologia no Brasil. In. HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2004, p. 57-97.

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BENTHAM, J. “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. *Deontology: together with A table of the springs of action; and the Article on Utilitarianism*. Volume organizado por Armmnon Goldworth. Oxford: Clarendon Press, 1983.

BYNUM, W. F. & PORTER, Roy (eds) *Companion Encyclopedia of the history of medicine*. 2 vols. London: Routledge, 1993.

COSTA, Magda Nazaré Pereira da, *Caridade e saúde pública em tempos de epidemias. Belém, 1850-1890*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. “A guerra contra os cortiços: cidade do Rio, 1850-1908”, *Primeira Versão*, nº 19. Campinas: IFCH – UNICAMP, 1991.

\_\_\_\_\_. Para que servem os narizes? Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis. In: *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, pp.19-55.

CULTRIN, Phillip D. *Death by migration: Europe's encounter with the tropical world in the nineteenth century*. New York: Cambridge, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Os Bacamartes da República: saberes e poderes no Brasil da virada do século. In: SILVA, Fernando Teixeira da et. al. (org.) *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003, pp. 119-137.

CUTTER, Caroline and TRACEY, Meg. *Concepts of Health, Illness and Disease: A Comparative Perspective*. Leamington Spa: Berg, 1981.

DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução. Mesmer e o final do iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Velar, 1999.

DOUGLAS, Mary. *Purity and Danger: An analysis of Concepts of Polluty and Taboo*. Hamondsworth: Penguin, 1966.

DELAPORTE, François. *The history of yellow fever: an essay on the birth of tropical medicine*. Cambridge: MIT Press, 1991.

EDLER, Flávio Coelho. *A reforma do ensino médico e a profissionalização da Medicina na corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

EL SHAKANKIRI, Mohamed Abd-el-Hadi. *La Philosophie juridique de Jeremy Bentham*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1970.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A gênese do Progresso: Theodoro Braga e a Pintura da fundação de Belém. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp.109-136.

\_\_\_\_\_. *Quem eram os pajés científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-18930*. In: FONTES, Edilza. (Org.) *Contando a história do Pará: diálogo entre história e antropologia*. Belém: E. Motion, 2002, v. 3, p.55-86.

\_\_\_\_\_. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 273-304.

\_\_\_\_\_. Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. In: *Documentos Culturais*, n 7, set. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 2006, pp.41-50.

\_\_\_\_\_. Negro em terra de índio: matrizes intelectuais das teorias racistas na Amazônia do século XIX. In: CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme & CALABRE, Lia (Orgs).

*Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sirius; UERJ, 2007, pp. 131-145.

\_\_\_\_\_. Assim eram os gafanhotos: pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. (Org.). *Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2008, p. 65-74.

FONTES, Gilberto et. al. Filariose linfática em Belém, Estado do Pará, Norte do Brasil e a perspectiva de eliminação. *Rev. Soc. Brás. Med. Trop.*, Abr 2005, vol. 38, n°. 2, p.131-136.

FONTES, Edilza. O Paraíso chama-se Pará: O álbum “Pará em 1900” e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, pp.257-271.

FOSTER, W. D. *A History of Medical Bacteriology and immunology*. London: Hememann, 19170.

FREIRE, Jurandir Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GUIMARÃE, M. R. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, pp. 501-14, maio-ago. 2005.

HAAKONSSSEN, L. *Medicine and morals in the Enlightenment: John Gregory, Thomas Persival and Benjamin Rush*. Amsterdam: Editions Rodopi, 1997.

HAYNES, Douglas Melvin. *Imperial medicine: Patrick Manson and conquest of tropical disease*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IYENGAR, M. O T. *Annotated bibliography of filariasis and elephantiasis*. Noumea, New Caledonia: South Pacific Commission, s. d..

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

JONES, Greta. *Social Darwinism and English thought: the interaction between biological and social theory*. Sussex: Humanities Press, 1980.

LIVINGSTONE, David. “Science, region, and religion: the reception of Darwinism in Princeton, Belfast, and Edinburgh”. In: NUMBERS, Ronald & STENHOUSE, John. (eds). *Disseminating Darwinism: the role of place, race, religion, and gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 7-38.

LUZ, Mendel. *Medicina e ordem política brasileira: política e instituições em saúde, 1850-1930*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGGIE, Y. *Medo do feitiço: relação entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999.

MEIRA, Clóvis. *Médicos de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1986.

\_\_\_\_\_. *Medicina de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1989.

MERHY, Emerson Elias. *O capitalismo e a saúde pública*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1997.

MCCULLOUGH, Laurence B. *John Gregory and the invention of professional medical ethics and the profession of medicine*. Boston: Kluwer Academic, 1998.

MOULIN, Anne Marie. Os frutos da ciência. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, pp.91-105.

MICHEAU, Françoise. A idade de ouro da medicina árabe. In: LE GOFF, Jacques. (Org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, pp. 57-77.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PORTER, Dorothy, & PORTER, Roy (eds). *The Codification of medical morality: historical and philosophical studies of the formalization of Western medical morality in the nineteenth centuries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995.

PORTER, Roy e Waer, Andrew (eds). *Problem and methods in the history of medicine*. Nova Iorque: Croom Helm, 1987.

PORTER, Roy. "The patient's view: doing medical history from below", *Theory and Society*, vol. 14, nº 2, mar., 1985, pp. 175-198.

\_\_\_\_\_. "Perplexo com palavras difíceis": os usos do jargão médico. In: BURKE, Peter &

\_\_\_\_\_. (Org.), *Línguas e Jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: UNESPE, 1997, pp. 57-83.

\_\_\_\_\_. (Org.) *História ilustrada da Medicina*. Cambridge: Revinter, 2001.

POWER, Helen J. *Tropical Medicine in the twentieth century: a history of Liverpool School of Tropical Medicine*. New York: Columbia University Press, 1999.

ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. V.3. Pará: Amazônia Editora LTDA, 19...

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Efemérides paraenses: o tricentenário e a nova história da Amazônia*. 2005. 163 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991, v.2.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho do intendente: Antônio Lemos, 1869-1973*. Tese de Doutorado em história social, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *Riquezas produzindo a belle époque, 1870 -1911*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SANGLARD, Gisele. A construção do espaço da cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Esboços* (UFSC). Florianópolis – SC, v. 16, p. 11-33, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moriz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SINGER, Paul et. al. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde pública*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SHINAGAWA, Shinryo N. *Traditions, ethics and medicine in Japan*. Dortmund: Humanitas, 2000.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889 -1928*. Bauru: EDUSC, 1999.

UNSCHULD, Paul Ulrich. *Medical ethics in Imperial China: a study in historical anthropology*. Berkeley: University of California Press, 1979.

VEATCH, Robert M. *Disrupted dialogue: medical ethics and the collapse of physician-humanist communication (1770-1980)*. New York: Oxford University Press, 2005.